

**UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O ECONÔMICO NA GEOGRAFIA
INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA
PRODUÇÃO GEOGRÁFICA (1970-2001)**

Tese de Doutorado

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

**PRESIDENTE PRUDENTE (SP)
OUTUBRO, 2004**

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

O ECONÔMICO NA GEOGRAFIA
INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA
PRODUÇÃO GEOGRÁFICA (1970-2001)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Campus de Presidente Prudente, Área de Concentração “Produção do Espaço Geográfico” para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

OUTUBRO, 2004

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

O ECONÔMICO NA GEOGRAFIA
INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA
PRODUÇÃO GEOGRÁFICA (1970-2001)

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM GEOGRAFIA

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito

1º Examinador: Prof. Dr. Paulo Fernando C. Mourão (UNESP/Ourinhos)

2º Examinador: Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires (UNESP/Rio Claro)

3º Examinador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

4º Examinador: Profa. Dra. Olga Lúcia C. de F. Firkowski (UFPR)

Presidente Prudente, 06 de Outubro de 2004.

DADOS CURRICULARES

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

- NASCIMENTO** 22 de Agosto de 1975 – Osasco/SP
- FILIAÇÃO** José Nunes
Antonia Augusta Gasparotti Nunes
- 1994/1997** Curso de Graduação – Licenciatura em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente
- 1998/2000** Curso de Pós-Graduação em Geografia – nível de Mestrado
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente
- 2000/** Professora Assistente do Curso de Geografia da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal
Cândido Rondon
- 2001/2004** Curso de Pós-Graduação em Geografia – nível de Doutorado
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Presidente Prudente

Agradecimentos

Muitas pessoas e instituições contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Gostaria de agradecer à UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na figura do Colegiado do Curso de Geografia do campus de Marechal Cândido Rondon pelo afastamento integral concedido para o término da pesquisa. Esse tempo foi extremamente valioso para que a tese fosse concluída a contento.

Ao PIBIC/CNPq e à FAPESP pois o que aqui apresento é, em grande parte, fruto do investimento desses órgãos de apoio à pesquisa desde a iniciação científica passando pelo mestrado.

Ao Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira pelo interesse nesta pesquisa e orientação até o Exame Geral de Qualificação.

Ao Magaldi, mais uma vez, por ter me aberto os caminhos da pesquisa.

Ao Eliseu pela orientação a partir da Qualificação contribuindo para que fossem definidos os “rumos” da pesquisa.

Aos professores do curso de Geografia da FCT/UNESP que contribuíram de forma significativa para minha formação: Magaldi, Thomaz, Carminha, Eliseu, Margarete, Jayro, Gelson e Marília Libório.

Aos colegas do Curso de Geografia da UNIOESTE, João Fabrini e Marcelo Carvalhal pelas discussões de ordem teórica, política e assim por diante no âmbito de nosso universo “geográfico-rondonense”.

Aos colegas da UNIOESTE - campus de Marechal Cândido Rondon pela amizade e apoio em momentos difíceis, de solidão, de discussões políticas e também de alegrias: Geni Rosa, Robson Laverdi, Marinelva Curti, Davi Schreiner, Rinaldo Varussa, Carla Silva e Gilberto Calil.

À Ângela Katuta e Júnior pelas boas conversas e cervejas geladas que tomamos diversas vezes durante a elaboração da tese e pelas próximas que ainda tomaremos.

À Nayna e Mayra dos cursos de Letras-Espanhol e Letras-Tradutor do IBILCE/UNESP/São José do Rio Preto pela tradução do resumo para o espanhol e inglês.

À Carmen e Isaías pelas acolhidas em São Paulo e Atibaia durante a realização do levantamento das teses na USP.

À minha mãe, Dona Antonia pelo enorme esforço para que os filhos pudessem entrar na universidade. Por sua insistência para que eu cursasse Geografia acabei chegando até aqui.

Ao Cláudio pela paciência nos momentos de “crises e chilikues” em algumas fases do trabalho, por compartilhar e discutir algumas questões da pesquisa, pelo carinho, amor e companheirismo em todos esses anos.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo principal identificar e refletir sobre as principais influências do pensamento econômico (idéias, autores e teorias) presentes na produção geográfica brasileira. O aspecto priorizado referiu-se ao elemento econômico e sua presença nos estudos geográficos, ou seja, o foco das análises e reflexões realizadas recaiu sobre os trabalhos de Geografia em que o econômico comparece como elemento essencial e central. Do ponto de vista da metodologia empregada, esta reflexão teve por base a seleção e análise das teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP no período de 1970 a 2001, cujas temáticas e formas de abordagem foram identificadas no âmbito da Geografia Econômica. A partir da análise, identificamos as principais influências provenientes do pensamento econômico e seus períodos de incidência na produção geográfica. Podemos dizer que a introdução do materialismo histórico a partir de teorias, conceitos, idéias e proposições metodológicas, foi principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica, visto que a partir desta base teórico-metodológica, o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1990 com as mudanças estruturais do próprio sistema produtivo, são incorporadas novas idéias e referenciais para a análise geográfica do econômico.

Palavras-chave: pensamento geográfico; pensamento econômico; produção geográfica; teoria e método.

Abstract

The aim of this work was to identify and look into the major influences of economical thought (ideas, authors and theories) underlying geographic production in Brazil. The analyses and reflections have focused on the geographic works in which the essential and central element is economic. From the viewpoint of the methodology employed, these reflections were based on the selection and analysis of doctorate thesis presented at FFLCH/USP spanning the period from 1970 to 2001 whose themes and approaches were placed within Economic Geography. The analysis has enabled us to identify the major influences of economic thought and the periods when it pervaded the geographic production. We could say that introducing historical materialism through theories, concepts, ideas and methodological statements has been the main way of highlighting the economic element in geographic analysis, since the theoretical-methodological basis employed in this work allows for a strengthening of the economic element, which takes the central role in the analyses. However, from the late 1990s on, new ideas and references for the geographic analyses of the economical element have been incorporated in the wake of the structural changes undergone by the production system itself.

Keywords: geographic thought; economic thought; geographic production; theory and method.

Resumen

Este trabajo ha tenido como objetivo central identificar y reflexionar sobre las principales influencias del pensamiento económico (ideas, autores y teorías) presentes en la producción geográfica brasileña. El aspecto particularizado se ha referido al elemento económico y su presencia en los estudios geográficos, es decir, el foco de los análisis y reflexiones realizados recayó sobre los trabajos de Geografía en los cuales lo económico se presenta como elemento esencial y central. Desde el punto de vista de la metodología empleada, esta reflexión ha tenido como base la selección y análisis de tesis doctorales defendidas en la FFLCH/USP en el periodo de 1970 a 2001, cuyas temáticas y formas de abordar el objeto han sido identificadas en el ámbito de la Geografía Económica. A partir del análisis, hemos identificado las principales influencias provenientes del pensamiento económico sus periodos de incidencia en la producción geográfica. Podemos decir que la introducción del materialismo histórico a partir de las teorías, conceptos, ideas y proposiciones metodológicas ha sido el principal camino de afirmación de lo económico en el análisis geográfico, puesto que a partir de esa base teórico-metodológica, lo económico gana importancia, con papel central en los análisis. Sin embargo, a partir de la segunda mitad de la década de 90, con los cambios estructurales del propio sistema productivo, han sido incorporadas nuevas ideas y referenciales para el análisis geográfico de lo económico.

Palabras-clave: pensamiento geográfico; pensamiento económico; producción geográfica; teoría y método.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – Cenário, idéias e os alicerces do pensamento econômico: um pano de fundo para a reflexão	16
Os alicerces do pensamento econômico	16
A matriz clássica: Adam Smith e David Ricardo	18
As idéias de Karl Marx	24
A matriz neoclássica	28
John Maynard Keynes	31
O cenário	34
As idéias	39
Capítulo 2 – O pensamento geográfico e o elemento econômico: uma possibilidade de leitura	44
O positivismo: elementos e questões centrais	46
O positivismo na Geografia	54
O positivismo na Geografia Brasileira	60
O historicismo	63
O historicismo na Geografia	67
O historicismo na Geografia Brasileira	71
A dialética	74
A dialética na Geografia	79
A dialética na Geografia Brasileira	83
As matrizes teórico-metodológicas e o econômico	87
Capítulo 3 – O econômico na Geografia: elementos e questões a partir da análise das teses	90
As temáticas abordadas nas teses	94
Orientadores e bibliografia relacionada nas teses	97

As influências do pensamento econômico presentes nas teses analisadas	100
O econômico como parte do trabalho geográfico	103
O econômico e o geográfico: as influências	108
Teoria da modernização da agricultura	108
Teorias de Ignácio Rangel	122
Teoria da Renda de Terra (rural).....	127
Teoria da Renda da terra (urbano)	129
Teorias provenientes da economia espacial (crítica)	133
Teorias provenientes da economia espacial (aplicação)	140
Conceitos e idéias provenientes do pensamento marxista	142
Desenvolvimento regional	147
Reestruturação industrial	148
Capítulo 4 – O econômico na Geografia: períodos e principais influências	152
Anos 1970: críticas às teorias de Christaller e von Thünen	152
Anos 1980 e 1990: modernização da agricultura, renda da terra e os conceitos marxistas – a afirmação do econômico na análise geográfica	161
Anos 1990 e 2000: Ignácio Rangel e reestruturação industrial – novas possibilidades num novo contexto	166
O econômico na Geografia: uma tentativa de “balanço”	173
Perspectivas para a análise dos fatos econômicos na Geografia	178
O econômico na Geografia: construindo um esquema interpretativo	187
Considerações Finais	193
Bibliografia	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temáticas Abordadas nas Teses em Geografia Econômica defendidas na FFLCH/USP – 1970 a 2001	94
Gráfico 2 - Temáticas Abordadas nas Teses em Geografia Econômica defendidas na FFLCH/USP – Década de 1970	95
Gráfico 3 - Temáticas Abordadas nas Teses em Geografia Econômica defendidas na FFLCH/USP – Década de 1980	96
Gráfico 4 - Temáticas Abordadas nas Teses em Geografia Econômica defendidas na FFLCH/USP – Década de 1990 a 2001	97
Gráfico 5 - Autores relacionados na bibliografia das teses	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O conjunto de teses analisadas	91
Quadro 2 – Tipo de influência ou utilização das idéias provenientes do pensamento econômico presentes nas teses analisadas	101
Quadro 3 – O econômico na Geografia: síntese das principais características	191

LISTA DE ABREVIATURAS

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas

PIBIC/CNPq – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

Magaldi,

*pela imensa gratidão, pois este trabalho é resultado de um
caminhar iniciado com você. Sua confiança e incentivo foram
fundamentais para que eu chegasse até aqui.*

Este trabalho é dedicado a você.

Introdução

Introdução

Antes de qualquer coisa, é importante falar um pouco da “história” desta tese que teve início muito antes de nosso ingresso na pós-graduação. Na verdade, seu início quase coincide com nossa “entrada” na Geografia.

Em 1994 iniciamos o curso de graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP e naquele ano algumas disciplinas e discussões nos despertaram para pensar a Geografia, seu sentido, seus significados e assim por diante. Dentre essas disciplinas, Evolução do Pensamento Geográfico, Introdução à Economia e Geografia Humana foram fundamentais para que muitas questões e inquietações fossem colocadas.

Além disso, o próprio “clima” que envolvia a Geografia naquele momento e mais especificamente o então Departamento de Geografia Humana e Regional contribuíram para introduzir todas essas questões.

Tiveram papel fundamental nesse momento os professores Sérgio Braz Magaldi que ministrava Evolução do Pensamento, Antonio Thomaz Júnior que ministrava Geografia Humana e um conjunto de professores (Sérgio Magaldi, Eliseu Sposito e Paulo Roberto Corrêa) que ministravam Introdução à Economia em substituição ao professor Everaldo Melazzo. A partir das discussões realizadas nestas disciplinas, surgiu o interesse em pensar melhor sobre a importância dos elementos econômicos na produção do espaço geográfico, além de refletir sobre a Geografia do ponto de vista teórico e metodológico.

Em 1995 tivemos a oportunidade de iniciar uma pesquisa com bolsa do PIBIC/CNPq que tinha como tema: “Geografia e Economia: fronteiras e convergências – um estudo a produção científica na área de Geografia Econômica” sob orientação do Prof. Sérgio Braz Magaldi. Esse trabalho propiciou o contato com a pesquisa científica e com o universo de idéias, questões e fontes de investigação da Geografia Econômica. A pesquisa estendeu-se no período de Agosto de 1995 a Julho de 1997 e foi fundamental para a definição de nosso futuro profissional e intelectual.

No segundo semestre de 1997 veio a decisão de realizarmos o exame de seleção para o mestrado em Geografia apresentando um projeto de pesquisa derivado de nossas reflexões na iniciação científica. Desse projeto resultou a dissertação de mestrado “A Geografia Econômica na produção científica acadêmica dos programas de pós-graduação em

Geografia no estado de São Paulo (1970-1998)” orientada pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito com bolsa da FAPESP e defendida em fevereiro de 2000.

As discussões ocorridas na defesa de mestrado foram base para a elaboração de mais um conjunto de questões no sentido de aprofundarmos a reflexão sobre as influências do pensamento econômico na geografia brasileira. Nasceu, então, este projeto de tese de doutorado que procurou aliar os dois grandes focos de interesse que tivemos desde nossa entrada na graduação: a importância do econômico na produção do espaço e a reflexão teórico-metodológica da Geografia.

O trabalho que aqui apresentamos teve como objetivo principal identificar e refletir sobre as principais influências ou reflexos do pensamento econômico (idéias, autores e teorias) presentes na produção geográfica brasileira.

Acreditamos ser este um tema relevante enquanto contribuição para a historiografia geográfica brasileira tendo em vista o fato de que são poucos os trabalhos até então elaborados dedicados à reflexão da produção geográfica nacional no sentido de uma sistematização de suas principais características, elementos e questões¹.

O aspecto priorizado neste trabalho diz respeito ao elemento econômico e sua presença nos estudos geográficos, ou seja, o foco das análises e reflexões aqui realizadas recaiu sobre os trabalhos de Geografia em que o econômico comparece como elemento essencial e central. Poderíamos dizer tratar-se de trabalhos de Geografia Econômica, entendida aqui como campo da Geografia que se sustenta primeiramente por apresentar uma característica básica: a precedência do fato/evento econômico na determinação dos processos e relações que produzem as diferentes formas espaciais.

Neste sentido, devemos ter claro que a Geografia Econômica procura fazer uma análise geográfica dos fatos econômicos que estão presentes nas diferentes formas espaciais que são produto e condição para o desenvolvimento das forças produtivas e de suas relações determinantes/conseqüentes.

De um modo geral, poderíamos dizer que o enfoque econômico na abordagem geográfica relaciona-se à espacialidade dos fatos econômicos, visto que esses fatos têm a capacidade de se expressar e materializar no espaço.

¹ Podemos lembrar neste caso o trabalho de Ferreira, Darlene Ap. de O. **Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil (1930-1990)**. São Paulo: Ed.da UNESP, 2002.

Sendo assim, do ponto de vista da metodologia empregada, a reflexão sobre as influências do pensamento econômico na produção geográfica brasileira teve por base o levantamento e análise das teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP no período de 1970-2001 cujas temáticas e formas de abordagem foram identificadas no âmbito da Geografia Econômica. A partir da seleção e análise das teses procuramos identificar e refletir sobre as influências do pensamento econômico identificadas nos trabalhos.

Além disso, foi necessário desenvolvermos um conjunto de leituras que nos auxiliassem a entender melhor não só o que chamamos de alicerces do pensamento econômico a partir das idéias de autores que contribuíram significativamente para a constituição deste, como também as próprias matrizes constitutivas do pensamento geográfico e que influenciaram a formação do pensamento geográfico brasileiro.

Nossa proposição central neste trabalho, ou seja, a tese que procuramos desenvolver relaciona-se à idéia de que as matrizes teórico-metodológicas são essenciais para o entendimento do econômico na Geografia. A problemática central, portanto, parte da questão metodológica para refletir sobre a ligação entre a análise geográfica e a análise econômica.

Neste sentido, procuramos mostrar que o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica deve-se à introdução do materialismo histórico como referencial teórico-metodológico na Geografia.

O primeiro capítulo teve como objetivo principal a constituição de um quadro referencial que nos auxiliasse na discussão dos elementos ou influências do pensamento econômico identificadas nas teses analisadas tanto em termos dos autores e suas idéias, como do próprio quadro conjuntural (contexto econômico, político e social) do período pós Segunda Guerra Mundial que configura-se como importante para a compreensão do cenário atual.

Além disso, em se tratando da produção geográfica brasileira, julgamos relevante resgatar as matrizes constitutivas do pensamento geográfico brasileiro procurando entender como o econômico foi trabalhado ao longo desta trajetória. No capítulo 2 discutimos as principais matrizes teórico-metodológicas presentes no pensamento geográfico e que, por sua vez, influenciaram diretamente a produção geográfica brasileira. O objetivo foi mostrar como as principais matrizes teórico-metodológicas (positivismo, historicismo e dialética) estiveram presentes e influenciaram o pensamento geográfico e o pensamento geográfico no Brasil. A

partir disso, identificamos como o elemento econômico compareceu e que papel exerceu nos trabalhos desenvolvidos a partir das matrizes teórico-metodológicas discutidas.

Já partindo para a identificação e discussão das influências do pensamento econômico para o pensamento geográfico, no capítulo 3 apresentamos e sistematizamos as influências que com base na análise das teses compareceram como mais significativas e recorrentes. Este capítulo possui um caráter mais descritivo tendo em vista que identificamos as temáticas, referenciais bibliográficos e influências provenientes do pensamento econômico nos trabalhos de Geografia.

O capítulo 4 é uma tentativa de reflexão mais verticalizada sobre as influências identificadas no capítulo anterior. Nosso objetivo foi compreender melhor cada uma das influências identificadas procurando destacar seus principais elementos, autores e questões tendo em vista o contexto sócio-econômico e político em que exerceram importante papel para as ciências humanas, principalmente para a Geografia. Neste sentido, também procuramos refletir sobre essas influências no âmbito do pensamento geográfico no que diz respeito às questões de cunho teórico-metodológico.

Nesse capítulo ainda tentamos realizar um pequeno “balanço” a respeito do econômico na Geografia apontando perspectivas para a análise dos fatos econômicos na Geografia diante do contexto atual. A partir disso, também sistematizamos um esquema interpretativo para o econômico na Geografia sintetizando as principais características desta influência nos momentos ou períodos identificados.

Fica a expectativa que este trabalho possa contribuir mesmo que de forma modesta para a reflexão sobre o papel do econômico nos estudos geográficos, além de constituir-se numa sistematização e discussão sobre uma parcela da produção geográfica nacional.

Capítulo 1

**Cenário, idéias e os alicerces
do pensamento econômico: um
pano de fundo para a reflexão**

Capítulo 1

Cenário, idéias e os alicerces do pensamento econômico: um pano de fundo para a reflexão

Os alicerces do pensamento econômico

Tendo em vista os objetivos desta tese, optamos em inicialmente constituir um quadro geral, mesmo que breve e sucinto da história do pensamento econômico a partir de sua institucionalização ou reconhecimento científico com a chamada Economia Clássica¹ até o período a ser estudado de forma a destacar e caracterizar os principais autores e idéias presentes e que de maneira mais significativa contribuíram para o entendimento dos rumos tomados pelo pensamento econômico a partir da segunda metade do século XX.

Nosso intuito neste capítulo é resgatar as principais idéias de alguns pensadores da Economia Política considerados grandes referenciais em termos da contribuição dada ao pensamento econômico, na medida em que estas configuram-se como uma espécie de grande núcleo ou conjunto de idéias e preocupações que serviram e ainda têm servido de motivo para as principais discussões no âmbito da Economia Política.

Acreditamos que o resgate dessas idéias e a breve caracterização do pensamento dos autores destacados contribuirá para um melhor entendimento dos elementos ou influências do pensamento econômico e seu contexto de discussão, que serão abordados a partir da análise das teses.

Principalmente no que diz respeito ao pensamento econômico marxista, que como veremos nos capítulos 3 e 4, foi extremamente importante para a afirmação do econômico na análise geográfica, faz-se necessária uma breve discussão de suas bases teóricas.

¹ Sabemos que o pensamento econômico ocidental tem suas raízes na Grécia antiga com as idéias de Platão e Aristóteles tendo se desenvolvido também em Roma e durante a Idade Média com Tomás de Aquino conforme nos mostram vários autores como Denis (1974). No entanto, é somente no século XVIII que a economia política nasce como um dos frutos da transformação radical das concepções relativas ao conhecimento científico que se desenvolviam no século XVII. O período anterior ao século XVIII é considerado “pré-científico”. Para mais detalhes entre outros ver: DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

No entanto, para entendermos o pensamento econômico marxista é necessário partirmos dos pensadores que constituíram a matriz clássica da economia, a partir da qual Marx estabeleceu críticas e formulou suas concepções.

Desta forma, discutiremos as principais idéias de Adam Smith e David Ricardo e posteriormente Karl Marx e John Maynard Keynes². O primeiro não poderia deixar de ser destacado por sua grande contribuição à Economia Política e à história do pensamento econômico na medida em que a importância de sua obra econômica pode ser definida pelos efeitos de sua influência como o marco do início do enfoque científico dos fenômenos econômicos.

David Ricardo, por sua vez, foi o primeiro a falar sobre a quantidade de trabalho como fundamento do valor econômico e contribuiu decisivamente para a discussão acerca do valor, da repartição e da renda da terra.

A contribuição de Marx para a Economia Política deve-se em grande parte à análise que empreendeu sobre o modo capitalista de produção apontando seus mecanismos e fundamentos a partir da formulação de conceitos que tornar-se-iam importantíssimos para o entendimento do capitalismo de forma mais ampla. Dentre essas contribuições deve-se destacar a formulação da teoria da mais-valia, conforme veremos adiante.

Keynes é o autor de maior destaque no início do século XX no âmbito do pensamento econômico devido às idéias e soluções que apresentou ao modelo econômico que vigorava até os anos da Grande Depressão, procurando uma espécie de “saída” ou “salvação” para o capitalismo que atravessava uma de suas maiores crises.

Além desses autores, também falaremos sobre o pensamento econômico neoclássico tendo em vista sua influência nos estudos geográficos nos anos 1960 e 1970, conforme veremos adiante.

Na seqüência procuramos sistematizar e discutir as principais contribuições desses autores no intuito de constituir um quadro geral das idéias que nortearam o pensamento econômico até meados do século XX e serviram como bases para o seu desenvolvimento posterior.

² É grande o número de autores que contribuíram para a constituição do pensamento econômico nas suas mais variadas correntes e teorias (clássica, neoclássica, marginalista, marxista, keynesiana e assim por diante), no entanto, elegemos estes autores por entendermos que para os fins deste trabalho e em termos da aproximação e influência para com o pensamento geográfico são mais significativos considerando o alcance de suas idéias.

A matriz clássica: Adam Smith e David Ricardo

A principal obra de Adam Smith a partir da qual são discutidas suas contribuições para a Economia Política é intitulada “A Riqueza das Nações” publicada em 1776. Para entendermos as idéias Smith é necessário considerarmos o contexto em que foram desenvolvidas. No entendimento de Fritsch (1996,p. 14):

A obra econômica de Adam Smith é tão profundamente impregnada pelas concepções filosóficas correntes na Inglaterra no período da luzes e pelo cenário econômico da época em que foi concebida que, passados mais de dois séculos da publicação de *A Riqueza das Nações*, é impossível avaliar corretamente sua contribuição intelectual sem referência a essas influências.

De acordo com a afirmação acima destacada, deve-se considerar que Smith teve como fonte de inspiração empírica o processo acelerado de crescimento econômico britânico caracterizado pelo aumento da produtividade, acumulação de capital, melhoria dos padrões de vida e crescimento populacional ocorrido durante o século XVIII.

Do ponto de vista de suas influências filosóficas e metodológicas deve-se considerar uma formação intelectual extremamente eclética marcada principalmente por uma metodologia essencialmente empiricista que tinha como pressuposto a noção de que a ordem natural subjacente à organização do universo não podia ser apreendida aprioristicamente através apenas do raciocínio abstrato dedutivo, mas que sua revelação deveria proceder através da construção de sistemas ou modelos baseados em princípios gerais obtidos por indução de observações empíricas, a partir dos quais a lógica dos fenômenos universais poderia ser casual ou racionalmente deduzida. (Fritsch, 1996, p. 14s)

Um traço bastante marcante na obra de Smith e que pode ser considerado a chave para o entendimento de sua defesa incondicional do interesse individual como elemento essencial para a divisão social do trabalho e da acumulação do capital está presente na obra *Teoria dos Sentimentos Morais* publicada em 1759.

Nesta obra, Smith defende que os indivíduos são guiados por suas ações, não somente por seu interesse pessoal, mas também pelo juízo que os outros emitem sobre essas ações, porque a simpatia que experimentam pelos outros leva-os a aceitar seu julgamento e prossegue o raciocínio admitindo que a sociedade é essencialmente uma troca de serviços entre indivíduos não sendo perfeita como poderia se desejar.

Sobre esta questão Denis (1974, p. 191) conclui que:

Smith está, pois, consciente da oposição que existe entre a justiça social e a ordem econômica realizada pela ação mecânica dos interesses individuais. Está muito afastado da atitude dos fisiocratas que negam a existência de um problema da justiça social, ou que o pretendem resolvido automática e simultaneamente com o do progresso econômico. Todavia, defende a posição liberal, sustentando, por um lado, que a liberdade na procura da riqueza é a condição de todo o progresso e, por outro lado, que as injustiças engendradas pela liberdade econômica não são talvez tão importantes e inaceitáveis como se poderia imaginar à primeira vista.

É neste contexto também que podemos entender a famosa afirmação de Smith segundo a qual: *“Não é pela benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que nós contamos com nosso jantar, mas pela consideração do seu próprio interesse”*. Esta afirmação segundo Buchholz (2000, p. 34) mostra que:

Para aumentar a riqueza das nações, Smith argumenta que a sociedade deveria explorar essas tendências naturais. O governo não deveria reprimir as pessoas egoístas, pois o egoísmo é uma rica fonte natural. As pessoas seriam idiotas e as nações ficariam empobrecidas se elas dependessem da caridade e do altruísmo. (...) Smith nunca sugere que eles são motivados apenas por seu egoísmo; ele simplesmente afirma que o interesse próprio motiva de maneira mais poderosa e consistente do que a gentileza, o altruísmo ou o martírio. (...)

A maior contribuição de Smith é aquela que representa um avanço na construção de uma ciência econômica diz respeito à discussão sobre a questão do valor. Para Smith a divisão do trabalho é a fonte do enriquecimento das nações sendo explicada pela própria propensão dos indivíduos a trocar. Isso leva-o a colocar o problema do valor trocável ou do valor de troca dos bens distinguindo valor de uso e valor de troca, sendo o primeiro caracterizado pela utilidade social da mercadoria e o segundo definido a partir da quantidade de trabalho empregada para a obtenção da mercadoria, ou seja, do valor ou do custo do trabalho agregado à mercadoria.

Em seu entendimento:

O preço real de cada coisa, o que cada coisa custa realmente àquele que quer adquiri-la, é o trabalho e o sacrifício que deve impor-se para obter. O que cada coisa vale realmente para aquele que a adquiriu e que procura dispor dela ou trocá-la por qualquer outro objeto é o sacrifício e a dificuldade que a posse dessa coisa lhe pode evitar e que ela permite impor a outras pessoas. O que se

compra com dinheiro ou mercadorias é comprado com trabalho, tanto como o que adquirimos com o suor do nosso rosto. Esse dinheiro e essas mercadorias poupam-nos então essa fadiga. Elas contêm valor de uma certa quantidade de trabalho que trocamos pelo que se supõe conter o valor de uma quantidade igual de trabalho. O trabalho foi o primeiro preço, a moeda paga pela compra primitiva de todas as coisas. (Smith *apud* Denis, 1974, p. 199)

A discussão de Smith representa um avanço tendo em vista as idéias desenvolvidas até então quanto à questão do valor, no entanto, conforme mostraram posteriormente vários autores sua explicação continha alguns equívocos ou generalizações que levavam à não aplicação da idéia da maneira tal qual Smith propôs. A principal inconsistência da teoria é verificada quando se confronta com uma realidade de uma economia caracterizada pela apropriação dos meios de produção e trabalho assalariado, onde a produção não vise somente a troca, mas o lucro.

Em relação a isto Denis (1974, p. 201) conclui que:

Os progressos ulteriores do pensamento econômico mostrarão a fonte do erro de Smith. Não compreende que os fenômenos sociais concretos não refletem de maneira simples e diretamente as leis essenciais que os comandam. Pretendia que cada preço de um produto particular correspondesse ao custo em trabalho do produto. Na continuação, Karl Marx mostrará, de maneira perfeitamente clara, que na economia capitalista a correspondência entre o preço e o custo do trabalho se verifica apenas em média e que há sempre mercadorias para as quais os preços são um pouco superiores aos verdadeiros valores dos produtos, enquanto para outras os preços são um pouco inferiores aos valores.

Analisando de forma geral “A Riqueza das Nações” pode-se dizer que apresenta algumas concepções pioneiras e revolucionárias: em primeiro lugar, faz uma análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais. Sobre esta análise Fritsch (1996, p. 15) afirma que:

(...) Dessa noção de sistema econômico, partilhado por Smith apenas com os fisiocratas, dentre seus contemporâneos, resultou nada menos do que a elevação da Economia à categoria de ciência, por identidade do método e fundamento filosófico com as ciências naturais existentes, rompendo com a tradição metafísica e com a polêmica empiricista vulgar que caracterizam, respectivamente, os escritos econômicos escolásticos e mercantilistas anteriores. (...)

A segunda contribuição refere-se à doutrina segundo a qual a ordem natural apontada por Smith requer para sua operação eficiente a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas. Esta doutrina tem seus fundamentos racionais derivados de seu sistema teórico visto que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo.

Dentre as contribuições de Smith esta é talvez aquela que caracteriza de forma mais ampla seu pensamento quanto às questões econômicas e que o classifica até os dias atuais como um economista liberal. Na opinião de Fritsch (1996, p. 15-16):

A doutrina da liberdade natural de Smith é dirigida, isto sim, contra as interferências da legislação e das práticas exclusivistas características do mercantilismo que, segundo ele, restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas. É disso que a doutrina derivou seu apelo político e veio a constituir-se num fundamento teórico do programa dos estadistas livre-cambistas em todo o mundo que, no século seguinte, acabaria por reduzir a ruínas o ordenamento jurídico da antiga ordem econômica internacional.

Sendo assim, o pensamento de Smith, em linhas gerais, é caracterizado por lançar as bases do liberalismo econômico estabelecendo os princípios fundamentais responsáveis pelo equilíbrio dos sistemas baseados na livre empresa capitalista.

Tais princípios podem ser considerados a partir das seguintes proposições: o interesse individual era a mola propulsora dos sistemas baseados na livre-concorrência havendo uma “mão invisível” que guiaria os indivíduos no sentido de uma ação em benefício da sociedade; a concorrência perfeita limitaria os exageros dos interesses individuais impedindo que as unidades de produção conspirassem contra os consumidores; o Estado não interviria nos mecanismos de mercado de maneira que o livre-jogo do sistema de preços, providencialmente conduzido pelo interesse próprio e pela competição empresarial substituiria vantajosamente as coordenações impostas por mecanismos artificiais; as forças iminentes do mercado tenderiam sempre a corrigir os mecanismos econômicos resultantes de eventuais desajustamentos entre decisões individuais e empresariais de consumo e produção ou poupança e investimento; a possibilidade de crises era inexistente pois jamais haveria procura insuficiente para as mercadorias à venda visto que a poupança (entendida como renda residual) transforma-se em gastos através de investimentos mantendo-se a demanda agregada.

David Ricardo é considerado o legítimo sucessor de Adam Smith no papel de difusor da então jovem ciência conhecida como Economia Política. Sua principal obra é “Princípios de Economia Política e Tributação” publicada pela primeira vez em 1817.

Deve-se considerar que a obra de Ricardo também foi extremamente influenciada pelo contexto em que viveu o autor na Inglaterra do século XVIII, momento em que se desenvolvia a chamada Primeira Revolução Industrial, processo que combinou o avanço tecnológico e transformações sociais tornando autônoma a produção industrial.

Do ponto de vista ideológico, a época de Ricardo também foi marcada pelos acontecimentos que resultaram na Revolução Francesa. A extensão e a igualdade de direitos políticos e civis eram vistas naquele momento pelas elites como condição fundamental para a organização da vida social.

Segundo Holanda (1996, p. 6-7):

O liberalismo político, sob a forma de democracias constitucionais e parlamentares, era a forma de organização social mais adequada ao regime de livre-concorrência que se inaugurava sob a égide do capitalismo industrial. Ricardo bebeu profusamente nestas fontes e tornou-se ele mesmo um dos maiores defensores do liberalismo, seja no campo da vida política, seja no campo da economia.

No que diz respeito aos aspectos específicos de “Princípios de Economia Política e Tributação” Holanda (1996, p. 5) considera que:

(...) Mais do que em Smith, o método de exposição de Ricardo estabeleceu uma referência para a nova ciência que perdura até os dias atuais. Ricardo mantinha-se em altos níveis de abstração e procurava dar aos argumentos um rigor científico próprio do investigador que está em busca de leis gerais. (...) Com sua estrutura lógica e consistência interna, pode-se dizer também que é a obra que marca o aparecimento da economia como ciência plenamente constituída de objeto e método.

Nesta obra Ricardo dedica-se a apresentar, na base das análises de Smith, uma formulação precisa das leis naturais que regem as relações econômicas entre os homens. Segundo Denis (1974, p. 335): “*A superioridade de Ricardo em relação a Smith manifesta-se, antes de mais, na sua análise do valor de troca. A justo título considera esta questão como essencial. E mostra bem por que é essencial.*”

Ricardo defende enfaticamente a concepção que explica o valor das mercadorias pela quantidade de trabalho necessário à sua produção e afirma que esta lei é válida não somente para os tempos primitivos da sociedade, mas para a época atual. No seu entendimento o trabalho é a contribuição efetivamente social do homem sobre as dádivas da natureza e, portanto, a única fonte real de todo o valor.

A grande diferença apontada por Ricardo mostrava que enquanto a teoria do valor-utilidade enfocava mais os aspectos individuais da troca (como o sistema de preferências, por exemplo), a teoria do valor-trabalho visava mais os aspectos sociais, abrindo com isso a possibilidade de visualizar na origem da formação do valor relações sociais e não a mera troca de preferências individuais.

Para ele o problema central da Economia Política era determinar as leis que regem a distribuição do produto total da terra entre as três classes: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores que entram com o trabalho para o cultivo da terra.

Já no prefácio de “Princípios de Economia Política e Tributação” Ricardo deixa esta preocupação bastante explícita:

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo.

Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura.

Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário³.

Outra importante e significativa contribuição de Ricardo relaciona-se à questão da renda da terra. Para Ricardo a renda da terra devia-se à escassez de terras e à diferenciação das produtividades entre elas e era definida como a compensação paga ao proprietário da terra pelos poderes originais e indestrutíveis do solo.

³ Prefácio da tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni apresentada na Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 19.

O mecanismo da renda da terra foi assim explicado por Ricardo:

Em uma situação ideal, em que todas as terras cultivadas obtivessem a mesma produtividade, não haveria, de acordo com o autor, a formação de uma renda diferenciada na terra. Os lucros seriam simplesmente o resíduo do produto após a dedução dos custos (...) Ocorre que, em uma situação real, a pressão populacional exige a ocupação de terras menos férteis para a produção crescente de alimentos. Suponhamos que todas as terras anteriormente ocupadas tivessem a mesma fertilidade e que a pressão populacional exigisse o cultivo de uma nova porção de terras com qualidade inferior. A produção nesta terra exibirá um produto líquido menor (produto total menos salários pagos) e, portanto, determinará uma taxa de lucro inferior. Como o sistema opera sob condições de livre-concorrência, esta nova taxa de juros impor-se-á ao resto do sistema. Nas terras de qualidade superior, aparecerá um resíduo que será a renda da terra. (...) (Holanda, 1996, p. 09-10)

Esta discussão seria posteriormente retomada por outros autores, bem como a própria questão do valor-trabalho. De forma geral, pode-se afirmar que a obra de Ricardo influenciou as teorias de Marx e de outros teóricos considerados de esquerda, além da corrente de economistas marginalistas do final do século XIX que formaram a base da chamada economia neoclássica.

As idéias de Karl Marx

A partir de críticas à Economia Clássica e ao próprio capitalismo, Marx formulou sua teoria econômica que trouxe contribuições não só para o campo da Economia Política como para outras áreas do conhecimento, inclusive a Geografia como veremos adiante. No campo específico da Economia, na opinião de alguns autores, Marx foi o líder intelectual de uma nova concepção de Economia Política.

A análise de Marx tinha como fundamentos as próprias idéias relativas à natureza, às origens e ao modo de funcionamento de uma economia capitalista e foi elaborada de modo mais completo em sua obra em três livros intitulada “O Capital” sendo que somente o primeiro foi publicado enquanto Marx era vivo (1867)⁴.

⁴ Hunt (1982, p. 218) afirma que:“(...) Marx escreveu muitos outros livros, panfletos e artigos nos quais analisava o capitalismo; de particular importância foi uma série de sete cadernos de anotações, escritos em 1857 e 1858, que eram rascunhos de muitas análises que deveriam ser publicadas em O Capital e de outros tópicos que Marx pretendia incluir numa obra mais ampla ainda, da qual O Capital era a primeira parte. Essas

Marx sofreu influência das idéias de Smith e Ricardo principalmente àquelas relativas às teorias do valor e dos lucros e em alguns aspectos sua teoria pode ser considerada uma espécie de extensão, refinamento ou elaboração mais detalhada delas⁵.

Na opinião de Denis (1974, p. 448-449):

Em *O Capital*, Marx empreende, fundando-se nos trabalhos dos economistas ingleses clássicos, e acima de tudo em Ricardo, mostrar que a economia moderna é um modo histórico de produção, o sistema capitalista, cuja essência é a exploração da força de trabalho pelo capital.

A partir da idéia acima destacada pode-se perceber a importância conferida por Marx à questão do trabalho para explicar as relações econômicas que se desenvolvem em sociedade. Em outra passagem Denis (174, p. 431) ressalta que:

Ora Marx aprende dos economistas, por um lado, que o valor das coisas é feito do trabalho necessário à sua produção e, por outro lado, que os trabalhadores só consomem o que é estritamente necessário à sua subsistência. Destas análises tira conclusões muito mais radicais que os socialistas ricardianos: afirma que a economia política prova a necessidade da supressão da propriedade privada. Efetivamente, pensa ele, ao mostrar que o valor das coisas depende do trabalho, a economia política mostra bem que a “essência” da propriedade está no trabalho. Aquilo de que uma pessoa se apropria ao possuir uma coisa – é trabalho.

Das idéias acima deriva o próprio significado de que a propriedade privada engendra não a realização do ser humano, mas pelo contrário a sua perda, a sua alienação e esta não se dá apenas na miséria dos trabalhadores, mas o próprio capitalista é também um alienado, desumanizado por seu culto ao dinheiro.

Além disso, Marx baseou sua análise econômica numa teoria da história conhecida como materialismo histórico⁶. De modo geral, Marx afirmava que a maioria das

anotações foram publicadas em alemão sob o título de Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Fundamentos da Crítica da Economia Política). A tradução inglesa destes cadernos de anotações foi publicada sob o título de Grundrisse. É um complemento útil de O Capital, a principal fonte das idéias econômicas de Marx.”

⁵ Sobre esta questão Rima (1977, p. 226) afirma que: “O sério estudo de Marx em relação à Economia data de seus primeiros tempos em Paris, e ele ficou bastante impressionado com o tratamento que Smith, porém mais particularmente Ricardo, deram ao trabalho como causa de valor. Ambos, contudo estavam favoravelmente dispostos ao capitalismo competitivo e à política do laissez-faire, ao passo que Marx era hostil ao sistema em todas as suas formas, sob alegação de que a classe trabalhadora é explorada por empregadores capitalistas. Contudo, considerava sua teoria do valor do trabalho como proporcionando a base essencial para sua hipótese quanto à exploração do trabalho e à destruição final do sistema capitalista. Com efeito, intelectualmente falando, Marx se considerava um descendente linear da grande tradição clássica.”

instituições sociais e políticas era em grande parte moldada pela base econômica da sociedade, produto direto do modo de produção. Ao longo do tempo as forças produtivas tendem a conflitar-se com as relações de produção e a resolução desses conflitos era o que dava sentido à evolução histórica das sociedades.

A partir destes pressupostos, Marx esforçou-se em explicar o funcionamento do capitalismo desvendando sua lógica e desenvolvendo conceitos que se tornaram base para estudos e análises de economistas posteriores.

Dentre estes conceitos podemos destacar a própria idéia de capital visto como fonte de lucros que possui uma natureza histórica e social específica; a teoria do valor distinguindo valor de uso e valor de troca, trabalho útil e trabalho abstrato; o desvendamento do mecanismo da mais-valia não na esfera da circulação e sim da produção⁷; a questão da acumulação e concentração de capital entre outros.

Marx entendia o capitalismo de maneira dinâmica na medida em que estava sujeito a constantes transformações históricas e não regido por leis naturais como acreditavam os clássicos. Detectou suas contradições quando mostrou através de explicações sobre o funcionamento do capitalismo que havia uma tendência à riqueza de alguns (os capitalistas) em oposição à pobreza do proletariado. Isto em função da acumulação obtida pelo capitalista quando retira a diferença entre o preço do trabalho e dos bens produzidos um valor que é propriedade dele.

Segundo Schwartz (1991, p. 102): “(...) *Para Marx o capitalismo é essencialmente dinâmico, ainda que essa dinâmica repouse sobre relações sociais de exploração e heterogeneidade encobertas pelo fetiche do dinheiro.*”

Sendo o capitalismo dinâmico e contraditório, também estava sujeito a crises inerentes ao próprio modo de produção não apenas circunstanciais. As crises foram explicadas

⁶ As primeiras formulações desta teoria estão expressas em *A Ideologia Alemã* publicada somente em 1932.

⁷ Para Marx o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário, em que o operário cria um valor equivalente ao do gasto de sua força de trabalho durante a jornada total e que lhe é devolvido sob a forma de salário. No entanto, ainda existe um trabalho suplementar ou sobretabalho em que o operário cria um valor excedente ao de sua força de trabalho o qual é apropriado pelo capitalista sem retribuição e constitui por isso, um sobrevalor ou mais-valia. “*A taxa de mais-valia dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobretempo ou sobretabalho se prolongue para além do tempo durante o qual o operário com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor da força de trabalho ou a repor seu salário.*” (Marx, 1982, p. 164). A mais-valia, desta forma, é a substância do excedente que adquire, no entendimento de Marx, as formas de lucro, juro e renda da terra. Há uma distinção entre mais valia absoluta que é gerada a partir da elevação da taxa de mais-valia com o aumento da jornada ou intensidade do

por Marx através do seguinte mecanismo: em uma economia capitalista os bens são trocados primeiramente por moeda e depois, moeda por bens. Neste processo, os valores de uso qualitativamente diferentes representam valores de troca quantitativamente iguais. O valor de troca de bens é transformado em moeda e depois, novamente em bem. A transformação do bem em moeda e depois sua troca por bem não está necessariamente sincronizada no que tange ao tempo e espaço. E por esta razão, na opinião de Marx as crises criadas endogenamente são inerentes ao capitalismo.

Uma das principais teses formuladas por Marx quanto à questão das crises relaciona-se a outro assunto que o autor discutiu de forma mais intensa: a tendência de queda da taxa de lucro. Nesta interpretação destaca-se o fato de que o crescimento da acumulação estimula a procura de poder de trabalho, dessa forma elevando o nível de salários e diminuindo os lucros. Os lucros, por sua vez, desencorajam mais acumulação e precipitam uma crise cuja causa imediata é o subinvestimento. Sendo assim, há uma interrupção do fluxo circular em resultado de um declínio abaixo do norma da taxa de lucro.

Sobre esta questão, Hunt (1982, p. 243-244) afirma que:

Marx achava que os esforços dos capitalistas para aumentar a taxa de mais-valia tinham que atingir certos limites práticos. Quando isto acontecesse, “o crescimento gradual do capital constante em relação ao capital variável teria que levar, necessariamente a uma queda gradual da taxa geral de lucro”. (...) É claro que uma taxa de lucro declinante não significava uma queda do lucro total ou uma queda da participação do lucro na produção total. (...)

Podemos dizer que entre todas as contribuições de Marx para o pensamento econômico é de grande importância teórico-metodológica a concepção de história como sucessão de modos econômicos e sociais sendo cada um uma manifestação particular e original da realidade social protagonizada pelo homem. Ele também procurou mostrar que tais noções das quais se serve a Economia Política só têm significado em relação a um modo econômico e social que é uma totalidade situada num determinado momento da história.

Em relação a isto Denis (1974, p. 482) destaca que:

Nenhuma coisa, diz Marx, é capital por natureza; torna-se tal apenas em relação a um certo sistema social onde desempenha um papel determinado. A economia política tem sempre relação, não com as próprias coisas naturais, mas com um

trabalho sendo mantidos uniformes e inalterados os salários reais e mais-valia relativa que é gerada a partir do aumento da produtividade do trabalho.

conteúdo particular que as coisas possuem em razão do lugar que ocupam num processo social.

Ainda no âmbito de suas contribuições mais relevantes pode-se dizer que o uso final dado à sua teoria do valor (como base para uma concepção em que o desmoronamento econômico é atribuído a insuficiências internas) foi uma concepção que abriu novos caminhos para pensar o desenvolvimento, os limites e possibilidades de superação destas no interior do capitalismo.

A matriz neoclássica

Os principais pressupostos da matriz clássica foram retomados e reformulados em alguns pontos por autores como William Jevons, Carl Menger e Léon Walras no final do século XIX⁸. Os economistas neoclássicos desenvolveram uma argumentação extremamente elaborada e hermética em defesa de duas noções fundamentais sustentadas por Adam Smith: a mão invisível da concorrência no mercado e a política econômica do *laissez-faire*. Nos dizeres de Faria e Conceição (1984, p. 44):

Na teoria econômica dos neoclássicos, os principais componentes ideológicos eram não só a distribuição baseada na produtividade marginal e racionalidade e a eficiência alcançadas através da “mão invisível”, mas também a crença na auto-regulação do mercado. Com isso, o papel do governo era apenas o de fazer justiça, defender o país de inimigos externos e garantir a propriedade privada.

Em linhas gerais, os três autores entendiam a economia como composta por grande número de pequenos produtores e consumidores, sendo que nenhum deles tomado isoladamente tinha poder suficiente para influenciar o mercado em escala significativa. As

⁸ Denis (1974, p. 487-488) afirma que: “Em 1871 (quatro anos depois da aparição do livro *I de O Capital*), um economista britânico, William Stanley Jevons, publicava uma *Teoria da Economia Política* que tentava renovar inteiramente a ciência econômica apelando para as matemáticas e apoiando-se no princípio marginal. No mesmo ano, o austríaco Carl Menger analisava os fenômenos econômicos baseando-se no mesmo princípio, numa obra intitulada *Fundamentos da Economia Política*. Finalmente, em 1874 era a vez de um francês, Léon Walras, de se encaminhar por esta via. Estes três autores são os fundadores do que hoje se chama a escola neoclássica. Esse qualificativo é justificado no sentido em que a escola de que falamos se esforça por demonstrar novamente as conclusões da escola clássica quanto às vantagens do liberalismo econômico; todavia, apoia-se em raciocínios totalmente diferentes”.

empresas contratam ou adquirem fatores de produção e utilizam tais fatores no processo produtivo de forma a maximizar seus lucros. Os preços dos produtos finais e dos fatores de produção não estavam sob controle das empresas. Estas determinavam unicamente o processo produtivo e a quantidade de bens produzidos.

Pode-se dizer que a economia de orientação neoclássica apresentava três pontos essenciais: a relação entre crescimento econômico e dotação de recursos produtivos, a concepção linear do crescimento como sucessão de etapas que conduzem a prosperidade e a confiança na convergência como fruto dos mecanismos do mercado.

As mercadorias, por sua vez, constituíam a fonte última de prazer ou de utilidade, que os neoclássicos entendiam ser quantificável. Esta idéia foi expressa por Walras, conforme destacam Hunt e Sherman (2000, p. 115):

Com palavras menos ambíguas, Walras reafirmou a idéia de que a utilidade era quantificável: “Presumirei, portanto, a existência de uma medida-padrão que permita avaliar a intensidade de necessidades ou a utilidade intensiva, aplicável não apenas a unidades similares do mesmo tipo de riqueza, como também a unidades diversas de vários tipos de riqueza.”

A partir da citação pode-se perceber que a economia política de Walras tinha por base a construção de um modelo matemático que permite definir de maneira precisa a situação em que tende a estabelecer-se uma economia que se assenta na livre troca dos produtos, na livre venda da força de trabalho, na livre circulação dos capitais e aluguel de terras.

Na opinião de Denis (1974, p. 525):

A importância de Walras deve-se a que foi o primeiro a procurar construir, com a ajuda de um sistema de equações, um modelo completo do equilíbrio geral dos preços e das trocas. Este equilíbrio define-se como uma situação tal que nem os consumidores, nem os produtores, tenham interesse em modificar as quantidades de bens e serviços que pedem ou que oferecem nos diferentes mercados, o que permite considerar esta situação como uma situação normal, que não poderá ser modificada a não ser que intervenham causas exteriores ao sistema de trocas.

Nota-se que a proposição do autor está totalmente baseada na idéia de que o regime de livre-concorrência entre os indivíduos e as empresas privadas consegue o melhor resultado possível para a sociedade. Além disso, concebe as relações como meramente

mecânicas, num espaço homogêneo e com indivíduos comportando-se racionalmente (produtores e consumidores), sempre procurando otimizar sua conduta. Observa-se uma concepção funcional de espaço como campo de ação das forças econômicas, como superfície de localização que através da distância e da díspar distribuição dos fatores de produção, intervém no processo econômico em forma de obstáculo a superar.

Foram muitas as contribuições para o pensamento econômico neoclássico desde Jevons, Menger e Walras, consistindo estas, via de regra em proposições complexas expressas por modelos matemáticos muito elaborados.

Apesar das argumentações teóricas dos autores neoclássicos em defesa da política liberal do *laissez-faire*, os mesmos:

(...) cavaram um imenso abismo entre a teoria econômica e a realidade. Muitos economistas filiados à tradição neoclássica passaram a ignorar totalmente os problemas concretos e instituições econômicas existentes na prática. Confinados numa torre de marfim, ocupavam-se exclusivamente da construção de modelos matemáticos, intermináveis e herméticas variações em torno das mesmas trivialidades. (Hunt e Sherman, 2000, p. 117)

As proposições da economia neoclássica foram posteriormente desenvolvidas no sentido de explicar e propor regularidades para as questões espaciais, desenvolvendo-se a chamada economia espacial que, conforme veremos no capítulo 4, nos anos 1970 exerceu influência na produção geográfica principalmente no que diz respeito aos estudos de localização⁹.

⁹ Sobre os estudos de localização ou teoria locacional e sua relação com a economia neoclássica, Sánchez Hernández (2003, p. 50) destaca que: “(...) *Lo cierto, y justo es reconocerlo, es que entre 1820 y 1940 floreció en Alemania el estudio normativo de la localización de las actividades económicas bajo los supuestos y las restricciones de la economía neoclásica, con el propósito de establecer modelos de distribución espacial de los usos agrarios del suelo, de la industria o de los servicios en condiciones de libre concurrencia de los productores ante el mercado, preferentemente el mercado de bienes finales integrado por las economías domésticas. Lo que después se ha denominado Teoría de la Localización, apelativo bien expresivo de su preocupación central, está integrada por el modelo de Johann Heinrich Von Thünen sobre la renta y el uso agrícola de la tierra, formulado en 1826, por el modelo de localización industrial de Alfred Weber, del año 1909, por la teoría de los lugares centrales propuesta por Walter Christaller en 1933 y, finalmente, por el modelo de equilibrio general espacial que, pretendiendo refundir las aportaciones sectoriales anteriores, ideó August Lösh en 1940. De ellos, sólo Christaller era geógrafo lo que, de entrada, remite a una de las características fundamentales de este proyecto: la incorporación del razonamiento deductivo y del lenguaje geométrico y matemático propios de la economía neoclásica como instrumentos para la identificación de regularidades en la organización del espacio económico*”.

John Maynard Keynes

John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês propôs um intervencionismo moderado do Estado, de maneira que os órgãos governamentais deveriam conhecer com precisão o montante e a evolução do consumo e da poupança globais e ainda a exata capacidade de acumulação e investimento das economias nacionais. Desta forma, o Estado passaria a reunir melhores condições quer para a recuperação econômica nas fases de depressão, quer para a correção de setores débeis, ou para o desenvolvimento de políticas conducentes à melhor repartição da renda social obtida. Era um meio-termo entre a liberdade econômica absoluta e o controle total do Estado sobre a economia, embora este controle pudesse acarretar endividamento para o Estado.

Para isso, Keynes empreendeu uma análise macroeconômica, deixando de focalizar os fatos econômicos sob o aspecto individual, voltando-se para uma análise conjuntural que procura focalizar os aspectos globais. Sendo assim, não se deteve no comportamento dos sujeitos econômicos individuais, mas no aspecto global da atividade, considerando o sistema econômico em sua totalidade. Sua análise deixou de abordar fatos isolados para ir diretamente aos conjuntos e às tendências globais, estudando então, o comportamento do modo, suas variações e ajustamentos. Neste sentido, podemos dizer que questões como investimento, taxa de juros, renda e consumo, por exemplo, não devem ser considerados de maneira isolada, mas sim no conjunto de fatores e situações que compreendem a cadeia econômica¹⁰.

Em linhas gerais, o pensamento keynesiano¹¹ caracteriza-se pela proposição central de que o capitalismo tem um caráter intrinsecamente instável, não havendo como apregoado pela Lei de Say, uma mão invisível que produz a harmonia entre o interesse egoístico dos agentes econômicos e o bem-estar global. Sendo assim:

¹⁰ Sobre a relação entre macro e microeconomia com base nas idéias de Keynes há uma interessante análise em SCHWARTZ, Gilson. **Decifre a Economia**. São Paulo: Saraiva, 1991.

¹¹ Para maiores detalhes e concepções sobre a vida e obra de Keynes ver: John Maynard Keynes. **A teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (**Coleção Os Economistas**); DENIS, Henri. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974; GALBRAITH, John K. **O pensamento econômico em perspectiva – uma história crítica**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1989; HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982 entre outros.

(...) Em busca de seu ganho máximo, o comportamento individual e racional dos agentes econômicos - produtores, consumidores e assalariados - pode gerar crises a despeito do bom funcionamento das poderosas forças automáticas dos mercados livres. E essas crises advêm de insuficiências de demanda efetiva. (...) (Silva, 1985, p. XIII)

Para conter e eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego, Keynes propõe a ação do Estado fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a "renda não gasta" do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. Conforme destaca Hunt (1982, p. 442):

(...) O Governo poderia interferir, quando a poupança superasse o investimento, tomar emprestado o excesso de poupança e gastar o dinheiro em projetos socialmente úteis, que não aumentassem a capacidade produtiva da economia nem diminuíssem as oportunidades de investimentos no futuro. Estes gastos do Governo aumentariam as injeções de recursos na corrente de gastos e criariam equilíbrio e pleno emprego. Fazendo isso, o Governo não aumentaria o estoque de capital. Portanto, diversamente dos investimentos, isto não dificultaria atingir-se um nível de produção a pleno emprego no período seguinte. (...)

Desta forma, a atividade econômica do Estado na geração de demanda efetiva é incorporada à prática econômica do capitalismo para revigorá-lo. Esta ação caracterizou-se como um dos pilares básicos da política econômica a partir dos fins da década de 1930 e configurou-se numa saída da Depressão contribuindo para o crescimento sem precedentes do capitalismo industrial do pós-guerra.

Fazendo um balanço da obra de Keynes, Silva (1985, p. XXII) afirma que:

(...) É certo que Keynes não nos legou uma obra acabada e definitiva; ensinounos, no entanto, que a operação de uma economia monetária não pode ser compreendida a partir de modelos analíticos ancorados na Lei de Say. Mais importante ainda, incorporou à Economia a máxima - "O homem está só"- ou seja, não podemos contar com a mão invisível para garantir o suprimento os bens e serviços e para gerar todos os empregos requeridos por aqueles que desejam trabalhar. Keynes nos ensinou que a ação do Estado, através da política econômica é um ingrediente básico do bom funcionamento do sistema capitalista. Ou seja, o ativismo do Estado é um complemento indispensável ao funcionamento dos mercados para se obter o máximo nível de emprego possível e, portanto, maximizar a nível de bem-estar da coletividade. Esta é a mais duradoura contribuição de Keynes.

Neste sentido, é inegável que grande parte das discussões e idéias surgidas a partir de então, tiveram por base os pressupostos da teoria econômica keynesiana. Dentre essas idéias, podemos destacar os economistas Joan Robinson e Edward Chamberlin.

As proposições de Robinson e Chamberlin têm como ponto principal a reconstrução de uma teoria de mercado que tivesse ao mesmo tempo o grau de coerência e de rigor próprio da teoria da concorrência perfeita e do monopólio¹² e também estivessem em sintonia com as críticas apresentadas por Piero Sraffa (1926) quanto à teoria da concorrência.

Sobre as idéias de Joan Robinson que estão expressas em “Economia da Concorrência Imperfeita” (1933) podemos observar que sua noção de mercado baseia-se na hipótese de que os compradores reagem todos do mesmo modo às diferenças de preços praticadas pelos vendedores. Mas o comprador leva em conta outras coisas além do preço, segundo Robinson: a localização do vendedor, custos de transporte, garantia da qualidade fornecida por um nome bem conhecido, facilidades oferecidas, qualidade dos serviços de venda, publicidade etc. Por estas razões a homogeneidade do mercado perfeitamente concorrencial é quebrada e então acontece uma imperfeição no mercado.

Já Chamberlin baseia-se na diferenciação do produto para explicar a quebra da homogeneidade do mercado concorrencial. Esta diferenciação do produto seria o conjunto de causas pelas quais as mercadorias produzidas pelas firmas que fazem concorrência entre si não são idênticas, ou por circunstâncias objetivas, ou simplesmente imaginadas pelos compradores. Como exemplos temos a existência de marcas de fábrica, peculiaridades na qualidade, na forma ou confecção do produto, localização do vendedor, eficiência, reputação ou delicadeza de quem vende etc.

A partir do exemplo das idéias de Chamberlin e Robinson percebemos a grande influência de Keynes para o pensamento econômico. Na opinião de Schwartz (1991, p. 136):

A partir de Keynes, a principal tarefa da Economia passa a ser a definição de uma agenda para a regulação estatal. Por meio do exame conjuntural dos principais conflitos e incongruências na luta frenética dos indivíduos, das classes e dos setores econômicos contra o fantasma da incerteza deve-se buscar o consenso, as

¹² A concorrência perfeita e o monopólio são elementos constitutivos do que convencionou-se chamar de teoria do equilíbrio no mercado capitalista. Segundo esta teoria, “a concorrência é definida em termos perfeitamente estáticos, isto é, como aquela forma de mercado que consiste num conjunto numeroso de firmas, todas produzindo o mesmo bem, e, de tal maneira pequenas em relação à dimensão do mercado, que não podem ter, isoladamente, nenhuma influência sobre o preço.” (Napoleoni, 1990, p. 57). Para maiores detalhes sobre esta questão, bem como as críticas à teoria do equilíbrio ver NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

bases da confiança, as decisões do Estado que compensem as inseguranças e irracionalidades dos indivíduos.

Podemos verificar, então, que as idéias de Keynes são consideradas como grandes referenciais para o pensamento econômico do século XX tendo influência em praticamente todo o mundo.

A seguir veremos a relação entre o pensamento keynesiano e o cenário econômico e político do período que compreende nosso estudo. Para a compreensão destas idéias é importante a contextualização dos principais fatos e questões que envolveram a economia capitalista no período, afinal, as idéias e discussões surgem a partir de situações e problemas concretos.

Nossa discussão, portanto, partirá de uma contextualização geral das principais questões e fatos da economia capitalista mundial no período para em seguida estabelecer relação deste cenário com as idéias e concepções do pensamento econômico.

O cenário

No quadro do capitalismo mundial, os anos posteriores a Segunda Guerra Mundial caracterizam-se pelo que alguns autores como Hobsbawm (1995) chamam de “Anos Dourados”¹³. O período de aproximadamente 25 ou 30 anos que sucederam 1945 caracterizara-se por um extraordinário crescimento econômico e transformações sociais a partir dos quais podemos dizer que o capitalismo passou por uma fase de grande “auge”.

Esse crescimento econômico pode ser entendido a partir das seguintes dimensões: aumento espacial, ou seja, do número de territórios sob domínio do capitalismo e sobretudo sob o domínio dos ditos países capitalistas mais avançados; este aumento espacial, por sua vez pressupunha não só o domínio econômico, dos mecanismos da economia destes países, como também um aprofundamento ideológico no que diz respeito à hegemonia do capitalismo enquanto o mais adequado modo econômico e político para o desenvolvimento da sociedade naquele momento, principalmente pelo fato de que era mais “democrático”.

¹³ Perry Anderson (1995) também utiliza esta terminologia para referir-se ao período de maior auge do capitalismo avançado ocorrido durante as décadas de 1950 e 1960 quando este apresenta o crescimento mais rápido de sua história.

Neste período que abrange aproximadamente as décadas de 1945-1970 observamos uma grande expansão da indústria em escala mundial, tanto nas regiões capitalistas e socialistas como no chamado Terceiro Mundo¹⁴ contribuindo para um enorme crescimento da economia mundial, conforme afirma Hobsbawm (1995, p. 257):

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (...)

No caso da indústria este grande crescimento deveu-se em grande parte ao avanço do fordismo¹⁵ em escala mundial, atingindo praticamente todas as partes do mundo e tendo seu princípio ampliado para outros tipos de produção que não só a industrial.

Alguns fatores explicativos para esse grande crescimento do capitalismo no período relacionam-se ao avanço tecnológico, divisão técnica e territorial do trabalho e modificações na estrutura estatal quanto ao papel do Estado na economia.

No que diz respeito ao avanço tecnológico, embora não seja o principal responsável, teve papel importante na medida em que a base para o desenvolvimento dos produtos estava voltada para a pesquisa científica logo tendo sua aplicação prática.

Segundo Hobsbawm (1995, p. 260, 261, 262) pode-se considerar três elementos importantes para compreender o papel da evolução tecnológica no crescimento da economia mundial:

Primeiro, ele transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e à miniaturizada bateria de longa duração, chegar às mais remotas aldeias, a “revolução verde” transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. (...) Pois a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores laptop. A crença era que “novo” equivalia não só a melhor, mas absolutamente

¹⁴ Neste caso deve-se considerar que a industrialização de fato ocorreu após a Era de Ouro, no entanto, o importante é que houve uma redução acentuada do número de países dependentes da agricultura. (Hobsbawm, 1995). No caso do Brasil, por exemplo, o processo de industrialização moderna mais expressivo consolida-se apenas na década de 1970, embora tenha-se iniciado já nos anos 50.

¹⁵ O avanço do fordismo corresponde ao espalhamento em escala mundial e para os diferentes tipos de produção do modelo de produção em massa inspirado em Henry Ford que tinha, grosso modo, por base: produção em série, linha de montagem, rigidez do processo produtivo, especialização e hierarquização das etapas do trabalho.

revolucionário. (...) Segundo, quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. “Pesquisa e Desenvolvimento” (R & D em inglês) tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das “economias de mercado desenvolvidas” sobre as demais. (...) Terceiro, as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser consumidores. (...)

Aliado à evolução tecnológica, podemos dizer que o que de fato explica esse crescimento no período é uma substancial reforma do capitalismo no sentido de sua orientação política e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia tendo implicações diretas na divisão social e territorial do trabalho em escala mundial.

A reforma do capitalismo baseou-se em uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social com substanciais empréstimos da então URSS, pioneira na idéia do planejamento econômico. Neste sentido, verificava-se o fracasso do livre mercado irrestrito (o grande fato ilustrativo para isso foi a Grande Depressão) e a necessidade de um esquema de planejamento público e administração econômica dentro dos mecanismos de mercado. Na palavras de Hobsbawm (1995, p. 268): “*A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (“livre empresa” era o nome preferido) precisava ser salva de si mesma para sobreviver*”.

Durante o período ocorreu a ascensão da hegemonia política e econômica dos EUA que tomaram, para si, o papel de grandes articuladores da economia capitalista mundial. Esta economia passou a ser transnacional a partir de 1960 na medida em que se baseava num sistema de atividades para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituíam o esquema operatório básico, mas apenas fatores, elementos a serem considerados. Neste sentido, houve um crescimento das empresas transnacionais, configurou-se uma nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento externo.

Essa nova divisão internacional do trabalho foi bastante significativa para a mudança da economia capitalista mundial na medida em que com o processo transnacional de manufaturas as empresas podiam fracionar o processo produtivo em vários locais do mundo

(preferencialmente onde a mão-de-obra fosse mais barata) tornando o globo a totalidade real da economia.

De um modo geral, podemos dizer, parafraseando Mattoso (1995, p. 35) que:

A expansão do padrão de desenvolvimento norte-americano e a internacionalização da produção ocorridas no pós-guerra permitiram, por um lado, a recuperação japonesa e européia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente dominância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho. Por outro lado, gestou uma nova crise, constituída a partir do final dos anos 60/início dos anos 70 e caracterizada pela estagflação, instabilidade financeira e queda de produtividade, que acirrou a concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes econômicos.

Esta última constatação feita por Mattoso revela já um pouco dos fatos que marcaram o fim da Era de Ouro e o início de um novo período de crise no capitalismo mundial que segundo Benko (1996, p. 19) pode ser entendido a partir dos seguintes fatos:

(...) O fordismo aparece com perda de velocidade, entravado em seu impulso pela conjunção de uma crise de eficácia e de um esmorecimento de legitimação: a cadeia de produção peca por “rigidez”, ao passo que a “cadeia” das certezas de um desenvolvimento inexaurível é quebrada de maneira patente. A adoção de diversas estratégias pelos capitalistas não logrou impedir nem o agravamento dos problemas estruturais de lucratividade, nem (no nível macroeconômico) a perda de eficácia do complexo modo de “regulação” fordista. Por isso o sistema de produção em massa se encontra abalado, desvitalizado tanto pela crise disciplinar dos métodos taylorianos/fordistas como pelo espectro de não-reprodutibilidade do “compromisso” fordista rastejante. (...) ¹⁶

Sendo assim, de uma forma geral, podemos dizer que as causas da crise do capitalismo que se inicia nos anos 1970 relaciona-se ao desequilíbrio entre crescimento da

¹⁶ Além desta explicação, Benko (1996, p. 27) também afirma que: “Uma interpretação da crise dos anos 70/80 pode ser feita em bases schumpeterianas. O crescimento do pós-guerra é essencialmente imputável a dois fatores excepcionais. De um lado a intervenção do Estado (Estado-empresário, Estado providência), sob a influência dos princípios keynesianos, em domínios específicos (P&D, setor nuclear, espaço etc), sustentou as atividades econômicas; de outro, a liberação das trocas internacionais facilitou a expansão da área de difusão da inovação, aumentando assim as possibilidades de crescimento de progresso técnico. O contexto internacional favoreceu igualmente a explosão ao estabelecer uma regulação geral (instituições, regras monetárias etc). O crescimento vigoroso e trintenário se interrompe na década de 70, pois os investimentos de inovação e o progresso técnico atingem sua maturação. As causas exógenas agravaram a situação (preço do petróleo e matérias-primas) e precipitaram a necessária adaptação estrutural.” Mas esta é apenas uma das interpretações que difere, por exemplo, daquela da escola da regulação. Mais detalhes ver: BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização – na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

produção e capacidade de compra, diminuição da produtividade da mão-de-obra, desajustes no sistema de preços aliado a uma estagnação econômica ocasionando estagflação, além do próprio desgaste da hegemonia dos EUA.

Diante desta nova crise o capitalismo, então, procura reestruturar-se a partir dos anos 1980 lançando as bases de um novo paradigma produtivo e tecnológico que caracterizariam uma verdadeira Terceira Revolução Industrial. Esta, segundo Mattoso (1995, p. 62-63):

(...) traria em seu bojo a ruptura do paradigma industrial e tecnológico impulsionado a partir da Segunda Revolução Industrial e a emergência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional. Ao buscar consolidar-se, este novo paradigma entraria em conflito, não somente com o velho padrão industrial, mas sobretudo com as relações salariais e com o padrão de consumo anteriores.

A reestruturação da economia capitalista baseou-se em novas tecnologias de impacto abrangente sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas. A intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial foi comandada pelos países avançados havendo predomínio do capital reestruturado dependente do movimento mais geral de gestão e realização da riqueza sob dominância financeira, configurando-se a financeirização da economia mundial.

No âmbito das relações produtivas verifica-se que:

(...) A mudança do peso relativo das tecnologias fordistas no conjunto das práticas de controle capitalista, a ascensão do saber produtivo flexível e a das formas organizacionais maleáveis e “consensuais”, o consumo de mercadorias propostas pela revolução eletrônica [Lipietz, 1990], todos esses fenômenos, que conotam uma complexa e contraditória refundação da regulação capitalista, confluem para nova configuração a que vamos chamar de acumulação flexível. (...) (Benko, 1996, p. 23)

Sendo assim, a organização flexível da produção é uma característica central para a reestruturação da economia dentro deste novo paradigma técnico-produtivo. Esta flexibilidade dá-se tanto no interior da empresa como no mercado externo. No interior da empresa relaciona-se à mudança de papel do trabalhador em relação ao fordismo: exige-se polivalência e formação técnica geral na medida em que o próprio processo produtivo é flexibilizado não seguindo mais a rígida separação das etapas da produção. Em relação ao

mercado externo, a flexibilidade relaciona-se à mobilidade do emprego e ao custo da mão-de-obra que são fatores determinantes para o preço do produto final e a capacidade competitiva da empresa no mercado.

De uma forma geral, durante os dois períodos em questão, a economia capitalista, apesar de manter sua essência, apresenta estratégias de reprodução diferenciadas.

Num primeiro momento (os Anos de Ouro) a convivência entre liberalismo econômico e uma certa democracia social aqui entendida como a possibilidade de extensão de direitos sociais para a maior parte da população através de políticas¹⁷ desenvolvidas pelo Estado visando: seguridade social, acesso à saúde, educação, reivindicação de salários compatíveis às necessidades, além de participação política¹⁸ é totalmente possível e até necessária para sua própria reprodução.

Já a partir da crise gestada por esse modelo faz-se necessária a volta ao liberalismo mais acentuado, excluindo o Estado das funções e papéis antes desempenhados tanto do ponto de vista da economia como da sociedade de forma geral e delegando mais uma vez ao mercado o papel central do seu desenvolvimento.

Imbricadas aos fatos que compõem este “cenário” que procuramos brevemente traçar, estão idéias, interpretações e proposições teóricas acerca da economia capitalista. Estas idéias nos auxiliam em certa medida no entendimento mais amplo desses processos.

Vamos a elas.

As idéias

No período dos "anos de ouro" pode-se observar a aplicação e sucesso das idéias keynesianas materializadas no Welfare State. Neste sentido, o próprio sucesso do capitalismo durante esse período deve-se, em grande parte, à aplicação dos princípios de Keynes para a economia que de certa forma constituíram o que ficou conhecido como Welfare State ou

¹⁷O conjunto destas políticas ficou conhecido como Welfare State ou estado de bem-estar social que tinha por base alguns dos princípios estabelecidos anos antes pelas idéias do economista inglês John Maynard Keynes, conforme já visto neste capítulo.

¹⁸Contraditoriamente, neste mesmo período (década de 1960) grande parte dos países latino-americanos, passa por um momento marcado pela total ausência da democracia com as ditaduras militares que se alastram por todo o continente (assim como também em alguns países da África e Ásia). Mas essas ditaduras só podem ser

Estado de bem-estar social que “*no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção da renda, assistência, educação – se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público (...)*”¹⁹ (Hobsbawm, 1995, p. 278)

No entanto, com a crise do capitalismo nos anos 1970 questiona-se este modelo econômico baseado nos pressupostos keynesianos e são retomadas as idéias liberais mais conservadoras as quais passam a dominar o pensamento econômico nas últimas duas décadas do século XX²⁰. Para Anderson (1995, p. 10): “*A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. (...)*”

As idéias liberais são consubstanciadas no que conhecemos hoje por neoliberalismo que no entendimento de Petras (1997, p. 36) nada mais é do que “*uma forma histórica do capitalismo*”.

Sobre o neoliberalismo e seu surgimento como uma espécie de “doutrina” vale a pena destacar a seguinte citação de Chauí (1999, p. 27-28):

O que chamamos de neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre os quais Popper e Lippman, que, em 1947, reuniu-se em Moint Saint Pélerin, na Suíça, à volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente contra o surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do New Deal. Navegando contra a corrente das décadas de 50 e 60, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado-Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado

entendidas no mesmo contexto da democracia na Europa e EUA, visto que foram estratégias para a manutenção do capitalismo em escala mundial diante da ameaça socialista principalmente após a Revolução Cubana.

¹⁹ Para uma discussão mais ampla e verticalizada sobre o Welfare State a partir de suas principais características e diferenciações nos países avançados ver: ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n. 24, São Paulo: CEDEC/Marco Zero, setembro, 1991, p. 85-116.

²⁰ Aliado à questão da crise do capitalismo, também devemos considerar o fato de que no final dos anos 1980 o chamado socialismo real mostrava sinais claros de esgotamento, com as aberturas realizadas na antiga URSS que vieram a culminar com a derrubada do Muro de Berlim em 1991. Isso de certa forma, também contribuiu para que o neoliberalismo fosse encarado como a única saída para a sociedade tendo em vista que ficou “provado” que o capitalismo ainda seria o melhor caminho para o desenvolvimento da sociedade mundial. Daí a necessidade de reformar esse capitalismo através de mecanismos estritamente liberais.

destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem as quais não há prosperidade. Essas idéias permanecem como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passou a ser ouvido com respeito porque oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis (...)

Conforme vemos, o neoliberalismo foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar já no momento em que estes apresentavam-se como as proposições mais adequadas para o desenvolvimento da sociedade capitalista. No entanto, suas idéias só foram de fato "aceitas" com a nova crise do capitalismo na década de 1970. A sociedade capitalista até este momento era orientada por dois grandes princípios: o princípio keynesiano da intervenção do Estado na economia por meio dos investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção do bem-estar social, visando diminuir as desigualdades; e o princípio fordista da organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, com a centralização e verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagem concentradas num único espaço, formação de grandes estoques e orientado pelas idéias de racionalidade e durabilidade dos produtos e de política salarial e promocional visando aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores.

Com as proposições do neoliberalismo, a saber: Estado forte e com a meta de ter uma estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego para formar o exército industrial de reserva, além de promover a reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e que acima de tudo se afastasse da regulação econômica deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade operasse a desregulamentação - houve uma mudança na forma de acumulação do capital, conhecida como acumulação flexível, levando o capitalismo a configurar-se atualmente a partir das seguintes características: desemprego estrutural e exclusão do mercado de trabalho; proponderância do monetarismo e do capital financeiro; terceirização e fragmentação da produção; ciência e tecnologia como forças produtivas; privatização do Estado e dos serviços públicos; o Estado nacional deixa de ser visto como enclave territorial para o capital e há uma (re)territorialização da divisão

internacional do trabalho e de classes que não se caracteriza por país, mas é interna a cada um deles.

O que podemos destacar em relação ao neoliberalismo é o caráter extremamente ideológico que constitui seu ponto central, ao contrário das teorias e idéias econômicas surgidas anteriormente como o keynesianismo, por exemplo, que procurava fundamentar seus postulados a partir das teorias e situações concretas do sistema capitalista, ficando o aspecto ideológico em segundo plano. Claro que o keynesianismo também pressupunha uma justificativa ideológica, no entanto, no caso do neoliberalismo a lógica econômica e política é vista como o único caminho em nível global, ou seja, pode-se dizer que comparado com os momentos anteriores, nunca uma idéia tivera tal “expansão espacial”.

Este caráter ideológico do neoliberalismo é bastante destacado por Petras (1997, p. 36-37):

(...) O argumento real do neoliberalismo não é o mercado versus Estado, mas a natureza de classe do estatismo neoliberal. Neste contexto, a ideologia neoliberal, escondida atrás da sua retórica de mercado, obscurece a sua verdadeira função de ideologia de classe (...) O neoliberalismo deve ser entendido como uma ideologia para justificar e promover a reconcentração de riquezas, a reorientação do Estado em favor dos super-ricos e o principal mecanismo para transferir riquezas para o capital estrangeiro. Todo "desenvolvimento" é incidental e contingencial na satisfação dos critérios acima mencionados. Dessa forma, a privatização, a desregulamentação, o livre comércio, etc não são elementos de uma estratégia de desenvolvimento (essas reformas neoliberais foram acompanhadas por uma estagnação cada vez maior), e sim estratégias de classe e justificativas para o enriquecimento da classe dominante, e deveriam ser consideradas como tal. Isso também vale no campo político.

Nesta mesma direção, Anderson (1995, p. 22-23) afirma que:

(...) Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo mundo à sua volta, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (...)

(...) Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (...)

Sendo assim, podemos dizer que em termos das principais idéias que nortearam o pensamento econômico no período em questão (a partir da segunda metade do século XX) tem-se num primeiro momento, senão a hegemonia, mas pelo menos a ampla aceitação e aplicação da teoria keynesiana ao desenvolvimento do capitalismo. Posteriormente, embora como verificado, o neoliberalismo tenha surgido como reação imediata à teoria keynesiana, tem-se a disseminação do ideário neoliberal como "saída" para a crise vivida pelo capitalismo após 1970.

Capítulo 2

**O pensamento geográfico e o
elemento econômico: uma
possibilidade de leitura**

Capítulo 2

O pensamento geográfico e o elemento econômico: uma possibilidade de leitura

A discussão e reflexão sobre o pensamento geográfico brasileiro não pode prescindir do entendimento deste no interior do pensamento geográfico em geral e desta forma, do quadro mais amplo em que se insere a Geografia como ciência moderna.

Neste sentido, conforme aponta Oliveira (1999, p. 66) esta discussão deve ser feita no campo da filosofia e não somente no campo estrito da Geografia, pois o debate filosófico em que se inseriu a Geografia no século XIX nos ajuda a entender melhor as correntes filosóficas do pensamento que formaram as raízes do pensamento geográfico moderno.

É, portanto, com base nas idéias presentes no debate filosófico travado no século XIX que devemos entender a formação do pensamento geográfico tendo em vista que:

(...) Esse rico debate deve ser entendido agora no interior de uma visão social de mundo entendida como perspectiva de conjunto, como a estrutura categorial, como o estilo de pensamento socialmente direcionado que, todos sabemos, pode ser ideológico ou utópico. (...) (Oliveira, 1999, p. 66)

Diante da perspectiva analítica e dos limites colocados para este trabalho, partiremos neste momento para a reflexão acerca do pensamento geográfico brasileiro a partir das preocupações e balizamentos acima estabelecidos e para tal, iremos, inicialmente, discutir as principais matrizes teórico-metodológicas presentes no pensamento geográfico e que por sua vez, influenciaram diretamente a produção geográfica brasileira¹.

É importante ressaltar que a discussão sobre as matrizes teórico-metodológicas presentes na formação do pensamento geográfico tem se pautado, na maioria das vezes, pela conhecida classificação de Geografia Tradicional estabelecida para referenciar o período que compreende a constituição e alicerçamento do Geografia como ciência. A Geografia Tradicional aparece, grosso modo, como o período em que o positivismo consagra-se como a

¹Oliveira (1999) no artigo “A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro” de forma breve mostra a partir do exemplo da Geografia Agrária como estiveram presentes no pensamento geográfico brasileiro as influências do positivismo, historicismo e dialética consideradas por ele as principais correntes presentes no pensamento geográfico.

grande matriz teórico-metodológica que orientou de forma quase absoluta os trabalhos produzidos no âmbito da Geografia².

Iremos neste capítulo adotar o ponto de vista estabelecido por Oliveira (1999) que, por sua vez, ampara-se principalmente nas discussões de Capel (1981), por entendermos que de fato a reflexão sobre o pensamento geográfico deve estar diretamente relacionada ao debate científico hegemônico estabelecido no período, o que contribui para melhor entendermos as correntes filosóficas produzidas neste contexto³.

Sendo assim, a reflexão sobre o pensamento geográfico pautar-se-á na discussão das três principais correntes filosóficas que influenciaram diretamente a constituição e desenvolvimento deste pensamento: positivismo, historicismo e dialética. Para Löwy (1985, p. 35) estas três proposições teórico-metodológicas estabelecem relações de leitura entre os valores e a ciência e as ideologias e a ciência. Em sua opinião:

As três principais proposições teórico-metodológicas sobre o relacionamento entre ideologias, utopias, visões sociais de mundo, valores, posições de classe, posições políticas, por um lado, e o processo de conhecimento científico, por outro, são o positivismo, o historicismo e o marxismo. Existem também os possíveis cruzamentos, várias fertilizações recíprocas entre essas três correntes, que não são correntes hermeticamente fechadas, mas concepções fundamentais

² No trabalho de Moraes (1997) percebemos a utilização desta classificação, assim como no de Moreira (1981). O primeiro utiliza a expressão referindo-se a um conjunto de correntes da Geografia (determinista, possibilista e racionalista) que tinham como fundamento comum o positivismo. Segundo Moraes (1997, p. 21): “(...) *Os postulados do positivismo (aqui entendido como o conjunto de correntes não-dialéticas) vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional dando-lhe unidade.*” Moreira, por sua vez, sempre utiliza esta expressão entre aspas assim como outras como “escola alemã”, “escola francesa”, “geografia quantitativa e teórica”, “nova geografia”, entre outras. Para ele, a “geografia tradicional” ou o período da “geografia tradicional” é marcado pela técnica da classificação como ponto-chave do método na formulação de leis, obtenção de dados a partir da observação e necessidade da síntese. Santos (1996) utiliza a expressão “Geografia Clássica” para referir-se a este período, no entanto, como veremos adiante, identifica também outras influências teórico-metodológicas na formação do pensamento geográfico.

³ É importante lembrar que outros autores também chamaram atenção para este fato. Andrade (1987) ao falar sobre a existência de uma geografia libertária representada pelos trabalhos de Elisée Reclus e Piotr Kropotkin mostra que mesmo no interior do positivismo existiram outras formas de pensamento. Ao falar sobre a herança filosófica da Geografia, Santos (1996, p. 29-30) afirma que: “*Se queremos encontrar os fundamentos filosóficos da ciência geográfica no momento de sua construção entre o final do século passado e início deste, temos que ir buscá-los em Descartes, Kant, Darwin, Comte e os positivistas, mas também em Hegel e Marx.(...) Que o positivismo haja contaminado até mesmo o marxismo nos dá a medida da importância que adquiriu em uma fase tão importante da história científica (...)*”. Outra perspectiva ainda é trazida por Gomes (1996) ao identificar a existência de duas tendências opostas que caracterizam o desenvolvimento do pensamento geográfico moderno: o racionalismo e algumas contracorrentes como a Filosofia da Natureza, Romantismo, Hermenêutica e Fenomenologia. O autor mostra a presença de uma dualidade epistemológica no pensamento dos conhecidos fundadores da Geografia moderna Humboldt e Ritter. Além destes ainda podemos lembrar Quaini (1983) mostrando o papel do iluminismo e Sodré (1976) o papel da ciências naturais na forma o do pensamento geográfico.

para enfrentar o problema da relação entre os valores e a ciência, as ideologias e a ciência, as utopias e a ciência, o conhecimento e a luta de classes. (...)

Além de estabelecer o fundamento que permeia a distinção entre as três correntes em sintonia com o debate filosófico tendo em vista a preocupação esboçada com a questão dos valores, visões de mundo, utopias, posições políticas e o processo do conhecimento, é interessante verificar que Löwy também chama atenção para o fato de que estas correntes não estão fechadas havendo possibilidade de cruzamentos e fertilizações recíprocas.

Da mesma forma, Capel (1981, p. 247-248) afirma que a geografia pode ser considerada “nova” em diferentes momentos de seu desenvolvimento, pois não há uma evolução linear na qual cada fase da evolução é seqüência da anterior, mas observa-se uma série de rupturas, de revoluções que inserem novos fundamentos obrigando a adoção de novas concepções.

Portanto, a distinção entre as três correntes não deve representar uma limitação, um simples enquadramento para as diferentes concepções presentes no pensamento geográfico, mas uma possibilidade de leitura e interpretação destas no quadro mais geral do debate científico e filosófico conforme afirma Capel (1981, p. 248):

El significado de este hecho parece importante y permite situar la evolución de nuestra ciencia en el cuadro de la evolución científica general. El problema que plantea la existencia de estas diversas “nuevas geografías” puede ser explorado, en primer lugar, a partir de las ideas existentes sobre las rupturas epistemológicas y sobre las revoluciones científicas y la adopción de nuevos paradigmas.

O positivismo: elementos e questões centrais

O positivismo pode ser considerado ao mesmo tempo como uma metodologia científica e uma concepção filosófica de mundo e de ciência. Sua origem pode ser identificada no século XVIII no momento em que se desenvolve a Filosofia das Luzes e sua luta contra a ideologia dominante na época expressa pela ideologia clerical, feudal e absolutista. No entendimento de Löwy (1985, p. 37):

(...) Pode-se dizer que o positivismo moderno é filho legítimo da filosofia das luzes e, da mesma maneira que esta filosofia, ele tem em um primeiro período um caráter utópico, quer dizer é uma visão social de mundo de dimensão utópica, crítica e até certo ponto, revolucionária.

No entanto, no decorrer do século XIX o positivismo torna-se uma ideologia conservadora identificada com a ordem industrial e burguesa na medida em que seu pressuposto fundamental, o da neutralidade valorativa das ciências sociais, acaba por ignorar o condicionamento histórico-social do conhecimento, não considerando, inclusive, a questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais e as condições sócio-econômicas em que está sendo gestado.

As premissas fundamentais que sustentam o positivismo são consideradas as seguintes: 1) A sociedade humana é regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana reinando na sociedade uma harmonia natural; 2) Os métodos e procedimentos para conhecer a sociedade são exatamente os mesmos utilizados para conhecer a natureza; 3) As ciências da sociedade, desta forma, devem estudar a sociedade com o mesmo espírito objetivo, neutro, livre de julgamentos de valor, ideologias ou visões de mundo⁴.

Quanto à primeira premissa, podemos identificar seus fundamentos em várias passagens da obra de Comte, principalmente no “Curso de Filosofia Positiva” (1830) onde o autor afirma que:

(...) o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais e invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais. (...) (Comte, 1988, p. 07)

⁴ A base para a definição destas premissas em sua forma completa, é sem dúvida o pensamento de Auguste Comte. Conforme nos mostra Gianotti (1988, p. X) “(...) o sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva. Finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. (...)” É a partir dos desdobramentos desta filosofia que podemos compreender as premissas fundamentais do positivismo.

A citação destacada revela que o autor entende todos os fenômenos (inclusive os sociais) como sujeitos a leis naturais e invariáveis sendo importante, portanto, o conhecimento e estabelecimento destas leis e não das causas dos fenômenos.

Para o conhecimento e estabelecimento destas leis tem-se a necessidade da segunda premissa do positivismo: a unidade do método que nos dizeres de Comte é “(...) *a única unidade indispensável (...) que pode e deve evidentemente existir e já se encontra, na maior parte estabelecida. (...)*” (Comte, 1988, p. 20)

A terceira premissa positivista relaciona-se à questão da neutralidade científica entendida por Comte como a forma de melhor objetivar o estabelecimento de leis na medida em que:

(...) A razão humana está agora suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas sem ter em vista algum fim estranho, capaz de agir fortemente sobre a imaginação, como aquele que se propunham os astrólogos e alquimistas. Nossa atividade intelectual estimula-se suficientemente com a pura esperança de descobrir as leis dos fenômenos, com o simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria. (...) (Comte, 1988, p. 06)

A partir das premissas acima apresentadas percebemos que o traço mais marcante da concepção positivista é a afirmação da necessidade e a possibilidade de uma ciência social desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias e as visões de mundo. Para Löwy (1985, p. 36): “(...) *A idéia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou prenoções.*”

A base essencial do método positivista é o raciocínio indutivo que parte da observação e mediante classificações e comparações chega a conclusões gerais, ao estabelecimento de leis gerais.

Segundo Löwy (1985, p. 37), Condorcet, um filósofo ligado à Enciclopédia, pode ser considerado o “pai do positivismo” devido ao fato de ser o primeiro a formular de maneira mais precisa a idéia de que a ciência da sociedade deve ser objetiva, tomando o caráter de uma matemática social. Para o autor:

(...) Condorcet considera que, como na marcha das ciências físicas os interesses e as paixões não perturbam, o mesmo deve acontecer nas ciências da sociedade

e, até o momento, esses interesses e paixões entravam, como elementos de perturbação, no conhecimento. Como esses interesses e paixões são, sobretudo, das classes dominantes feudais, para Condorcet se trata de eliminar do conhecimento social as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade papal, a autoridade de São Tomás de Aquino, enfim, todos os dogmas fossilizados que se arrogavam o monopólio do conhecimento social.

A partir da citação acima pode-se verificar, conforme mencionado anteriormente que inicialmente o positivismo possuía um caráter revolucionário pois se colocava frontalmente contra o controle do conhecimento social pelas classes dominantes da época representadas majoritariamente pela Igreja.

O primeiro a utilizar o termo “positivo” para referir-se à ciência é Sant-Simon, considerado discípulo direto de Condorcet. Sant Simon tinha o objetivo de formular uma nova ciência da sociedade segundo o modelo biológico, ou seja, no seu entendimento a ciência social deveria ter por modelo a fisiologia.

Mesmo com essa comparação ou aproximação entre a ciência social e o modelo orgânico biológico, na opinião de Löwy (1987, p. 21):

(...) é importante salientar que esta “naturalização” da sociedade e da ciência social, esta utilização abusiva da analogia “orgânica” não tem neste autor – como terá nos positivistas posteriores – uma significação apologética conservadora em relação à ordem estabelecida; muito pelo contrário, ela tem uma função eminentemente crítica e contestadora. (...)

Uma mudança de direção no positivismo irá acontecer com as idéias de Augusto Comte, considerado o fundador do positivismo. Comte afirma a necessidade de um pensamento inteiramente positivo, livre de crítica e negatividade, transformando o positivismo de fato numa ideologia conservadora. Claro que também existiu um contexto histórico propício para essa mudança expresso no fato de que a burguesia passa a ser a classe dominante na França a partir de 1830, perdendo seu caráter de classe contestadora, revolucionária, para tornar-se hegemônica, passando a lutar para conservar seus privilégios de classe.

Para Comte o método positivo deveria consagrar teórica e praticamente a defesa da ordem natural; a partir deste pressuposto começa a formular uma concepção de ciência natural conhecida como física social que teria por objeto o estudo dos fenômenos sociais

considerados no mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos.

Outro nome de destaque no positivismo é Emile Durkheim que se apoia principalmente na contribuição de Comte relativa ao estabelecimento de um método único para as ciências naturais e sociais. Para Durkheim, as leis da natureza eram impossíveis de serem mudadas e sendo estendidas à sociedade, não haveria possibilidade de uma transformação desta através de uma revolução. Em sua opinião a sociedade poderia ser considerada um sistema formado pela associação de indivíduos e com características próprias e que esta, ao transmitir a cultura aos seus componentes, inculcava crenças e práticas sociais. Neste sentido afirmava que:

(...) Efetivamente, nosso objeto principal é estender o racionalismo científico à conduta humana fazendo ver que, considerada no passado, é redutível à relação de causa e efeito, que uma operação não menos racional pode transformar, mais tarde, em regras da ação para o futuro. O que se tem chamado nosso positivismo é uma consequência desse racionalismo. (...) (Durkheim, 1998, p. 31)

Apesar disso, Durkheim reconhecia o problema da existência de ideologias, utopias, visões sociais de mundo no campo das ciências sociais, considerando-as doutrinas, prejuízos ou prenoções que deveriam ser ignoradas pois não teriam valor científico.

A passagem abaixo nos revela um pouco destas características do pensamento de Durkheim:

Nossa regra não implica, pois nenhuma metafísica, nenhuma especulação sobre o fundo dos seres. Apenas ela reclama que o sociólogo tenha o espírito idêntico ao do físico, do químico, do fisiologista, quando se aventuram em uma região, ainda inexplorada, do seu domínio científico. (...) Não somente o sociologista, se julga forçado a dogmatizar, de uma só vez, sobre todos os problemas, mas, ainda, com algumas páginas e frases, crê haver atingido a própria essência dos fenômenos mais complexos. A consequência é que tais teorias não expressam os fatos, impossíveis de se esgotarem com tanta rapidez, mas a prenoção que deles tinha o autor, antes de iniciar a investigação. Sem dúvida, a idéia que fazemos das práticas coletivas, do que são e devem ser, é um fator do seu desenvolvimento. Mas esta idéia é um fato que para ser convenientemente determinado deve ser estudado objetivamente. (...) (Durkheim, 1998, p. 34-35)

Coloca-se aí, portanto, a questão da objetividade científica que segundo Löwy (1987) foi “resolvida” ou pode ser entendida por analogia com a famosa história do Barão de

Münchhausen que para livrar-se do pantanal em que afundava com seu cavalo, puxa seus próprios cabelos.

A conclusão de Löwy (1985, p. 43) é de que:

A objetividade científica do método positivista significa que o sociólogo, que está enterrado até a cintura no pantanal de sua ideologia, de sua visão social de mundo, de seus valores, de suas prenoções de classe, sai dessa puxando-se pelos seus próprios cabelos, arrancando-se do pantanal para atingir um terreno limpo, asséptico, neutro, da objetividade científica.

Max Weber é elencado neste rol de pensadores não necessariamente por ser um autêntico sociólogo positivista, mas pela convergência existente entre sua teoria da ciência e a teoria dos positivistas no que diz respeito ao postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais. Segundo Löwy (1987, p. 33): “(...) *Na realidade foi ele quem formulou o postulado de forma precisa e sistemática, mais rigorosa que os vagos desejos dos positivistas do século XIX.*”

Para Weber toda ciência da sociedade, da história ou da cultura implica uma relação com os valores que servem de ponto de partida para a investigação científica. Essa formulação da importância dos valores na produção do conhecimento científico pode ser considerada bastante antipositivista e Weber chega mesmo a criticar a influência do método biológico, positivista, naturalista sobretudo na ciência econômica.

Entretanto, sua aproximação com o positivismo pode ser vista a partir da idéia de que a visão de mundo não deve influenciar a análise científica pois esta deveria estar livre de juízos de valor. Neste ponto, pode-se dizer que Weber volta à forma do positivismo para resolver este problema: o autocontrole científico.

Sobre esta questão Weber (1998, p. 83-84) afirma que:

(...) Juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem, em última instância, de determinados ideais, e de por isso terem origens “subjetivas.”

(...) Mas tomar uma determinada decisão em função daquelas ponderações já não é mais tarefa possível para a ciência. Ela é própria do homem da ação: ele pondera e escolhe, entre outros valores em questão, aqueles que estão de acordo com sua própria consciência e sua cosmovisão pessoal. A ciência pode proporcionar-lhe a consciência de que toda a ação, e também, de modo natural, conforme com as circunstâncias, a “não-ação” implicam, no que tange às suas conseqüências, uma tomada de posição a favor de determinados valores, e, deste modo, em regra geral, “contra outros valores” – fato que hoje em dia, é

facilmente esquecido. Decidir-se por uma opção é exclusivamente “assunto pessoal”.

E acrescenta que “(...) *se o sujeito que emite juízos de valor deve professar estes critérios últimos, isto é um problema pessoal, uma questão de sua vontade e de sua consciência; nada tem a ver com o conhecimento empírico.*” (Weber, 1998, p. 84), colocando, desta forma, claramente seu entendimento em relação ao posicionamento do sujeito na investigação científica, ou seja, ele deve isentar-se de qualquer juízo de valor⁵.

Karl Popper é reconhecido no âmbito da discussão sobre o positivismo por introduzir um novo ponto de vista na problemática positivista afirmando que a objetividade científica não poderia ser resultado de qualquer “boa vontade” individual do homem da ciência, de sua pretensa capacidade de se liberar de seus próprios “preconceitos”.

Na opinião de Löwy (1987, p. 49-50):

Graças a Popper, o dogma que orientou durante mais de um século – e que continua a predominar – o conjunto da abordagem positivista do problema da objetividade cognitiva e da relação ciência/ideologia se acha radicalmente questionado, por assim dizer “do interior” do próprio campo positivista.

Apesar deste questionamento de Popper, em seu pensamento ainda podemos verificar, no que diz respeito à questão da objetividade, a recusa em distinguir as ciências sociais das ciências naturais.

A teoria da objetividade científica de Popper pode ser entendida como a “(...) *objetividade institucional que pressupõe que a objetividade científica não é um produto da imparcialidade do sábio individual, mas produto do caráter social ou público do método científico; e a imparcialidade do sábio individual é, na medida em que ela existe, não a fonte, mas antes o resultado desta objetividade social ou institucional organizada (...)*(Löwy, 1987, p. 51).

A limitação a esta teoria pode ser constatada na medida em que a “objetividade institucional” somente pode ser possível no campo das ciências naturais, pois nestas as

⁵ No texto “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política – 1904”, Weber expõe com clareza sua defesa em torno da necessidade da busca de objetividade no campo das ciências sociais e do dever do autocontrole científico.

ideologias, os pontos de vista de classe e as visões sociais de mundo não desempenham papel tão decisivo quanto nas ciências da sociedade⁶.

De forma geral, estas são as principais idéias que caracterizam o positivismo: a afirmação de uma unidade metodológica para as ciências sociais e da natureza; a busca de uma objetividade científica a qual afastaria os preconceitos e as prenoções separando os julgamentos de fato e os julgamentos de valor; sua base essencial é sempre o raciocínio indutivo que parte da observação e mediante classificações e comparações se eleva a conclusões gerais, ao descobrimento de leis.

Destas características do positivismo pode-se entender algumas implicações ideológicas desta corrente de pensamento conforme destaca Lemos Filho (1989, p. 25-26):

(...) A finalidade é, nas Ciências Sociais, atingir a mesma neutralidade, imparcial e objetiva, que se atinge na Física, na Química e na Biologia. Daí se evidenciam as implicações ideológicas conservadoras dessa concepção: se as leis sociais são leis naturais, a sociedade não pode ser transformada. Ao contrário dos filósofos iluministas, considerados negativistas por Auguste Comte, o positivismo privilegia a aceitação passiva do “status quo” social.

Deve-se ressaltar também no interior deste quadro, o papel exercido pelo evolucionismo sobre o pensamento científico, especificamente aquele ligado às idéias de Herbert Spencer. No entendimento de Spencer⁷ a evolução seria a transformação universal definida sobretudo pela integração e pela diferenciação progressivas. Em suas palavras:

(...) Evolução é uma integração de matéria e uma concomitante dissipação do movimento, durante as quais a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, para uma heterogeneidade definida, coerente; e durante as quais o movimento retido sofre uma transformação paralela. (Spencer *apud* Durant, 1996, p. 342)

O evolucionismo, portanto, constitui um corpo de idéias que entende a evolução como a lei geral de todos os seres (matéria, vida, espírito e sociedade) capaz de reger, por

⁶ Para mais detalhes sobre o pensamento de Popper ver: NEWTON-SMITH, W. H. Popper, ciência e racionalidade. In: O'HEAR, Anthony. **Karl Popper: filosofia e problemas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997, p.21-40; além das próprias obras de Popper, entre elas: POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.

⁷ Esta idéia de evolução foi expressa por Spencer muito antes de Darwin, em um ensaio sobre “*A Hipótese do Desenvolvimento*” (1852) e nos seus *Princípios de Psicologia* (1855.)

consequente, tanto as ciências quanto a própria moral e que teve grande influência sobre o pensamento científico do século XIX.

A partir do exposto, vejamos como estas idéias influenciaram o pensamento geográfico.

O positivismo na Geografia

O positivismo exerceu forte influência sobre o pensamento científico do século XIX tendo também papel importante para a Geografia que naquele momento aparecia como ciência institucionalizada. À influência positivista também somaram-se o impacto do evolucionismo, da obra de Darwin e dos primeiros criadores da ecologia biológica. É importante salientar, inclusive, que naquele momento, as ciências que desejavam adquirir o “status científico”, ou seja, queriam ser reconhecidas como ciência deveriam adequar-se ao estatuto científico formulado com base no positivismo e evolucionismo.

Os pressupostos fundamentais do positivismo já discutidos no item anterior deste capítulo podem ser encontrados com facilidade nas idéias dos principais pensadores no âmbito da Geografia em seu momento inicial como ciência moderna.

A influência positivista e evolucionista é bastante discutida no pensamento de Ratzel que marca de forma mais precisa a introdução dos postulados positivistas no pensamento geográfico⁸.

⁸É interessante notar que embora Humboldt seja reconhecido como um dos fundadores da Geografia moderna, seu pensamento não pode ser identificado com o positivismo da mesma forma que Ratzel conforme aponta Moraes (2002, p. 91): “(...) *De todo modo, é possível afirmar que não há uma influência positivista expressiva no pensamento humboldtiano. A sua posição, já apresentada, quanto ao empirismo, tão caro a Comte, reforça esta avaliação. Se for para identificar uma influência filosófica dominante nas concepções de Humboldt, esta residirá, sem dúvida, em sua época e em sua própria sociedade. É o idealismo de Schelling e o romantismo de Goethe que afloram com maior vigor na concepção humboldtiana. Em menor grau, é também sensível a influência de Schiller e de Hegel. (...)*”. Esta idéia também é discutida por Gomes (1996, p. 154 e seg.) que afirma: “(...) *O espírito eclético de Humboldt lhe permitiu combinar com criatividade as idéias recebidas do materialismo racionalista com as proposições do idealismo alemão e do romantismo filosófico. (...)*”. Sobre a influência do romantismo na obra de Humboldt também lembramos o trabalho de BAUAB, Fabrício P. O organicismo da natureza dos quadros – um estudo sobre alguns vínculos teóricos que alicerçaram o Quadros da Natureza de Alexander von Humboldt, FCT/UNESP, 2001. Dissertação de Mestrado. Nesta mesma direção, Moraes (2002, p. 161) também identifica os fundamentos filosóficos do pensamento de Carl Ritter que ao lado do Humboldt é considerado fundador da Geografia moderna: “*Sintetizando, pode-se afirmar que o fundamento filosófico do pensamento de Carl Ritter localiza-se prioritariamente no idealismo pós-kantiano da Alemanha na virada do século XVIII, notadamente no idealismo transcendental da Filosofia da Natureza de Schelling e na Filosofia da História de Herder. Dessa maneira, seu enquadramento filosófico, em termos genéricos, coloca-o*

Na base do pensamento de Ratzel encontra-se sua concepção orgânica da Terra que o conduz ao relacionamento integrado dos fenômenos vitais. Ratzel utiliza concepções e teorias das ciências naturais para a interpretação de fatos da Geografia mostrando claramente a aplicação que fazia dos pressupostos positivistas. Sobre esta questão Capel (1981, p. 289) afirma que:

La aplicación de otras ciencias a la geografía en general, y a la geografía humana en particular, podía ser fácilmente aceptada por Ratzel a partir de los presupuestos positivistas en los que se situaba. El modelo de las ciencias naturales estaba siempre presente, y era frecuentemente evocado. (...)

Moraes (1990) também identifica o pensamento de Ratzel na direção apontada por Capel:

(...) A importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo do conhecimento científico. Ratzel foi um dos introdutores desse método – que posteriormente se assentou como dominante – no âmbito do pensamento geográfico. (...) (p. 07)

O positivismo domina completamente a concepção ratzeliana do método a ser assumido pela antropogeografia. A adesão de Ratzel a esse método é explícita e ele afirma textualmente que nos autores positivistas, pela primeira vez no panorama do conhecimento humano, a questão das influências vai aparecer de uma forma “científica”. (...) Enfim, pode-se tranquilamente identificar Ratzel como um seguidor da “filosofia positiva”, sendo um de seus introdutores no seio do debate geográfico. (p. 12)

A evidência mais fundamental dessa filiação ao positivismo está no fato de Ratzel professar o princípio da unidade do método científico, isto é, a idéia de existência de um único método comum a todas as ciências – as quais seriam, conseqüentemente definidas por objetos próprios. (...) (p. 12)

Tendo como objeto central da Geografia o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades, Ratzel propôs uma Geografia eminentemente empírica, baseada nos procedimentos de análise pautados na observação e descrição. Neste ponto, pode-se perceber sua vinculação com o positivismo na medida em que propunha um método geográfico análogo ao das ciências da natureza, concebendo a causalidade dos fenômenos humanos como idêntica a dos naturais.

A proposta de Ratzel levada à radicalização por alguns de seus discípulos constituiu a conhecida escola determinista na Geografia que, entre os principais pressupostos,

ao lado de Humboldt. Entretanto, pode-se dizer que suas bases são menos diversificadas do que as deste autor,

sustentava que as condições naturais determinam a História ou que o homem é um produto do meio.

É importante não perder de vista o contexto social, econômico e político particular vivido na Alemanha durante o século XIX na medida em que somente a partir das necessidades colocadas em torno da construção da identidade da sociedade capitalista ou burguesa para a Alemanha da época explicam a utilização do positivismo como unidade metodológica da ciência que contribuía para fundamentar a construção desta identidade.⁹

Na França o positivismo também influenciou boa parte da obra dos primeiros autores da escola geográfica daquele país. Conforme nos mostra Capel (1981) o triunfo do positivismo evolucionista destaca-se com clareza nos trabalhos de geografia física, principalmente pela generalização do método indutivo.

Outros aspectos podem ser mencionados para denotar a influência positivista na geografia física: investigação pautada na observação e experimentação; preocupação com a gênese das formas e sua evolução; rigoroso encadeamento de dados; generalizações sucessivas para a formulação de leis gerais que deveria permitir alcançar um forte grau de determinação e a previsão dos fenômenos.

Capel (1981, p. 295) neste sentido afirma que:

La preocupación, típicamente positivista, por el riguroso encadenamiento causal de los hechos, unido a la influencia del evolucionismo lamarckiano, que valoraba las condiciones del ambiente ecológico de los organismos vivos, se encuentran en la base del llamado “determinismo geográfico”.

A questão do determinismo geográfico apontado por Capel pode ser entendida pelo próprio ambiente científico vivido na França naquele momento em que houve uma adoção das interpretações deterministas por parte de correntes das ciências sociais inspiradas no modelo da biologia. Nos dizeres de Capel (1981, p. 296):

Este ambiente científico es el que explica que a partir de 1870 se difundiera en la geografía francesa un decidido determinismo de raíz a la vez positivista y evolucionista. En su búsqueda de un riguroso encadenamiento causal, esto

sua influências e filiações, e mesmo seu horizonte de preocupações são mais delineados e homogêneos. (...)

⁹ Moraes (**op. cit.**) traça um panorama sobre a particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha mostrando como seu caráter tardio e sua tônica conciliatória marcaram profundamente as formas de pensamento ali engendradas e principalmente a sistematização da Geografia que se integra no bojo das tentativas teóricas de equacionamento e discussão sobre a questão da unidade nacional.

suponía un neto progreso científico frente a la simple descripción o enumeración que entonces dominaba en dicha ciencia.

O determinismo geográfico, grosso modo, pode ser entendido como a concepção que afirma a determinação do meio natural, ou seja, a influência determinante e absoluta das condições naturais sobre a humanidade chegando a postular a máxima de que “o homem é produto do meio”.¹⁰

Um autor bastante significativo neste contexto é Frederic Le Play em cuja obra encontram-se os fundamentos deterministas e positivistas de forma bem nítida. Sua influência no nascimento da geografia francesa pode ser creditada principalmente pela semelhança de suas idéias com as de Vidal de la Blache e seus discípulos.

Le Play colocou numerosos problemas e métodos de análise da realidade social que sendo elaborados por seus discípulos, foram logo utilizados pelos geógrafos. Uma dessas questões diz respeito à influência do meio nas sociedades, no entanto, um aspecto essencial de sua obra que procede tanto de sua formação de engenheiro e naturalista é a importância que concede à observação, a partir da qual chega às generalizações.

Na opinião de Capel (1981) o geógrafo francês que mais claramente foi influenciado pelo positivismo é provavelmente Elisée Reclus, embora tenha exercido pouca influência na geografia oficial francesa e também presente em seu pensamento traços de uma certa dialética, conforme veremos adiante.

Reclus defendia que somente a partir de numerosas observações classificadas e raciocinadas seria possível chegar a um verdadeiro conhecimento geográfico e conhecer as lentas modificações que se realizam nos diferentes lugares. Esta idéia leva claramente a pensarmos na indução proposta pelo positivismo. Além disso, em sua obra “A Terra” (1868) aparece nitidamente a idéia de evolução e mudança amparada nos princípios darwinistas, inclusive com referências explícitas ao biólogo inglês.

¹⁰ Sodré (1976) dedica um capítulo do livro “*Introdução à Geografia – Geografia e Ideologia*” para discutir a questão do determinismo geográfico identificando-o como um dos traços mais característicos da Geografia da época do imperialismo que tivera como Ratzel o lançador de suas bases na Geografia. É importante salientar, entretanto, que Ratzel não pode ser considerado determinista conforme destaca Moraes (1990, p. 10): “(...) Foi fundamentalmente em função desse equacionamento do objeto antropogeográfico que seu nome ficou identificado com o determinismo geográfico (...) Tal interpretação, dominante nos manuais, é em parte equivocada, não resistindo a uma análise mais profunda da obra ratzeliana. (...) Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato – e por uma via especulativa, sem base empírica – a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade. (...)”

Sobre as influências teórico-metodológicas presentes no pensamento de Reclus, Andrade (1985, p. 24) afirma que:

(...) Assim, Reclus, influenciado pelo positivismo evolucionista e pela dialética marxista, encarava o homem e a Terra como uma unidade, enquanto Martonne, positivista e sem receber influências dialéticas, separava a Terra do homem.

Na passagem acima Andrade afirma claramente que Reclus foi influenciado pelo positivismo evolucionista e pela dialética marxista, o que de certa forma trazia algumas contradições para o seu pensamento.

Em outro momento, ao comentar o texto de Reclus intitulado “O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria” Andrade (1985, p. 29) destaca que:

(...) Há evidentemente uma contradição nas três leis naturais por ele aceitas, uma vez que, admitindo a existência de uma sociedade de classes e de uma permanente luta entre elas, se apresenta com uma posição dialética, socialista; mas, encontrando a solução no esforço e no aperfeiçoamento individual, ele se aproxima dos princípios do protestantismo de sua infância e das teorias ligadas ao positivismo. (...)

A vinculação de Reclus com o positivismo deu-se principalmente por meio do pensamento de Ritter. Tendo assistido os cursos de Ritter na Alemanha, Reclus difundiu a obra deste na França considerando-se mesmo um continuador de sua obra devido à utilização do método comparativo em sua geografia universal. No entanto, para o contexto científico existente na França naquele momento, a comparação ritteriana converteu-se em um elemento da indução positivista.

Outro traço positivista encontrado em seu pensamento diz respeito à idéia de evolução e harmonia comparando as leis de funcionamento da Terra com a história humana numa tentativa de mostrar a unidade do método. A título de exemplo é interessante destacar a passagem abaixo retirada do texto “O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria” em que Reclus expressa esta idéia:

(...) Concebi o plano de um novo livro, em que seriam explicitadas as condições do solo, do clima, de todos os ambientes nos quais aconteceram os fatos da História; em que se mostraria a harmonia dos homens e da Terra; em que as condutas dos povos se explicariam, da causa ao efeito, por sua consonância com a evolução do planeta. (Reclus, Préface; l’homme est la nature prenan

conscience d'elle-même. In: L'homme et la Terre. In: Andrade, M. C. de (Org.)
Elisée Reclus. São Paulo: Ática, 1985, p. 38)

No texto “Evolução da sociedade e da civilização” Reclus reafirma esta posição falando que:

Aliás, o vaivém, a série de ações e reações, os progressos e regressos que constituem a História devem se harmonizar com as grandes oscilações do planeta, ele próprio influenciado pelos astros, e principalmente pelo Sol, o grande foco da luz, do calor e do magnetismo terrestres. O período marcado pela alternância de aumento ou diminuição das manchas solares é um desses reguladores cosmogônicos cuja ação no clima, nas colheitas, na série de anos gordos e anos magros, e períodos de prosperidade material e de penúria, os sábios, os astrônomos, os geógrafos e os economistas procuram determinar. (...) (Reclus, divisions et rythmes de l'histoire. In: L'homme et la Terre. In: Andrade, M. C. de. (Org.) Elisée Reclus. São Paulo: Ática, 1985, p. 104)

O traço mais importante da obra de Reclus e que o faz ser reconhecido como um geógrafo anarquista é sua tentativa de estabelecer leis de uma geografia social de base ao mesmo tempo anarquista e naturalista, algo bastante distinto no quadro da geografia de sua época.

Para isso, Reclus pauta-se no exemplo da natureza como um modelo de organização anarquista da sociedade, inclusive destacando as dimensões de harmonia, cooperação e simbiose ao contrário das tipicamente darwinistas de competência, seleção e luta pela vida. Segundo Capel (1981, p. 304-305): “(...) *Su visión de la sociedad se aleja de la del darwinismo social, aunque el papel concedido a la lucha de clases podría sugerir algún eco no sólo de la teoría marxista, sino también de la biología evolucionista. (...)*”.

De forma geral, para Reclus os geógrafos deveriam fazer uma análise a partir dos seguintes princípios: a sociedade está dividida em classes sociais, em consequência das formas de exploração dos meios de produção; esta diferença de classes provoca a luta entre as classes dominadas que aspiram a melhor sorte e as classes dominantes que não querem perder o controle do poder e das riquezas; há uma tendência ao aperfeiçoamento individual e à melhoria das estruturas sociais em face do aperfeiçoamento progressivo do homem.

Na opinião de Andrade (1998, p. 15):

(...) O estudo de sua obra é fundamental para a compreensão do mundo moderno; apesar de escrita há quase um século, nela Reclus mostra, entre outras coisas, o mecanismo de dominação colonial, os sistemas de exploração dos

países dominados, as relações entre as nações e estados, o problema do êxodo rural e do crescimento patológico das cidades, o problema das estruturas de propriedade da terra e de exploração do solo, prevendo e abordando problemas que se tornariam agudos nos dias atuais.

A partir das idéias acima expostas, podemos perceber que acima de tudo Reclus defendia em sua obra a justiça social sendo contra a organização autoritária da sociedade. São estas proposições que o aproximam de certa forma das idéias marxistas, no entanto do ponto de vista do método em geral, não conseguiu desvincular-se do positivismo.

O positivismo na Geografia Brasileira

Discutindo as origens do pensamento geográfico no Brasil, tomando o período anterior a sua institucionalização (1870-1930), Machado (1995) identifica que as ideologias científicas como o darwinismo social, o positivismo e o neolamarckismo difundiram-se da Europa para suas áreas de influência (inclusive o Brasil) articuladas pela idéia de mudança ou evolução. “(...) *No Brasil, os debates se deram em torno da idéia de mudança, veiculando, através do argumento pseudo-científico julgamentos morais sobre o território e a população, articulando a um questionamento do tempo futuro.*” (Machado, 1995, p. 310)

Na opinião da autora o pensamento geográfico exerceu papel nestas representações sobre o território e a população brasileira na medida em que:

(...) De fato, o pensamento geográfico esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis conseqüências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programática de “progresso.” (...) (Machado, 1995, p. 310)

Em outro trabalho¹¹ Machado (2000, p. 14) reafirma esta posição dizendo que:

É à proposta de uma política de mudança gradual e “ordenada” da sociedade brasileira, inspirada na “ciência positiva”, que vinculamos a introdução de um

¹¹ Trata-se do artigo “As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX”. **Terra Brasilis**. Ano I, n. 2, Rio de Janeiro, Jul/Dez, 2000, p. 11-34.

pensamento geográfico genericamente denominado de “geografia social”. Desde a década de 1870, os problemas internos do país levaram muitos intelectuais “progressistas”, à filosofia positiva de Auguste Comte e, mais tarde, de Emile Littré. (...)

A partir das citações o período conhecido como anterior à institucionalização da Geografia no Brasil fora extremamente marcado pela influência do positivismo, bem como do evolucionismo spenceriano na tentativa de adaptação de seus principais postulados à interpretação da realidade do país.

Dentre os autores reconhecidos por esta tentativa, Machado (2000) destaca Sílvio Romero¹² que debateu a questão das condições raciais e ambientais do progresso sendo adepto do spencerianismo; João Capistrano de Abreu, considerado firme seguidor do credo positivista na pesquisa empírica, apesar de historiador é relacionado neste rol por seu artigo “A Geografia no Brasil” (1901); Roquette Pinto interessou-se pela antropogeografia de Ratzel afirmando que a abordagem etnográfica do geógrafo alemão o tinha permitido ver a distribuição desigual dos tipos raciais como uma consequência das relações entre a terra e as restrições históricas; Arthur Orlando fora discípulo de Sílvio Romero sofrendo influência das idéias de Spencer e publicou em 1908 o artigo “As zonas geográficas brasileiras” no qual propõe um esquema classificatório das zonas geográficas brasileiras baseado em Köppen e Jean Brunhes; Francisco de Oliveira Viana no conjunto de sua obra apresenta três teses sobre o território e população brasileira: 1) O interior do país (o sertão) é o somatório das dificuldades e das potencialidades da nação, deixando entender que seu conhecimento e organização poderia estabelecer as bases para a unidade nacional; 2) o Brasil estava em vias de atingir a pureza étnica pela miscigenação com os grupos europeus; 3) O caminho para a unificação nacional era criar uma organização política centralizada, a única capaz de mobilizar os meios materiais e “espirituais” de articulação do território¹³.

Com a institucionalização da Geografia no Brasil quando de sua formação com caráter científico a partir de 1930 com a criação do IBGE¹⁴ e as primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pode-se perceber mais claramente a influência do positivismo.

¹² Para mais detalhes sobre o pensamento de Sílvio Romero ver: Conceição, Alexandrina L. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. **Terra Brasilis**, Ano I, n. 2, Rio de Janeiro, Jul/Dez, 2000, p. 35-55.

¹³ Sobre a vinculação ideológica destes autores há um interessante diagrama em Machado (2000, p. 15) mostrando a relação de suas idéias com as principais matrizes do pensamento científico mundial no período.

¹⁴ Uma discussão mais ampla sobre os motivos que propiciaram o surgimento do IBGE e a contribuição do Instituto para o fortalecimento do Estado Nacional encontra-se em Penha, Eli A. da. **A Criação do IBGE no**

No caso da corrente formada em torno do IBGE, identifica-se uma preocupação geopolítica ligada aos grupos militares. “(...) Neste grupo observa-se uma influência acentuada de Ratzel e uma grande preocupação com o estabelecimento de uma nova divisão territorial para o Brasil. (...)” (Andrade, 1998, p. 18).

Neste contexto deve-se destacar que o próprio momento político vivido no Brasil propiciava discussões voltadas à geopolítica baseada principalmente no expansionismo territorial produzindo estudos sobre a projeção do poder nacional em nível continental e estudos teóricos e propostas concretas sobre os problemas nacionais. “ (...) É nesta nova orientação que sobressaíram os ensaios de Mário Travassos, Raja Gabaglia, Lysias Rodrigues, Delgado de Carvalho, Everardo Backheuser e Teixeira de Freitas.” (Penha, 1993, p. 33)

Este último continha em seu pensamento¹⁵ as concepções ratzelianas explicitando isto de forma clara quando atrelou o IBGE à segurança nacional afirmando que: “A segurança de um Estado é, antes de tudo, uma função do grau de conhecimento que o mesmo Estado tem, de um lado, do seu espaço vital e de outro, de composição e estruturação, bem como de necessidades e possibilidades do grupo social a que quer dar expressão política. (...)” (Teixeira de Freitas apud Penha, 1993, p. 35)

Monteiro (1980, p. 10) também identifica este caráter na Geografia desenvolvida no IBGE afirmando que:

Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de geografia, em contraste com aquela da nascente Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento com ao poder o que fez com que se a distinguísse (mesmo com um certo tom de malícia) como “Geografia do Estado Novo”, passando posteriormente o epíteto à oficial.

A partir das idéias dos autores citados, podemos perceber que durante o período inicial da institucionalização da Geografia no Brasil, ou seu período de implantação, a

Contexto da Centralização Política do Estado Novo. Rio de Janeiro: IBGE,1993. (Documentos para Disseminação – Memória Institucional 4)

¹⁵ Sobre as idéias de Teixeira de Freitas é interessante e esclarecedora a seguinte passagem de Penha (1993, p. 34): “Como homem público, suas idéias sobre a organização nacional tinham como premissa básica a ação governamental através da racionalização administrativa. Estas idéias tiveram ampla repercussão no contexto do governo Vargas, pois orientavam o poder público rumo à racionalidade que a sua concepção iluminista fortemente impregnada de conteúdo positivista antevia para o país, num cenário em que se vislumbrava a mundialização do progresso e do bem-estar das populações sob o impulso da revolução da técnica e da ciência. (...)”

orientação positivista esteve presente de forma marcante nas produções ligadas ao Estado materializado pelo IBGE. A preocupação geopolítica expressa-se principalmente pela necessidade constantemente afirmada de determinar as divisões territoriais do país¹⁶.

Grosso modo, o traço marcante do positivismo na Geografia brasileira relaciona-se às questões ligadas à produção oficial da geografia produzida principalmente durante o final da década de 1930 e início dos anos 1940.

No caso das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras entre as quais destaca-se a da Universidade de São Paulo, veremos adiante que a Geografia ali produzida significou uma tentativa de superação do positivismo em direção ao historicismo.

O historicismo

Uma segunda corrente filosófica que exerceu influência sobre o pensamento geográfico foi o historicismo. É importante salientar que o historicismo pode se articular tanto com o positivismo como com a dialética, no entanto, guarda uma identidade específica.

Esta corrente emerge no contexto de uma crise das concepções positivistas, principalmente no que diz respeito às questões relativas ao modelo naturalista de cientificidade e ao questionamento da especificidade das ciências humanas em relação às ciências da natureza.

O historicismo parte de algumas concepções fundamentais e que sintetizam seu núcleo de hipóteses: 1) qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história, em relação ao processo histórico; 2) existe uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais e as ciências que os estudam, por conseguinte, são de tipos qualitativamente distintos; 3) o objeto e o sujeito da pesquisa estão imersos no curso da história, no processo histórico.

Segundo Capel (1981, p. 315):

¹⁶ Dois textos publicados em 1941 na Revista Brasileira de Geografia, periódico ligado ao IBGE, expressam com clareza esta preocupação com uma nova divisão territorial do Brasil e a formulação de um novo projeto de redistribuição dos estados existentes, a reaglutinação de alguns estados de pequena extensão territorial e o desmembramento daqueles de grande extensão: o primeiro foi de autoria de Teixeira da Freitas intitulado “A redivisão política do Brasil” e o segundo de autoria de Fábio de Macedo Soares Guimarães intitulado “Divisão regional do Brasil”.

(...) Pero el historicismo de fines del siglo XIX planteó desde una perspectiva teórica el problema de la validez del saber histórico y elevó la historia a categoría explicativa de la realidad social, al considerar que ésta es resultado de un desarrollo y, por consiguiente, la descripción de dicho desarrollo desde su origen es esencial e indispensable para entender la realidad.

Esta corrente teórica surge na Alemanha no fim do século XVIII e início do século XIX visando justificar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na tradicional sociedade alemã, que eram produtos legítimos do processo histórico, resultados de séculos de história, de um processo orgânico de desenvolvimento. O historicismo, desta forma, surge como uma reação conservadora à filosofia do Iluminismo, à Revolução Francesa e à ocupação napoleônica.

Neste sentido, o historicismo aparece com um caráter conservador na medida em que é voltado para o passado na tentativa de justificar as instituições existentes, trazendo, no entanto, a visão histórica muito importante para o conhecimento científico.

É somente no final do século XIX que o historicismo assume um caráter relativista motivado pelo próprio movimento histórico que põe em questão e desarticula as velhas instituições até então inquestionáveis: o poder dos proprietários de terra, dos senhores feudais, da igreja, a influência dos valores religiosos e culturais e o poder da monarquia.

Segundo Löwy (1985, p. 72):

Nessa situação de transição, em que o antigo está desaparecendo e o novo emergindo, os intelectuais se colocam em posição de transição, de hesitação, de incertezas e dúvidas; é nesse clima cultural que o historicismo vai perder seu caráter conservador, para ganhar uma dimensão relativista, que representa um avanço muito grande, do ponto de vista teórico e científico, do historicismo.

O nome de maior destaque a partir desta postura relativista tomada pelo historicismo é Wilhelm Dilthey. Este defende insistentemente a distinção entre as ciências naturais e sociais apoiado nos seguintes critérios: nas ciências sociais o sujeito e o objeto são idênticos, há uma relação de identidade entre sujeito e objeto que coloca o problema da objetividade em termos completamente diferentes das ciências naturais; nas ciências sociais os juízos de valor e os juízos de fato são inseparáveis porque cada sujeito tem seus próprios valores que inevitavelmente estão presentes em sua análise da cultura e da sociedade; para caracterizar as ciências sociais é necessário não apenas explicar os fatos sociais, mas também compreendê-los.

Para Dilthey, portanto, as ciências sociais são produtos históricos e têm sua validade historicamente limitada, não havendo verdades absolutas, são verdades e conhecimentos historicamente relativos.

Além disso, em seu entendimento “(...) a ciência social é atravessada por uma profunda contradição. Por um lado, ela aspira ao conhecimento objetivo, ao conhecimento válido, mas por outro lado, cada obra científica é vinculada a uma visão de mundo. (...)” (Löwy, 1985, p. 74)¹⁷

Diante das limitações apresentadas pelo historicismo, surge então, a última forma deste, a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim que tenta resolver algumas destas limitações como a solução para os dilemas do relativismo através do ecletismo, da síntese, da via média, do compromisso etc¹⁸.

Mannheim afirma que toda a forma de conhecimento ou pensamento está vinculada ou depende de uma posição social determinada ou de um ser social determinado. Neste sentido, insere um componente marxista no historicismo relativista na medida em que fala em relacionar os conhecimentos, as doutrinas, as ideologias e as utopias com posições sociais determinadas, não unicamente mas particularmente, com posições de classe conforme mostra Löwy (1985, p. 79):

(...) Mannheim introduz, então, uma injeção de materialismo histórico, de marxismo, e afirma que o conhecimento não é só historicamente relativo, mas é também socialmente relativo, em relação a certos interesses, a certas posições, a certas condições do ser social, particularmente, das classes sociais.

Apesar de inserir esses elementos na discussão, Mannheim permanece como adepto do historicismo relativista eclético propondo a síntese dinâmica dos vários pontos de vista, um centro dinâmico entre os extremos; mas esta síntese teria uma base social, uma

¹⁷ Sobre esta questão em Dilthey, Japiassu e Marcondes (1993, p. 73) afirmam que “(...) Ao pretender dar um fundamento às ciências particulares do homem, da história e da sociedade, Dilthey postula a criação de novos métodos de conceitos psicológicos mais sutis adaptados à vida histórica; ademais, procura evidenciar, em todas as manifestações humanas, a totalidade da vida psíquica, a ação do homem todo, com sua vontade, sensibilidade e imaginação.”

¹⁸ Sobre esta questão Löwy (1985, p. 78) afirma que: “É neste ponto que chega o historicismo: descobriu a relatividade histórica do conhecimento, descobriu a limitação unilateral de toda interpretação científica da realidade, desmistificou as ilusões positivistas de um conhecimento absoluto, neutro, da realidade, mostrou a importância de se dar conta da especificidade, da particularidade do conhecimento científico da sociedade, das diferenças entre conhecimento social e os conhecimentos das ciências naturais. Mas não conseguiu superar os dilemas do relativismo, para o qual todo conhecimento é parcial e subjetivo. A única solução que ele encontrou,

posição social que facilitasse o acesso à síntese, uma classe ou um grupo social que fosse capaz de elaborar a síntese: os intelectuais desvinculados.

Os intelectuais desvinculados, independentes, autônomos estariam destinados a realizar a síntese dinâmica e a conciliação entre os vários pontos de vista. O dever do intelectual, portanto, no entendimento de Mannheim não é o de se tornar porta-voz de tal ou qual classe, mas de tomar consciência de sua própria missão, tornando-se uma espécie de “advogado dos interesses espirituais do conjunto da sociedade”.

Sabe-se, no entanto, que os intelectuais acabam se vinculando às posições de uma ou outra classe social, consciente ou inconscientemente. Desta forma, Mannheim propõe a sociologia do conhecimento como forma de resolver o problema do caráter limitado e socialmente condicionado de todos os pontos de vista.

Através da sociologia do conhecimento, o sociólogo toma consciência de seus próprios limites ideológicos, podendo submeter-se a uma análise autocrítica que o leve a um autocontrole e autocorreção contribuindo para a construção de um conhecimento científico objetivo.

A passagem abaixo ilustra bem este entendimento de Mannheim:

(...) Mas o exame do objeto não é um ato isolado; ocorre num contexto permeado por valores e impulsos volitivos do inconsciente coletivo. Nas Ciências Sociais é este interesse intelectual, orientado por uma matriz de atividade coletiva, que proporciona não apenas as questões gerais, mas as hipóteses de pesquisa e os modelos de pensamento e a ordenação da experiência. Somente na medida em que conseguimos trazer à área de observação consciente e explícita os vários pontos de partida e de abordagem dos fatos correntes tanto na discussão científica como na popular, é que podemos esperar, no correr do tempo, controlar as motivações e pressupostos inconscientes que, em última análise, deram existência a esses modelos de pensamento. Um novo tipo de objetividade pode ser obtido nas Ciências Sociais, mas não por meio da exclusão de valores, e sim através da percepção e do controle crítico destes. (Mannheim, 1976, p. 33)

Claro que esta também é uma solução complicada na medida em que se assemelha às fórmulas positivistas, ou seja, para livrar-se de suas posições, valores e pontos de vista, o cientista faz uma auto-análise crítica e torna-se “neutro”, com autocontrole para analisar imparcialmente as questões. Mannheim afirma que:

através de alguns autores, foi uma solução fraca, inconseqüente, de pouca força, que foi o ecletismo, a síntese, o

(...) É neste ponto que o complexo de problemas da ideologia e utopia se torna o campo de interesse da Sociologia do Conhecimento, e em que o ceticismo e o relativismo, surgidos da destruição e da desvalorização dos objetivos políticos divergentes, se tornam um meio de salvação. Pois o relativismo e o ceticismo acarretam o autocontrole e a autocrítica, levando a uma nova concepção de objetividade. (1976, p. 73)

A partir deste quadro geral podemos dizer que o mérito do historicismo foi ter avançado pela primeira vez a compreensão da historicidade dos fenômenos e a historicidade do próprio conhecimento social.

Já as fragilidades do historicismo relacionam-se ao historicismo relativista, conforme mostrado anteriormente, que não percebe a relação entre a limitação histórica do conhecimento e as classes sociais.

Entretanto, pode-se reconhecer, parafraseando Löwy (1985, p. 91) que:

(...) a corrente historicista foi sempre alimentando o marxismo, foi sempre nutrindo as reflexões no seio do marxismo; não só Marx foi herdeiro de certas idéias do historicismo clássico, o próprio Lukács foi herdeiro do novo historicismo alemão. (...) Existe, portanto, toda uma fertilização recíproca entre o historicismo e o marxismo, que eu acho muito importante ressaltar. (...) ele tem o mérito de colocar certas perguntas fundamentais de maneira radical. (...)

Este conjunto de idéias e questões revelam as principais características do historicismo as quais podem ser resumidas em: reconhecimento da distinção entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais e por conseguinte das ciências naturais e sociais; todos os fenômenos sociais e humanos só são inteligíveis mediante recurso da categoria história e neste curso da história estão imersos o objeto e o sujeito da pesquisa. Tais características tiveram influência direta na formação do pensamento geográfico conforme veremos adiante.

O historicismo na Geografia

As principais influências do historicismo na Geografia segundo Capel (1981, p. 313) podem ser percebidas com:

compromisso, a via média etc.”

(...) el desarrollo de la escuela regional y del paisaje, con la afirmación del carácter idiográfico de la ciencia, con la exaltación del problema del posibilismo, y con una inflexión en la metodología científica, que acepta ahora facultades como la intuición y desvía el objetivo hacia la comprensión de una realidad considerada compleja. (...)

A afirmação do caráter idiográfico citado por Capel refere-se à singularidade da Geografia como uma ciência diferente das ciências da natureza. Isto, entretanto, abria precedente para separação entre geografia humana e geografia física, fato que já vinha se esboçando desde o início desta ciência.

Neste sentido, a solução buscada para resolver tal desagregação foi o estabelecimento de uma geografia regional facilitada pela própria tradição geográfica e pelos fundamentos teóricos do historicismo.

Um dos principais representantes e formuladores da proposta regional de influência historicista na Geografia foi Alfred Hettner. Entre suas preocupações estava afastar o perigo do dualismo geográfico, assegurando teoricamente a unidade da ciência e mostrando ao mesmo tempo sua especificidade em relação às ciências próximas.

Na opinião de Hettner a Geografia deveria tratar das diferenças localizadas na superfície terrestre descrevendo unidades espaciais, definindo-as e comparando-as entre si. Os conceitos básicos seriam os de diferenciação e associação espacial.

As idéias de Hettner influenciaram diretamente Richard Hartshorne que também difundiu o conceito de diferenciação espacial e de associação de fenômenos heterogêneos no território como chave para sua concepção geográfica. Da mesma forma sustentou uma concepção idiográfica de Geografia sendo sua obra “(...) *una de las más amplias y netas exposiciones de la concepción historicista de la geografía*”. (Capel, 1981, p. 327)

Sem dúvida o geógrafo que sofreu maior influência do historicismo foi Vidal de La Blache. Suas idéias tinham claro posicionamento antipositivista com traços marcantes do historicismo¹⁹.

Em sua concepção, a realidade apresenta uma tal complexidade que não pode ser expressa por meio dos conceitos das ciências físicas. Neste sentido, La Blache tinha

¹⁹ Esta afirmação baseia-se nas discussões realizadas por Capel (1981). Gomes (1996), por sua vez, afirma que: “Talvez não exista filiação entre a geografia de Vidal de la Blache e uma corrente filosófica precisa. Parece antes que as influências diversas foram conjugadas para produzir uma nova concepção de geografia, de acordo com os pontos de vista aceitos na época. Ele não procedeu, como era usual no pensamento positivo, à elaboração de cadeias usuais. (...)” (p. 206). A afirmação de Gomes, apesar de não corroborar diretamente com

verdadeira aversão ao uso de procedimentos matemáticos e valorizava a contingência como fundamento básico para a geografia.

Utilizando-se do princípio da contingência, La Blache apresenta um caminho mais adequado para superar o determinismo ratzeliano afirmando que a natureza oferece possibilidades que o homem utiliza de acordo com suas necessidades, depois de uma decisão livre e conscientemente tomada. Fundava-se o que ficou amplamente conhecido como possibilismo.²⁰

A influência do historicismo no pensamento geográfico trouxe à tona a questão da separação entre geografia física e humana a partir da afirmação de seu caráter idiográfico. La Blache procurou resolver este problema concentrando seus esforços de investigação na região e na elaboração de sínteses regionais pois: “(...) *Es en la región, en efecto, donde coinciden y se combinan fenómenos de carácter físico y humano, y donde pueden estudiarse las interrelaciones entre unos y otros. (...)*”. (Capel, 1981, p. 338)

A região forneceria, portanto, a possibilidade de realização de estudos em que pudessem ser contemplados vários aspectos: desde as relações entre os organismos vivos e o território chegando a certas questões sensíveis que tinham sido destacadas pelos pensadores historicistas.

Um dos traços mais importantes do pensamento de La Blache e que o coloca frontalmente contra o positivismo consiste na afirmação da complexidade da realidade não sendo possível sua apreensão a partir de teorias que seriam necessariamente simplificadoras.

Desta forma, o cientista deve sempre partir da realidade, evitando as construções teóricas a priori, há necessidade de experiência direta com o objeto, procurando conhecer sua individualidade, de penetrar dentro do objeto, de compreender o espaço em sua totalidade, de apreender sua personalidade mais íntima.

Para isso seria fundamental a intuição, que na opinião de Vidal e dos geógrafos de sua escola, exercia papel essencial no conhecimento da própria consciência e do conjunto do universo.

a idéia de Capel quanto à vinculação do pensamento de La Blache ao historicismo, explicita sua negação ao positivismo.

²⁰ Conforme já destacado anteriormente, Moraes (1996) e Moreira (1981) utilizam a denominação Geografia Tradicional para tratar deste período englobando os autores citados (Ratzel e La Blache) no quadro da influência positivista sobre a Geografia. Queremos ressaltar aqui, que compartilhamos da posição de Capel (1981) que identifica em La Blache características dos fundamentos do historicismo, inclusive, numa clara reação ao fundo positivista de Ratzel.

Quanto à possibilidade da existência de um posicionamento duplo do ponto de vista teórico-metodológico por parte de Vidal, Gomes (1996, p. 215) afirma que:

Existia, pois, um Vidal “positivo” que afirmava que a geografia era uma “ciência que analisa, classifica e compara” e que, muitas vezes, esteve bem próximo a um certo determinismo racial, o qual, mesmo não tendo verdadeiramente uma função no conjunto da sua obra, teria podido, todavia, se desenvolver no seio de suas interpretações. (...) No entanto, há alguma coisa de contraditório entre esta perspectiva, que reagrupa as sociedades em diferentes estágios para os quais o tempo serve de coeficiente, e a outra posição, que afirma a existência das escolhas e das contingências. Segundo esta última, as sociedades não são semelhantes e produzem respostas diferentes e não-hierarquizadas, como o esquema previsto no evolucionismo clássico.

Neste sentido, pode-se perceber o quanto Vidal foi influenciado pela discussão científica de sua época tendo em vista sua preocupação com os limites de validade da ciência, bem como o melhor método para produzi-la. “(...) *De um lado, ele sempre manteve um discurso sobre a importância de buscar a generalização, as leis e a explicação, reproduzindo o modelo de ciência objetiva. De outro, tirou proveito de todo um renascimento da tradição metafísica e de seu prolongamento nos movimentos como a Filosofia da Natureza ou o Romantismo.* (...)” (Gomes, 1996, p. 221)

Na perspectiva fundada por Vidal, pautada no conhecimento da realidade, reconhecia-se como objeto de estudo da Geografia a paisagem na medida em que esta traduzia as interações entre os elementos físicos e sua relação com os diferentes grupos humanos.

As vantagens encontradas para a adoção da paisagem como objeto da Geografia são assim explicitadas por Capel (1981, p. 345):

La insistencia en la paisaje permitía identificar un objeto específico para la ciencia geográfica, diferenciándola claramente de la ecología y de las diferentes disciplinas que contribuyen también el estudio de la superficie terrestre. Por otro lado, podía, permitir, al igual que al insistencia en la región, superar el peligro amenazante de división de la materia entre una geografía física e outra humana.

Pode-se identificar a partir do exposto que as principais características do historicismo na Geografia são: afirmação do caráter complexo da realidade, não sendo possível estabelecer leis e conceitos provenientes das ciências físicas o que exigia a contingência como fundamento básico da ciência; neste sentido, devia-se evitar construções

teóricas a priori, partindo sempre da realidade e considerando, inclusive o papel da intuição; reconhecimento do caráter idiográfico da Geografia que a diferenciava das ciências naturais; a proposta regional daria a unidade necessária à ciência (elementos físicos e humanos).

Percebe-se por estas características uma reação evidente aos fundamentos do positivismo.

O historicismo na Geografia Brasileira

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram marcadas pela afirmação da necessidade de “organização nacional”, momento caracterizado pela centralização do poder político em torno do Estado e fortalecimento do poder executivo como forma de facilitar a condução da economia brasileira em novos patamares com a industrialização via substituição de importações e incremento do mercado interno. Para isso, entre outros elementos, tornava-se importante a unidade e integração nacional com base na dimensão política que adquiria o território. Era necessário, mais do que nunca, instrumentos que possibilitassem o conhecimento do quadro territorial a fim de atender a administração pública em vários aspectos. Conforme já destacado anteriormente, o IBGE foi criado com o intuito de, principalmente, auxiliar nestes aspectos tendo uma orientação voltada ao positivismo.

Como forma de reação a esta Geografia desenvolvida institucionalmente através do IBGE especificamente, surge uma Geografia bastante diferenciada em torno do núcleo de pensadores que se estabelece na Universidade de São Paulo. É a partir das idéias deste núcleo que podemos identificar traços do historicismo na Geografia brasileira.

A influência do historicismo na Geografia brasileira deu-se principalmente via Geografia francesa tendo em vista que a constituição do pensamento geográfico científico no país foi realizada por geógrafos franceses conforme destaca Andrade (1982, p. 184-185):

(...) Iniciava-se o pensamento geográfico no Brasil, profundamente marcado pela influência da escola francesa, embora lutando em condições bem diversas, de vez que não dispunha de um conhecimento da realidade brasileira ao nível do conhecimento da realidade francesa, de dados básicos sobre condições naturais e sociais, de informações estatísticas etc. (...) Daí resumir-se, até então, a um catálogo de nomes de lugares e de localizações de montes, de rios e de cidades.

Vieram para o Brasil na época (primeiros anos do século XX) vários pensadores franceses que marcaram profundamente a Geografia brasileira, dentre eles Pierre Monbeig que na Universidade de São Paulo²¹ contribuiu para a formação de viés lablachiano de grande parte dos geógrafos no Brasil. Nos trabalhos produzidos sob esta orientação teórico-metodológica nas décadas de quarenta e cinquenta

(...) dominou um esquema em que o geógrafo analisava o meio físico, sobrepunha a ele os dados humanos e finalmente analisava as atividades econômicas. A formação histórica que era ministrada paralelamente à geográfica (...) produziu teses como a de Renato Silveira Mendes, e a do próprio Pierre Monbeig, em que os estudos eram realizados em uma ênfase muito histórica, de vez que eram feitas sob a forma de uma análise de processo (...)
(Andrade, 1982, p. 186-187)

Em seus estudos, Monbeig preocupava-se com a análise das condições naturais, com os aspectos físicos e com as formas de ocupação e exploração do espaço pelo homem. Monbeig distinguia uma geografia física, ciência natural, de uma geografia humana, ciência social priorizando a segunda, dando em seus trabalhos maior ênfase a esta parte. Sobre este aspecto do pensamento de Monbeig, Andrade (1994, p. 79) afirma que:

(...) Pierre Monbeig com a sua ampla formação cultural, nunca se deixou envolver por estas restrições e preconceitos, a ponto de externar preocupação com problemas de ordem psicológica e econômica. (...) chama a atenção para a importância da forma de pensar, de agir e de participar da construção dos vários espaços, por motivações de ordem psicológica, mental; ao estudar o nosso país abandona praticamente a utilização de categorias muito caras a Vidal de La Blache, como “gênero de vida” e utiliza a expressão classes sociais, pois os grupos humanos, em uma sociedade como a paulista da primeira metade do século XX, que ele estudou, estavam organizados em classes sociais e não gêneros de vida. (...)

A partir das palavras de Andrade podemos perceber que Monbeig não se restringia às preocupações em grande parte limitadoras da Escola Geográfica Francesa, destacando a importância dos processos históricos e principalmente chamando atenção para aspectos mais ligados ao humano, pois em sua opinião a dualidade que marcava a Geografia de pertencer tanto às ciências naturais quanto às ciências humanas, “(...) *desaparecia quando o geógrafo, dominando sua especialidade, realizava a síntese, integrando o físico ao humano.*

²¹ Como veremos na seqüência, a Universidade de São Paulo a partir da Faculdade de Filosofia, Letras e

(...) *Daí também a preocupação de Pierre Monbeig, no Brasil, com os estudos de geografia regional*". (Andrade, 1994, p. 79)

Neste sentido, é importante também destacar o papel que Leo Waibel desempenhou na formação do pensamento geográfico brasileiro. Waibel chegou ao Brasil em 1946 como conselheiro do Conselho Nacional de Geografia (CNG)²² com a função de contribuir com os grandes projetos de planejamento territorial (ocupação do interior do país, descoberta do lugar mais adequado para a instalação da capital e colonização do território com colonos europeus).

Waibel desenvolveu estudos e discussões sobre temas de Geografia Econômica e dentro dela especificamente temas de Geografia Agrária²³ preocupando-se em caracterizar os diferentes espaços agrários a partir de parâmetros previamente estabelecidos.

Segundo Etges (2000) há dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos de Waibel: a paisagem cultural e a formação econômica. A primeira era entendida, dentro da geografia agrária, como resultante do uso predominante do solo, ou seja, do tipo de cultivos, de técnicas utilizadas, de estradas e instalações determinado pela formação econômica. A formação econômica, por sua vez, "(...) *é um conceito ecológico-fisionômico, refere-se à manifestação na paisagem de diferentes formas de economia, e das a ela subordinadas formas de atividade, assim como os objetivos da produção.(...)*" (Waibel, *apud* Etges)

Tendo como base estes conceitos, Waibel, em todos os seus trabalhos sempre procurou realçar o desenvolvimento histórico como elemento essencial da realidade estudada. Este traço revela sua filiação à corrente historicista do pensamento alemão que traria para os seus trabalhos desenvolvidos no Brasil.

Sobre esta filiação com o historicismo é interessante destacar a seguinte fala de Waibel citada por Etges (2000, p. 158):

Por último, as minhas exposições são muito mais historicamente sustentadas, do que usualmente acontece hoje nos trabalhos de Geografia Econômica. Isso decorre da convicção de que não podemos entender nenhum fenômeno da vida humana sem fazer referência ao seu percurso no tempo. Uma reflexão

Ciências Humanas representa um marco importante para o pensamento geográfico brasileiro.

²² O CNG tinha um papel marcante na época tendo sido criado para subsidiar com informações concretas tanto o Legislativo quando os ministérios da época e também coordenara pesquisas científicas.

²³ Sobre a influência de Waibel na Geografia Agrária lembramos a obra de ETGES, Vírginia E. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2000.

geográfica que tenta deduzir tudo do condicionamento natural permanece crua e presa à superfície. A Geografia dos Homens, assim como a Geografia Física, não podem dispensar uma base histórica, na medida em que, frequentemente, nisso encontram a definição de sua problemática. (...)

Pode-se dizer, neste sentido, que Waibel deixou várias contribuições para a Geografia brasileira, mais especificamente para a Geografia Agrária brasileira, das quais as de caráter metodológico relativas à ênfase dada ao método indutivo de modo que a explicação sempre vinha precedida de uma descrição. Além disso, a abordagem histórico-evolutiva sempre esteve presente em seus trabalhos reafirmando o traço historicista de sua abordagem.

É principalmente a partir das idéias de geógrafos como Pierre Monbeig e Leo Waibel que podemos perceber a influência do historicismo no pensamento geográfico brasileiro²⁴. Os trabalhos e reflexões surgidas sob o viés historicista explicam-se em grande parte pela influência destes geógrafos na formação da geografia brasileira.

De forma geral, pode-se dizer que as principais características metodológicas do historicismo na Geografia brasileira resumem-se em: ênfase histórica procurando sempre analisar o processo; análise do natural, no entanto com prioridade do humano; a geografia regional como forma de promover a síntese entre o humano e o físico e crítica ao condicionamento natural dos fenômenos.

A dialética

A dialética ou a dialética marxista²⁵ constitui-se uma outra corrente de pensamento que exerceu influência sobre o pensamento geográfico.

No sentido comumente empregado, o termo dialética remonta a Hegel que propõe uma visão da história como obra humana, como realização dos homens e para os homens num

²⁴ Podemos citar ainda outros autores (não só geógrafos) que procuraram desenvolver uma visão que tentava ir além do positivismo, entre eles: CARVALHO, Delgado de. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927; LAMBERT, Jacques. **Os Dois Brasis**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984; BASTIDE, Roger. **Brasil Terra de Contrastes**. São Paulo: Difel, 1969; DEMANGEOT, Jean. **O Continente Brasileiro**. São Paulo: Difel, 1974.

²⁵ Há vários entendimentos possíveis sobre o termo dialética. No entanto, tendo em vista nossos objetivos neste trabalho, estaremos tomando como referência a dialética marxista na medida em que Marx a concebe como o método do materialismo e no processo de desenvolvimento histórico. A realidade sócioeconômica, neste sentido, é considerada como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a luta de classes. (Japiassu e Marcondes, 1993, p. 72)

movimento de totalidade. Este movimento, por sua vez, é fruto da contradição, ao mesmo tempo em que gera a contradição responsável pela constante mudança na história.

Segundo Araújo (1998, p. 73-74):

O método dialético não é apenas um modo de conhecer a realidade; a própria realidade muda, por sua vez, dialeticamente. A História também é dialética: cada momento será conservado e ultrapassado, só podendo ser apreendido como momento, isto é, ele terá que ser localizado em um movimento total e amplo da História para que seu significado pleno se torne compreensível. As ocorrências não são mais que realizações progressivas da Idéia. Cada realização concreta é realização pelo projeto que nela vem embutido, pela Idéia que o engendrou.

Sobre a dialética hegeliana, Inwood (1997, p. 101) acrescenta que:

(...) Assim sendo, a dialética não é um método, no sentido de um procedimento que o pensador aplica ao seu objeto de estudo, mas a estrutura e o desenvolvimento intrínsecos do próprio objeto de estudo.

A dialética, do ponto de vista de Hegel, explica todo o movimento e toda a mudança, tanto no mundo quanto em nosso pensamento sobre ele. Também explica por que as coisas, assim como nossos pensamentos, apresentam uma coesão sistemática entre si.. (...)

Neste sentido, pode-se dizer que para Hegel:

(...) A história mais não é do que o conflito, em perpétuo renascer, entre a necessidade inata do Todo e do Infinito, por um lado, e o desejo de repousar, numa figura limitada, “o belo momento” faustiano, por outro. Hegel pôde então ver o universo inteiro como uma só e única tensão entre a totalidade infinita e os seus momentos finitos. A contradição torna-se, deste modo, a essência das coisas: “*todas as coisas são contraditórias em si*”(L. 11, 58). O medo da Lógica formal em aceitar a contradição é o medo frente à vida, pois só as coisas mortas ignoram a contradição, mas aqui reside “a raiz de todo o movimento e de toda a vitalidade; só na medida em que contém contradição, é que uma coisa é capaz de movimento, de actividades”. (...) (Papaionannou, 1964, p. 44)

A partir da idéia geral de Hegel, Marx incorpora a noção de dialeticidade, no entanto, critica a noção idealista de totalidade cujos momentos são engendrados pela Idéia. No entendimento de Marx o movimento da história não é o de uma consciência que persegue sua auto-realização, pois os homens são seres materiais que fazem uma história real tendo em vista objetivos práticos e não teóricos.

Sendo assim, Marx dá um sentido materialista à dialética afirmando que é o próprio homem que se gera, que se objetiva e se efetiva enquanto homem pelo trabalho fazendo assim sua história.

Os princípios do materialismo dialético baseiam-se na idéia de que as sociedades evoluem pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, das técnicas e das condições materiais de produção e a cada estágio destas forças corresponde um regime social da produção, uma determinada divisão do trabalho e o papel que aí desempenham as classes sociais.

Neste contexto, o homem não é apenas produto das forças materiais, mas também as modifica; sendo produto da natureza o homem também a modifica pelo trabalho no qual vem incorporada uma técnica. A cada modo de o homem lidar e transformar a natureza corresponde um novo modo de produção.

No modo de produção capitalista existe uma relação dialética compreendida entre o trabalho assalariado e o capital acumulado na medida em que:

O operário não vende seu trabalho ao capitalista, mas cede determinado tempo, sua força de trabalho. O trabalho é assim uma mercadoria vendida e seu valor depende da quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Esta força se relaciona ao modo como o trabalhador provê seu sustento e de como ele é treinado. Todo valor que excede o suprimento destas necessidades terá um sobrevalor, que Marx chama de mais-valia; este valor não aparece no salário do operário e serve de base para a produção capitalista. (Araújo, 1998, p. 77)

Sendo assim, a contradição intrínseca ao modo de produção capitalista pode ser identificada na existência de homens que trabalham e aqueles que detêm os meios de produção e esta relação contraditória que move a história.

A superação desta situação, no entendimento de Marx, somente poderia ocorrer com a sociedade comunista, uma sociedade sem classes porque nela seria abolida a propriedade privada.

No prefácio de “Para a Crítica da Economia Política” Marx assim resume a base de seu pensamento:

(...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que

correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social (...) (In: Para a Crítica da Economia Política, 1982, p. 25, Coleção Os Economistas)

A história, portanto, evolui dialeticamente como resultado das contradições entre as relações de produção e as forças produtivas. Do ponto de vista da relação entre o sujeito e o objeto, ao nível do conhecimento, podemos identificar conforme Lefebvre (1995, p. 237-242) as seguintes leis do método dialético: 1) lei da interação universal, da conexão, da mediação recíproca de tudo o que existe, ou seja, a pesquisa dialética considera cada fenômeno no conjunto das relações com os demais fenômenos; 2) Lei do movimento universal que propõe uma conexão lógica das idéias que reproduz e reflete cada vez mais profundamente a conexão das coisas; 3) Lei da unidade dos contraditórios: “(...) *O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera(...)*”; 4) Transformação da quantidade em qualidade ou lei dos saltos que se dá na medida em que quando o grau de contradição se agudiza, quando se acumulam quantitativamente há tendência a uma mudança qualitativa (como no caso dos modos de produção, por exemplo); 5) Leis do desenvolvimento em espiral ou da superação segundo a qual a lógica do movimento depende de o ser encerrar nele mesmo a negatividade conduzindo à síntese que ultrapassa o estágio anterior, ao mesmo tempo em que conserva alguns de seus elementos e renova outros.

O método científico em Marx pressupõe o movimento que parte do abstrato ao concreto sendo este síntese de múltiplas determinações. Em seus dizeres:

(...) O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e

da representação (...) (In: Para a Crítica da Economia Política, 1982, p. 14, Coleção Os Economistas)

Para Marx: “*A ciência não será, portanto, a produção teórica do conceito, mas um conhecimento da realidade concreta que é fruto de múltiplas determinações e que deverá iluminar e ser iluminada pela práxis, pela ação transformadora.(...)*” (Araújo, 1998, p. 81)

Além disso, Marx reconhece a impossibilidade de uma unidade dos métodos para as várias ciências, visto que se o objeto difere, conseqüentemente também o método e a relação entre teoria e prática.

De forma geral, pode-se dizer que para Marx a cientificidade da ciência repousa na categoria da totalidade e da contradição conforme aponta Araújo (1998, p. 83):

(...) Marx afirma que a cientificidade é também uma questão de ir à realidade dos fatos, porém o critério empírico não resulta do conhecimento direto e imediato dos objetos. Este conhecimento vem sempre mediado pelo sujeito que conhece os objetos e que é por sua vez condicionado pela situação social e pelos meios técnicos e científicos de que dispõe.

No interior destas considerações emerge a questão da ideologia, da visão de mundo, que segundo Marx não se produz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Na sua visão os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado são os representantes políticos ou libertários de classe como os escritores, os líderes políticos etc. Sendo assim, as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura são um conjunto orgânico que configuram uma maneira de pensar.

É importante destacar, neste sentido, as idéias de Marx relativas à questão do ponto de vista de classe e o conhecimento científico a partir de sua discussão sobre a economia política. Marx defende que a caracterização de uma teoria como representando o ponto de vista de uma classe determinada não significa necessariamente que essa obra não tenha importância.

Sobre a discussão de Marx quanto ao ponto de vista de classe no caso da ciência econômica, Löwy (1985, p. 98-99) destaca que:

(...) enquanto a burguesia era uma classe opositora, uma classe revolucionária, que lutava contra a ordem estabelecida, enquanto não existia ainda o movimento operário ameaçando os interesses da burguesia, era possível o desenvolvimento

científico objetivo, imparcial da ciência econômica, dos clássicos dos fins do século XVIII e início do século XIX. A partir do momento em que a burguesia se transformou em classe dominante, sobretudo a partir de 1830, a partir do momento em que surgiu uma nova classe, um movimento operário que ameaçava os interesses da classe burguesa, ela não pôde mais se dar ao luxo desse desinteresse, dessa objetividade científica, necessita agora de uma apologética, de uma legitimação pura e simples de seus interesses, de uma ideologia a serviço de sua posição de classe. Nesse momento, declina, e morre, a economia política científica e é substituída pela economia política vulgar.

Na seqüência de seu pensamento, Löwy reconhece as limitações desta explicação de Marx, apontando as retificações feitas pelo autor para os casos de Malthus e David Ricardo. De qualquer maneira, deve-se ressaltar que Marx não faz uma crítica neutra à economia política; sua crítica assume o ponto de vista de uma classe social determinada.

Neste ponto, Marx reconhece e proclama o compromisso de sua teoria com o ponto de vista de uma classe social determinada considerando-se mesmo como representante científico do proletariado.

Como uma das grandes contribuições do marxismo ou da dialética marxista podemos afirmar o fato de que esta foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento na tentativa de mostrar as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economista e outros cientistas sociais da época.

Além disso, afirmava a necessidade de partir do concreto, ou seja das condições concretas da realidade que, por sua vez, está imersa no curso da história, para o verdadeiro conhecimento do objeto. Neste sentido, o conhecimento empírico também estaria sempre mediado pela visão de mundo do sujeito.

A dialética na Geografia

A dialética marxista estrutura-se em fins do século XIX e penetra nos movimentos sociais e políticos no período entre-guerras consolidando uma política de enfrentamento global do capitalismo. No campo do pensamento científico ela fortalece-se principalmente após a Segunda Guerra mundial devido às condições críticas em que se encontravam os países periféricos e à busca de referenciais mais adequados às novas condições.

A influência mais efetiva da dialética no pensamento geográfico pode ser identificada a partir dos movimentos surgidos nos anos 1960. O movimento das idéias ocorrido neste período é caracterizado por alguns elementos diretamente ligados ao contexto econômico, social e político existente. Tem-se no campo das ciências sociais uma nova compreensão dos problemas dos países dependentes e um questionamento do papel das potências imperiais e do próprio sistema capitalista tendo em vista a situação de subdesenvolvimento, assim como a quebra de confiança em muitos dos enfoques até então dominantes²⁶.

De forma geral houve um questionamento sobre o significado e papel da ciência, da tecnologia moderna e sua relação com os valores fundamentais da vida humana conforme destaca Capel (1981, p. 407):

(...) Aparece un conflicto latente entre la racionalidad dela ciencia moderna y los valores de la vida humana, a la vez que se toma conciencia de la naturaleza esencialmente social del proceso actual de investigación científica, y la necesidad de dirigir dicha investigación hacia fines socialmente significativos.
(...)

Na Geografia os reflexos deste pensamento puderam ser percebidos a partir da insatisfação perante o paradigma quantitativo²⁷ que se alastrara pela disciplina. Esta insatisfação, no caso da Geografia norte-americana, se deve, segundo Capel (1981, p. 426) a:

²⁶ Neste contexto tem-se o aparecimento de atitudes antipositivistas que tiveram na Escola de Frankfurt sua principal representante. Desde seu início por volta de 1920 e 1930 esta escola teve como objetivo estabelecer uma base integradora para o conjunto das ciências sociais utilizando rigorosamente a teoria marxista e procurando ligar a teoria à práxis.

²⁷ A Geografia, neste momento, começa a assistir a essa busca de alternativas em seu interior tendo como uma das principais expressões o surgimento da chamada Nova Geografia. Paul Claval (1982) encara de forma bastante positiva este momento vivido pela Geografia afirmando sua importância na medida em que a enriqueceu com modelos teóricos principalmente da Economia e trouxe a possibilidade da construção de novos modelos. Para ele, o ponto mais importante para a Geografia foi o rompimento com a Geografia Regional Francesa que se tornara insuficiente para responder aos problemas do mundo que então se apresentava. Além disso, o novo paradigma trouxe contribuições de outras ciências como a Economia e a Sociologia, entre outras afirmando a importância dos fenômenos econômicos e sociais. A Nova Geografia, como afirma Santos (1996) quer marcar distância em relação à Geografia Clássica constituindo-se num novo paradigma, num novo método, utilizando-se de uma nova linguagem na tentativa de sobrepor-se às chamadas “escolas nacionais”. Claro que, como é sabido, a New Geography provocou reações que iam desde sua defesa incondicional até seu total repúdio. Esse repúdio e as críticas mais veementes vinham em função do papel ideológico e pragmático que se revestia essa Geografia. Como afirma Corrêa (1987) a Nova Geografia tinha função de justificar a expansão capitalista e escamotear as transformações por meio de sua ação pragmática e de planejamento do Estado capitalista. A crítica de Santos (1996) vai no mesmo sentido, ou seja, do comprometimento de sua manifestação quantitativa valorizando o empírico e o ideológico. No capítulo 4 desta tese retomaremos esta questão discutindo de forma mais detalhada as características do neopositivismo e seu papel na Geografia.

(...) problemas reales de los que ahora se toma conciencia y se sienten agudos: el problema ecológico, la segregación social en las ciudades norteamericanas, la guerra del Vietnam, la revuelta de los negros, el descubrimiento de la injusticia y la miseria e la sociedad norteamericana, la conciencia de pertenecer a un país imperialista y explotador.

Os nomes de David Harvey e William Bunge destacam-se neste contexto pois de neopositivistas passam a defender os postulados de uma geografia radical, uma geografia comprometida com as mudanças revolucionárias que a sociedade necessitava. Esta Geografia radical aparecia também como uma reação às pretensões de neutralidade da geografia quantitativa e às elaborações feitas por esta.

O clima de insatisfação e questionamentos ao paradigma de ciência e de geografia fez com que o marxismo se revelasse como um suporte adequado para um enfoque alternativo buscado neste momento.

Desta forma, o enfoque marxista começou a influenciar a produção geográfica a partir de trabalhos teóricos e informativos sobre os mecanismos econômicos básicos da sociedade capitalista, sobre a relação dialética entre subdesenvolvimento e imperialismo por um lado e desenvolvimento e dependência por outro.

Em alguns países como o Brasil, esta reação radical se configurou quase que ao mesmo tempo que a introdução das tendências quantitativas provocando uma crise profunda e uma confusão generalizada.

Na opinião de Capel (1981, p. 437):

La introducción del pensamiento marxista en la geografía ha planteado problemas semejantes a los suscitados en otras ciencias sociales. La misma amplitud cronológica en que se produjo la obra de Marx e Engels explica que el pensamiento de estos dos autores no sea totalmente homogéneo y plantea no pocos problemas hermenéuticos. La diversidad de lecturas e interpretaciones - políticas y filosóficas - existentes lleva a muchos a considerar que en realidad no existe hoy un marxismo sino varios. (...)

Tendo em vista as diversas possibilidades de leituras e interpretações do pensamento de Marx, Capel (1981) afirma, conforme mencionado anteriormente, a existência de interpretações tanto positivistas como historicistas do pensamento marxista.

É, por exemplo, tipicamente positivista a crença de muitos marxistas de que o materialismo histórico dialético formularia as leis causais do desenvolvimento da humanidade

que permitem prever de forma indubitável a origem e desenvolvimento do capitalismo e sua necessária transição para o socialismo.

Da mesma forma, o entendimento da história como uma sucessão de mudanças nos sistemas sociais e como história do desenvolvimento do homem para dominar a natureza, o esforço para identificar a estrutura social de cada época histórica concreta e a idéia de uma evolução histórica como progresso, como uma finalidade também são elementos de caráter historicista presentes no pensamento de Marx.

Independente da interpretação positivista ou historicista da dialética marxista, é importante salientar a grande influência que esta corrente exerceu sobre o pensamento geográfico e nas ciências sociais em geral, conforme destaca Gomes (1996, p. 284):

No fim dos anos sessenta a durante toda a década de setenta, o marxismo exerceu uma forte influência sobre as ciências sociais. (...) O marxismo foi, assim, o instrumento de discussões sobre a responsabilidade social dos pesquisadores e a apropriação do trabalho científico. De outro lado, a doutrina marxista deu a possibilidade às ciências sociais de desenvolverem modelos teóricos deterministas inteiramente concebidos na esfera do domínio social, isto é, independentes dos modelos das ciências naturais, que até então eram os únicos a propor modelos verdadeiramente racionalistas e objetivos.

No caso da Geografia Francesa, por volta da década de 1950 já era possível perceber alguns traços desta orientação marxista. O nome de maior destaque neste caso, foi o de Pierre George²⁸ que teve o mérito de introduzir pioneiramente alguns conceitos marxistas na discussão geográfica. “(...)Este autor vai tentar uma conciliação da metodologia da análise regional com o instrumental conceitual do materialismo histórico. Assim, discute as relações de produção, as relações de trabalho, a ação do grande capital, as forças produtivas etc (...)” (Moraes, 1997, p. 119)

Um dos grandes passos dados por George, na opinião de Moreira (1994, p. 51) foi no sentido de que:

(...) é com Pierre George que a organização geográfica do espaço mundial perde, pela primeira vez, seus alicerces clássicos: a divisão natural em continentes. Os novos alicerces são os “sistemas econômicos”: o mundo se divide em sistema capitalista e sistema socialista, compreendendo o bloco dos

²⁸ É importante lembrar que uma das primeiras manifestações críticas à Geografia pode ser encontrada na proposta da “*Geografia Ativa*” de autoria de Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser e R. Guglielmo. Esta proposta opunha-se radicalmente à Geografia Aplicada e propunha executar um tipo de análise que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista nos vários quadros regionais.

países desenvolvidos e o bloco dos países subdesenvolvidos. A geografia de cada país, incluindo-se suas condições naturais, organizar-se-á segundo seu sistema econômico. (...)

Apesar dos méritos acima destacados, a principal crítica existente quanto ao pensamento e às contribuições de Pierre George no âmbito da introdução do marxismo na Geografia relacionam-se ao fato de que esta Geografia de denúncia não rompia com a tônica descritiva e empirista, ou seja, não inovava em sua base metodológica²⁹.

Inclusive, Oliveira (1982)³⁰ ao fazer análise de sua obra “Geografia Econômica” afirma que George fala da forma sem se envolver com o conteúdo, abstraindo conceitos como modo de produção, classes sociais e luta de classes que são fundamentais para se entender o econômico como infra-estrutura econômica da sociedade. Além disso, destaca que para a realização e discussão dos temas o autor adota uma postura aparentemente neutra.

Para Oliveira, George utiliza-se de conceitos do materialismo histórico articulando-os segundo o método histórico da economia provocando um choque teórico-metodológico na sua prática teórica.

A dialética na Geografia Brasileira

A influência da dialética marxista no pensamento geográfico brasileiro deu-se por intermédio, principalmente da Geografia Francesa representada por George, Lacoste, Kayser, entre outros, no interior do que ficou conhecido como “movimento de renovação” em sua vertente crítica ou radical³¹.

²⁹ Gomes (1996, p. 287) também corrobora com esta idéia constatando nos comentários de Lacoste sobre a análise marxista na Geografia que embora o grupo de geógrafos franceses capitaneados por Pierre George fosse politicamente filiado ao marxismo, não teriam obtido êxito em renovar metodologicamente a geografia tradicional.

³⁰ Nos referimos ao artigo “O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão” publicado no livro **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão** organizado por Ruy Moreira e publicado pela editora Vozes em 1982.

³¹ Moreira (1988 p. 10-11) nos alerta quanto à generalização demasiada desta posição afirmando que: “Se *todavia um processo inédito de refundição da Geografia corre por dentro da renovação, esta com ele não se confunde. O que há é um movimento impulsionado pelo descontentamento com o discurso geográfico vigente, que a defecção do teórico-quantitativismo só faz precipitar. Ao identificar-se os críticos marxistas ou que empregam as categorias do marxismo de início mais que os demais críticos com o diagnóstico e proposições de superação da crise, são eles que naturalmente aparecem encarnando a renovação. Todavia, tal identificação é*

Conforme destaca Corrêa (1984, p. 73) “*embora pareça contraditório, o movimento de renovação teve também raízes numa instituição velha: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.(...)*”

A partir do núcleo de discussões centralizadas no Departamento de Geografia da USP e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção regional São Paulo através do Boletim Paulista de Geografia³², foram disseminadas as principais idéias mostrando a necessidade de uma nova matriz teórico-metodológica para a Geografia na medida em que os paradigmas até então existentes não eram mais suficientes para explicar a realidade que se colocava.

O Boletim Paulista de Geografia em seus números 52, 53 e 54 (1976 e 1977)³³ já esboçava um pouco o teor da crítica à Geografia produzida até então, bem como a necessidade de mudanças nesta, entretanto, na opinião de Corrêa (1984, p. 76):

Os antecedentes registrados pelo Boletim Paulista de Geografia, não obstante, situavam-se ainda no caminho de uma modernização conservadora. É que, ignorando a crise da Geografia, os geógrafos deixavam-se levar pela crise, apesar dos protestos de alguns. Como não ocorria a ruptura política, a ruptura teórica descansava no leito da indiferença oficial. No entanto, ambas ocorreram no mesmo ano de 1978, como mudança de poder na Associação dos Geógrafos Brasileiros e com irrupção do debate intelectual para além dos rumos das Academias e Institutos, através do livro de Milton Santos, “*Por uma Geografia Nova*”.

Como se pode observar, a obra “*Por uma Geografia Nova*” de Milton Santos é considerada aquela que produziu a abertura ideológica para a Geografia brasileira na medida em que o autor argumenta quanto à necessidade de discutir o espaço social tendo a produção do espaço como objeto. Neste sentido o autor defende que “*(...) toda atividade produtiva dos*

só aparência. Superficializa-se a vertente marxista e o próprio processo da renovação ao fundir-se um movimento de muitos entrecruzamentos”.

³² Esta afirmação baseia-se nas idéias de Corrêa apresentadas no artigo “*A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (as Geografias Críticas e Radical e uma perspectiva teórica)*” publicado no Boletim Paulista de Geografia, número 60. Embora tenha sido criticado por Moreira (1988, p. 31) por neste artigo sobrevalorizar o papel dos geógrafos da USP na renovação da Geografia, concordamos com a avaliação de que mesmo assim, existe no artigo uma excelente resenha da produção geográfica daquele período.

³³ Deve-se lembrar que o próprio contexto político do Brasil naquele momento (final dos anos 1970 e a “*abertura democrática*”) propiciava um amplo debate sobre o quadro econômico e social do país no interior do desenvolvimento mundial do capitalismo.

homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas de tal modo que 'produzir é produzir espaço'." (Moraes, 1997, p. 124)

A afirmação de que produzir é produzir o espaço implica necessariamente em considerar os elementos envolvidos nesta produção, tanto da produção material em si, quanto da produção do espaço, os quais possuem relação direta. A categoria formação econômica e social, aparece, neste contexto, como fundamental para a compreensão da produção dos diferentes espaços.

Na opinião de Moreira (1988, p. 9) a grande contribuição desta obra relaciona-se ao fato de que:

(...) Ao longo de suas páginas verifica-se que o espaço é produto da história. Com ele, a historicidade do espaço entra em cena na Geografia e isto tem um impacto extraordinário. Se o espaço tem natureza histórica, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se ele é o objeto da Geografia, então também nela tudo muda de todo, uma vez que nela tudo é historicidade.

Outros trabalhos neste momento mostram também a influência do materialismo histórico e dialético. Pode-se lembrar aqui da tese de doutorado "Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: a crítica ao 'Estado isolado' de von Thünen" de Arioaldo Umbelino de Oliveira defendida na USP em 1978³⁴.

Nesta tese o autor assume explicitamente o materialismo histórico dialético como opção teórico-metodológica na tentativa de mostrar o caráter de classe da obra de von Thünen e sua aplicação nos estudos de Geografia Agrária.

Da mesma forma, outros autores podem ser lembrados como Ruy Moreira³⁵, entre outros. Grande parte dos textos mais representativos deste período foram publicados nas coletâneas: "Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico", publicada na Revista Vozes, número 04 em maio de 1980; "Geografia: teoria e crítica – o saber posto

³⁴ Em nossa Dissertação de Mestrado procuramos mostrar como esta tese representou uma espécie de "divisor de águas" em termos dos referenciais teórico-metodológicos adotados pela Geografia e identificados nas teses e dissertações na área de Geografia Econômica. Para mais detalhes ver de nossa autoria: **A Geografia Econômica na produção científica acadêmica dos programas de pós-graduação em Geografia no estado de São Paulo (1970-1998)**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000.

³⁵ Deste autor "A Geografia serve para desvendar máscaras sociais" é bastante significativo para verificar seu posicionamento naquele momento. Também pode-se lembrar de "O que é Geografia" (1981) considerado pelo próprio autor como "espírito da época" pois seu conteúdo e termos discursivos exprimem o clima dos debates da época. (Moreira, 1992, p. 32)

em questão” organizada por Ruy Moreira em 1982 e “Novos Rumos da Geografia Brasileira” organizada por Milton Santos em 1982.

O artigo já citado de Armando Corrêa da Silva “A renovação geográfica no Brasil-1978/1983 (As geografias Críticas e Radical e uma perspectiva teórica)” também se constitui numa importante resenha sobre a produção do período analisando três questões: as categorias, a questão do sujeito e a questão política.

Quanto à primeira questão, ou seja, as categorias, o levantamento bibliográfico realizado pelo autor sobre a produção no período revelou que:

(...) No total, as categorias mais utilizadas pertencem principalmente ao marxismo, mas existem também categorias do liberalismo, do positivismo, do neopositivismo, do empirismo, do funcionalismo, do estruturalismo, do naturalismo e do existencialismo.

A situação do discurso crítico radical é, então, a de uma frente ideológica polarizada pelas categorias do materialismo histórico e dialético. (Corrêa, 1984, p. 132-133)

Sendo assim, podemos dizer que durante o período houve uma grande disseminação do referencial teórico-metodológico relacionado ao materialismo histórico e dialético no pensamento geográfico brasileiro, independentemente do viés assumido por cada autor, fato que posteriormente foi objeto de discussões no interior da Geografia brasileira³⁶.

Pode-se dizer que com a introdução do materialismo histórico e dialético a Geografia brasileira passa a apresentar as seguintes características: a produção do espaço passa a ser o objeto central dos estudos geográficos priorizando os elementos envolvidos neste processo e principalmente a produção material no âmbito da historicidade deste espaço; neste sentido a categoria formação econômica e social, bem como as principais categorias do materialismo dialético são incorporadas ao discurso geográfico chegando a caracterizar uma frente ideológica no interior do pensamento geográfico brasileiro.

No entanto, é importante lembrar que embora tenha havido este florescimento do materialismo dialético no pensamento geográfico brasileiro afirmando a importância dos

³⁶ Sobre esta questão é interessante destacar a seguinte idéia de Oliveira (1999, p. 70): “Na história do marxismo, entretanto, diferentes autores não escaparam imunes à influência positivista, historicista ou mesmo racionalista, e diferentes vertentes do pensamento foram gestadas em seu interior. De um lado, desenvolveu-se um marxismo positivista, de outro, um historicista. É óbvio que a geografia e a geografia agrária foram influenciadas por essas concepções. (...)”

elementos econômicos para o entendimento geográfico do espaço, ainda perduram os traços da influência historicista e positivista nos trabalhos produzidos pelos geógrafos.

A tentativa empreendida neste capítulo objetivou mostrar como as principais matrizes teórico-metodológicas (positivismo, historicismo e dialética) estiveram presentes e influenciaram o pensamento geográfico e o pensamento geográfico no Brasil.

Conforme já destacado anteriormente, a idéia não foi de simplesmente realizar uma classificação dos autores de acordo com a influência sofrida, pois mesmo entre estes há cruzamentos de várias influências, como no caso da relação muito próxima existente entre o positivismo e o historicismo, bastante clara quando se trata da geografia brasileira.

Da mesma forma, no âmbito da dialética podemos encontrar posicionamentos relativos ao positivismo ou ao historicismo, no caso deste último com maior frequência.

A forma de análise e reflexão desenvolvida, portanto, não deve representar uma limitação, mas um parâmetro para a compreensão das principais matrizes teórico-metodológicas que influenciaram o pensamento geográfico.

Na seqüência tentaremos identificar como o elemento econômico compareceu e que papel exerceu nos trabalhos desenvolvidos a partir das matrizes teórico-metodológicas discutidas.

As matrizes teórico-metodológicas e o econômico

Tendo em vista as características, elementos e análises empreendidas pela Geografia de acordo com as influências sofridas pelas matrizes teórico-metodológicas é possível identificarmos o papel do elemento econômico na análise geográfica.

No âmbito da influência positivista fica clara a preocupação e ênfase nos aspectos físicos procurando estudar as influências das condições naturais sobre as sociedades chegando em alguns momentos a interpretações de caráter determinista. Neste caso, estando o foco central das análises voltado para as condições naturais e a adaptação do indivíduo ao meio, o elemento econômico não comparece ou comparece apenas como parte descritiva na enumeração das características de um determinado território em termos produtivos, por exemplo.

Um tratamento diferenciado ao elemento econômico pode ser identificado nos trabalhos sob influência historicista. É principalmente a partir da perspectiva analítica fundada por Vidal de La Blache na qual o homem é visto como um ser ativo que sofre a influência do meio, mas também atua sobre o mesmo transformando-o que observamos como o econômico comparece como desdobramento do humano.

Nos trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva as atividades econômicas como agricultura, comércio e circulação são vistas como fatores de desenvolvimento humano. No interior dos estudos regionais havia preocupação com a vida econômica da região discutindo fluxos, trabalho, produção, etc articulando população, comércio, indústria, transportes, entre outros elementos do quadro regional.

Apesar da inserção do elemento econômico nas análises, este ocupava apenas uma “parte” do trabalho (a parte econômica) distinta e muitas vezes desarticulada do restante. A estrutura das monografias regionais francesas é bastante significativa para mostrar como isso ocorreu: havia a descrição geográfica (do quadro natural), em seguida a caracterização da população e os aspectos econômicos.

Esta estrutura serviu como modelo para grande parte dos trabalhos geográficos desenvolvidos no Brasil até os anos 1970. Nesses trabalhos observa-se uma ênfase na descrição voltada ao estudo de produtos, tais como culturas agrícolas, pecuária ou mesmo de fatos econômicos numa dada porção do território, havendo neles uma visível “parte econômica”³⁷.

Em se tratando de uma análise geográfica, portanto, deveria haver um exemplo localizado no território e o econômico era uma parte dentro desse trabalho geográfico, na qual discutia-se sobre os aspectos que poderiam ser identificados com o econômico: a comercialização, a produção agrícola ou industrial e assim por diante. Nestes estudos o geográfico e o econômico estavam nitidamente separados; a junção ocorreria com a distribuição geográfica do fato: a cultura da batata no estado de São Paulo, a bananicultura no litoral, a pecuária em Barretos e assim por diante.

Já nos trabalhos influenciados pelo materialismo dialético, o econômico passa a ser visto como integrante da reflexão, como um elemento explicativo para analisar uma determinada questão e não apenas como um elemento em si. Isto deve-se principalmente ao

³⁷ Esta afirmação tem por base as reflexões desenvolvidas em nossa dissertação de mestrado já referenciada na nota 34.

fato de que esta matriz teórico-metodológica destacava a importância da infra-estrutura, entendida como base econômica da sociedade para o entendimento desta.

Desta forma, o econômico deveria ser pensado com um elemento essencial do discurso, constituindo-se num componente interpretativo que permeava toda a análise geográfica. Conforme já discutido anteriormente neste capítulo, a produção material no âmbito da historicidade do espaço é ponto central para os trabalhos desenvolvidos sob a influência desta matriz teórico-metodológica. Os elementos econômicos, portanto, são destacados para o entendimento geográfico do espaço³⁸.

Pode-se concluir que nos trabalhos desenvolvidos na Geografia a partir do referencial do materialismo dialético há maior importância e tratamento diferenciado do econômico em relação àqueles influenciados pelo positivismo e historicismo.

Na seqüência deste trabalho poderemos verificar a partir de exemplos como isso ocorreu na Geografia brasileira.

³⁸ Diversas críticas surgiram em relação a esta questão; a principal delas refere-se ao extremo “economicismo” presente nos trabalhos. Segundo Carlos (2002, p. 165): “A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao método. O materialismo histórico era a base das pesquisas, mas a partir dele se produziu uma vertente econômica que dominou muitos trabalhos e que está presente até hoje. Nesta direção, o homem aparece enquanto força de trabalho e o espaço como produto direto da ação do capital. Nesse sentido, negligenciou-se o significado da noção de produção bem como o sentido social da produção. (...)”

Capítulo 3

**O econômico na Geografia:
elementos e questões a partir
da análise das teses**

Capítulo 3

O econômico na Geografia: elementos e questões a partir da análise das teses

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, procuraremos neste capítulo realizar uma análise das teses em Geografia Econômica defendidas na FFLCH/USP no período de 1970-2001 a fim de que possamos identificar elementos e questões que nos conduzam à discussão das influências do pensamento econômico sobre a produção geográfica acadêmica.

A opção de priorizarmos as teses defendidas na FFLCH/USP teve por base o fato de que o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana desta faculdade possui uma expressão nacional na medida em que durante muitos anos constituiu-se e ainda constitui-se em um referencial da produção geográfica brasileira em âmbito científico acadêmico conforme destaca Carlos (2002, p. 163-164):

Do ponto de vista da história da produção geográfica brasileira, há dois grandes centros – São Paulo e Rio de Janeiro – que dominam a formação de pesquisadores bem como a produção intelectual da geografia brasileira. Fato este que ocorre até o presente, quando começam a surgir outros cursos de pós-graduação no país (que em boa hora, são criados para atenuar as disparidades regionais). Um dado desta concentração é o fato de em 2001, o Departamento de Geografia da USP ter produzido 60% das teses de doutorado de todo o Brasil e mais de 25% dos mestrados.

Além disso, entendemos que as teses de doutorado expressam reflexões mais aprofundadas no que diz respeito a produção científica acadêmica.

Devemos, inicialmente, lembrar que a seleção das teses teve por base o objeto que tratam. Pode-se dizer que se tratou da identificação de fenômenos e situações de natureza econômica relacionados ao espaço. Posteriormente verificamos qual o recorte utilizado para tratar a temática. O recorte é a via pela qual o objeto foi identificado e estudado pelo autor.

Neste sentido, as teses a serem analisadas posteriormente estão agrupadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – O conjunto de teses analisadas

AUTOR	TÍTULO DA TESE	ANO DA DEFESA	ORIENTADOR
GOLDENSTEIN, Léa	Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão	1970	Pasquale Petrone
DANTAS, José	Sertãozinho: uma sociedade dependente da agro-indústria açucareira	1972	Pasquale Petrone
SEABRA, Manoel F. G.	As Cooperativas Mistas do Estado de São Paulo: estudo de Geografia Econômica	1973	Pasquale Petrone
ABLAS, Luiz A de Q.	Teoria do Lugar Central: bases e evidências empíricas – Estudo de Caso	1978	Nice Lecocq Müller
OLIVEIRA, Arioaldo U. de	Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado isolado” de von Thünen	1978	Pasquale Petrone
GRABÓIS, José	Os Anéis da Dependência: estudo geográfico da floricultura em Barbacena	1978	José Ribeiro Araújo Filho
JUNQUEIRA, Claudete B.	A Reapropriação do Espaço a partir da Integração Agro-Industrial	1982	Pasquale Petrone
GARRIDO FILHA, Irene	Garimpos de Cassiterita – pesquisa geográfica	1983	Pasquale Petrone
SILVA, Lenyra R. da	O Espaço da Pequena Produção em Maraxanguape-RN	1986	Liliana Laganá
BARROS, Nilson C.C.	Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba	1987	Rosa Ester Rossini
PINTAUDI, Silvana M.	O Templo da Mercadoria: estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo	1989	Manoel Seabra
TEIXEIRA, Márcio A	As Mudanças Agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados	1989	Mário de Biasi

AUTOR	TÍTULO DA TESE	ANO DE DEFESA	ORIENTADOR
SPOSITO, Eliseu S.	Produção e Apropriação da Renda Fundiária Urbana em Pres. Prudente – SP	1990	Ariovaldo U. de Oliveira
LENCIONI, Sandra	Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil	1991	Ana Fani A. Carlos
DIGIACOMO, Milton	Estudo dos fluxos de transporte de cargas na área de influência de Campos Novos - SC	1991	Manoel Seabra
CARVALHO, Márcia S. de	Pequena produção de café no Paraná	1991	Ariovaldo U. de Oliveira
SPOSITO, Maria E. B.	O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade	1991	Ariovaldo U. de Oliveira
MOTTA, Nara C.	Geografia da vida: (re)produção do espaço e relações sociais de trabalho do Espírito Santo – Brasil	1993	Rosa Ester Rossini
TSUKAMOTO, Ruth Y.	Teiticultura no Brasil: subordinação de dependência	1994	Maria Cecília França
SILVA, Marlene M. da	A linha de subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano	1994	Rosa Ester Rossini
VIEIRA, Miguel G.	Processo de desenvolvimento econômico do centro-oeste paulista; a pequena e média empresa do setor metal-mecânico	1994	Amália Inês G. Lemos
SANTOS, Regina C. B. dos	Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana	1994	Amália Inês G. Lemos
LIMA, Luiz C.	Novo espaço da produção: os tecnópolos	1994	Milton Santos
PIRES, Hindenburgo F.	Reestruturação industrial e alta tecnologia no Brasil: as indústrias de informática em São Paulo	1995	Heinz Dieter Heidmann

AUTOR	TÍTULO DA TESE	ANO DE DEFESA	ORIENTADOR
BENITES, Miguel G.	Brasil Central pecuário: interesses e conflitos	1995	Armen Mamigonian
PIZZOLATTI, Roland L.	Os pequenos produtores do oeste de Santa Catarina: integrados ou entregados?	1996	Rosa Ester Rossini
ARAÚJO, JOSÉ L.L.	As transformações na produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e suas relações com a reprodução do espaço	1996	Rosa Ester Rossini
VICENTE, Maria C. M.	Inserção da força de trabalho feminina: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista	1997	Rosa Ester Rossini
SÁ, Alcindo J. de	O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re)afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização	1998	Milton Santos
NOGUEIRA, Elizabeth A.	Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo	1999	Luiz A. de Queiroz Ablas
DINIZ FILHO, Luís L.	A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional	2000	Wanderley M. da Costa
BATISTA, Luiz C.	Movimento da força de trabalho num contexto de integração acelerada no Mercosul	2000	Wanderley M. da Costa
LAMOSO, Lisandra P.	A exploração do minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul	2001	Armen Mamigonian
FIRKOWSKI, Olga L. C. de F.	A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba	2001	Sandra Lencioni
ARANA, Alba R. A.	Os avicultores no Brasil: estratégias e adaptações – o caso da Coperguaçu Descalvado-SP	2001	Pedro Paulo Perides

Fonte: Levantamento bibliográfico

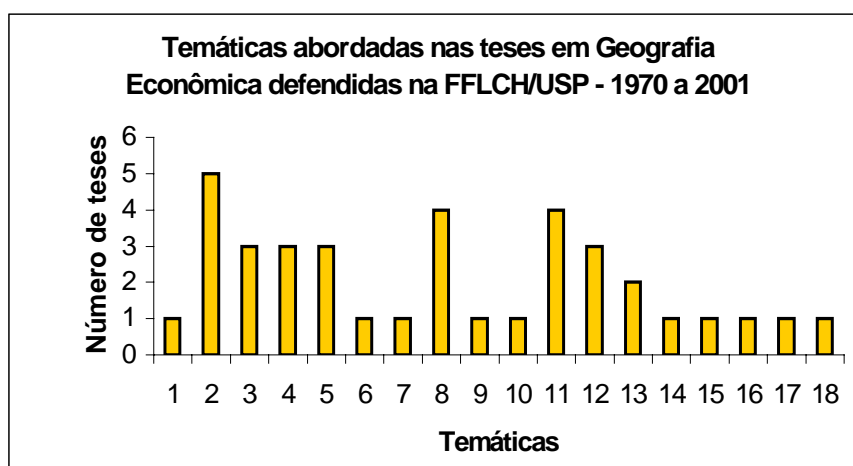
Org.: Flaviana G. Nunes

Como pode ser observado pelo quadro apresentado, foram selecionadas 35 teses de doutorado¹ a partir dos critérios estabelecidos. Na seqüência apresentamos os elementos e questões levantadas a partir da análise destas.

As temáticas abordadas nas teses

Inicialmente identificamos as temáticas abordadas, bem como o período de incidência destas. Os gráficos apresentados na seqüência foram elaborados no sentido de uma melhor visualização destas informações.

Gráfico 1



Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1. Indústria (estudo de caso) | 10. Agricultura (Cooperativas) |
| 2. Indústria (ramos) | 11. Agricultura (pequena produção) |
| 3. Caracterização econômica de regiões | 12. Agricultura (relações de trabalho) |
| 4. Renda da terra urbana | 13. Artesanato/garimpo |
| 5. Discussão teórico-metodológica | 14. Comércio (ambulante) |
| 6. Indústria (tecnopólos) | 15. Comércio (shopping) |
| 7. Agricultura (quadros agrários e agrícolas) | 16. Transporte |
| 8. Agricultura (Agroindústria) | 17. Migrações |
| 9. Agricultura (Modernização) | 18. Indústria (localização) |

Fonte: Levantamento Bibliográfico

Org.: Flaviana G. Nunes

¹ É importante também destacar que estas eram as teses disponíveis no acervo da biblioteca da FFLCH/USP nos três momentos em que realizamos o levantamento: dezembro de 2002, abril de 2003 e janeiro de 2004.

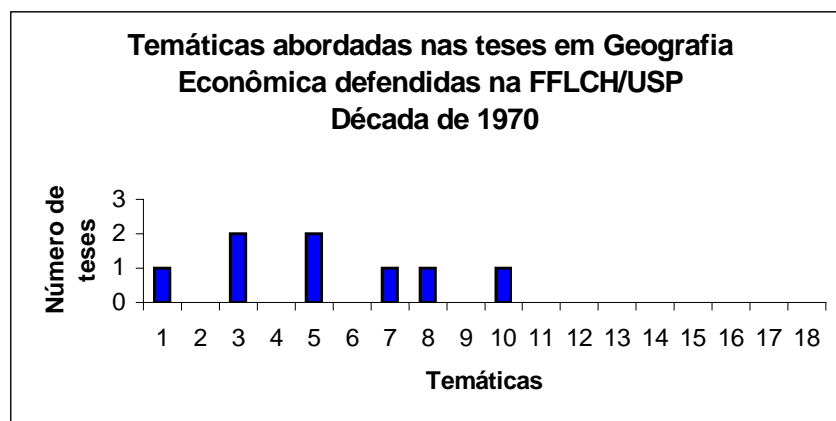
A partir deste gráfico observamos que tomando as temáticas isoladamente, no conjunto das 35 teses selecionadas, o maior número delas dedicou-se à discussão da questão da indústria priorizando algum ramo, ou seja, de algum tipo de indústria. Em seguida, a temática agricultura com ênfase na questão da pequena produção teve quatro teses.

No entanto, se tomarmos como parâmetro o tema agricultura de forma geral, veremos que foram defendidas 14 teses abordando a temática, número bastante superior se comparado à temática indústria que de modo geral foi abordada em apenas oito teses, ou o comércio, abordado em duas teses.

Pode-se dizer, com base nestes dados, que a maior parte dos estudos das teses na área de Geografia Econômica teve como preocupação central o campo, seja do ponto de vista das relações de trabalho, da pequena produção, da modernização da agricultura ou mesmo da caracterização, constituição de quadros agrários e agrícolas de determinadas áreas do Brasil.

É interessante também verificarmos a incidência das temáticas por período. O gráfico a seguir mostra as temáticas abordadas nas teses defendidas na década de 1970:

Gráfico 2



Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1. Indústria (estudo de caso) | 10. Agricultura (Cooperativas) |
| 2. Indústria (ramos) | 11. Agricultura (pequena produção) |
| 3. Caracterização econômica de regiões | 12. Agricultura (relações de trabalho) |
| 4. Renda da terra urbana | 13. Artesanato/garimpo |
| 5. Discussão teórico-metodológica | 14. Comércio (ambulante) |
| 6. Indústria (tecnopólos) | 15. Comércio (shopping) |
| 7. Agricultura (quadros agrários e agrícolas) | 16. Transporte |
| 8. Agricultura (Agroindústria) | 17. Migrações |
| 9. Agricultura (Modernização) | 18. Indústria (localização) |

Fonte: Levantamento Bibliográfico

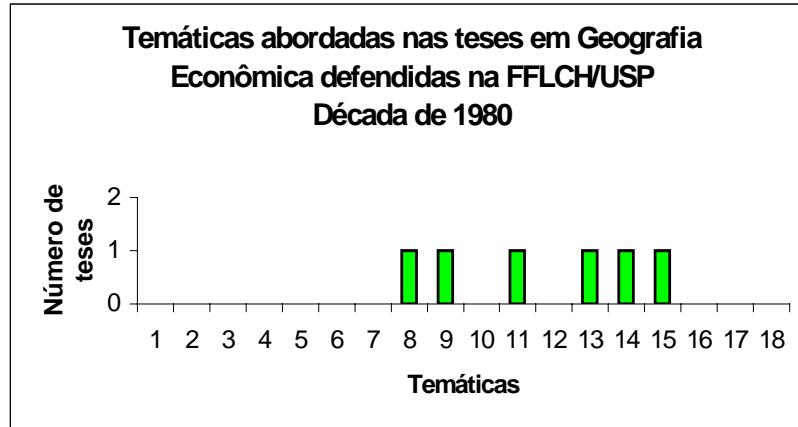
Org.: Flaviana G. Nunes

O predomínio de teses enfocando a agricultura já pode ser notado desde a década de 1970 conforme mostra o gráfico. Mesmo que nas temáticas caracterização econômica de regiões e discussão teórico-metodológica tenham sido encontrados duas teses em cada, a agricultura enfocando quadros agrários e agrícolas, agroindústria e cooperativas apresentou um total de três teses no período.

Apesar do pequeno número de teses defendidas em Geografia Econômica na década de 1980 (apenas seis), também se nota o predomínio da temática agricultura considerando-se o conjunto dos trabalhos conforme mostra o gráfico 3.

No período de 1990 a 2001 este fato se repete mais uma vez conforme pode-se observar no gráfico 4. Apesar da temática indústria com ênfase na discussão de algum de seus ramos apresentar cinco teses defendidas no período, se somarmos todos os trabalhos produzidos na temática agricultura teremos um total de oito teses. Dentre estas, é interessante destacar a preocupação mostrada com a questão da pequena produção e das relações de trabalho no campo (cada uma com três teses). Uma temática também bastante significativa em número de trabalhos refere-se à questão da renda da terra urbana com três teses defendidas.

Gráfico 3



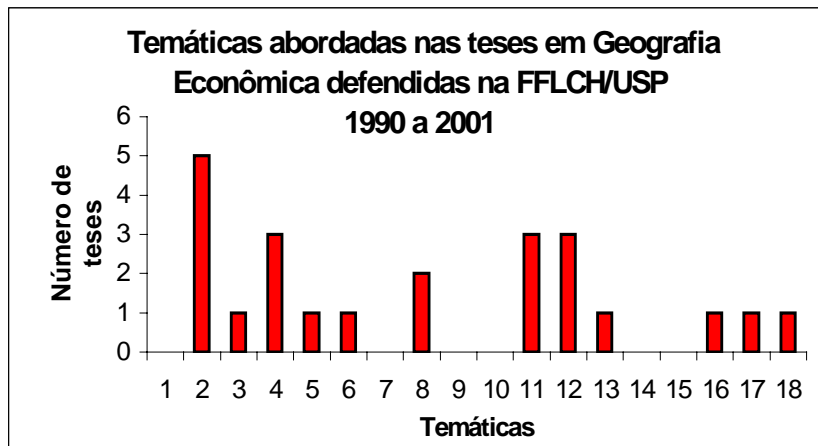
Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1. Indústria (estudo de caso) | 10. Agricultura (Cooperativas) |
| 2. Indústria (ramos) | 11. Agricultura (pequena produção) |
| 3. Caracterização econômica de regiões | 12. Agricultura (relações de trabalho) |
| 4. Renda da terra urbana | 13. Artesanato/garimpo |
| 5. Discussão teórico-metodológica | 14. Comércio (ambulante) |
| 6. Indústria (tecnopólos) | 15. Comércio (shopping) |
| 7. Agricultura (quadros agrários e agrícolas) | 16. Transporte |
| 8. Agricultura (Agroindústria) | 17. Migrações |
| 9. Agricultura (Modernização) | 18. Indústria (localização) |

Fonte: Levantamento Bibliográfico

Org.: Flaviana G. Nunes

Gráfico 4



Legenda:

- | | |
|---|--|
| 1. Indústria (estudo de caso) | 10. Agricultura (Cooperativas) |
| 2. Indústria (ramos) | 11. Agricultura (pequena produção) |
| 3. Caracterização econômica de regiões | 12. Agricultura (relações de trabalho) |
| 4. Renda da terra urbana | 13. Artesanato/garimpo |
| 5. Discussão teórico-metodológica | 14. Comércio (ambulante) |
| 6. Indústria (tecnopólos) | 15. Comércio (shopping) |
| 7. Agricultura (quadros agrários e agrícolas) | 16. Transporte |
| 8. Agricultura (Agroindústria) | 17. Migrações |
| 9. Agricultura (Modernização) | 18. Indústria (localização) |

Fonte: Levantamento Bibliográfico

Org.: Flaviana G. Nunes

Orientadores e Bibliografia Relacionada nas Teses

Além da identificação das temáticas, também foi possível verificarmos os orientadores das teses relacionando-os com o número de teses orientadas. O quadro a seguir mostra esta relação:

Orientador	Número de teses orientadas	Ano das defesas
Rosa Ester Rossini	06	1987, 1993, 1994, 1996(2), 1997
Pasquale Petrone	06	1970, 1972, 1973, 1978, 1982, 1983
Arioaldo U. de Oliveira	03	1990, 1991(2)
Amália I. G. Lemos	02	1994 (2)
Armen Mamigonian	02	1995, 2001
Manoel Seabra	02	1989, 1991

Milton Santos	02	1994, 1998
Wanderley M. da Costa	02	2000, 2001
José R. de Araújo Filho	01	1978
Liliana Laganá	01	1986
Mário de Biasi	01	1989
Ana Fani Alessandri Carlos	01	1991
Maria Cecília França	01	1994
Heinz Dieter Heidemann	01	1995
Luiz A. Q. Ablas	01	1999
Sandra Lencioni	01	2001
Pedro Paulo Perides	01	2001
Nice L. Muller	01	1978

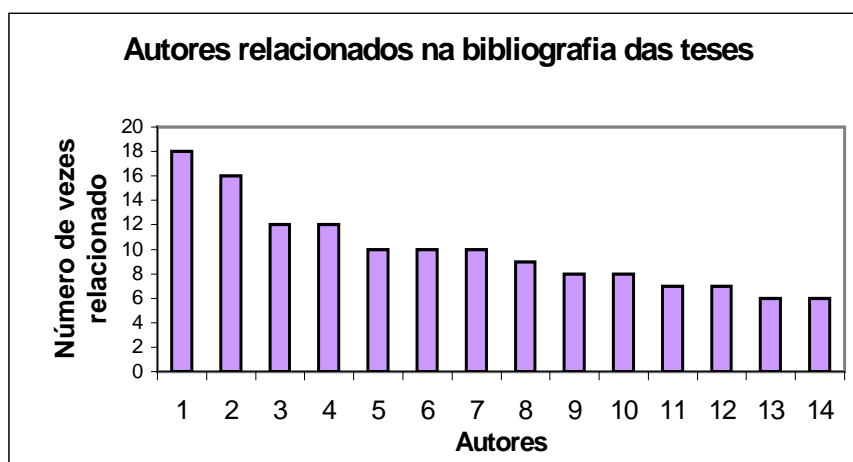
Fonte: Levantamento Bibliográfico
Org.: Flaviana G. Nunes

A partir do quadro pode-se verificar que Pasquale Petrone e Rosa Ester Rossini foram os professores que mais teses orientaram (seis), dentre aquelas selecionadas pelos critérios desta pesquisa no período estudado. Em seguida, com três teses orientadas temos o professor Ariovaldo U. de Oliveira. Os professores Amália I. G. Lemos, Armen Mamigonian, Manoel Seabra, Milton Santos e Wanderley M. da Costa aparecem com duas teses orientadas e os demais com uma.

É importante destacar que apesar de Pasquale Petrone aparecer com o maior número de orientações seguido de Rosa Ester Rossini, as teses por ele orientadas foram defendidas entre 1970 e 1983, ao passo que Rosa Ester orientou as teses no período de 1987 a 1997. Já Wanderley M. da Costa, por exemplo, orientou apenas a partir do ano 2000.

Em relação à bibliografia relacionada nas teses, procuramos organizar as principais referências relativas ao pensamento econômico e economia política no gráfico a seguir:

Gráfico 5



Legenda:

- | | |
|-------------------|--------------------------|
| 1. Karl Marx | 8. Graziano da Silva |
| 2. Paul Singer | 9. Francisco de Oliveira |
| 3. Caio Prado Jr. | 10. Vladimir I. Lenin |
| 4. Alain Lipietz | 11. Karl Kautsky |
| 5. Celso Furtado | 12. João M. C. de Mello |
| 6. Ignácio Rangel | 13. Maria da C. Tavares |
| 7. Wilson Cano | 14. Michael Storper |

Fonte: Levantamento Bibliográfico
Org.: Flaviana G. Nunes

Nesta sistematização não levamos em consideração as obras em específico, mas apenas o nome do autor e a quantidade de vezes que aparece relacionado nas bibliografias das teses². Como se pôde perceber, Karl Marx é o autor que mais vezes é relacionado nas bibliografias das teses (18 vezes)³. Em seguida aparecem o economista Paul Singer (16 vezes), o historiador Caio Prado Júnior (12) e o economista francês Alain Lipietz (12).

Celso Furtado, Ignácio Rangel e Wilson Cano foram relacionados 10 vezes. Dentre os mais citados ainda aparecem Graziano da Silva, Francisco de Oliveira, V. I. Lenin, Karl Kautsky, João Manuel C. de Mello, Maria da Conceição Tavares e Michael Storper.

Mais à frente, voltaremos a esta discussão, à medida em que estivermos realizando a análise mais verticalizada das teses em específico, no entanto, desde já, estes dados nos apontam para algumas questões: 1) sendo Marx o autor mais citado, pode-se

² Neste momento não estamos considerando as citações no corpo das teses, apenas nas referências bibliográficas ou bibliografia ao final dos trabalhos.

³ Isso significa dizer que do conjunto de 35 teses em 18 delas o autor é relacionado na bibliografia. Da mesma forma para os demais relacionados no gráfico.

depreender que a maior parte das teses utiliza-se ou pauta-se em suas idéias no que diz respeito aos fundamentos teórico-metodológicos; 2) do ponto de vista específico da contribuição do pensamento econômico brasileiro, Paul Singer aparece como o autor mais representativo; quais teriam sido as razões para isso?; 3) da mesma forma para os demais autores, qual a relação entre seu pensamento e a influência ocorrida no âmbito da Geografia?

A grande influência do pensamento de Karl Marx deve-se, em grande parte, ao papel desempenhado pelo materialismo histórico como concepção teórico-metodológica presente na produção geográfica brasileira a partir dos anos 1980.

Neste mesmo contexto, os trabalhos do economista Paul Singer que enfocaram questões como crescimento urbano, desenvolvimento econômico, população, entre outras, significaram uma importante referência para os estudos geográficos principalmente quanto às formas de análise destas questões e à própria abordagem teórico-metodológica adotada pelo autor.

Na seqüência, encaminharemos a discussão a partir da análise das teses buscando refletir sobre estas questões e outras que se fizerem pertinentes.

As influências do pensamento econômico presentes nas teses analisadas

Após a identificação das temáticas e principalmente dos autores mais citados nas referências bibliográficas procedemos a análise das teses no sentido de buscar elementos que nos apontassem as possíveis influências ou utilizações de idéias provenientes do pensamento econômico nos trabalhos.

Para isso, foi fundamental a realização de uma leitura mais direcionada das teses na qual priorizamos os seguintes elementos: tese do autor, abordagem teórica e metodológica, principais idéias e autores utilizados na elaboração da discussão.

Com base nesses elementos foi possível identificar algumas formas de influência ou utilização do pensamento econômico nas teses que sintetizamos no quadro a seguir:

Quadro 2 - Tipo de influência ou utilização das idéias provenientes do pensamento econômico presentes nas teses analisadas

Tipo de influência ou utilização	Características	Período de incidência
Teoria da modernização da agricultura	Discussão das relações de trabalho na agricultura pelo viés do gênero ou pequena propriedade no âmbito das conseqüências da modernização da agricultura	Anos 1980 e 1990
Teorias e idéias de Ignácio Rangel	Aplicação e tentativa de comprovação da validade destas para a temática estudada	Anos 1990 e 2000
Teoria da renda da terra (Marx e autores da mesma linha) - rural	A teoria é base para a reflexão sobre a pequena produção e sua condição de subordinação no modo capitalista de produção	Anos 1980 e 1990
Teoria da renda da terra (Marx e autores da mesma linha) - urbano	A teoria é base para a reflexão sobre a renda da terra urbana e sua apropriação no processo de produção territorial e imobiliária da cidade	Anos 1990
Teorias provenientes da economia espacial (Christaller e von Thünen)	Crítica às limitações explicativas apresentadas por estas teorias	Anos 1970
Teorias e modelos provenientes da economia espacial	Aplicação direta destas teorias e modelos nos trabalhos geográficos	Anos 1990
Conceitos e idéias provenientes do pensamento marxista	Utilização durante o trabalho de conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista	Anos 1980 e 1990

Desenvolvimento regional	Aplicação de modelos analíticos para avaliação do dinamismo de uma região	Anos 1990
Reestruturação industrial	Discussão do novo paradigma técnico-econômico e suas repercussões na indústria	Anos 1990 e 2000
Constituição de Quadros conjunturais ou históricos da economia nacional	Utilização de dados, informações ou mesmo interpretações acerca da conjuntura ou questões específicas da economia nacional	Anos 1990

Fonte: Levantamento bibliográfico
Org.: Flaviana G. Nunes

É importante salientar que algumas teses não apresentavam uma influência tão marcante e identificável tendo em vista principalmente a abordagem teórica e metodológica utilizada pelo autor, não estando, portanto, representadas neste quadro.

Na seqüência discutiremos esses trabalhos, bem como cada uma das influências identificadas a partir de elementos das teses analisadas.

O econômico como parte⁴ do trabalho geográfico

As teses em que a influência do pensamento econômico não é tão marcante e identificável encontram-se no conjunto de trabalhos em que o elemento econômico comparece como parte do geográfico, não compondo de maneira significativa as questões centrais do trabalho.

No conjunto de teses analisadas aquela em que claramente o econômico comparece como parte do geográfico é a de Goldenstein (1970) intitulada “Estudo de um centro industrial satélite: Cubatão”.

Nesta tese a autora pretende estudar o impacto provocado pela industrialização de São Paulo tendo em vista sua relação com o desenvolvimento da indústria na Baixada Santista, conforme afirma na introdução do trabalho (p. 09 e 12):

O estudo da industrialização da Baixada e o exemplo específico do centro industrial de Cubatão constituem exemplos para a compreensão global da Grande São Paulo e de como um grande centro a exemplo da capital paulistana leva à organização de centros menores, dotados de grande potencialidade e sumamente importantes do ponto de vista econômico, na medida em que constituem concentrações de setores expressivos da economia. Poderá contribuir ainda para o conhecimento e mesmo para uma tipologia dos centros industriais satélites ligados à vizinhança de uma grande metrópole e especificamente para a compreensão da influência da Grande São Paulo no mecanismo de seus centros industriais satélites.

O desenvolvimento progressivo da indústria na Baixada foi apresentado no decorrer do trabalho como consequência direta e pode-se dizer que como parte do impacto provocado pela metrópole paulistana: a interação entre um determinado sítio e uma determinada posição e a adaptação e utilização dos

⁴ Utilizaremos a expressão ‘parte’ para nos referirmos ao econômico como um momento do trabalho geográfico, ou seja, ele não comparece ou compõe o núcleo central de questões e preocupações da análise, configurando-se como apenas uma parte desta.

mesmos em função da presença de São Paulo. O estudo do impacto provocado por essa fase da industrialização de São Paulo é o próprio objetivo deste trabalho. (p. 12)

Trata-se de um estudo de caráter monográfico sobre a industrialização na Baixada Santista com ênfase na caracterização desta questão de forma descritiva e evolutiva. Sendo assim, os capítulos 1 a 4⁵ são “pano de fundo” para caracterizar a área, seus antecedentes físicos e históricos para, no capítulo 5 (Desenvolvimento de um centro industrial satélite), discutir as características da implantação das indústrias existentes.

Goldenstein (1970, p. 13) justifica a forma de análise utilizada destacando que:

(...) Optou-se, porém, pela alternativa que pareceu dar maiores possibilidades à observação dos diferentes aspectos da organização do espaço: estabelecimento de uma constante relação com os fatos naturais, econômicos e naturalmente os de política econômica. Portanto, embora não se tenha dado um caráter evolutivo ao plano, procurou-se mostrar as transformações ocorridas no espaço, em função das fases de ocupação, sendo os fatos históricos usados para esclarecê-las. Evidentemente, em se tratando de um estudo sobre a indústria os fatos econômicos estão sempre presentes.

Apesar da autora afirmar que os fatos econômicos estão sempre presentes, ou seja, que não estão em segundo plano, percebe-se que é somente no capítulo 6, no qual trata dos fluxos de capitais, matérias-primas e os produtos acabados na Baixada que fica explicitado o teor econômico do trabalho. Mesmo assim, esse econômico fica circunscrito à apresentação e sistematização de dados que caracterizam os volumes de capitais, matérias-primas, produtos acabados, mão-de-obra e seus fluxos não havendo uma discussão mais ampla e aprofundada quanto a aspectos teóricos concernentes ao próprio entendimento do capital e seu papel na produção do espaço industrial, por exemplo.

Quanto à questão dos fluxos, sua concepção é de que:

Uma indústria jamais é um fato isolado: sua existência depende de um conjunto de fatores que podem estar relacionados com espaços próximos ou distantes. A variedade e a complexidade dessas relações é tanto maior quanto mais evoluído o processo social. Estas relações que se estabelecem, podem ser representadas do ponto de vista geográfico, pelos fluxos, quer se refiram estes a matéria-prima, à energia, à água, quer à mão-de-obra, aos capitais, ao mercado etc. Em se tratando não de uma indústria, mas de uma área industrializada, esses

⁵ Os capítulos em questão intitulam-se: 1) A individualidade da Baixada: rios, clima, morfogênese; 2) As ligações com o exterior – a presença do Porto de Santos; 3) A circulação terrestre como fator e como problema de implantação; 4) Análise de um processo de implantação.

variados fluxos atingem o máximo de complexidade, mormente quando se referem não a um único aspecto, porém ao conjunto. (...) (p. 197)

Os geógrafos cada vez mais se empenham no conhecimento dos fluxos, pois a partir deles chega-se não só à distinção de regiões econômicas, como se identifica, dentro das regiões e entre elas, a intensidade das relações. (p. 197)

Nota-se que a preocupação maior é com a caracterização e descrição do processo de industrialização na Baixada Santista ressaltando sua dinâmica de organização e evolução a partir principalmente de dados obtidos junto às fábricas da área. Desta forma, as inferências ou críticas da autora restringem-se a algumas constatações tais como:

A partir desses dados pode-se reafirmar que Cubatão propriamente, do ponto de vista empresarial, não participa de nenhuma decisão. Os poderes de decisão mais atuantes na vida desse centro são o capital estrangeiro que detém o controle das empresas mais dinâmicas, e o capital estatal, responsável pelos dois gigantes da Baixada, ambos, embora por motivos diferentes, com problemas sérios de rentabilidade. (...) (p. 200)

(...) Muitos geógrafos, ao analisar esses conjuntos de fluxos, observam que a organização espacial desse poder de decisão e dos fluxos de decisão no mundo atual constituem a manifestação mais clara do imperialismo moderno. (p. 201)

Aliás, no Brasil, onde em diferentes lugares tem-se repetido essa instalação quase que abrupta de uma atividade econômica, o aproveitamento de uma atividade econômica, o aproveitamento de uma mão-de-obra potencial, não qualificada, já se tornou comum. De certa forma é uma característica do país subdesenvolvido, em que o sub-emprego existente faz com que sempre seja grande a demanda de trabalho. (...) (p. 258)

Nas considerações finais, as críticas também permanecem nesse plano, ou seja, da constatação da condição de dependência de Cubatão em relação à industrialização da metrópole:

A indústria de Cubatão apresenta características das mais avançadas no plano da organização do espaço industrial: embora espontâneo, verifica-se um processo de integração horizontal e vertical, que beneficia, sob todos os aspectos, o centro industrial. Contudo, por enquanto, dificilmente se pode falar numa região industrial ou mesmo num desenvolvimento industrial regional. Cubatão permanece um centro de produção industrial anexo a uma grande região industrializada, fazendo parte de uma área metropolitana, isto é, um centro satélite cujos fluxos de relações dentro da própria Baixada, sendo ainda relativamente pequenos, confirmam esta condição. (p. 313)

Por fim, cabe observar que Cubatão, apesar de ser um centro industrial ligado a uma grande metrópole, perto da qual se situa, tem seus aspectos específicos e seus problemas relacionados com o meio regional, o qual conduz a uma realidade também específica dentro da categoria de centro satélite, vinculado que está a uma economia de país subdesenvolvido. Esta realidade é certamente diferente da de um centro industrial localizado numa região de economia industrializada e desenvolvida no seu todo. (p. 317)

Diante do exposto, percebe-se que Goldenstein não desenvolve em seu trabalho uma análise que valoriza a discussão teórica mais ampla das questões econômicas. O econômico fica identificado à sistematização dos dados referentes às indústrias pesquisadas.

A tese de Dantas (1972) intitulada “Sertãozinho: uma sociedade dependente da agroindústria açucareira” em termos de sua estrutura segue o mesmo padrão da tese de Goldenstein, ou seja, pode-se identificar a parte econômica do trabalho.

O objetivo do autor é examinar a economia açucareira em Sertãozinho de forma a mostrar como a cidade depende e se sustenta inteiramente desta. Para isso, traça um histórico de Sertãozinho desde a implantação de seu núcleo inicial, descreve os aspectos físicos fundamentais, a implantação e decadência da economia cafeeira, além do perfil urbano (dados sobre população, natalidade, mortalidade, níveis de vida da população etc). É somente nos capítulos sobre o setor rural e agroindústria e sobre a mão-de-obra volante que percebemos a conotação mais econômica do trabalho, ou seja, a parte econômica deste, embora em alguns momentos o autor realize reflexões de caráter mais teórico tendo por base autores como Karl Marx e Caio Prado Jr., por exemplo.

Ao discutir a mão-de-obra volante na lavoura canavieira e agroindústria de Sertãozinho, Dantas utiliza-se das idéias de Marx quanto à questão do exército industrial de reserva e seu papel na acumulação de capital. A passagem a seguir ilustra isso:

Esta pobreza que já tanto mostramos anteriormente se faz dentro dos quadros de exploração capitalista, torna cada vez mais o “exército industrial de reserva” dependente do setor capitalista que o absorve.

Pude observar o grande pauperismo, na região em estudo, quando uma infinidade de velhos, de doentes inválidos, representam apenas um peso morto na baixa renda familiar, uma vez que apenas contribuem para aumentar as despesas dos grupos familiares, já vivendo naturalmente em estado de carências. E é neste sentido, aliás, que os trabalhadores, ante as necessidades que se avolumam são tragados inteiramente pelo sistema. (p. 242)

A partir destas constatações o autor conclui que:

Essa população que vende sua força de trabalho, única mercadoria que tem a vender durante a safra, reduz naturalmente o seu valor, pelas pressões da grande oferta disponível durante a entre-safra ficando, assim em disponibilidade até a nova safra. Este processo se repete todo ano, o “exército de reserva” se amplia, na razão direta da ampliação anual da empresa agrícola-industrial.

Assistimos assim, um processo contínuo de crescimento da empresa capitalista de um lado e de outro, um processo de ampliação da miséria entre os cortadores de cana. (p. 243)

É interessante observar que apesar da estrutura de sua tese ser bastante semelhante à de Goldenstein (1970), o conteúdo de sua discussão diferencia-se no que diz respeito às críticas e reflexões referentes às questões econômicas.

Podemos identificar um rompimento com esta estrutura no trabalho de Seabra (1973) “As cooperativas mistas do Estado de São Paulo – estudo de Geografia Econômica”. Trata-se de um estudo geográfico das empresas cooperativas mostrando sua atuação sobre os espaços agrícolas e da vida urbana procurando caracterizar as transformações dos setores e compreender suas razões conforme afirma o autor na introdução:

Tentamos conduzir o estudo da atuação das cooperativas agrícolas mistas sobre os espaços agrícolas e sobre a vida urbana, em que se destaca o abastecimento alimentar, bem como as repercussões do espaço geográfico sobre suas atividades, como um processo, visando sempre, na análise de cada setor de suas atividades, caracterizar as transformações por que passaram e as provocaram e compreender suas razões. (p. 07)

Esta tese constitui-se num trabalho apurado de caracterização das cooperativas a partir de dados quanto à estrutura, produção, fontes e aplicação de capital, além de setores de atividade e mercados que abrangem.

Neste sentido, Seabra estuda as cooperativas do ponto de vista de sua atuação enquanto empresas no sistema capitalista destacando os elementos econômicos da empresa e seu processo de inserção no mercado tendo em vista a territorialização destas e seu papel no espaço em que atuam. A passagem a seguir revela a preocupação do autor em relação a isso:

As cooperativas atuam sobre o espaço econômico através de uma estrutura político-administrativa que faz com que os seus serviços cheguem aos associados. Como em outras empresas, a estrutura político-administrativa é basicamente a-espacial e, mesmo alguns elementos fundamentais de organização espacial, como os depósitos regionais, os G.T.Cs, guardam unidade essencial em espaços de produção os mais variados. Mas, em razão das características diferentes destes espaços, estes elementos básicos assumem

aspectos diferenciados, o que implica em uma eficácia administrativa e econômica variada. Nesse sentido reputamos conveniente analisar, antes dos serviços prestados pelas cooperativas e através dos quais participam da organização do espaço agrário e urbano, esta estrutura pela qual os serviços atingem a atividade econômica daqueles que se filiam a elas. (p. 79)

Embora não apresente uma preocupação teórica mais explícita, pode-se notar que o econômico não fica restrito a apenas uma parte específica do trabalho. A forma como o autor conduz a discussão denota que o mesmo entende o econômico como elemento que perpassa toda a reflexão sobre as cooperativas. Nas considerações finais isso pode ser notado quando se refere às necessidades das cooperativas tendo em vista o sistema econômico em que se inserem:

Enfim, estas cooperativas, para expandirem-se daqui para frente terão que promover uma nova fase de concentração de atividades, dando um passo a mais na direção dos outros tipos de empresas que atuam dentro do sistema econômico que caracteriza o espaço sobre o qual elas agem. (p. 265)

Diante do exposto, pode-se dizer que o trabalho de Seabra representa uma transição entre os trabalhos que tinham o econômico como parte e aqueles em que o econômico passa a ser um elemento constituinte da reflexão mostrando, então, as influências das idéias provenientes do pensamento econômico nos trabalhos de Geografia, as quais discutiremos a seguir.

O econômico e o geográfico: as influências

Teoria da Modernização da Agricultura

Um tipo de influência proveniente do pensamento econômico percebida nas teses de Geografia Econômica diz respeito à teoria da modernização da agricultura. No conjunto de teses analisadas foi possível identificarmos um conjunto de trabalhos em que as idéias referentes a esta discussão encontram-se presentes, principalmente, no que tange às conseqüências desse processo para as relações de trabalho e a pequena propriedade. Os

trabalhos de Vicente (1997), Pizzolatti (1996), Motta (1993), Silva (1994) e Teixeira (1989) mostram com clareza como isso ocorreu.

Motta (1993), por exemplo, objetiva discutir os aspectos da (re)produção espacial da macro-área de Linhares (ES) face às relações sociais de trabalho que ali se estabeleceram a partir dos anos 1960 sob a égide do grande capital na tese “Geografia da vida: (re)produção do espaço e relações sociais de trabalho do Espírito Santo – Brasil” .

Já a partir do título e dos objetivos do trabalho, pode-se perceber que a autora procura utilizar uma abordagem metodológica materialista dialética: refere-se à (re)produção do espaço e relações de trabalho no contexto das relações capital-trabalho, elementos identificados a uma abordagem dialética. A passagem, a seguir, retirada da página 1 da tese, expressa com clareza esta vinculação à abordagem materialista dialética destacando as idéias de totalidade e dinâmica do modo de produção capitalista:

Este estudo pretendeu, ainda, tratar dos aspectos ligados à regionalização, onde as questões foram trabalhadas levando-se em consideração a noção de totalidade, e a dinâmica de intensificação do modo de produção capitalista que produz ao mesmo tempo e de forma combinada, áreas diferenciadas segundo os próprios interesses do capital.

Além disso, sua discussão teórica prioriza a análise da relação capital-trabalho e da (re)produção do espaço sob o capital inserindo, neste contexto, os aspectos e questões específicas das transformações no espaço capixaba a partir dos grandes projetos agroindustriais, destacando os impactos da modernização da agricultura para as relações de trabalho e luta pela terra.

No capítulo 1, intitulado “Trabalho é vida: a (re)produção do espaço sob o capital” Motta discute teoricamente a produção e reprodução do espaço sob o capital a partir do conceito de trabalho. Neste sentido, há no texto diversas citações e passagens em que a autora mostra sua abordagem metodológica a partir da utilização de algumas idéias relativas ao materialismo dialético conforme as relacionadas abaixo:

Entretanto, o modo de produção, que vem a ser um elemento da totalidade, e o processo de produção espacial, que se confunde com a produção de bens materiais necessários à sobrevivência, somente poderão ser analisados a partir da categoria mais ampla, que segundo Marx, é a formação econômico-social. Assim, a maneira pela qual os indivíduos produzem e reproduzem a sua história no tempo e espaço é que irá determinar exatamente o que eles realmente são. “O

que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual produzem” (Marx e Engels, 1978, p. 68) (Motta, 1997, p. 5)

O trabalho, que vem a ser o elo de ligação do relacionamento dos homens entre si, é conseqüentemente, desses com o espaço, transformando o meio natural e adequando-o às suas necessidades, teve “início com o desenvolvimento da mão”. A partir daí, o homem passa a descobrir na natureza diversas propriedades que até então lhes eram totalmente desconhecidas. Essa nova forma de vida faz com que ele venha a necessitar de ajuda mútua para seus afazeres, o que contribui “forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade.” (Engels, Obras Escolhidas, vol. 2, p. 271) (Motta, 1997, p. 5)

O ponto de partida do processo de produção capitalista é a expropriação dos meios de produção de uma parcela da população que se produz à medida em que esse processo evolui. O trabalhador, agora transformado em “homem livre”, ao ser privado de seu meio de produção passa a constituir uma classe que como condição de sobrevivência tem que vender sua força de trabalho. Assim, o processo de produção capitalista produz o trabalhador sob a forma de assalariado. (Motta, 1997, p. 7)

As passagens destacadas revelam que Motta adota a perspectiva metodológica baseada nos referenciais do materialismo dialético e como a questão central de sua tese são as relações de trabalho, da mesma forma, ampara-se na discussão de Marx acerca do trabalho e seu papel no modo de produção capitalista.

Nos capítulos 2 e 3, Motta discute as transformações ocorridas no Espírito Santo fazendo um histórico desde a monocultura cafeeira até os grandes projetos agroindustriais mostrando a influência destes na macro-área de Linhares. Para constituir esse histórico, a autora utiliza autores como Paul Singer, Francisco de Oliveira e Wilson Cano no sentido de contextualizar a economia brasileira destacando os principais elementos e questões que a caracterizavam no período de 1930 a 1960 e estabelecendo relação com o quadro existente no Espírito Santo.

No capítulo 4 são discutidos os impactos da modernização na macro-área de Linhares com destaque às mudanças na estrutura produtiva, mostrando o uso da terra e a intervenção do Estado. Em relação a este último aspecto, Motta (1993, p. 73) afirma que:

Dessa forma, a intervenção estatal através do crédito subsidiado e dos incentivos fiscais, que privilegiou os grandes empreendimentos – no caso do Espírito Santo, o reflorestamento, a pecuária extensiva e a cana-de-açúcar – aliada ao “grande capital”, tiveram um papel fundamental no processo de concentração da propriedade da terra na macro-área de Linhares.

É a modernização da agricultura que vem sendo praticada com a finalidade exclusiva de atender “aos interesses dos grandes proprietários rurais e das

empresas comerciais e industriais que compreenderam ser de grande interesse investir em terras (...) principalmente quando esse investimento é feito *“com a utilização de subsídios oficiais (...)*” (Andrade, 1979, p. 42)

Assim, o capitalista tem que ser necessariamente o proprietário da terra que explora. *“De um lado, para que possa usufruir aos menos parte do sobrelucro gerado no processo produtivo. E de outro, para fazer com que o crescimento do preço da terra jogue a seu favor, como valorização patrimonial e, como meio de acesso a mais capital-dinheiro em forma de crédito subsidiado.”* (Graziano da Silva, 1981, p. 65)

Ainda no intuito de mostrar as transformações ocorridas na macro-área de Linhares como conseqüências da modernização da agricultura, Motta (p. 74-75) apresenta os dados relativos ao grau de mecanização e amparando-se nas idéias de Graziano da Silva afirma que:

Assim, a tabela citada é mais uma forma de constatarmos que no processo de modernização da agricultura da macro-área de Linhares, *“há uma alteração na base técnica (...) que afetou profundamente a escala da exploração (...) e refletiu-se também sobre as relações de trabalho no campo (...)”* (Graziano da Silva, 1981, p. 107)

Nos capítulos 5 e 6 a discussão focaliza as transformações nas relações de trabalho tendo em vista o quadro de modernização discutido nos capítulos anteriores. No capítulo 6, intitulado "Novas roupagens nas relações de trabalho", Motta discute a expansão do trabalho assalariado individual substituindo o trabalho familiar. A autora afirma que:

Na macro-área de Linhares podemos muito bem observar esse processo contraditório de unificação do capital, onde indústria e agricultura fazem parte de um mesmo processo, tanto no que diz respeito às destilarias de álcool, quanto ao processo de produção de celulose. Ambos, para produzir, utilizam a mão-de-obra assalariada - tanto a permanente quanto a temporária.

As alterações na estrutura de mão-de-obra na macro-área de Linhares não deixam dúvida quanto ao avanço das relações capitalistas no setor agrícola. (...)

A partir das citações percebemos que a autora parte do entendimento de que agricultura e indústria foram unificados pelo capitalismo fazendo parte de um mesmo processo, que por sua vez, propicia expansão do trabalho assalariado temporário. Para discutir esta questão, Motta ampara-se nas idéias de Kageyama (1982) e D'Incao (1981) concluindo que:

A modernização da agricultura aliada à especialização das propriedades agrícolas e à concentração fundiária são fatores que por si explicam a formação do trabalho temporário na agricultura brasileira. (Motta, 1993, p. 104)

Nas considerações finais a autora afirma que as mudanças assistidas na macro-região de Linhares, no que diz respeito às relações de trabalho, são consequência da intensificação das relações de trabalho capitalistas a partir da modernização da agricultura e constata que:

Mesmo assim, todo esse processo de modernização, a despeito das transformações que ocasionou, não resultou na melhoria do padrão de vida da maior parte da população da área rural.

Com a modernização veio o êxodo rural, a pobreza acentuou-se e até mesmo a miséria. *"Trata-se de uma pobreza moderna. Filha legítima da modernização econômica geral do país marcado pelo subdesenvolvimento social. E sua face mais negra e cruel aparece encarnada nos milhões de pequenos produtores que não conseguem ingressar no clube dos produtores modernos"* (Müller, 1990, p. 4) (Motta, 1993, p. 117)

A intensificação da penetração das relações capitalistas na macro-área provocou a conversão do médio e grande proprietário de terras em empresário rural, com uma diversificação tecnificada de cultivos, apoiado por todo um esquema de intervenção estatal, através de um esquema de incentivos fiscais. O assalariamento permanente e temporário acelerou-se e expandiu-se também, vinculado às necessidades do capital, assim como o trabalho da mulher e do menor. (Motta, 1993, p. 118)

Como pode ser percebido, Motta utiliza a teoria de que a modernização da agricultura com a crescente incorporação de máquinas e insumos industriais ao processo produtivo vem alterando as relações de produção e conseqüentemente as relações de trabalho.

Na tese "A linha de subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano", Silva (1994) objetiva analisar o modo como o capital se serve da desvalorização social da mulher para recriar as condições de sua produção, destacando a inserção da mulher, também trabalhadora rural na atividade remunerada praticada no domicílio.

Apesar da perspectiva maior estar voltada à questão das relações de gênero, a autora prioriza a discussão e o enfoque sobre o trabalho na reprodução da totalidade social e do arranjo espacial que o sustenta, o que confere uma abordagem dialética à pesquisa. Quanto ao conceito de trabalho, a autora destaca que:

Marx (1985, p.50) destaca a faculdade criadora do trabalho e sua essencialidade para a vida humana ao afirmar que:

"O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana." (Silva, 1994, p. 20)

Neste sentido, já nas páginas 16 e 17 esclarece que:

Utilizando informações bibliográficas e dados coletados por meio de entrevistas com produtores daquelas localidades, a pesquisa centra-se na análise das formas concretas que a articulação entre subordinação de classe e subordinação de gênero, buscando ao mesmo tempo, identificar o modo como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil reproduz essa articulação e o espaço que o condiciona.

Tendo em vista esses objetivos, no capítulo 1, "Trabalho, trabalho da mulher e (re)produção do espaço", a autora realiza uma discussão teórica sobre o papel do trabalho na reprodução da totalidade social e do arranjo espacial que a sustenta afirmando que:

Em seu movimento dialético, o espaço é, ao mesmo tempo, resultado e condição de reprodução da totalidade social, ganhando uma conformação própria em cada modo de produção. Daí porque somente analisado no contexto da formação econômico-social cada elemento (objeto) espacial ganha significado.

(...) Na medida em que o arranjo espacial reproduz as relações de classes da formação econômico-social, somente no contexto dessa totalidade cada elemento do arranjo espacial e o próprio arranjo adquirem significado. Desempenhando um papel ativo na reprodução da totalidade social, o espaço interage dialeticamente com as classes sociais tendo como mediador o Estado que, representando interesses dos grupos dominantes, propicia a estes últimos os meios para atingirem seus objetivos. (Silva, 1994, p. 20-21)

A partir das afirmações acima, bem como das idéias apresentadas na seqüência do texto, percebemos o entendimento da autora quanto às relações entre produção do espaço e o contexto da formação econômico-social em que esta se dá.

Além disso, neste capítulo Silva discute as implicações do capitalismo monopolista para a agricultura brasileira (questão de suma importância para a análise que realizará nos capítulos seguintes) deixando claro sua posição quanto à questão:

A articulação entre as frações do espaço global configura uma teia de relações de dominação/subordinação apoiadas na divisão social e territorial do trabalho própria a cada etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho sob o capitalismo monopolista está na base das transformações recentes da agricultura brasileira e das mudanças que o avanço do capitalismo no campo tem imposto à pequena produção agrícola ou produção camponesa. (p. 23)

(...) Graziano da Silva destaca o papel que, nesse sentido, tem desempenhado o tipo de modernização ocorrido no Brasil, ao assinalar que se,
(...) *de um lado, as precárias condições de existência do camponês obrigam-no a assalariar-se parte do ano nas grandes propriedades (...), de outro lado, o tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, de forma a tornar desvantajosa a retenção de mão-de-obra permanente nas propriedades.*" (Graziano da Silva, 1982, p. 130) (Silva, 1994, p. 30)

Recriado pelo capital, esse "novo camponês" é profundamente dependente do mercado ao qual se articula de várias formas e através do qual participa do processo global de acumulação. A recriação desse camponês sem a reprodução de sua autonomia é a "reprodução do próprio capital" que se torna, por sua vez, condição daquela recriação (Graziano da Silva, 1982, p. 134-135). (p. 31)

A contradição que, nesse caso, se observa está em que, ao tentar preservar sua autonomia, o pequeno produtor agrícola aumenta a subordinação ao capital, o que significa sua negação enquanto produtor. Trata-se de um processo em que a subordinação de gênero viabiliza a subordinação de classe que, por sua vez, recria e aprofunda a subordinação de gênero. Daí acreditar-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho sem alteração da divisão sexual do trabalho, que contém os pressupostos de sua exploração e subordinação, funciona como um dos instrumentos da expropriação contra a qual o pequeno produtor tenta resistir - tese que procurar-se-á validar com o presente estudo. (p. 43)

No capítulo 2, discute a pequena produção agrícola no agreste pernambucano tendo em vista os impactos das transformações da economia brasileira e as raízes da problemática sócio-econômica na região. Como referência bibliográfica para esta discussão são utilizados os economistas Castro (1975) e Mello (1982), além de Oliveira (1977).

Nos capítulos 3 e 4, são discutidas as estratégias de sobrevivência dos produtores de subsistência e o sobretabalho da mulher a partir dos dados obtidos em pesquisa de campo sobre o trabalho remunerado da mulher, além da identificação/relação entre o trabalho da mulher rural e a subordinação do trabalho camponês ao capital.

Nas considerações finais a autora conclui que:

A análise da inserção da mulher no trabalho remunerado enquanto estratégia de sobrevivência de pequenos produtores do Agreste pernambucano evidencia que os limites dessa estratégia são determinados pela natureza das relações que tais produtores mantêm com o capital, ou seja, o grau de autonomia dos mesmos. Autonomia que varia em função da articulação/subordinação da unidade familiar ao mercado através da compra e venda de produtos e da venda da força de trabalho de seus participantes. (p. 174)

Submetida à divisão sexual do trabalho e às formas de exploração por ela condicionadas, a inserção, no mercado de trabalho local, do contingente feminino da mão-de-obra camponesa torna-se uma das alternativas para o produtor de subsistência complementar à renda familiar. Isto sem que, para tanto, se verifique um aumento da participação do contingente masculino nas tarefas domésticas, do que resulta a sobreexploração da mulher no domicílio e a apropriação, pelo capital, do sobretabalho ali gerado. Imbricam-se, assim, subordinação de classe e subordinação de gênero, no caso, da mulher, ao mesmo tempo que se configura a tendência à recriação e à reprodução de tal imbricação no curso do avanço do capitalismo em áreas periféricas. (p. 177)

Tomando-se as teses de Motta e Silva, notamos que ambas procuram tratar das relações de trabalho no âmbito das conseqüências da modernização da agricultura para os pequenos produtores rurais. Deste modo, amparam-se na teoria da modernização da agricultura para interpretarem os casos específicos estudados por cada uma.

Pizzolatti (1996), na tese “Os pequenos produtores do oeste catarinense: integrados ou entregados?”, estuda os elementos que fundamentam a atividade criatória de aves e suínos através das relações do pequeno produtor do oeste catarinense com as grandes empresas sob a integração.

Do ponto de vista teórico, ou seja, da teoria na qual se apoia para fazer a discussão, Pizzolatti parte da perspectiva teórica de Chayanov para refletir sobre a situação do pequeno produtor familiar do oeste catarinense.

Desta forma, no capítulo 1, intitulado "A pequena produção familiar", o autor realiza esta reflexão teórica partindo do entendimento de que:

O desenvolvimento do capitalismo no campo deu-se de forma contraditória, repleta de especificidades e uma de suas contradições, em seu processo de expansão, é não extinguir antigas relações, ou seja, relações não capitalistas, daí elas serem criadas e recriadas. A manutenção dessas relações tornou-se necessária e útil à reprodução do próprio sistema, como é o caso da pequena produção familiar. (Pizzolatti, 1996, p. 11)

Falando sobre o legado teórico da discussão marxista sobre a questão da produção familiar, Pizzolatti destaca as idéias de Marx, Lenin e Kautsky. No entanto, é em Chayanov que o autor irá centrar sua análise na medida em que "(...) o pressuposto teórico de Chayanov vislumbra caminhos e pistas importantes. Através dele, poderemos entender melhor a permanência, hoje em dia, da produção familiar mercantil, não-capitalista, dentro do quadro das contradições específicas do capital." (Pizzolatti, 1996, p. 20)

Neste sentido, Pizzolatti (1996, p. 21-22) afirma que:

O autor teve um visão muito rica ao perceber determinados fatos que estavam acontecendo, como o relacionado com a identidade social do campesinato frente ao avanço das relações capitalistas na agricultura. Percebeu a interação entre capitalismo e agricultura, onde as estruturas existentes não foram destruídas. Pelo contrário, foram mantidas, utilizadas e fortalecidas. (...)

Para mostrar que no oeste catarinense não houve a extinção do pequeno produtor criador de aves e suínos, Pizzolatti utiliza-se das idéias de Graziano da Silva:

Graziano da Silva escreve que as transformações da agricultura são decorrentes das mudanças que o capital atravessou, determinadas pelo processo de industrialização sob a égide do capital monopolista. O Estado patrocina uma modernização, porém de caráter altamente conservador, unindo o capital ao latifúndio. Assim, no campo são encontradas relações de trabalho das mais diversas, variando de formas modernas até as consideradas como arcaicas. (...)

A partir destas idéias, Pizzolatti (1996, p. 26) afirma que o pequeno criador de aves e suínos do oeste catarinense "(...)transformou-se num verdadeiro 'trabalhador para o capital'. Encontra-se subordinado ao capital através da compra de suas mercadorias e pelo fornecimento dos meios básicos de produção tais como pintos, ração e medicamentos."

Nos capítulos 2, 3 e 4, Pizzolatti discute o processo de ocupação do espaço no oeste catarinense, a estrutura fundiária e o papel do trinômio milho/suínos/aves na paisagem do oeste catarinense destacando a relação entre os interesses dos frigoríficos e o espaço produzido a partir disso.

O capítulo 5 traz a discussão sobre o sentido da integração e a relação de dominação existente entre os produtores e as empresas a partir dos relatos dos próprios produtores obtidos em pesquisa de campo (entrevistas). Nesta discussão, Pizzolatti parte da idéia de que:

A década de 60, sobretudo a segunda metade, pode ser caracterizada como um marco referencial de mudanças significativas na pequena produção familiar. Esta passou por transformações, sendo sistematizada e mercantilizada. Nessa nova etapa do processo produtivo, o pequeno produtor começou a perder a sua autonomia, independência ou domínio técnico. O seu tradicional modo de viver, largamente auto-subsistente, foi modificado e ascendeu para a condição de produtor mercantil. Trabalhou com objetivos de gerar excedentes, segundo escala determinada ou permitida pelas empresas. A reprodução desses colonos foi sendo dirigida pelas relações externas. A própria produção familiar constituiu a base da acumulação capitalista das empresas que se fortaleceram e se expandiram. Paulatinamente, a pequena produção foi sendo subordinada ao grande capital local. (...) (1996, p. 162)

Mostrando as particularidades e dificuldades dos produtores do oeste catarinense nesta relação de integração, nas considerações finais, Pizzolatti vê na diversificação da produção uma estratégia de sobrevivência do pequeno produtor diante de sua condição de “entregado” às grandes empresas. Neste sentido, conclui que:

(...) Desnudando a aparência, a essência do pequeno produtor é a de um trabalhador domiciliado, um trabalhador externo a serviço dos ditames do capital e com sua situação dissimulada pela sua própria condição de proprietário permanecendo os termos tal como sempre utilizamos. Trata-se, portanto, de um “integrado” de fachada, na medida em que ele está trabalhando na empresa e sendo explorado, de forma semelhante, como os trabalhadores internos. Acontece que ambos são utilizados e explorados. (p. 335)

Nesta tese, assim como nas duas anteriormente discutidas, o autor utiliza-se e apoia-se na teoria da modernização da agricultura e suas conseqüências para a pequena produção, destacando a idéia de que o avanço do capitalismo no campo não extinguiu as relações não-capitalistas.

A tese de Vicente (1997), “Inserção da força de trabalho feminina: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista”, tem por objetivo analisar a inserção da bóia-fria na agricultura de municípios do sudoeste paulista (Itaberá, Itararé e Riversul) diante das transformações na produção agrícola discutindo as conseqüências disso sobre sua reprodução como trabalhadora rural.

Assim como nas teses anteriores, a discussão é conduzida a partir do conceito de trabalho e sua relação com a (re)produção do espaço. Este pressuposto da autora fica evidenciado no capítulo 1, “A mulher como força de trabalho na agricultura: trabalho e (re)produção do espaço”, no qual afirma que:

(...) O espaço capitalista se apresenta, então, como espaço de relações entre trabalho e capital e de relações intra e intercapitais, comandadas pela acumulação capitalista, onde a expressão geográfica é segmentação do espaço em frações. Porções do espaço atuarão como locus da acumulação, nas quais a riqueza se concentrará, enquanto outras atuarão como locus de produção e expropriação de excedente. (...) (p. 16)

No processo de desenvolvimento capitalista, há a população que constrói objetivamente o espaço produzido, que é a força de trabalho social viva, e o da população que não produz diretamente o espaço. O capital e sua crescente reprodução ampliada reproduzem constantemente dois fenômenos: o da população ativa, que trabalha para a produção do capital e o da população disponível, que não é absorvida, compondo o exército industrial de reserva. (...) (p. 17)

A idéia central defendida pela autora tem por base as discussões quanto ao progresso técnico na agricultura (modernização) e suas conseqüências para as relações de trabalho. Para fundamentar esta questão, Vicente utiliza-se em vários momentos das idéias de Graziano da Silva como na citação a seguir:

O processo de modernização da agricultura alterou o mercado de trabalho de maneira expressiva. (...)

A disseminação do uso do trator e das máquinas agrícolas centrou-se nas tarefas de preparo do solo, plantio e tratos culturais com mais rapidez do que na colheita. O resultado direto desse fato está representado no crescimento da sazonalidade do trabalho, pois além da diminuição do uso de mão-de-obra nestas tarefas, a maior produtividade da terra aumenta a necessidade de trabalho sazonal na colheita (Graziano da Silva, 1980). (p.06-07)

No capítulo 2, “Relações de trabalho na agricultura paulista: o crescimento do trabalho assalariado”, Vicente mostra como as mudanças na produção agrícola advindas do progresso técnico (concentração da propriedade e posse da terra) ocasionaram o aumento do trabalho assalariado na agricultura paulista.

No capítulo 3, “Os municípios de Itaberá, Itararé e Riversul no contexto do desenvolvimento sócio-econômico do sudoeste paulista e do estado de São Paulo”, a autora caracteriza a área de estudo mostrando seu papel e inserção no Estado de São Paulo.

Os capítulos 4 e 5 discutem a força de trabalho volante feminina na produção agrícola a partir dos resultados obtidos em pesquisa de campo (entrevistas) destacando a inserção desta nos municípios estudados bem como a mobilização no contexto das lutas sociais.

Nas considerações finais associa o trabalho assalariado ao incremento do cultivo do feijão na área e a diminuição de empregos frente ao processo de mecanização da agricultura.

Em linhas gerais, pode-se comparar esta tese com a de Silva (1994), anteriormente discutida, pois guardadas as especificidades em relação à área de estudo, em ambas prevalece a questão do gênero partindo das conseqüências do progresso técnico para as relações de trabalho na agricultura.

Já a tese de Teixeira (1989), “As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados”, em que a teoria da modernização da agricultura seria o eixo central da discussão, percebemos que não há uma valorização teórica suficiente desta questão.

O autor objetiva discutir a modernização da agricultura em países ditos periféricos afirmando observar o capital em suas distintas expressões e diferentes situações conforme afirma na introdução:

Indagar sobre a modernização da agricultura em países ditos periféricos constitui a nossa preocupação, nosso objeto de pesquisa. Daí termos escolhido uma área ou um território denominado “Grande Dourados” no Estado do Mato Grosso do Sul, envolvendo o município de Dourados, centro de convergência articuladora e concentradora de um capital que ordena municípios em seu derredor. (...) (p. 2)

Para realizarmos este estudo pretendemos reconstruir os elementos econômicos da vida no campo, tratando o econômico combinado com outras dimensões da realidade como a natureza, a política, a crença, as histórias de vida, expressas nas experiências do cotidiano. Observaremos o capital nas suas distintas expressões e em diferentes situações. Buscaremos na pesquisa empírica penetrar a realidade na sua essência. Entendido por pesquisa empírica a investigação em que o pesquisador tem o domínio tanto do método de investigação, quanto de explicação. (p.03-04)

Em sua fundamentação teórica fica evidente a tentativa de utilização de uma terminologia relativa ao materialismo dialético:

Assim é que, na realização do presente trabalho, procuramos partir de relações gerais e simples até atingirmos as abstrações mais sutis e então realizarmos uma “viagem” de volta com o objetivo de expressar a realidade concreta. Isto é, constituirá preocupação a busca de uma unidade do diverso. A síntese de múltiplas determinações. (p. 05)

Se nos apoiarmos em idéias de Martins (1983) e citadas por Oliveira (1986:29), que apontam a necessidade de entendermos o capitalismo como “um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, que pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas de produção, uma vez que o capital ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições”, teremos que a reorganização do espaço agrícola sul-matogrossense obedece à lógica da reprodução, sustentada pelo objetivo fundamental do lucro.

Apesar disso, o trabalho volta-se para a descrição de dados obtidos em pesquisa de campo sem discussões teóricas mais aprofundadas inclusive sobre a modernização da agricultura. O autor considera inadequada a expressão modernização optando em chamá-la de mudança e resume-se a dizer que:

A questão deve ser analisada à luz do processo histórico. Constitui um movimento de mudanças. Representa uma sucessão de respostas a estímulos contidos nas solicitações do capital. (p. 07)

Nesta passagem, Teixeira chama atenção para que as especificidades dos locais/territórios em que a modernização acontece devem ser consideradas, por isso refere-se à modernização com base em processos ocorridos em outros contextos mostra-se para ele inadequado. Em seu entendimento:

A “MODERNIZAÇÃO” que doravante denominaremos de MUDANÇA é expressão do movimento de reprodução das relações de produção. Entendido reprodução como uma estrutura auto-reprodutível e que produz as suas próprias condições e elementos. (p. 08)

Considerando que o “lugar” muda na medida em que está cada vez mais próximo, trataremos a questão como sendo um MOVIMENTO DA MUDANÇA apoiado no conceito acima exposto de REPRODUÇÃO, cujos complexos mecanismos se apoiam nas relações com o EXTERNO. (p.08)

Percebemos que o autor levanta a questão da inadequação da expressão modernização, mas não discute teoricamente e de maneira mais verticalizada a questão a fim de justificar sua posição.

Em vários momentos, inclusive, observa-se o destaque que o autor faz para o “agente da mudança” tratando-o quase como o principal responsável pelas mudanças na área estudada:

O “gaúcho”, como passou a ser denominado no Mato Grosso do Sul, sempre esteve ligado às cooperativas, caminho pelo qual recebia orientação técnica, financiamentos e sementes selecionadas. No novo território procura manter esse vínculo. (...)

Trata sua lavoura como se fora um jardim. É culturalmente apto para tal desempenho. (p.63)

Tais dados apontam o vigoroso afluxo de sulinos pós-70 para a Grande Dourados. (...)

Este homem, como já foi afirmado, está apto para assumir o papel do agricultor moderno, de vez que traz consigo uma larga experiência agrícola.

Como agricultor faz-se tratorista, mecânico, economista, estuda manuais, organiza-se como categoria, reivindica. É um homem do sistema e para o sistema.

Os traços culturais, revelados na ação cotidiana de tal agente de mudança, se mostram bem evidentes. (p. 77)

Fizemos vários registros, tanto na Área de Maracaju, como da ex-Colônia, de produtores que, nos momentos de preparo e plantio e na colheita, tendo uma máquina avariada, procediam o conserto noite adentro, para que o trabalho agrícola não sofresse solução de continuidade. Trata-se de um sobre-trabalho, não pago, que, porém, terá reflexos importantes na renda da terra. (p. 77)

Do nosso ponto de vista, tais procedimentos, em relação aos tratos agrícolas que, via de regra, não têm sido observados pelas pesquisas agronômicas e geográficas, corroboram para explicar o elevado grau de êxito de tal homem enquanto agente de mudança. (p. 78)

Diante dos elementos discutidos e tendo em vista os objetivos traçados por Teixeira, acreditamos que a questão da modernização da agricultura não foi discutida de maneira adequada do ponto de vista teórico. Embora na bibliografia relacionada constem vários autores que possuem contribuições importantes para a questão, no corpo do trabalho tais referências não comparecem ou comparecem muito pouco.

Como pudemos observar, nas teses discutidas anteriormente, a discussão e influência da teoria da modernização da agricultura é mais verticalizada estando toda a formulação da tese baseada nela.

Teorias de Ignácio Rangel

As teses de Benites (1995) e Lamoso (2001) apresentam uma outra característica em relação às teses até então analisadas: a opção declarada e estrita pelas formulações teóricas de um economista: Ignácio Rangel.

A tese de Benites intitulada “Brasil central pecuário: interesses e conflitos” aborda a análise do processo de implantação e o crescimento da indústria de frigorificação de carne bovina de capital nacional no contexto da atividade pastoril de corte da região do Brasil central pecuário. Neste sentido, o autor procura estudar e compreender a economia pastoril de corte no Brasil e mais especificamente no Brasil central pecuário no contexto da economia brasileira sob a ótica interpretativa de Rangel.

No resumo da tese, Benites deixa bem claro este posicionamento ao afirmar que: *“As determinantes históricas, metodológicas e teóricas concernentes ao funcionamento da economia e sociedade em nível nacional e internacional propostas por RANGEL, Ignácio constituem o foco desencadeador da reflexão e da análise aqui proposta.”*

A partir da página 28, no item “O referencial teórico e a opção pela proposta de Rangel”, Benites explica os elementos fundamentais do referencial teórico de Rangel (desenvolvimento econômico, dualidade básica da economia brasileira, ciclos longos e curtos) procurando demonstrar sua validade para o caso estudado.

As passagens abaixo são significativas para mostrar como isso ocorreu:

Tais fatos condicionantes implicavam uma decisão política, por parte do Estado, por vezes contraditória, quando esse opta pelo abastecimento regular e abundante do mercado interno ou do externo, conforme as oscilações de um conjunto de condições políticas, econômicas e sociais. Esses mercados nunca poderiam ser atendidos concomitantemente e de maneira satisfatória. O primeiro, o interno, sempre apresentou sinais de escassez logo, a partir do início das remessas de carne para o exterior. O fato mostra a presença de disparidades, características da sociedade brasileira, as quais evidenciam o violento desnível existente entre as estruturas de produção e de consumo de carne bovina (Fig. 4). Tais situações poderão ser entendidas também com a utilização deste referencial teórico, ou seja o desenvolvimento econômico nacional (Fig. 4 a), de acordo com o ponto de vista de Rangel. Desse modo, tornou-se necessário o aprofundamento ainda maior, quando envolvia questões desta natureza. (Benites, 1995, p. 29)

Continuando a refletir em torno da questão é possível associá-la a outro referencial teórico proposto por Rangel: a dualidade básica da economia

brasileira (Fig. 1a e 1b). O autor conceituou a essência da dualidade básica como sendo uma formação (estrutura econômica) em que estão agrupados e associados quatro modos de produção, distribuídos dois a dois, constituindo os “pólos” internos e externos respectivamente, formando um modo de produção complexo e único. As mudanças de ordem técnica ocorridas na estrutura do ciclo da atividades pastoril do Brasil Central Pecuário acompanharam o desenrolar de tais processos. (Benites, 1995, p. 31)

Na seqüência e durante todo o trabalho Benites faz constantes referências e estabelece relações entre os dados e informações obtidas sobre o caso estudado e os postulados de Rangel.

No capítulo 3, “A economia de monopólio: a implantação da indústria de frigorificação de carnes na região do Brasil Central pecuário (1915-1930)”, por exemplo, Benites (1995, p. 150) utiliza as idéias de Rangel para discutir o processo de implantação dos frigoríficos:

A viabilidade de a pecuária de corte vir a pertencer também à economia de monopólio era uma decorrência de um conjunto de transformações que estavam ocorrendo tanto no âmbito da produção mundial de carnes, quanto da economia mundial em sua fase expansiva do ciclo longo já que países periféricos eram obrigados a ter maior participação como fornecedores de matérias-primas e alimentos. Essa sistemática só foi possível graças à sintetização de tecnologias de vanguarda ocorrida na fase “b” recessiva do ciclo longo (1873-1896) com uma série de avanços técnicos e implementação em países periféricos. (...)

Nas considerações finais fica bastante claro que toda construção do trabalho caminha no sentido de mostrar a validade da teoria de Rangel:

A economia pastoril de corte, na região do Brasil Central Pecuário, apresenta-se como sendo formada por um conjunto de características que a diferenciam de outros setores da agricultura brasileira e da atividade pastoril dos países platinos. Essas especificidades são resultantes de combinações associadas entre as flutuações da economia internacional (ciclos longos de Kondratieff) e nacional (fases de expansão e de ociosidade), as dualidades da economia nacional, os pactos de poder e a formação da sociedade, reforçando os aspectos políticos e sociais na atividade econômica. (Benites, 1995, p. 481)

A questão do acesso ao consumo de carne bovina deveria ser aprofundada levando-se em consideração o número cada vez maior de categorias sociais combinado com baixíssimos salários recebidos. Isto remete à questão da melhoria das condições de vida da grande massa trabalhadora, de importância fundamental para permitir a continuidade do processo de acumulação capitalista

brasileiro, tendo como ponto de partida as idéias de Rangel. (Benites, 1995, p. 486)

As citações anteriores mostram com clareza o que apontamos, ou seja, que Benites não só se apoia como também procura comprovar a validade das idéias do economista Ignácio Rangel para a compreensão do processo de implantação e crescimento da indústria de frigorificação de carne de capital nacional. A própria estrutura do trabalho (seqüência dos capítulos) segue uma idéia de discussão a partir dos diferentes períodos a partir dos quais pode-se entender a economia pastoril (desde o período colonial até 1984) sempre associando-os à proposta rangeliana.

Com relação às referências bibliográficas, a maior parte dos títulos e autores elencados refere-se a artigos de jornal pois a base de informações e dados a partir dos quais o autor realizou suas análises pautou-se nesta fonte.

Em seguida, com maior número de títulos aparecem os trabalhos do economista Ignácio Rangel, base teórica de Benites. Também são relacionados trabalhos de Francisco de Oliveira, Paul Singer, Delfim Neto, Guido Mantega, José Graziano da Silva e Caio Prado Júnior. Estes, por sua vez, são utilizados apenas em nível de referência explicativa ou informativa geralmente em forma de notas de rodapé.

Da mesma forma que Benites, Lamoso (2001), na tese “A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul”, procura trazer uma contribuição à compreensão da produção do espaço econômico pelas grandes empresas de mineração de minério de ferro tendo como base as idéias de Rangel, principalmente em relação ao conceito de formação social brasileira e a teoria dos ciclos juglarianos brasileiros.

Logo na introdução a autora deixa clara sua posição em relação a este referencial passando a fazer todas as análises posteriores com base nas idéias e proposições de Rangel: “*A construção da pesquisa sustenta-se sobre duas bases: a Formação Social brasileira e a Teoria dos Ciclos Juglarianos brasileiros, na interpretação de Ignácio Rangel*” (p. 15) . A justificativa para a utilização da interpretação da Formação Social brasileira é assim expressa pela autora:

(...) primeiro, porque sempre nos deparamos com um conjunto de afirmações sobre a crise brasileira. Tudo é crise, num estado de crise permanente. Isso nos provocou a observação, exclusivamente empírica, de que, apesar da crise, as coisas aconteciam. (...) Nas leituras de Rangel, encontramos não só a tal crise (que o autor teoricamente trabalha como “fases depressivas”), mas como, apesar

das fases depressivas, o processo de desenvolvimento econômico ocorria. Percebemos que aquela interpretação que tínhamos de que “o País cresce economicamente mas não se desenvolve socialmente, não há distribuição de renda, só crescimento econômico” é uma falsa contradição. Falta, nessa análise, a categoria Formação Social. Entender como os pactos de poder construíram a formação sócio-econômico-espacial. Rangel organiza os pactos de poder teoricamente nas “Dualidades Brasileiras.” (p. 16-17)

No capítulo 1, “Processo de exploração de minério de ferro e a industrialização brasileira a partir da década de 70”, Lamoso caracteriza o processo de substituição de importação a partir da década de 1950 destacando as particularidades do setor mineral tendo por base a teoria dos ciclos de Rangel. Ao longo deste capítulo podemos encontrar a discussão da questão conforme expressa a citação a seguir:

A crise econômica e a conseqüente política selaram o fim do Terceiro Juglariano para dar início ao Quarto, inaugurado com o regime militar. O Quarto Juglariano foi inaugurado, no campo político, pelo início do regime militar, de 1964 a 1982.

Como nos demais juglarianos, o País passou por uma fase de maior crescimento econômico até, aproximadamente, 1974, quando se inicia a tradicional fase depressiva (...)

Conduzindo a discussão neste sentido, Lamoso apresenta na página 47 um gráfico mostrando a evolução das exportações de minério de ferro durante o Quarto Juglariano e conclui este capítulo afirmando que:

Para entender o crescimento da atividade mineral, a inserção de novas áreas no circuito produtivo e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi fundamental admitir uma substituição de importações escalonada, de ciclo em ciclo, percebendo a sutil regularidade da ocorrência de fases depressivas e expansivas. A teoria da ocorrência de ciclos médios na economia brasileira (chamados por Rangel de “Juglarianos brasileiros”) organiza os fatos conferindo-lhes uma lógica de conjunto e não de meros acontecimentos históricos que, geralmente, são creditados exclusivamente às figuras que ocupam cargos representativos, como presidentes ou ministros da economia, conferindo-lhes um poder mágico que eles, possivelmente, não têm. Os eventos são resultado de um conjunto de condições em que pesam as determinações econômicas e as características particulares da formação social nacional. (p. 74)

No capítulo 2, “A Atividade mineral e a produção do espaço econômico pela atuação das grandes empresas de mineração”, ao caracterizar a participação das principais empresas de mineração também estabelece relação com as idéias de Rangel:

A Samitri foi fundada pela iniciativa privada em 1939, na fase depressiva do Primeiro Juglariano. (...)

(...) No final da Segunda Guerra, houve uma redução da demanda, trazendo dificuldades para a continuidade da operação da empresa. Foi quando sua principal consumidora (a CSBM) adquiriu a empresa, verticalizando suas operações. A CSBM adquiriu a Samitri em 1952, no final da fase b do Segundo Juglariano. (Lamoso, 2001, p. 108)

No capítulo 3, “A participação da Cia Vale do Rio Doce no processo de substituição de importações”, mais uma vez Lamoso apoia-se na matriz teórica de Rangel:

Durante o Quarto Juglariano, ampliou-se sinergia que a empresa já havia iniciado, de participar de vários empreendimentos através da política de diversificação de investimentos e associações com o capital estrangeiro. O principal exemplo foi o contrato assinado em 1968 entre a CVRD, a USIMINAS e a PETROBRÁS, através do qual a CVRD garantia a carga de retorno para seus navios. (...) (p. 130-131)

Nas considerações finais, Lamoso (2001, p. 281-282) procura mostrar a validade da teoria aplicada para o caso em questão afirmando que:

Por fim, uma avaliação dos alcances dessa pesquisa. Não nos teríamos embrenhado na discussão sobre as privatizações, sobre o processo de alienação do patrimônio público, de territorialização dos interesses das grandes empresas de mineração, da importância da utilização da capacidade ociosa e outros temas, se não tivéssemos tomado por base a categoria de formação econômica e social do Brasil. Não teríamos, também, conhecido como ocorre o processo de industrialização brasileiro, se não nos tivéssemos pautado pela proposta rangeliana, de substituição escalonada e da “dialética da capacidade ociosa.”

Nosso alicerce teórico nos levou a constatar um intensivo processo de alienação do bem público, de fortalecimento do lucro privado em detrimento do emprego de milhares de trabalhadores, da doação da infra-estrutura dos serviços públicos (vide as moedas de pagamento, os prazos de carência e o período de financiamento previstos nos editais de concessão.)

Na bibliografia, nota-se um número expressivo de autores relativos à economia política como Antônio Barros de Castro, Bresser Pereira, Paul Singer, Ricardo Bielchowski, entre outros, no entanto, ao longo do texto o destaque maior é dado às idéias de Rangel.

Tendo em vista estes elementos identificados nas teses de Benites e Lamoso, pode-se dizer que a influência das idéias provenientes da economia política deu-se de forma direta, ou seja, existe a aplicação da teoria de Rangel para a explicação de questões e temas que se expressam espacialmente, diferente das teses anteriormente discutidas que em sua

maioria, utilizam o referencial da economia mais como uma possibilidade de interpretação e entendimento do que uma proposta a ser aplicada.

Teoria da Renda da Terra (rural)

As teses de Silva (1986) e Carvalho (1991) mostram como a teoria da renda da terra exerceu influência nos trabalhos que discutiram a questão da pequena produção no campo.

Silva na tese “O espaço da pequena produção em Maxaranguape-RN” tem como preocupação central a discussão da pequena produção em Maxaranguape. Para isso a autora ampara-se na teoria da renda da terra conforme afirma na introdução do trabalho:

Os nossos pressupostos teórico-metodológicos têm como base o materialismo histórico e dialético e as formas sociais mais importantes do mundo capitalista.

(...)

Faremos uma digressão teórica sobre as manifestações e realizações da renda da terra, partindo da análise marxista sobre a gênese da renda fundiária capitalista; e, ao mesmo tempo, enfocaremos o trabalho subordinado ao modo de produção capitalista relacionando-o à teoria do valor em Marx e, sempre que possível, remetendo-a a um referencial empírico. Dentro dessa visão, procuraremos extrair das relações capitalistas de produção os componentes que se enquadram, de uma forma muito encoberta, nas relações não capitalistas e apontamos como elas se dão na pequena produção mercantil. (p. 04)

A partir das citações percebemos que Silva discute a pequena produção tendo em vista a teoria da renda da terra e o trabalho subordinado ao capital. Neste sentido procura compreender a sujeição da renda da terra ao capital identificando relações não-capitalistas no âmbito da produção capitalista. Em seu entendimento:

(...) um pequeno produtor mercantil proprietário é aquele que mantém na aparência a propriedade privada da terra e dos meios de trabalho básicos: que na aparência é o agente do processo produtivo, enquanto na essência é o produtor direto juntamente com sua família. Ele se apodera de uma pequena fração do que produz, que corresponde a um salário, o qual, no fundo, em nada difere do salário de um operário não especializado. Por que o pequeno produtor perdura com o desenvolvimento do capitalismo no campo? Porque o capital se apropria de uma fração expressiva do seu trabalho; do trabalho excedente que se exacerba com a “modernização” da agricultura, provocando uma diminuição do

trabalho necessário. Em síntese, porque há uma alienação de trabalho na pequena produção mercantil. (grifo nosso) (p. 18)

No decorrer do trabalho a autora apresenta e discute as características e dados relativos ao caso estudado de forma a mostrar a situação de alienação dos pequenos produtores da área.

A teoria da renda da terra, portanto, comparece como a base explicativa para a sujeição do pequeno produtor ao capital.

Carvalho (1991) na tese “Pequena produção de café no Paraná” também utiliza-se da teoria da renda da terra para estudar as modificações ocorridas com a pequena produção de café no Paraná a partir de 1960.

Neste caso, o referencial da teoria não é tão marcante e enfatizado quanto no trabalho de Silva tendo em vista que a preocupação de Carvalho é entender a manutenção da cafeicultura entre os pequenos produtores após a implantação de uma tecnologia e sistema de crédito rural não favoráveis a eles. Para isso, dedica a maior parte do trabalho à discussão e apresentação de dados relativos à estrutura produtiva, comercialização, políticas cafeeiras e mudanças nas relações de trabalho em fazendas cafeeicultoras.

No capítulo dedicado à pequena produção cafeeira no Paraná a autora realiza uma discussão sobre o conceito de pequena produção e neste momento comparece a questão da renda da terra.

Ao discutir os autores que abordaram a cafeicultura e o progresso técnico no Paraná a autora afirma que:

Payés, analisando a formação e o destino da renda diferencial (por fertilidade da terra) até a década de 1960 caracterizou-os enquanto produtores simples de mercadorias os pequenos proprietários os parceiros, já identificando um processo de “diferenciação” (p. 140)

Ainda neste trabalho ele indica a mobilidade econômica-social deste produtor simples de mercadorias passar a capitalista, se bem que restrita. A época analisada deixa clara que a “diferenciação” era causada pela retenção de parte da renda diferencial e pelo processo de concentração e da centralização que houve no ramo cafeeiro no Norte do Paraná, notadamente pós 1940 (...) (p. 141)

Este autor analisa a produção simples de mercadorias, cujo objetivo da troca é a reprodução dos produtores e à reprodução do ciclo, em contraposição à produção capitalista, onde a produção objetiva a obtenção de capital ampliado daquela inicial processo produtivo. Em relação á primeira, ele aponta a possibilidade da acumulação da renda diferencial (fertilidade e localização), ou

seja, um excedente do preço das mercadorias nas terras melhores ou melhor situadas que é embolsado por este produtor (...) (p. 148)

A partir das citações percebemos que Carvalho ampara-se em autores que consideram a renda da terra como um elemento importante na definição da pequena produção incorporando-a à sua discussão.

Teoria da Renda da Terra (urbano)

Outro tipo de influência percebida nas teses refere-se à utilização da teoria da renda da terra exposta por Marx e outros autores que seguiram a mesma linha voltada aos estudos urbanos. As teses de Sposito (1990) e Beltrão Sposito (1991) são exemplos disso.

Sposito na tese “Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente” tem o objetivo de estudar e identificar, de maneira qualitativa, os agentes sócio-econômicos que produzem o espaço urbano e, mais especificamente, aqueles que se apropriam da renda do solo. Neste sentido o autor afirma que:

Para se chegar às conclusões contidas no capítulo final, iniciamos nosso trabalho pelo estudo da renda da terra, à luz das teorizações de Karl Marx para a renda agrícola e, quando se tratou da renda do solo urbano, o embasamento foi obtido a partir de trabalhos com base no materialismo histórico. (...) (p. 09)
(...) partindo da teoria da renda, exposta por Marx e outros pensadores que seguiram a mesma linha, enfatizamos a instituição da propriedade privada e suas implicações com relação ao preço da terra e suas variações no tempo e no espaço, e o papel do Estado na organização do espaço urbano. (p. 09)

Como o próprio autor afirma nesta passagem, suas reflexões têm por base trabalhos na linha do materialismo histórico ressaltando que neste processo “*O entendimento de conceitos e categorias, do ponto de vista baseado no materialismo histórico, não se faz da noite para o dia; é resultado de um processo de reflexão. Mas a conformação dos conceitos e categorias não pode ser feita apenas a partir da realidade concreta. (...) (p. 07)*”

Já no capítulo 2, Sposito (1990) discute a renda fundiária urbana, a renda diferencial, a renda diferencial na cidade e a renda absoluta tendo como pressuposto que:

A propriedade fundiária é o pressuposto básico para o estudo da renda. O estudo da renda, nesta primeira parte, será feito a partir da teoria elaborada por Karl Marx. Deve-se salientar que Marx desenvolveu seus estudos considerando a renda fundiária agrícola (da qual decorre também a renda fundiária urbana) portanto, a propriedade privada enquanto a terra como meio de produção. (p. 12)

No capítulo seguinte outro elemento fundamental para a discussão é destacado pelo autor: a instituição da propriedade privada na medida em que

(...) é a particularidade fundamental na discussão dos mais diferentes aspectos concernentes ao preço do solo urbano. Determinação e produto na constituição histórica do modo capitalista de produção (MCP), a propriedade privada, catalisadora dos conflitos entre o capital e o trabalho, está no cerne do entendimento da evolução econômica das relações de produção. (p. 30)
O conceito de propriedade privada, próprio ao MCP com suas determinações históricas, deve ser discutido no plano das relações sociais de produção, à existência, na realidade, de proprietários. Esses proprietários, legalmente constituídos, possuem monopólio sobre o uso do solo (urbano), direito gerado pelas relações sociais de produção. (p. 30)

Na seqüência do trabalho discute a questão das variações espacio-temporais do preço da terra, o papel do Estado, a propriedade privada e a renda da terra em Presidente Prudente, a propriedade privada e o espaço urbano em Presidente Prudente e a apropriação da renda do solo identificando formas e agentes.

Quanto às variações espacio-temporais:

(...) foi necessário trabalhar a variação do preço do solo, espácio e temporalmente, comparando as propostas de Ignácio Rangel, para quem o preço do solo e a taxa de juros no Brasil tendem a subir em períodos de recessão, por exemplo; de João Sayad, que aponta a terra como culturalmente constituindo-se como ativo imobiliário sob a forma de reserva de valor; e para Cláudio Egler, para quem, baseado em Marx, o preço da terra varia inversamente em relação à variação da taxa de juros. (...) (p. 10)

Partindo destas propostas de economistas brasileiros, Sposito dialoga com Egler, fazendo, no entanto, a seguinte ressalva:

A tese de Egler, que se baseia na “análise do comportamento do preço da terra vis-a-vis à taxa de juro” já era afirmada por Marx, como foi analisado anteriormente. No entanto, o que se deve acrescentar é que o vis-a-vis, daqui para a frente, tomada a expressão do autor acima citado e suas contribuições para a discussão (...) não vai ser encarada a não ser sob a ótica da comparação, o

que implica em algo mais que as afirmações anteriormente atribuídas a Marx e os marxistas citados: a comparação não é a base da relação biunívoca inversamente proporcional apenas, mas deve ser entendida como relação dialética entre preço da terra (e do solo urbano) e taxa de juros apreendida historicamente. Isto equivale dizer que quando há o acréscimo da taxa de juros, pode ou não haver o decréscimo do preço, e vice-versa. Não se pode assumir, assim, uma regra que funcione mecanicamente, mas ela deve ser testada geográfica e historicamente, como veremos adiante. (p. 38)

Como pudemos observar o autor utiliza-se diretamente da teoria da renda da terra exposta por Marx e outros que seguiram a mesma linha. Neste sentido os conceitos e categorias do econômico (deste pensamento) permeiam todo o trabalho, não havendo uma separação clara da “parte econômica” no trabalho. Dentre os autores de linha marxista, do ponto de vista do pensamento econômico brasileiro há destaque para Rangel, Sayad e Egler na discussão quanto ao preço do solo e taxa de juros, apoiando-se em parte nas idéias deste último. Pode-se dizer, neste caso, que além de uma utilização das idéias e nova interpretação destas, há uma clara influência do pensamento econômico de estrato marxista representada pela questão da renda da terra a partir do próprio Marx.

Na tese “O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade” Beltrão Sposito (1991) pretende apreender quais as determinantes do processo de verticalização e que relação este processo tem com outros que se desenvolvem nas cidades. Para isso uma questão fundamental em seu trabalho é a discussão teórica sobre produção e reprodução territorial da cidade a partir das contribuições de Manuel Castells e Henri Lefebvre⁶.

Já no capítulo 1 a autora assume que “(...) *não é possível conceber a cidade em oposição ao campo. É necessário distinguir aquela deste, mas a partir de uma concepção dialética que ressalte a unidade urbano-rural, revelando a um só tempo o seu caráter contraditório e portanto de complementaridade, através da articulação que se realiza via divisão do trabalho. (...) (p. 28)*

Sendo assim, alguns pressupostos são por ela identificados:

⁶ A autora entende que: “A contribuição de Lefebvre para a compreensão do processo de urbanização ultrapassa o patamar de se constituir uma teoria para a cidade, e consegue constituir-se como instrumento de leitura filosófica desta realidade. A nosso ver nenhum outro autor avançou tanto no sentido de “preencher lacunas” da produção marxista, no que se refere ao conceito de divisão territorial do trabalho, na medida em que aprofundou a reflexão em torno do papel da cidade no modo capitalista de produção. (p. 35).”

Partindo-se da idéia de que a cidade é uma fração do território capitalista em constante transformação, e tomando-se como indicadores deste processo o ritmo acelerado de crescimento territorial das cidades, os níveis de concentração populacional que têm atingido (de forma ainda mais acentuada nas últimas décadas, nos países chamados subdesenvolvidos), e o aumento da importância do urbano como suporte para o desenvolvimento deste modo de produção, temos que a análise do processo de crescimento vertical das cidades, deverá ser contextualizado no processo de produção social do território e nesta medida não ser abordado sem a consideração do próprio movimento das relações que engendram historicamente este processo. (p. 44)

Vamos partir de outro pressuposto, ou seja, o fato de que sob o modo capitalista de produção, as determinantes que convergem para que se dê a produção e comercialização de mercadorias, inclusive terrenos, moradias, escritórios, imóveis enfim, o que se consubstancia na própria produção territorial da cidade são definidas pela ações e interesses dos que realizam esta produção. (p. 46)

A lógica que orienta o processo é, assim, a de articulação entre as formas de expansão horizontal e vertical, e portanto, do movimento contraditório entre a expansão horizontal e sua própria negação, a verticalização. (p. 46)

Partindo desta concepção, a autora discute o conceito de produção afirmando que:

Lefebvre (1972) busca na obra de Marx e Engels, o sentido do termo produção para o materialismo histórico, e ressalta que só a partir do materialismo dialético podemos apreender seu duplo sentido, ou seja entender produção como um processo com dupla determinação: historicidade e praxis. (...) (p. 49)

Nesta relação dialética entre a cidade e processo social e econômico que a produz e do qual ela também é um elemento da produção, a própria concepção de reprodução da cidade no modo capitalista de produção, explicita-se pelo movimento que alimenta, reforça e/ou transforma esta relação. Ou seja, a cidade reproduz-se (produz-se continuamente, transformando-se) como base para a reprodução do processo produtivo (nos sentidos amplo e restrito) e, portanto, do processo social. (p. 53)

Fica explicitado a partir das passagens anteriormente destacadas que Beltrão Sposito desenvolve sua tese a partir de referenciais teórico-metodológicos vinculados ao materialismo histórico entendendo a cidade como uma produção social em processo contínuo de construção, destruição, reforma, revolução, estruturação e assim por diante.

Neste caso, a renda da terra (renda fundiária urbana) comparece como elemento fundamental deste processo. No capítulo 4, por exemplo, a autora discute a natureza da renda fundiária, a natureza da composição do capital imobiliário e a relação deste com a propriedade

fundiária urbana procurando “(...) desenvolver um eixo de análise que dê sustentação à tese de que a verticalização é uma forma específica de produção imobiliária, através da qual os que a produzem realizam sobretaxas de lucro e de renda fundiária, viabilizando a reprodução territorial e ampliada e monopolizada da cidade, na medida em que encontram e criam no mercado demanda para esta produção. (p. 150)”

Após a apresentação e análise dos dados obtidos em relação à cidade estudada, Beltrão Sposito conclui que:

(...) A tese se definiu, à medida que a reflexão e a realidade mostraram que a verticalização é uma forma específica da produção imobiliária, através da qual os que a produzem realizam sobretaxas de lucro e renda fundiária viabilizando a reprodução territorial e ampliada e monopolizada da cidade. (p. 356-357)

Podemos verificar a partir da análise das duas teses que a renda da terra compareceu como elemento fundamental para os trabalhos alicerçando a reflexão desenvolvida pelos autores sobre o objeto estudado.

Teorias provenientes da economia espacial (crítica)

Há um conjunto de trabalhos em os autores procuraram discutir e apontar as limitações explicativas apresentadas por algumas teorias provenientes da chamada economia espacial, notadamente as de von Thünen e Christaller.

A tese de Ablas (1978) intitulada “Teoria do Lugar Central: bases teóricas e evidências empíricas” tem como propósito tomar contato mais aprofundado com o trabalho desenvolvido por Christaller comparando-o com contribuições posteriores à teoria do Lugar Central, além de a partir de dados disponíveis e de trabalhos já realizados no Brasil, verificar em uma primeira aproximação, a validade da teoria do Lugar Central para uma região escolhida do território nacional.

Para atingir estes propósitos “(...) será assumida uma postura nitidamente dedutiva do ponto de vista do método de pesquisa a ser utilizado. Não se tentará, entretanto, estabelecer hipótese nova mesmo que retirada da Teoria do Lugar Central. A hipótese central

a ser testada é a própria teoria, e, nesse sentido, acredita-se que uma compreensão aprofundada da mesma é necessária. (...) (Ablas, 1978, p. 19)”

No decorrer do trabalho Abblas realiza uma discussão detalhada sobre a teoria do lugar central a partir da formulação de Walter Christaller, bem como de outras contribuições como as de Losch, Beckman e Berry e busca comprovação empírica tentando identificar regularidades na organização urbana brasileira. Sobre essa tentativa de comprovação empírica o autor ressalta que:

Todas as formulações ligadas à teoria do Lugar Central conduzem a uma organização dos centros tendo como base a superposição de hexágonos de diversos tamanhos que determinam a organização e a hierarquia dos centros dentro desse sistema. O teste empírico dessa conclusão tem sido tentado por alguns autores, tendo-se verificado, com raras exceções, que sua validade é duvidosa. (...) (p. 105)

Após a discussão dos experimentos realizados para comprovação empírica da teoria, Abblas conclui que:

Assim, a análise levada a efeito a um nível global não parece conduzir a resultados que permitam as afirmações propostas pela teoria do Lugar Central, embora seja possível perceber, para alguns casos particulares, que o hexágono tende a aparecer se se fazem algumas observações particulares. (p. 112)

Tendo percebido as limitações apresentadas pela teoria, o autor apresenta algumas críticas à mesma e sua aplicação à realidade conforme verificamos na passagem a seguir:

Pelos resultados obtidos nas partes anteriores deste trabalho, pode-se dizer que, com algumas exceções, a validade da teoria do Lugar Central é questionável⁷. A busca das razões pelas quais é difícil concluir pela validade da teoria conduz, como já foi delineado anteriormente, à observação de que a industrialização é um aspecto que pode conturbar a organização hexagonal dos centros como foi proposta por Christaller. (...) (p. 145)

Nas considerações finais sua crítica à teoria é ainda mais veemente:

Metodologicamente falando, o caráter dedutivo da teoria do Lugar Central aproxima-a demasiadamente de outras formulações teóricas desenvolvidas principalmente dentro da área da teoria econômica tradicional onde a base das

⁷ Grifo do autor.

construções é a existência de um homem, sem correspondência na realidade, que reage aos estímulos econômicos de forma racional . (...) (p.189)

Dessa forma, a teoria do Lugar Central de Christaller aparece efetivamente como uma abstração muito geral da realidade. É uma formulação dedutiva bem ao gosto da escola neo-clássica que predominava na época. O máximo que se pode dizer nela é que, antes de ser uma teoria geral de localização e formação de cidade, ela é uma teoria de localização da atividade terciária, sendo portanto mais limitada do que Christaller originalmente pensava, uma vez que outros princípios de urbanização e de localização de atividades, principalmente das industriais, são necessários. (p. 192)

A partir das citações anteriormente relacionadas pode-se verificar que Ablas aponta os limites explicativos da teoria do lugar central relacionando-a ao pensamento da escola neo-clássica da economia. Neste sentido, a influência do pensamento econômico ocorre muito mais como crítica às próprias formulações desta do que mera aplicação aos estudos geográficos.

Nesta mesma perspectiva temos o trabalho de Grabóis (1978) intitulado “Os anéis da dependência: estudo geográfico da floricultura em Barbacena” no qual procura demonstrar que o fenômeno de alteração dos anéis ocorrido em Barbacena é melhor explicado pela relação de dependência estabelecida entre duas economias do que pela modernização dos meios de transporte e armazenamento conforme aponta o autor logo na justificativa:

Com apoio na questão imediatamente anterior e no que nos diz Waibel, cabe a formulação de novas questões a respeito da alteração dos anéis de Thünen no caso de Barbacena. A nosso modo de ver, o fenômeno pode ser explicado muito mais pela relação de dependência estabelecida entre as duas economias do que pela modernização dos meios de transporte e armazenamento. Isto é o que propomos demonstrar. (p. 9)

Com este intuito Grabóis desenvolve o trabalho descrevendo a estruturação da área floricultora em Barbacena (características gerais e zonas produtoras), seu histórico, o quadro agrário (produção, produtores, estrutura fundiária, relações de trabalho) e discute a comercialização destacando o mercado interno e externo.

Apesar da estrutura do trabalho privilegiar os aspectos descritivos, assemelhando-se muito às conhecidas monografias regionais francesas, em vários momentos é possível notar o caráter crítico em relação a teoria de Thünen em relação ao caso da floricultura em Barbacena.

Suas críticas amparam-se principalmente no contexto econômico em que a floricultura desenvolvida em Barbacena insere-se, destacando em vários momentos a relação entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. No capítulo sobre a evolução da floricultura em Barbacena, Grabóis aponta esta questão conforme as citações a seguir:

Assim como a atual fase de expansão dos rosais em Barbacena está ligada a um contexto de relações internacionais, sendo a produção muito dependente do exterior, as origens da floricultura nessa área prendem-se, em parte, ao expansionismo germânico conseqüente à unificação do país, sendo uma de suas formas o estabelecimento, no que restou do mundo colonial partilhado pelas outras grandes potências européias, de núcleos coloniais. (p. 71)

Delineia-se, no entanto, neste quadro, o mecanismo através do qual o país comprador estimula, em diferentes áreas, algumas verdadeiros anexos agrícolas, a obtenção de determinado produto, com o objetivo de, estabelecendo a competição entre essas áreas, promover uma queda de preços. (p. 79)

Ao discutir o quadro agrário da área em estudo, o autor mais uma vez chama atenção para a sua condição de dependência num sistema mais amplo:

Se é difícil classificar este sistema intensivo, não o é, porém, perceber que a sua originalidade decorre não apenas das relações sociais de produção existentes numa área de economia dependente, mas também, em termos mais abrangentes, de todo um contexto de relações entre o capitalismo dominante e o dependente e que engloba aquelas relações sociais de produção. (p. 192)

Na discussão acerca dos mecanismos de comercialização Grabóis deixa clara a condição de Barbacena no quadro de uma economia subdesenvolvida:

O monopólio que a Agros possui do comércio das flores em Barbacena no mercado internacional, também traduz a relação de dependência existente entre uma economia subdesenvolvida e uma economia dominante. (...) (p. 233)

Verifica-se, assim, a sujeição da UNIFLOR na sua relação com o importador. Ela é muito frágil diante do poder do comprador e não dispõe de meios para valorizar seu produto num mercado internacional extremamente voraz e competitivo. Barbacena é apenas mais um dentre os numerosos pequenos centros produtores do mundo subdesenvolvido, onde a flor é obtida a custos baixos. (...)

A marcada influência externa não se traduz apenas na comercialização, manifestando-se, como conseqüência, na produção. Já se mostrou como esta influência aí se evidencia, através da escolha das variedades cultivadas e das técnicas de produção. A expansão dos rosais de estufa foi, ela própria, uma decorrência das necessidades do mercado exterior. (...) (p. 235)

Diante destas constatações, o autor conclui que a pesquisa evidencia claramente a inserção do fato particular representado pela floricultura em Barbacena, num quadro mais amplo, qual seja, o da agricultura brasileira, entendida a mesma como a de um país de economia subdesenvolvida e dependente. Neste sentido, Grabóis salienta as limitações da teoria de von Thünen:

A pesquisa permitiu também a verificação da originalidade do sistema agrícola representado pelos rosais de Barbacena. Dificilmente se poderia enquadrá-lo numa classificação geral dos sistemas agrícolas e sua originalidade decorre, basicamente, do modo de produção capitalista em um país dependente. (p. 237)

(...) A realidade dos fatos, isto é, a existência de um sistema agrícola intensivo num centro produtor distante quase dez mil quilômetros do centro consumidor, demonstra que não se pode considerar válida, pelo menos em sua aplicação a este caso, a Teoria do Estado Isolado, formulada por Thünen na terceira década do século passado⁸. (p. 239)

Nas considerações finais Grabóis reforça este entendimento:

O estudo da floricultura em Barbacena é, assim, um exemplo de como a expansão do modo de produção capitalista nas condições de uma economia subdesenvolvida, longe de eliminar a dependência, acaba se articulando, necessariamente, com a ação do capital monopolista, freqüentemente oriundo de economias desenvolvidas.

Em conclusão, a existência dos rosais em Barbacena, caracterizando um sistema intensivo e com uma produção destinada em parte a um mercado muito distante, é explicável levando-se em conta os liames que sujeitam uma economia dependente a uma economia dominante, e não a distância física que as separa. E as rosas não constituem em exemplo exclusivo; pelo contrário, representam mais um entre os numerosos produtos agrícolas cuja produção e comercialização caracterizam a fragilidade de uma economia subdesenvolvida, ainda em grande parte exportadora de produtos primários para economias desenvolvidas. (p. 250-251)

A tese de Oliveira (1978) “Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘estado isolado’ de von Thünen” constitui-se numa densa e aprofundada crítica ao método e caráter de classe da obra de Thünen e suas influências na Geografia.

Embora, a princípio, tenha os mesmos objetivos dos trabalhos anteriores, o grande aspecto inovador da tese de Oliveira diz respeito ao instrumental metodológico adotado para fundamentar a crítica à teoria de Thünen: o materialismo histórico.

⁸ É importante lembrar que o autor refere-se ao século XIX.

Já no início do trabalho, Oliveira (1978, p.22-s) deixa claros alguns pressupostos referentes à sua abordagem teórico-metodológica e aponta a partir disso os objetivos da tese:

A terceira consideração que reputamos importante, é que não basta pensarmos o processo de reprodução das condições de produção apenas quanto à reprodução das forças produtivas, pois, é fundamental reproduzir também, as relações de produção existentes. Para tal, devemos dizer que é o econômico o determinante em toda a sociedade e que, é o momento da produção imediata o momento privilegiado neste econômico. (p. 22)

É portanto, atento a todas estas questões, que pretendemos situar como um dos principais objetivos de nosso trabalho, chegar a uma contribuição à análise crítica da obra de von Thünen, procurando compreender e situar a matriz teórica utilizada em sua obra, seu método de trabalho e suas implicações científicas, suas proposições e conseqüências das mesmas, quer no tempo, quer no espaço, e a contextualização histórica, ou seja, o momento histórico no qual se criaram as condições materiais para o desenvolvimento de sua obra. (...) (p. 26)

Dessa forma esperamos estar contribuindo para a crítica (restrições) ao método de von Thünen e a denúncia do caráter de classe (classe dominante) de sua obra; as razões da atualidade de suas teorias dentro da Geografia: o caráter ideológico desta atualidade; a incapacidade (teórica) desta teoria em explicar a realidade. (p. 26)

O autor também explicita sua base teórico-metodológica:

(...) a contribuição à análise crítica, neste sentido, deve ter como sustentação o materialismo histórico em toda sua plenitude (infra-estrutura e superestrutura) resultando-se sempre no nosso caso, o ideológico, sem esquecer que a estrutura econômica é a determinante. (...) (p. 31)

Assim, optamos por apresentar nosso estudo dentro da perspectiva do materialismo histórico e portanto, o trabalho contém além desta primeira parte, que teve por finalidade, um ajuste quanto às teorias e ideologias, e o desenvolvimento de pesquisas em Geografia, uma segunda parte, na qual procuramos introduzir alguns conceitos fundamentais que compõem o materialismo histórico e que se constituem como instrumental metodológico que utilizamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa. (p. 32)

Apoiado neste referencial teórico-metodológico, Oliveira discute os conceitos fundamentais do materialismo histórico e realiza um estudo detalhado da obra de Thünen identificando e refletindo sobre sua matriz teórica, método e principais conceitos contextualizando-os. Quanto à matriz teórica e método de Thünen Oliveira afirma que:

Estuda-se, portanto, von Thünen em Adam Smith. É dele e porque não dizer dos economistas clássicos burgueses que empresta seu instrumental conceitual e portanto sua matriz teórica. (...) (p. 194)

(...) Assim cabe incluir von Thünen no rol dos economistas que, através de suas obras, buscavam novas formas para a Economia Política burguesa vulgar, como também, procuravam contrapor-se a qualquer avanço do movimento operário europeu. (p. 200)

Assim, situada a matriz teórica de von Thünen, parece importante tratar, de forma explícita as implicações do conteúdo, enfim, da essência da teoria da utilidade marginal. (p. 201)

A nosso ver, Thünen, ao nível do método insere-se no debate metodológico da época, cuja questão era se havia um método para as ciências humanas e outro para as ciências naturais ou se teríamos simplesmente como advogavam os positivistas, o método das ciências naturais. Thünen encontra-se, no plano do método, nesse dilema, que é fruto de sua prática, pois como “agricultor” enfrenta ao nível da produção de sua obra a imposição do seu “ideal construct”. (p. 234)

Além disso, procura mostrar como vários autores passaram a desenvolver trabalhos a partir desta teoria. Neste caso, destaca aqueles realizados no âmbito da “nova Geografia” tecendo críticas veementes a eles como no caso de Ceron:

Podemos entender que seu trabalho é “puramente” uma “metodologia” para entender-se “cientificamente” a localização da “força de trabalho agrícola”, e nada mais além disso. Porém, preferimos dizer que as questões ideológicas na Geografia são tão profundas e conflitantes que, nem assumir a ideologia burguesa corretamente, os geógrafos da chamada “nova geografia” conseguem. Ceron, O. neste particular, é um exemplo típico, sem falarmos do respaldo kantiano presente na sua visão de realidade. (p. 347)

Dessa forma, com o objetivo explícito de procurar dar aos alunos os conceitos de natureza econômico-espacial essenciais, Ceron revela-nos o caráter ideológico de seu trabalho, que o instrumental conceitual da corrente marginalista dos neo-clássicos econômicos, totalmente comprometidos com a eficácia e racionalidade do modo de produção capitalista. Sua postura está totalmente envolta por uma nítida feição neo-positivista, calcada em um determinismo científico, que procura formular princípios e hipóteses, conceitos quantificáveis e empiricamente verificáveis que, possam levar à predição e ao controle do porvir. (p. 349)

Além de Ceron outros trabalhos desta corrente da Geografia são criticados, pois no entendimento de Oliveira:

As premissas de Thünen têm fundamento no modo de produção capitalista nascente e são portanto parte de uma ideologia burguesa que procurou (com Thünen, Weber, Christaler, Losch) e procura hoje com os “modernos teóricos” da “teoria locacional” (Berry, Hall, Isard, Chisholm, Chorley, Haggett) e seus seguidores no Brasil (Lobato Correa, Geiger, Faissol, Ceron, entre muitos outros) com trabalhos recentes, validar cientificamente a ideologia do modo de produção capitalista visando garantir para a burguesia a eficácia de sua exploração sobre a classe operária. (p. 303)

Com base nos argumentos apresentados, Oliveira estabelece uma crítica à corrente neopositivista na Geografia mostrando suas fragilidades e incoerências e faz uma defesa aberta do instrumental do materialismo histórico para os estudos geográficos.

Desta forma, pode-se dizer que além de criticar os pressupostos de von Thünen e sua aplicação nos trabalhos de Geografia, Oliveira procura mostrar novas possibilidades de análise a partir da introdução do materialismo histórico como referencial teórico-metodológico para a Geografia.

Teorias e modelos provenientes da economia espacial (aplicação)

Se de um lado temos trabalhos que criticam as limitações das teorias e modelos provenientes da economia espacial, de outro encontramos a aplicação destes nos estudos geográficos. O trabalho de DiGiaco (1991) intitulado “Estudo dos fluxos de transporte de cargas na área de influência de Campos Novos-SC” mostra como isso ocorreu.

O objetivo do trabalho foi verificar o interrelacionamento entre as atividades econômicas e o sistema viário no conjunto de municípios do Estado de Santa Catarina denominado área de influência de Campos Novos. Para isso, o autor utilizou-se, como instrumento de trabalho, a bateria de programas computacionais da Federal Highway Administration – FHWA baseada em técnicas da Teoria dos Grafos e que inclui programas de simulação de redes de transporte, organização e operações de matrizes e projeção de variáveis.

Neste sentido, trata-se da aplicação direta desta teoria para o caso estudado sendo as principais referências teórico-metodológicas nomes como B. Berry, M. Chisholm, P. Haggett, W. Isard, entre outros. DiGiaco na apresentação da tese expõe que:

O estudo, inspirado no trabalho de Leferrère, apresenta uma característica nova, ou seja, a utilização de programas computacionais que permitem a organização dos dados de fluxos em forma matricial e, a implantação de uma rede rodoviária simulada, onde as cargas alocadas se deslocam pelo menor percurso. Estes programas possibilitam, além da organização dos dados atuais, simular projeções das variáveis e modificações na rede viária. (p. i)

O trabalho em grande parte constitui-se da formulação e testagem da rede de simulações, formações de matrizes de cargas e simulações destas. Quanto ao referencial teórico-metodológico, o autor nas conclusões afirma que:

O exame da literatura revelou a importância crescente do emprego da Teoria dos Grafos no estudo das redes de transporte associadas às atividades econômicas de uma região. No estágio em que se encontram as pesquisas, já ocorre a possibilidade de se proceder a análises da relação de transporte/atividades econômicas, de modo a se obter, de forma simulada, um quadro da situação atual e perspectivas de evolução, podendo-se ainda, verificar os efeitos de modificações na estrutura econômica e suas repercussões sobre a rede de transporte. (Digiaco, 1991, p. 234)

Assim, constatou-se que a organização das atividades econômicas sob a forma matricial constitui uma técnica eficiente para o estudo das relações entre a economia e a rede de transporte, uma vez que possibilita detectar a movimentação de cargas no sistema viário, indicando a importância de determinadas zonas de tráfego para a região. (Digiaco, 1991, p. 237)

A partir do exposto, nota-se que diferente da perspectiva analítica desenvolvida nas teses discutidas no item anterior deste capítulo Digiaco não desenvolve crítica alguma sobre a Teoria dos Grafos, ao contrário, faz sua aplicação e afirma sua validade conforme demonstram as citações acima.

Conceitos e idéias provenientes do pensamento marxista

Pudemos identificar algumas teses em que o aspecto mais marcante em relação à influência do pensamento econômico é a utilização de conceitos e idéias provenientes do pensamento marxista⁹. As teses de Junqueira (1982), Garrido Filha (1983), Pintaudi (1989) e Tsukamoto (1994) são exemplos disso.

Nas teses de Junqueira (1982) e Garrido Filha (1983) podemos observar uma espécie de transição entre os trabalhos em que o econômico é parte para aqueles em que o econômico passa a ser um elemento integrante da análise.

Na tese “A reapropriação do espaço a partir da integração agro-industrial” Junqueira (1982) procura analisar a região de Assis (SP) no contexto histórico do complexo monopolístico fortemente verticalizado da soja, o qual ela integra.

Apesar de grande parte da tese ser dedicada à sistematização de dados e informações históricas referentes ao mercado da soja, seu processamento industrial, limites técnicos, mecanismos de preços de mercado e perspectivas deste, observamos que a autora apoia-se em alguns conceitos e referenciais provenientes do pensamento marxista.

Ao discutir a questão da divisão técnica e social do trabalho no processo produtivo da soja, a autora afirma que:

A reorganização na base técnica da produção provoca portanto uma reorganização no mercado de trabalho, com conseqüências na formação de um exército de trabalhadores disponíveis competindo no mercado de trabalho e pelo conseqüente rebaixamento do nível de remuneração do trabalho e uma alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador que tende assim a perder o controle técnico da produção. (p. 150)

A partir da citação notamos o destaque dado pela autora em relação às conseqüências do avanço na divisão técnica do trabalho utilizando-se da expressão exército de trabalhadores numa clara referência ao conceito marxista de exército industrial de reserva. Ao longo do trabalho ela utiliza-se de conceitos como composição orgânica do capital, acumulação de capital, sobretrabalho, entre outros. A passagem abaixo, transcrita das conclusões da tese expressa com clareza este aspecto:

Essa aparente contradição não corresponde ao caráter funcional que as relações de produção mais atrasadas desempenham na acumulação do capital, mas um avanço e um aprofundamento dos processos de extração do sobretabalho, dentro de processos produtivos onde se torna cada vez mais difícil ao produtor direto a retenção de renda absoluta da terra.

A expropriação dos trabalhadores alcançou um caráter tão amplo e tão vasto e planetário, possibilitando o domínio em amplas esferas da produção pela monopolização de meios modernos de produção, que confere ao monopólio da terra um papel cada vez mais relativo. (p. 225)

Além disso, a partir da citação percebemos que a autora imprime um tom crítico em sua análise referindo-se à expropriação dos trabalhadores frente às mudanças na divisão técnica do trabalho no processo produtivo da agroindústria da soja. Mais à frente ela reafirma esta análise concluindo que:

O estudo em questão, procura demonstrar que o processo de formação de uma “zona produtora” (de grãos) consolida a propriedade da terra, elimina formas atrasadas de relação de produção, transforma o proprietário no produtor direto, aumenta enormemente a composição orgânica do capital. Dentro das condições sociais em que ocorre, retira dele a possibilidade (que a propriedade privada da terra legalmente lhe confere) de sair do ciclo produtivo, do qual se torna um segmento, tendo em vista que o ciclo produtivo agrícola passa pela indústria de transformação de insumos e de máquinas agrícolas, pela indústria de processamento, sendo esses diversos momentos intermediados pelo capital financeiro, que controla os ritmos do processo de produção e da metamorfose do capital-dinheiro em mercadoria e da mercadoria em capital-dinheiro, tendo em vista a reprodução equilibrada e eficiente do padrão de acumulação. (Junqueira, 1982, p. 227)

Na tese “Garimpos de cassiterita – pesquisa geográfica em Goiás” de Garrido Filha (1983) também verificamos a utilização de conceitos e terminologia relativa ao pensamento econômico marxista.

Neste trabalho a autora discute o garimpo como pequena mineração a serviço do grande capital procurando conferir um enfoque geográfico à questão. Para isso, discute as condições ambientais e técnicas utilizadas, a organização econômica e social do garimpo, as fases de comercialização e a reprodução do trabalho garimpeiro.

⁹ Isso não significa que apenas nestes trabalhos exista este tipo de influência. Grande parte das teses analisadas utiliza terminologia e conceitos relativos ao pensamento econômico marxista, entretanto, nas teses discutidas neste item este aspecto sobressai-se em relação aos demais tipos de influência identificadas.

Ao falar sobre a organização econômica e social do garimpo a autora identifica uma separação entre relações de produção capitalistas e relações de produção não-capitalistas sistematizando-as em interessante esquema (apresentado na página 115 da tese) e afirma que:

Do exposto, depreende-se que, no garimpo de material primário decomposto, como é o Ingazeira, a tendência foi a passagem da diversificação de atividades (Esquema 1) para a concentração da produção entre poucos donos-de-serviço, a fim de garantir a apropriação da mais-valia (Esquema 2). Eles, além disso, ainda são comerciantes ou foram anteriormente, de maneira que a atividade lhes permitiu a acumulação de capital usurário. (Garrido Filha, 1983, p. 113)

A apropriação da maior parte da mais-valia ocorre na atividade mineradora capitalista – a lavra mecanizada, que serve de intermediária da produção garimpeira para as empresas metalúrgicas. (Garrido Filha, 1983, p. 114)

As afirmações acima demonstram a preocupação da autora em estudar o garimpo do ponto de vista de suas relações sociais de produção, totalmente amparada nos referenciais teóricos do pensamento marxista. Nas conclusões da tese isto fica bastante evidente:

O cunho geográfico que se deu à tese está, assim, na busca da localização, combinação e interação das forças produtivas e das conseqüentes relações de produção, as quais caracterizam o estágio de desenvolvimento da sociedade. Os instrumentos de trabalho e as técnicas utilizadas pelo homem constituem as forças produtivas, que, como norma geral, causam mudanças nas relações de produção, sendo os instrumentos os elementos mais dinâmicos e revolucionários. (...) (p. 178)

Apesar da afirmativa generalizada entre os estudiosos de que os garimpos utilizam as partes mais ricas dos jazimentos minerais – as de maior concentração e as de mais elevados teores do minério, não atingindo grandes profundidades – , não foi possível calcular a renda diferencial reconhecidamente existente nas minas, dadas as dificuldades de avaliação das efetivas diferenças de riqueza entre as reservas. Como as relações de produção dentro do garimpo não eram completamente relações capitalistas de produção, consideramos a renda territorial absoluta, isto é, aquela que se obteria mesmo nas minas mais pobres. (...) (p. 180)

No caso dos garimpos estudados em que há intermediação das empresas mineradoras, estas ficam com a maior parte da mais-valia, observada na diferença entre o preço da compra ao garimpeiro e os preços recebidos das fundidoras. Assim, o setor nitidamente capitalista se apropria da maior parcela do trabalho suplementar do garimpeiro. O garimpo é, portanto, ao mesmo tempo, um setor com relações de produção não-capitalistas, e a serviço do capital. (p. 181)

Preocupação semelhante teve Tsukamoto (1994) na tese “Teiticultura no Brasil: subordinação e dependência” em relação ao processo produtivo do chá nos municípios de Registro e Pariquera-Açu. Nesta tese a autora pretende investigar qual o nível de subordinação dos produtores e como se dão as relações de produção tanto ao nível dos proprietários fornecedores de matéria-prima quanto nos chazais das grandes empresas.

Neste contexto, a autora considera relevante a discussão das relações sociais de produção conforme a relação com os meios de produção, podendo ser consideradas capitalistas ou não capitalistas. Em sua opinião:

Nessas relações capitalistas de produção, o assalariado é aquele que não detém os meios de produção e vende somente a sua força de trabalho.

Quando esse produtor que mantém relações de trabalho essencialmente capitalistas é também proprietário de suas terras unem-se aí numa só pessoa as duas condições ou seja, fica não só com o lucro médio mas também com a renda da terra.

O produtor-proprietário pode também utilizar-se somente da mão-de-obra familiar, fato que ocorre na teiticultura.

Nesse caso, as relações seriam consideradas não capitalistas, embora, contraditoriamente, façam parte do sistema capitalista. (...) (p. 09)

Partindo destes pressupostos teóricos, Tsukamoto discute as relações de produção na teiticultura identificando as diferenças entre a produção capitalista e produção familiar a partir dos elementos que caracterizam cada uma, além das formas de subordinação do produtor em relação à agroindústria do chá (subordinação ao capital industrial e financeiro).

Outro trabalho em que identificamos a presença significativa da influência de conceitos e idéias provenientes do pensamento marxista é o de Pintaudi (1989) “O Templo da mercadoria: estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo”. Nesta tese a autora visa identificar as diferenças de organização administrativa, operacional e física dos shopping centers tendo em vista o local em que se instalam e a relação disso com o capital financeiro e imobiliário.

Logo na introdução Pintaudi (1989, p. 12-13) esclarece o referencial teórico-metodológico a ser utilizado no trabalho:

Em primeiro lugar é preciso dizer que o materialismo histórico nos dá os fundamentos para a explicação das leis gerais que regem o desenvolvimento da sociedade. Através desta concepção, podemos explicar o desenvolvimento da vida material da sociedade, que tem sua expressão mais material no espaço geográfico.

(...) Em outras palavras, a natureza é condição necessária para o trabalho, mas a sociedade se apropria é do trabalho realizado na natureza. Sendo assim, o espaço geográfico é, antes de mais nada, produto das relações sociais que os homens estabelecem entre si para se apropriar do trabalho e condição de reprodução destas relações. As transformações do espaço são explicadas, antes de mais nada, pelas transformações nas relações sociais provocadas pelas forças produtivas da sociedade (força de trabalho e meios de produção) e que se constituem no motor de seu desenvolvimento. (...) Nas sociedades capitalistas, as transformações do espaço geográfico são explicadas, antes de mais nada, pelas leis da acumulação do capital.

A partir destes pressupostos:

O shopping-center ganha sua materialidade no espaço geográfico, mas antes ele é fruto de transformações ocorridas no âmbito da troca de mercadorias em nossa sociedade. A troca não se constitui num momento isolado da produção da sociedade, mas, ao contrário, acha-se determinada pela produção através do consumo, por sua vez determinado pela distribuição que é dada na produção (...) (p. 13)

Estas concepções, aqui colocadas de maneira muito sucinta, têm por base o texto Introdução à Crítica da Economia Política, de Karl Marx (1974) e nos parece desnecessário repeti-las. (p. 13)

Tendo em vista estas citações percebemos que a autora ampara-se nas idéias e conceitos do pensamento econômico de Marx, adotando-o também para outros fundamentais em seu trabalho como mercadoria, capital imobiliário e comercial:

Resta considerar neste momento o conceito de mercadoria. Como não poderia deixar de ser, dada a postura metodológica adotada, utilizamos este conceito nos moldes em que ele se encontra no capítulo I de O Capital de Karl Marx. (...) (p. 14)

Outros conceitos, como os de capital imobiliário e comercial, bem como os processos que envolvem, serão utilizados de acordo com a concepção marxista. (p. 14)

Sendo assim, o trabalho encaminha-se discutindo os elementos que caracterizam os shopping-centers, suas condições de surgimento no Brasil e especificamente no Estado de São Paulo tendo em vista as estratégias de localização destes. A partir das análises a autora conclui que:

Por último, gostaríamos de destacar que o shopping-center é uma das formas através das quais se vê expressa a produção monopolista do espaço. Isto

significa dizer que ele não é fruto do prolongamento, da expansão comercial de um lugar, mas fruto de uma ruptura com o virtual destino de um lugar. Os shopping-centers não são implantados em locais tradicionalmente comerciais, a não ser eventualmente, quando as condições o permitem a esta localização não é condição necessária. (p. 152)

O crescimento do número de shopping-centers no Brasil e particularmente em São Paulo, num momento de pouco crescimento da economia, parece estranho, mas não o é. Na realidade está ocorrendo a concentração territorial do comércio, que anteriormente estava disseminado no espaço urbano, pelas ruas comerciais do centro da cidade ou seus subcentros comerciais. Porém não nos podemos esquecer esta concentração territorial implica antes uma concentração do capital, que em momentos de crise precisa investir no ramo mais favorável do ponto de vista de seu retorno ampliado. (...) (p. 149)

Guardadas as diferenças quanto às temáticas estudadas, podemos dizer que os trabalhos apresentados neste item possuem em comum a utilização de referenciais conceituais do pensamento econômico marxista como aspecto que mais se destaca do ponto de vista das influências do pensamento econômico.

Desenvolvimento regional

A tese de Nogueira (1999) “Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo” tem como objetivo estudar as razões do atraso relativo detectado na região sudoeste do estado de São Paulo, buscando identificar a competitividade regional para os produtos atuais e potenciais, que maximizem oportunidades de trabalho, reduzam o êxodo e preservem o ambiente.

Neste trabalho pode-se identificar a utilização de propostas e modelo analítico para avaliação da dinâmica regional provenientes da economia. O modelo analítico utilizado tem como objetivo equacionar o funcionamento de uma economia com base agrícola e possui os seguintes segmentos: equacionamento do funcionamento de uma economia regional em termos genéricos; detalhamento das condicionantes de uma economia regional com base agrícola; detalhamento de algumas proposições operacionais para compreensão da realidade regional da área estudada.

Sendo assim, “(...) associado à evolução histórica regional e fazendo uso do modelo, (...) procura-se chegar à dinâmica econômica da região Sudoeste paulista. O objetivo é avaliar o dinamismo regional dentro de um esquema teórico de desenvolvimento e tomar por base as informações empíricas disponíveis para a região.”(Nogueira, 1999, p. 174)

O trabalho, portanto, ampara-se no modelo analítico proveniente da economia proposto por Ablas (1998) como principal instrumento de análise da dinâmica regional do Sudoeste do estado de São Paulo. Os resultados obtidos a partir disso são relativos aos aspectos econômicos e procuram estabelecer e caracterizar o conjunto de relações econômicas que determinam os processos produtivo e distributivo prevalentes na região, analisando a sua base econômica, as possibilidades de multiplicação dos efeitos oriundos do exterior e a capacidade do circuito auto-alimentador pelas estruturas de consumo – quocientes locais, cadeias produtivas selecionadas, uso atual do solo e da demanda atual de emprego rural.

Reestruturação industrial

A partir da década de 1990 observa-se um número significativo de teses abordando a indústria com base nos paradigmas e discussões referentes à reestruturação industrial. Dentre estes trabalhos temos os de Lencioni (1991), Lima (1994), Pires (1995) e Firkowski (2001).

Na tese “Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil” Lencioni tem como objetivo contribuir para o conhecimento dos processos de reestruturação do espaço partindo da análise da reestruturação econômica da indústria têxtil e de sua espacialidade nas últimas décadas.

Desta forma, seu posicionamento quanto à questão de novas técnicas na reestruturação urbano-industrial é de que:

(...) A introdução de novas técnicas não pode ser considerada, em si, elemento reestruturador do espaço urbano-industrial; isto se constituiria num reducionismo da análise ao aspecto tecnológico, que seria insuficiente para captar o significado das transformações em estudo. De modo que o foco de

nossa análise tende a se descolar dos elementos de inovação técnica como fator de desenvolvimento da organização da produção, para se centrar no estudo dos processos de concentração e centralização do capital tendo como eixo sua valorização. (Lencioni, 1991, p. 08-09)

Partindo deste posicionamento, a idéia central discutida pela autora é a de que a reestruturação da indústria têxtil associa-se ao aprofundamento do processo de centralização da reprodução do capital em geral e à desconcentração da metrópole paulista.

Para realizar esta discussão, Lencioni utiliza idéias de Lipietz, M. Storper, M. Aglietta, entre outros que discutem os principais elementos e questões do cenário econômico do período pós 1970 e foca sua reflexão nos processos de concentração e centralização do capital como fundamento da reestruturação urbano-industrial no caso da indústria têxtil.

Já a tese de Lima (1994) “Novo espaço da produção: os tecnopólos” apresenta uma análise sobre os tecnopólos ou pólos tecnológicos destacando o caso de São Carlos em São Paulo. Nas palavras do autor:

(...) o trabalho procura analisar um dos aspectos do meio técnico-informacional, decorrente do processo de mudanças por que passa o mundo, nestas últimas três décadas do século. Trata-se do elevado grau de adensamento do saber e do fazer, da maior aproximação do “design” e da fábrica, que obedece normas organizacionais exigidas pelas inovações tecnológicas, definidoras de novo paradigma técnico-econômico que abre um período ascendente e acumulação capitalista. Para atingir esse novo patamar, agentes vários se entrecruzam em sinergia: universidades, governo, capital financeiro e empresas. O surgimento de núcleos de indústrias e serviços em torno de ambientes dotados de elevado nível técnico-científico, vem propiciando um tipo específico de organização espacial, a que denominamos tecnopólo. (...) (Lima, 1994, p. 14)

Tendo em vista este objetivo, Lima procura contextualizar o período em que se insere seu objeto de estudo esboçando as linhas gerais da realidade mundial na qual estão presentes as variáveis do fenômeno tecnopolitano. A base teórica utilizada para isso centra-se em dois referenciais: as ondas ou ciclos longos (Ciclo de Kondratieff) e a Escola da Regulação. Segundo o autor:

(...) A primeira nos dá a compreensão do surgimento das fases sucessivas de crescimento-depressão, consideradas as inovações revolucionárias próprias de nossa época. A segunda nos aponta os delineamentos do novo regime de acumulação que se vem elaborando com requisitos neoliberais, paulatinamente regulados pelo poder do Estado e reforçados pelas condições técnicas do presente. (p. 16)

Lima, portanto, partindo destes referenciais teóricos discute a emergência, características e papel dos tecnopólos em várias partes do mundo (EUA, Europa, Japão) passando ao caso brasileiro, em especial de São Carlos no estado de São Paulo destacando sua organização espacial, sistema de formação e pesquisa, empresas, relações empresa-universidade e a atuação governamental.

Também utilizando os referenciais da teoria de Kondratieff (ciclos longos) e da regulação, além da teoria neo-schumpeteriana da inovação, da teoria marxista das estruturas sociais da acumulação e da teoria neo-ricardiana da vantagem comparativa, Pires (1995) estuda os processos que presidem a reestruturação industrial e o desenvolvimento territorial das indústrias de alta tecnologia no subsetor de informática em São Paulo.

Na tese “Reestruturação industrial e alta tecnologia no Brasil: as indústrias de informática em São Paulo” Pires (1995) objetivou pesquisar a lógica existente entre o processo de reestruturação industrial, baseado na alta tecnologia e os mecanismos de constituição dos novos espaços industriais no território.

Sua orientação metodológica:

(...) segue a perspectiva lógico-dialética e histórico-estrutural de interpretação da totalidade contraditória dos processos e fenômenos que presidem o real. A teoria do conhecimento ou a compreensão gnosiológica dialético-processual de investigação apreende historicamente a totalidade do fenômeno não apenas em seus nexos externos (aparência), mas procurando examinar sua lógica e estrutura interna (essência): contradições e processos intrínsecos. Esta perspectiva procura examinar os conteúdos políticos que presidem as relações técnicas e sociais de uma determinada formação sócio-territorial. (Pires, 1995, p. 22)

Com base nesta orientação, o trabalho traz um conjunto importante de dados e discussões sobre reestruturação industrial e reestruturação da competição industrial no contexto do capitalismo atual; a modernização e reestruturação industrial no Brasil tendo em vista os referenciais da teoria dos ciclos longos e da regulação; a gênese da alta tecnologia no Brasil e o papel da política estatal na indústria brasileira de informática e a reestruturação industrial e estratégias competitivas das indústrias de informática em São Paulo.

A tese de Firkowski (2001) intitulada “A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba” tem como objetivos compreender Curitiba na perspectiva metropolitana enquanto uma nova possibilidade de localização industrial fruto das transformações no contexto da localização industrial ao nível do país e desvendar a dimensão

sócio-espacial do processo de reestruturação que tem na desconcentração metropolitana sua expressão urbana mais contundente.

Da mesma forma que Lencioni (1991) a autora volta-se à discussão da questão da desconcentração industrial e seus reflexos na estrutura espacial metropolitana. Para isso, Firkowski discute a industrialização e urbanização de Curitiba no período pós 1970, o contexto nacional dos anos 1990 e sua relação com as transformações de Curitiba para chegar à questão da nova territorialidade da indústria no aglomerado metropolitano e a recomposição urbana de Curitiba.

A discussão sobre a desconcentração industrial no Brasil tem por base as interpretações de economistas como W. Cano, B. Negri, Diniz, Diniz e Crocco, Azzoni e Pacheco “(...) *na medida em que os mesmos propõem uma explicação capaz de contribuir para a compreensão da realidade em transformação no Paraná, dentre outros espaços tidos como economicamente periféricos e que passaram a receber importantes investimentos industriais na década de 90.*” (Firkowski, 2001, p. 81)

Com base nestes referenciais e após reflexões a partir do contexto da reestruturação industrial mundial e no Brasil e dados referentes a Curitiba a autora conclui que:

Assim, à luz do processo de reestruturação sócio-espacial, mostramos que a nova territorialidade da indústria em Curitiba relaciona-se diretamente à emergência dos novos processos produtivos característicos das principais indústrias instaladas na fase recente, sobretudo as automobilísticas. (Firkowski, 2001, p. 261)

A partir das teses apresentadas notamos que um conjunto de trabalhos na Geografia procurou discutir as transformações na indústria no período mais recente. Tais trabalhos tiveram forte influência dos referenciais do pensamento econômico no que diz respeito à discussão da desconcentração industrial, bem como da reestruturação industrial com base nas interpretações das transformações do capitalismo em escala mundial após os anos 1970 conforme pudemos mostrar.

Capítulo 4
O econômico na Geografia:
períodos e principais
influências

Capítulo 4

O econômico na Geografia: períodos e principais influências

Após a apresentação e discussão das principais influências provenientes do pensamento econômico identificadas nas teses analisadas, passaremos, neste momento, a uma reflexão mais verticalizada sobre essas influências.

Nosso objetivo, neste capítulo, é compreender melhor cada uma das influências identificadas procurando destacar seus principais elementos, autores e questões tendo em vista o contexto sócio-econômico e político em que exerceram importante papel para as ciências humanas, principalmente para a Geografia.

Neste sentido, tentaremos, também, refletir sobre essas influências no âmbito do pensamento geográfico no que diz respeito às questões de cunho teórico-metodológico.

Para isso, optamos por discutir as influências a partir dos períodos em que elas foram mais significativas.

Anos 1970: crítica às teorias de Christaller e von Thünen

A partir das teses analisadas, verificamos que os anos 1970 foram marcados pela discussão e crítica em relação a teorias e modelos provenientes principalmente da Economia neoclássica e sua aplicação na Geografia.

Para entendermos melhor os fundamentos e razões de tais críticas é importante que façamos uma caracterização breve dos principais elementos das teorias de Christaller e von Thünen, bem como o contexto em que se inseria a Geografia brasileira no período em questão.

A Teoria dos Lugares Centrais foi formulada por Walter Christaller e seus princípios foram expostos na obra “Central Places in Southern Germany”, originalmente publicada na Alemanha em 1933.

Christaller procurou estudar as causas pelas quais as cidades se organizavam em uma espécie de rede. A razão por que existem cidades pequenas e grandes e por que são elas

distribuídas de uma forma muito irregular vai ser o ponto central dos estudos desenvolvidos por Christaller.

Para isso, desenvolveu os conceitos de centralidade, lugar central, bens de serviços centrais, região complementar, distância econômica, entre outros e construiu um modelo estático para a determinação do seu sistema de lugares centrais a partir da observação do comportamento das pessoas com relação à oferta de bens e serviços dentro das cidades.

Seu raciocínio teve por base a existência de um certo número de bens oferecidos nos chamados “lugares centrais”. A importância de tais lugares seria determinada pelo número de bens aí oferecidos, os quais, pelo fato de possuírem uma área de ação maior serão de ordens superiores. Deste raciocínio, deduz-se que quanto maior a quantidade de bens oferecidos, os lugares teriam uma maior área de ação.

Desta forma, podemos deduzir que ele apresentou um modelo teórico segundo o qual as cidades se organizariam de forma ideal, caso não existisse qualquer tipo de obstáculo (barreiras físicas ou naturais como rios, montanhas etc) no que se refere ao transporte em todas as direções que propiciassem acesso à cidade e o custo desse transporte também fosse homogêneo em toda a região considerada.

Conforme destacamos no capítulo anterior, as principais limitações encontradas nesta teoria relacionam-se ao fato dela ter, como base de sua construção teórica, a existência de um homem sem correspondência com a realidade e que, reage aos estímulos econômicos de forma racional, ou seja, procura racionalizar do ponto de vista lógico e matemático as possibilidades oferecidas (sempre visando a maximização dos lucros e redução dos custos) fazendo da realidade uma abstração muito geral.

Nesta mesma direção, Sánchez Hernández (2003, p. 64-65) chama a atenção para o fato de que nesse modelo (assim como no caso de von Thünen) tem-se um espaço isotrópico, ou seja, homogêneo e indiferenciado, passível de generalização e habitado pelo *homo economicus*, o qual se comporta segundo os princípios da teoria da eleição racional, pela qual os produtores e consumidores possuem informação completa sobre todas as possibilidades de atuação e se comportam com perfeita racionalidade, otimizando sua conduta, maximizando benefícios e minimizando os gastos.

A mesma crítica, também, pode ser dirigida ao modelo teórico de von Thünen, desenvolvido na obra “O Estado Isolado” (1826) no qual se pretendia descobrir as leis que

governam a interação entre os preços agrícolas, uso de solo e distância do mercado urbano pressupondo que os agricultores pretendem maximizar seus benefícios.

Desta forma, ele propôs uma disposição dos cultivos em anéis concêntricos ao mercado, ocupados por cultivos muito sensíveis ao custo de transporte situados próximos à cidade, enquanto os aproveitamentos extensivos são relegados ao exterior. Sua principal contribuição consiste em atribuir a origem de rendas do solo à sua localização em relação ao mercado, como no caso dos agricultores dedicados a cultivos intensivos que estão dispostos a pagar mais pelo uso da terra, originando daí o conceito de renda locacional para seus proprietários.

No capítulo anterior, ficou demonstrado que essas teorias foram alvo de críticas por parte dos geógrafos tendo em vista suas influências nos trabalhos de Geografia. É claro que tais críticas justificam-se e podem ser entendidas no próprio contexto em que se inseria a referida ciência naquele momento.

A partir dos anos 1960 a Geografia brasileira passa a ser bastante influenciada pelos métodos quantitativos. Esta “onda” quantitativista não foi exclusividade da Geografia, estando presente nas ciências sociais de forma geral.

Tal influência explica-se, em grande parte, pelo contexto social e econômico gerado pelo pós-guerra que exigiu da ciência respostas cada vez mais rigorosas e técnicas, conforme aponta Capel (1981, p. 374):

(...) Se trata de un período de crisis que coincide también com una profunda crisis social y económica. Las ciencias sociales se ven entonces solicitadas desde diversos frentes en búsqueda de respuestas eficaces a los problemas que aparecen: la necesidad de superar la crisis económica del sistema capitalista, provoca a aparición del keynesianismo, de la econometría y de la economía positiva; la demanda de instrumentos más eficaces de control social, que tiene efectos inmediatos en la sociología y en la psicología social (...); las exigencias de la planificación regional y urbana generadas por la misma crisis económica y por la necesidad de atender a la reconstrucción de las regiones devastadas por la guerra. A todos ellos se unió, inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial, el problema de subdesarrollo suscitado por el proceso de descolonización que se inició inmediatamente después de la contienda. En esta situación, y com los avances tecnológicos extraordinariamente rápidos generados por la guerra mundial, las ciencias sociales se vieron estimuladas para facilitar respuestas cada vez más rigurosas y “técnicas”. (...)

Podemos perceber que o período descrito por Capel corresponde a uma crise social e econômica caracterizada por problemas no próprio capitalismo que exigem

planificação regional e urbana, além da necessidade de reconstruir as regiões devastadas pela guerra, incluindo, ainda, a questão do subdesenvolvimento gerado pelo processo de descolonização. A necessidade de resolução de tais problemas irá exigir da ciência um posicionamento mais voltado para resultados práticos.

Neste contexto, destacam-se novas tendências no campo científico, em grande parte influenciadas pela base filosófica das correntes neopositivistas.

As correntes neopositivistas desenvolveram-se na Europa central a partir de 1920, sendo o Círculo de Viena um dos principais núcleos de discussão e disseminação das idéias do novo positivismo. Este círculo congregava um grupo de pensadores como Rudolf Carnap, Hans Hahn, Otto Neurath, Herbert Feigl, Kurt Godel e Karl Menger que, durante as décadas de 20 e 30 do século XX, produziram idéias relativas aos fundamentos e classificação das ciências e, via de regra, são classificados como postuladores de uma abordagem neopositivista da ciência.

Conforme afirma Japiassu (1992, p.85) essa corrente de pensamento originada do Círculo de Viena é chamada de empirismo lógico ou de neopositivismo e tinha como objetivo fazer uma síntese entre o empirismo e a lógica¹, ou seja, visava integrar o saber pautado na experimentação dos objetos físicos com os elementos inerentes à lógica do pensamento em sua expressão lingüística.

Um dos principais traços desta corrente de pensamento e que unificava os pensadores procedentes de diversos ramos da ciência, em particular da física e matemática, é o rechaço da metafísica e do idealismo, por entender a estes como deturpadores da estrutura lógica, do rigor e da precisão matemática do pensamento sobre o mundo.

O objetivo da reflexão dos membros do Círculo de Viena era conseguir uma ciência unificada, enfatizando a necessidade de uma visão uniforme do mundo, acentuando a busca de um sistema neutro de fórmulas, de um simbolismo livre das impurezas das linguagens históricas e também livre de um sistema total de conceitos. Na opinião de Capel (1981, p. 369):

¹ O neopositivismo também recebeu a denominação de empirismo lógico ou fisicalismo. Este termo foi criado por Rudolf Carnap e passou a designar a doutrina filosófica do Círculo de Viena. “(...) Sua idéia central é a de que a linguagem da física constitui um paradigma para todas as ciências, naturais e humanas (dentre estas últimas sobretudo a psicologia), estabelecendo a possibilidade de se chegar a uma ciência unificada. Essa linguagem, por sua vez, se reduz a sentenças protocolares, que descrevem dados da experiência imediata, e a

El neopositivismo del Círculo de Viena era un positivismo o empirismo lógico. El análisis lógico intenta formular las proposiciones tal como se formulan en las ciencias empíricas: su significado puede ser determinado por el análisis “o más precisamente a través de la reducción a las más simples proposiciones sobre lo empíricamente dado”. (...)

El punto de partida es siempre la experiencia ya que sólo hay conocimiento a partir de ella. Se trata de una posición decididamente antiidealista: “no hay reino de las ideas por encima o más allá de la experiencia”. La concepción científica del mundo del Círculo de Viena no reconoce “ningún conocimiento válido incondicional derivado de la razón pura”, ninguna clase de “juicios sintéticos a priori”. Sólo reconoce “preposiciones empíricas sobre las cosas de todo tipo y proposiciones analíticas de la lógica y las matemáticas”. (...)

Os pressupostos estabelecidos pelo Círculo de Viena, disseminaram-se em várias partes do mundo, sofrendo pequenas adaptações, convergentes, em grande parte, como no caso do neopositivismo anglo-saxão que também aponta o empírico como ponto de partida, sendo anti-idealista e crítico aos problemas metafísicos, considerados falsos problemas. Há uma preocupação com a linguagem científica assim como com o significado e uso da linguagem comum, ao mesmo tempo em que há uma afirmação da unidade profunda da ciência acima dos conteúdos diversificados das distintas disciplinas e uma vontade decidida de conseguir uma linguagem única para elas. A investigação científica e seus resultados devem ser expressos de uma forma clara, exigindo o uso da linguagem matemática na sua estrutura, como base da lógica do discurso e do pensar sobre os problemas do mundo.

O neopositivismo anglo-saxão disseminou-se em outros países generalizando os métodos quantitativos nas ciências sociais. São rechaçados todos os métodos qualitativos e as aproximações que dão lugar à intuição ou faculdades consideradas não estritamente científicas.

Sendo assim:

(...) Surge un interés neto por la aplicación de sistemas lógicos al material empírico de las diversas ciencias, tanto naturales como sociales. Se pone ahora el énfasis en la construcción de modelos y se intenta tratar los problemas científicos en el marco de una teoría más general, como es la teoría general de los sistemas. (Capel, 1981, p. 375)

Pela precisão, não contradição ou relativismos dos dados numéricos e estrutura lingüística das equações e modelos matemáticos e estatísticos acreditava-se atingir uma uniformidade de leitura dos fenômenos físicos e sociais.

A aplicação dos métodos matemáticos ou estatísticos ao fenômeno social tinha a pretensão implícita de construir uma ciência neutra, imparcial, objetiva a partir de sua análise, para descobrir a realidade objetiva sem contaminações ideológicas de nenhum tipo.

Os métodos quantitativos chegam à Geografia e seus defensores propõem que, com base neles, a ciência geográfica seja concebida como aquela que se refere a formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra, ou seja, entendem o espaço como expressão de extensão, volume e forma passíveis de entendimento matemático, pois o espaço é metamorfoseado em padrões geométricos precisos, cuja leitura em dados numéricos expressos por equações matemáticas permitem a mensuração das três dimensões espaciais e de todos os objetos, pontos e linhas no interior do mesmo.

A partir desta definição do objetivo da Geografia, as teorias de Christaller e von Thünen tornam-se referências teóricas indispensáveis tendo em vista seu conteúdo voltado para o estabelecimento de leis que regem a distribuição espacial.

Além de todos esses aspectos, no caso brasileiro, somam-se ainda, os problemas de ordem territorial e econômica específicos do contexto nacional² que suscitam as discussões sobre planejamento regional e territorial, amparados em métodos eficientes que pudessem oferecer respostas eficazes, rápidas e tecnicamente fundamentadas para sua resolução.

A tese de Oliveira (1978) chama a atenção para o caráter ideológico implícito nos trabalhos produzidos na Geografia brasileira a partir desta orientação teórico-metodológica. Sua crítica parte do desvendamento da teoria de von Thünen, mostrando suas vinculações com uma ideologia burguesa (manutenção da ordem estabelecida, das desigualdades sociais e aumento da exploração da classe trabalhadora) assim como os trabalhos de Weber, Christaller e Losch e das “versões modernas” da teoria locacional de Berry, Hall, Isard, Chisholm,

² Em relação ao contexto nacional é importante lembrar que durante as décadas de 1950 e 1960 as principais preocupações, tanto do ponto de vista político como econômico, giravam em torno da questão do desenvolvimento econômico a partir da industrialização. Neste sentido, tornava-se cada vez mais importante a definição de estratégias de industrialização integral como via de superação da pobreza com a intervenção do Estado para o planejamento de uma industrialização eficiente e racional e planejamento, por parte do Estado, da expansão dos setores econômicos e dos instrumentos de promoção dessa expansão, bem como, a promoção de investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada era eficiente. Para definição de tais estratégias eram necessárias discussões sobre planejamento regional e territorial que tomassem por base métodos eficientes e tecnicamente fundamentados, que garantissem respostas eficazes, daí o papel dos métodos quantitativos.

Chorley e Haggett apontando como determinado número de geógrafos brasileiros foram influenciados por esse referencial comprometido ideologicamente com o modo capitalista de produção³.

A título de exemplo do teor das críticas desenvolvidas por Oliveira, destacamos as considerações feitas ao trabalho de Ceron intitulado “A função e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização” (1976) no que diz respeito à utilização do modelo de Thünen:

Ver o modelo na obra de Thünen, quer nos parecer, necessita de um “a priori”. Embora possa-se discutir, até que ponto, o método de Thünen não se compara aos métodos dos modelos normativos ou probabilísticos atuais. Mas a diferença do ponto de vista do discurso é diferente, pois este processo só se completa com a abstração da tese central da obra de Thünen para obter-se o “sobre-produto” “Estado Isolado”. A grande questão que se coloca é sobre a finalidade imediata do modelo que visa “permitir resposta automática do comportamento econômico, em condições de perfeita racionalidade e maximização da renda”. Essa afirmativa evidencia o seu comprometimento ideológico com a ideologia das classes dominantes. Pois o objetivo dos modelos espaciais é alcançar um sistema espacial ótimo. Idealizado este sistema ótimo, passa-se a operá-lo e como consequência temos que a maximização dos lucros obtidos com o modelo implica em uma maior taxa de exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora, contribuindo para aumentar ainda mais a desigualdade social. Logo estes modelos devem ser compreendidos no universo do arsenal ideológico capitalista cujo objetivo é a eficácia do modo de produção, e do ponto de vista do conhecimento que é “santificado” filosoficamente pela corrente neo-positivista. (Oliveira, 1978, p. 369)

Já as teses de Grabóis (1978) e Ablas (1978), apesar de também estabelecerem críticas e apontarem as limitações explicativas das teorias de von Thünen e Christaller, não chegam a aprofundá-las do ponto de vista da discussão relativa aos pressupostos teóricos e metodológicos destas assim como Oliveira.

Conforme mostramos no capítulo 3, Ablas (1978) conclui que a validade da Teoria dos Lugares Centrais é questionável tendo em vista que a industrialização é um aspecto que pode conturbar a organização hexagonal dos centros como proposto por Christaller. Além disso, critica o grau da abstração da realidade apresentado pela teoria.

³ Ferreira (2002, p. 277) analisando a produção científica em Geografia Agrária nos anos 1970 observa que: “A ligação com a Economia, na década de 1970, resultou da preocupação dos geógrafos em explicar o raciocínio econômico. O privilégio dado aos aspectos econômicos aparece quando se observa que a preocupação em explicar padrões de localização passa a dar ênfase ao econômico, colocando a distância do mercado como variável fundamental.” Percebemos que a autora identifica essa influência sem, no entanto, avançar na discussão quanto às suas limitações.

Considerando as características da floricultura em Barbacena, Grabóis (1978) também identifica as limitações da teoria de von Thünen afirmando que dado o contexto específico (sistema agrícola intensivo num centro produtor distante quase dez mil quilômetros do consumidor) a aplicação da referida teoria não pode ser considerada válida, tendo em vista, ainda, que todo o processo se insere nas relações de dependência que constituem o capitalismo.

É interessante destacar que nos anos 1990 ainda encontramos a tese de Digiacomo (1991) que aplica em seu trabalho esses referenciais tão criticados. Seu trabalho, conforme já mostrado, ampara-se em nomes como Berry e Chisholm, entre outros e emprega a Teoria dos Grafos não estabelecendo qualquer tipo de restrição a ela.

Tendo em vista o exposto, podemos inferir que a influência dos referenciais da economia espacial de inspiração neoclássica na Geografia, com base nas teses analisadas, pode ser interpretada, de certa maneira, como um acontecimento de caráter positivo para uma renovação teórica e metodológica na Geografia, mesmo que também represente um momento empobrecedor da análise geográfica.

É evidente, principalmente a partir das críticas aqui expostas por Oliveira, Ablas e Grabóis, que os modelos da economia espacial apresentaram limitações e sua utilização na Geografia trouxe resultados questionáveis sob vários pontos de vista.

A aplicação dos modelos tinha como pressuposto um espaço geometricamente concebido, homogêneo e passível de distribuição ou fracionamento equitativo das atividades ou fatos. A abstração, portanto, era uma das limitações dos modelos, o que conduzia a resultados também abstratos, em muitos aspectos não condizentes com a realidade que se apresentava. “(...) *Estes modelos expressariam um grande nível de generalidade, sendo válidos para qualquer ponto da superfície terrestre. O modelo apóia-se na idéia de que os fenômenos, na realidade, se manifestaram como sistemas: relações de partes articuladas por fluxos. (...)*” (Moraes, 1997, p. 105)

Sendo assim, os modelos poderiam explicar a organização da agricultura, a formação de redes de cidades ou a localização industrial em qualquer parte da superfície terrestre, independente de suas características específicas como o contexto histórico de formação, por exemplo. Há uma simplificação arbitrária do universo de análise geográfica, tornando-o mais abstrato e distante da realidade existente.

Além disso, o habitante (e não o sujeito, o ator social) desse espaço seria um homem genérico, considerado apenas do ponto de vista de sua inserção econômica, como um elemento que reage aos estímulos de forma racional no sentido de maximizar os lucros e reduzir os custos. A ação dos homens era vista “(...) *como fruto de opções, num rol de possibilidades dado pela natureza* ⁴ (...)” (Moraes, 1997, p. 105).

A realidade, no entanto, é mais complexa, havendo relações e tensões entre os sujeitos sociais que constroem e reconstróem constantemente o espaço tendo em vista a historicidade inerente aos processos sociais.

Destas características advém o caráter ideológico dos métodos quantitativos e modelísticos já bastante destacado a partir das citações de Oliveira (1978) no capítulo anterior desta tese.

Pode-se dizer, que os resultados obtidos a partir da utilização dos modelos apresentaram limitações tanto do ponto de vista dos elementos componentes do método de análise (neste caso, a restrição à técnica, o espaço isotrópico e o homem genérico) como do conteúdo ideológico implícito nas análises que não permitia maiores discussões e reflexões sobre os problemas da realidade considerando seu conteúdo social, político e histórico.

No entanto, é interessante notar que a partir da crítica a esses referenciais abriu-se caminho para a afirmação e importância do materialismo histórico na Geografia, notadamente com o trabalho de Oliveira (1978).

Se, antes desses trabalhos críticos aos modelos da economia espacial, tínhamos o econômico como parte do geográfico (a tese de Goldenstein, 1970, por exemplo), a partir deles se verifica a influência do econômico não só como objeto de crítica, mas principalmente como componente essencial da discussão, ou seja, como elemento constitutivo do referencial teórico e metodológico que passa a orientar a produção geográfica nos anos 1980 e 1990 conforme veremos adiante.

⁴ O entendimento da natureza, neste caso, relaciona-se a uma base quantificável e finita de possibilidades que se reduz à definição da melhor ou pior escolha do ponto de vista da racionalidade econômica.

Anos 1980 e 1990: modernização da agricultura, renda da terra e os conceitos marxistas – a afirmação do econômico na análise geográfica

Pode-se dizer que, nos anos 1980 e 1990 o econômico afirma-se na análise geográfica ganhando destaque e importância nas discussões principalmente devido a incorporação do materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico na Geografia⁵.

As influências sofridas por parte do pensamento econômico, então, apresentam alguns enfoques diferenciados, embora todos estejam relacionados aos referenciais teóricos e metodológicos do pensamento econômico marxista.

É notória a grande utilização de conceitos, idéias ou mesmo terminologias relativas ao pensamento econômico marxista nos trabalhos geográficos. Claro que esta utilização acaba sendo incorporada pela Geografia de forma mais ampla e torna-se parte do “vocabulário geográfico”, mesmo atualmente. No entanto, queremos destacar que anteriormente, nos trabalhos da década de 1970, por exemplo, esse tipo de terminologia ou utilização era praticamente inexistente, ou seja, não compunha a estrutura e redação dos trabalhos.

Neste sentido, expressões como divisão social do trabalho, exército industrial de reserva, composição orgânica do capital, acumulação de capital, relações sociais de produção, relações capital-trabalho, mais-valia, entre outras passam a ser cada vez mais comuns nos trabalhos geográficos, compondo de forma significativa os instrumentos explicativos das temáticas ou problemas abordados.

Além dessa influência mais disseminada e percebida no conjunto das teses, destaca-se, também, a influência, em particular, da teoria da renda da terra de Marx e autores da mesma linha nos trabalhos analisados.

Marx elaborou um conjunto de reflexões em torno da questão da renda fundiária que serviram de inspiração ou pressuposto para alguns trabalhos desenvolvidos na Geografia tanto no que diz respeito à renda da terra na cidade quanto no campo.

É interessante destacar, dos elementos que caracterizam a renda da terra que:

⁵ No capítulo 2 desta tese já discutimos mais detalhadamente as características da dialética bem como o contexto em que este referencial surge no pensamento geográfico brasileiro, sendo desnecessário mais uma vez retornar a esta discussão.

A renda da terra, sob o modo capitalista de produção, é sempre sobra acima do valor das mercadorias, ou seja, lucro extraordinário permanente (acima do lucro médio) que todo capitalista, que explora a terra através de relações de trabalho assalariado, embolsa. Isto quer dizer que estamos diante de uma fração excedente do valor que tem várias origens. Quando resulta da concorrência entre os produtores agrícolas capitalistas é renda diferencial, porém, quando resulta do monopólio é renda da terra absoluta.

Assim, a renda capitalista da terra, ao contrário da renda da terra pré-capitalista que nasce na produção, tem origem na distribuição da mais-valia, onde a condição de proprietário da terra lhe garante o direito de receber a renda, assim como o capitalista recebe o lucro médio. (Oliveira, 1986, p. 77)

A partir da citação de Oliveira percebemos que a propriedade fundiária é o pressuposto básico para o estudo da renda, sendo que *“qualquer que seja a forma específica da renda, todos seus tipos têm em comum: a apropriação da renda é a forma econômica em que a propriedade fundiária se realiza e, por sua vez, a renda fundiária pressupõe propriedade fundiária, propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas frações do globo terrestre”* (Marx apud Sposito, 1990, p. 14).

Além disso, segundo Marx, toda renda fundiária é mais-valia, produto de mais-trabalho, sempre é excedente sobre o lucro, ou seja, sobre parte do valor da mercadoria que consiste, ela mesma em mais-valia.

De forma resumida pode-se dizer que *“(...) a renda da terra é a parcela paga pelo arrendatário (capitalista) ao proprietário das terras, em função da cessão que o dono das terras faz para que o arrendatário as explore, quantia essa contratualmente estipulada pela qual o arrendatário (capitalista) tem o consentimento para empregar seu capital neste campo de produção. (...)”* (Oliveira, 1978, p. 215).

A partir das teorizações de Marx sobre a renda fundiária agrária como realização da propriedade privada, outros autores, seguindo a mesma linha, desenvolveram teorias sobre a renda fundiária urbana⁶.

Com base nessas teorias, desenvolveram-se trabalhos na Geografia nos anos 1980 e 1990 considerando a renda da terra para discussão de questões ou temáticas ligadas tanto à cidade como ao campo.

No caso do campo, a teoria da renda da terra foi utilizada principalmente como base explicativa para a condição de sujeição do pequeno produtor ao capital como nas teses de

⁶ No caso da Geografia, os autores mais utilizados para discussão desta questão são: Jean Lojkine, Christian Topalov e Samuel Jaramillo.

Silva (1986) e Carvalho (1991). Já no caso da cidade, a teoria foi considerada central na reflexão sobre sua própria produção e apropriação e também no estudo sobre seu processo de produção territorial e imobiliária. As teses de Sposito (1990) e Beltrão Sposito (1991), discutidas no capítulo 3, mostram como isso ocorreu.

O comum nos trabalhos analisados é que ambas as leituras sobre a importância da renda fundamenta-se no pensamento econômico de estrato marxista representado pela teoria da renda da terra a partir das idéias do próprio Marx e de autores que seguiram a mesma linha.

Neste sentido, há uma significativa valorização e afirmação do econômico como elemento explicativo dos processos que se desenvolvem no campo e na cidade, ou seja, a influência do pensamento econômico mostra-se efetiva na medida em que os conceitos e categorias de cunho econômico são pedras fundamentais no desvendamento destas realidades por parte da Geografia.

Outro exemplo claro, refere-se à grande influência exercida pelas formulações teóricas advindas da economia sobre a questão da modernização da agricultura. É significativo o número de trabalhos em que estas formulações são base para explicar as relações de trabalho ou a pequena produção em diversas áreas do Brasil⁷.

Em linhas gerais, a modernização da agricultura pode ser entendida como a mudança na base técnica da produção agrícola, configurando-se como um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura, de elementos químicos, mudança de ferramentas, de culturas ou novas variedades. Pode-se dizer que é uma mudança na base técnica da produção artesanal que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada e arado numa agricultura moderna, mecanizada, numa nova maneira de produzir. (Kageyama, 1987).

Este processo de modernização culminou com a própria industrialização da agricultura na medida em que esta acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma fábrica que compra determinados insumos e matérias-primas para outros ramos da produção.

⁷ Em seu estudo sobre a produção científica em Geografia Agrária, Ferreira (op. cit., p. 289) aponta que: “*Como temática central na década de 1980, os estudos sobre modernização consideraram diferentes aspectos. Assim, o desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, as relações de trabalho no campo, a dualidade entre a pequena e grande produção, a relação agricultura/indústria, o uso da terra em diferentes áreas, entre outros, direcionaram as reflexões em torno do processo.*”

A industrialização pode ser entendida como a fase mais avançada da modernização da agricultura que proporcionou uma irreversibilidade deste processo não havendo mais possibilidade de regressão da base técnica, da forma de produzir.

Graziano da Silva (1999, p. 87) chama este processo de modernização conservadora, a qual apresenta grande diversidade regional e um caráter extremamente excludente, além de parcial, pois não atinge todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas.

Os resultados dessa modernização, em sua maioria, expressam um caráter perverso na medida em que propicia maior concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e concentração de renda.

Em suas palavras:

Procurei mostrar, também, que esse processo de modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso país, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera: de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, a concentração da propriedade e da renda etc. (Graziano da Silva, 1999, p. 134)

Com base principalmente nas interpretações sobre a modernização da agricultura de autores como Graziano da Silva, Angela Kageyama e Geraldo Müller, entre outros, os geógrafos desenvolveram trabalhos sobre as conseqüências deste processo apontadas na citação de Graziano.

Não é por acaso que Graziano da Silva, professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP, aparece como um dos autores mais citados nas referências bibliográficas das teses, conforme mostramos na figura 6, bem como nas citações das teses analisadas no capítulo anterior. Suas obras significaram um grande referencial teórico para os estudos geográficos e conduziram a discussão das temáticas relativas ao campo para uma maior aproximação da Geografia com a Economia Política de orientação marxista.

Ferreira (2002, p. 281-282) observa, já em alguns trabalhos produzidos no final dos anos 1970, a presença dessa influência. Ao falar sobre o trabalho de Lombardo (1978)⁸ a autora destaca que:

⁸ Refere-se a LOMBARDO, M. A. As relações de trabalho nas grandes propriedades rurais do município de Cordeirópolis – São Paulo. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 1, 1978, Salgado: UFS, 1978, p.6-11.

É notável no texto citado⁹, o uso de um padrão nitidamente econômico, viesado de expressões e conceitos correntes na economia política de estrato marxista, que viria a ser a grande linha de abordagem da década seguinte.

Apesar disso, a autora mais à frente em suas análises estabelece uma conotação negativa para a influência deste tipo de terminologia e referenciais na Geografia Agrária como a mesma aponta:

Não podemos dizer a mesma coisa sobre a análise do desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesse contexto, a referência espacial é inexistente, ganhando ênfase a exploração do trabalhador pelo capital. Os objetos de análise tornaram-se puramente econômico-sociais. O espaço, agrícola, local onde se dá a exploração capitalista, é um espaço sem características naturais, mesmo que, em alguns casos, elas sejam determinantes. (p. 339)

Não é nosso objetivo, aqui, discutirmos em detalhes o trabalho de Ferreira, no entanto, é notória sua posição em relação ao papel do materialismo histórico e dialético. A partir da citação percebemos que Ferreira enxerga um certo empobrecimento da Geografia Agrária por falta de uma referência espacial. A questão a ser discutida, neste caso, então, é o próprio entendimento de espaço da autora.

No entanto, é importante destacar que, principalmente neste campo da Geografia, foi bastante significativa a influência das teorizações sobre a modernização da agricultura e dos conceitos e terminologias relativas ao materialismo histórico e dialético.

Durante toda década de 1980 e até a primeira metade da década de 1990 as influências advindas do pensamento econômico de estrato marxista estiveram bastante presentes na produção geográfica. A partir da segunda metade dos anos 1990 ocorrem algumas mudanças trazendo novas características e influências.

⁹ Apenas para que fique mais clara a afirmação de Ferreira, transcrevemos a citação mencionada: “A reprodução do capital agro-industrial, no setor açucareiro, influiu na elevação da composição orgânica do capital aplicado na agricultura, verificando-se profundas transformações em toda a estrutura agrária do município. Mudanças significativas ocorreram nas relações de trabalho, com crescente aumento do número de trabalhadores temporários nas fainas agrícolas. Reduz-se a população residente na zona rural e, simultaneamente, urbaniza-se o campo. O uso de força de trabalho é reduzido enquanto aumenta o capital investido em máquinas e implementos agrícolas.” (Lombardo, 1978, p. 11 apud Ferreira, 2002, p. 281-282)

Anos 1990 e 2000: Ignácio Rangel e reestruturação industrial - novas possibilidades num novo contexto

Uma influência direta da Economia Política brasileira pode ser identificada nas teses em que se constata a aplicação das idéias e do corpo teórico das discussões de Ignácio Rangel. As teses em questão foram orientadas pelo Prof. Dr. Armen Mamigonian, que desenvolve trabalhos e orientações com base nas formulações de Rangel.

Na opinião de Mantega (1987, p. 102) “(...) *Ignácio Rangel, cuja extensa obra, surgida nas décadas de 50 e 60, ajudou a lançar as bases do Modelo de Substituição de Importações e a fundar a Economia Política Brasileira*¹⁰.”

Sobre a obra de Rangel o autor destaca que:

Seu trabalho mais maduro, nessa época, *A Inflação Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1963, sintetizava, em grande medida, seus trabalhos anteriores que versavam sobre a estrutura arcaica da agricultura brasileira, sobre os problemas de capacidade ociosa e de demanda efetiva do nosso parque industrial, sobre a necessidade de expansão financeira da economia brasileira e, principalmente, sobre a estrutura monopsônica e oligopsônica da comercialização de produtos agrícolas; tudo isso desembocando no início dos anos 60, numa explicação inédita da inflação brasileira (de suas causas e conseqüências) que se distinguia das interpretações predominantes no debate teórico dessa época, como a monetarista (inflação e demanda) e a estruturalista (inflação de custos devido aos pontos de estrangulamento). (Mantega, 1987, p. 102)

Rangel emprega os conceitos básicos do materialismo histórico como valor, taxa de mais-valia, exploração, entre outros. Sua teoria do desenvolvimento pode ser considerada uma adaptação do materialismo histórico marxista e um arranjo de elementos das teorias econômicas de Smith, Keynes e Marx. Segundo Mantega (1987, p. 103) “(...) *Rangel busca no economista inglês o complemento da teoria marxista da acumulação, integrando-se nas fileiras cada vez mais numerosas, na economia política contemporânea, daqueles que procuram celebrar o casamento entre Marx e Keynes.*”

¹⁰ É interessante destacar que Rangel não era economista de formação, tendo formado-se em Direito pela Universidade do Maranhão; seu único estudo formal de economia foi um curso, em meados dos anos 1950 na CEPAL (Comissão Econômica para a América latina) onde dominava o pensamento estruturalista de Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Oswaldo Sunkel.

O elemento chave da teoria do autor é a tese da dualidade, que corresponde ao método e análise da história brasileira com o qual o autor organiza sua interpretação sobre o significado histórico da etapa de desenvolvimento das forças produtivas no país naquele momento. Na sua opinião, a economia brasileira, além de subdesenvolvida e dual é regida pelas leis de funcionamento próprias do capitalismo na medida em que seu setor moderno é capitalista¹¹.

A dualidade pode ser entendida a partir da idéia da existência de uma simultaneidade de modos de produção ou de duas formações econômicas dominantes que teriam uma dupla natureza relativa às suas relações internas e externas. No caso do latifúndio, as relações de produção internas eram feudais e nas relações com a outra formação dominante e com o resto do mundo este teria o comportamento de uma empresa comercial.

Na opinião de Mamigonian (1987, p. 65):

A base econômica das dualidades dos regimes político-econômicos acima descritos não nasce apenas das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também de evolução das relações que nossa economia periférica mantém com as economias centrais. As relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas. Note-se o caráter moderno da visão marxista de Rangel de não reduzir a formação social brasileira aos seus limites territoriais, já que nascemos e continuamos até agora inseridos no conjunto da economia mundial capitalista. Só recentemente este tipo de abordagem voltou a ser difundido, após o pesado domínio estalinista e cepalino.

Tendo em vista as análises realizadas por Rangel acerca da economia brasileira, Bresser Pereira (1994) afirma que:

Rangel sempre pensou na economia como sendo um processo histórico, cíclico e dialético. A idéia de que a economia tem uma dinâmica própria, determinada pelo mercado e pela tecnologia, não podendo ser alterada ao bel-prazer dos formuladores de política econômica, foi sempre um dos traços marcantes do pensamento de Rangel. A inflação não era para ele a mera conseqüência de descontrole do gasto público, mas uma forma através da qual a economia se defende da tendência cíclica à capacidade ociosa. Além disso, era o resultado do poder monopolista das grandes empresas vendedoras e compradoras, que aumentavam suas margens e em seguida as mantinham rígidas, mesmo em caso de recessão.

¹¹ Esta tese teve influências em várias áreas, inclusive a Geografia. Neste caso, uma obra bastante significativa é: LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 12^a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

Além disso, Rangel percebeu que as dualidades estavam fortemente relacionadas aos ciclos longos¹² emanados do centro do sistema capitalista, sendo que foram abertas nos períodos de depressão do comércio mundial que provocavam a necessidade de novos relacionamentos da periferia com o centro. “(...) *Estas dualidades correspondem a reajustamentos estruturais importantes, isto é, mudanças das bases econômico-políticas da sociedade, principalmente das relações de produção, que lembram as mudanças das regulações no centro do sistema capitalista (...)*” (Mamigonian, 1987, p. 67)

A estas formulações ainda acrescentou que a industrialização brasileira foi marcada por movimentos conjunturais de causação endógena que, pelos prazos e outros indícios se aparentam com os ciclos de gênero ligados ao nome de Clement Juglar, propondo a idéia dos ciclos juglarianos brasileiros. Para Rangel (1987, p. 54) “(...) *o ciclo não é, portanto, um fenômeno meramente econômico, mas um processo social total, muito complexo, no qual a economia supre apenas a espinha dorsal(...)*”

De forma geral, alguns geógrafos utilizaram-se destes referenciais teóricos para desenvolverem seus trabalhos. Nas teses analisadas percebemos que independente da temática abordada (tivemos a questão da implantação e crescimento da indústria de frigorificação de carne bovina e a exploração do minério de ferro no Brasil e Mato Grosso do Sul) os autores não somente se apoiaram nas teorias desenvolvidas por Rangel como também procuraram ao longo de suas análises comprovar as proposições teóricas deste a partir das especificidades dos casos estudados em sua articulação com o contexto da economia nacional.

A utilização e tentativa de comprovação dos postulados de Rangel nos trabalhos geográficos, mostra como houve uma influência direta da economia política brasileira, pelo menos no que diz respeito às contribuições deste autor, nas análises geográficas.

O aspecto a ser destacado, neste caso, é que especificamente nas teses analisadas, o referencial teórico de Rangel é utilizado muito mais como uma proposta a ser aplicada do que como possibilidade de interpretação e entendimento da questão, fazendo com que em

¹² A teoria dos ciclos longos foi formulada por N. Kondratieff, economista russo, que na década de 1920 a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos desde fins do século XVIII até inícios do século XX verificou que a economia capitalista industrial caracterizava-se por conter e se condicionar por ciclos longos de 50 anos de duração aproximada, sendo a primeira metade ascendente (fase “a”) e a segunda metade depressiva (fase “B”). Nas fases ascendentes eram postas, em prática, invenções tecnológicas básicas que elevavam a produtividade do trabalho e que sendo paulatinamente estendidas a toda economia acabavam baixando a taxa de lucro, desestimulando os investimentos e provocando uma fase de depressão (fase b do ciclo longo) na qual novamente eram gestadas mudanças tecnológicas básicas que postas em prática elevavam a taxa de lucro, garantindo a retomada dos investimentos e a expansão (fase a do ciclo longo).

alguns momentos tenhamos a impressão de uma mera transposição dos elementos teóricos do autor para os casos estudados.

Conforme discutimos no capítulo 3, as teses de Lamoso (2001) e Benites (1995) aplicam, em grande parte, a proposta de Rangel. Lamoso (2001), por exemplo, aplica a teoria dos ciclos de Rangel para caracterizar o processo de exploração do minério de ferro no contexto da industrialização brasileira a partir de 1950, enquadrando e discutindo seus elementos na classificação dos ciclos do autor. Da mesma forma procede Benites (1995) para abordar o processo de implantação e crescimento da indústria de frigorificação de carne bovina de capital nacional na região do Brasil Central pecuário.

Nos anos 1990 e 2000 também verificamos a presença de análises sobre a indústria pautadas na questão da reestruturação industrial. Essas análises justificam-se tendo em vista as mudanças ocorridas em escala mundial caracterizadas principalmente pela emergência de um novo paradigma produtivo e tecnológico, conforme discutimos no capítulo 1 deste trabalho, ou seja, com a crise do capitalismo surge a necessidade do mesmo reestruturar-se a partir deste novo paradigma, o que traz implicações diretas ao setor industrial.

Neste sentido, destacam-se algumas referências teóricas do pensamento econômico utilizadas nos trabalhos dos geógrafos, como a teoria da regulação que foi desenvolvida por economistas franceses de inspiração marxista já no final dos anos 1970.

Esta teoria tem como principal característica a interpretação de que a dinâmica capitalista não está limitada aos fatores econômicos, mas recai também na esfera social e política a responsabilidade da continuidade do capitalismo e sua demonstrada capacidade de adaptação a múltiplos contextos e circunstâncias.

Desta forma, a teoria incorpora dimensões e explicações não estritamente econômicas, superando os postulados marxistas, na medida em que busca formas de entender a sociedade considerando ao mesmo tempo estruturas (regularidades) e a diversidade de interesses dos agentes individuais. Ao falar sobre esses aspectos, Sánchez Hernández (2003, p. 112) afirma que:

(...) En la introducción a su “Regulación y crisis del capitalismo”, Aglietta manifiesta que la teoría de la regulación no busca leyes económicas abstractas, sino que estudia la transformación concreta de las relaciones sociales que da lugar a nuevas formas económicas y no económicas que reproducen la estructura dominante, el modo de producción capitalista. En su opinión, ello

convierte a la teoría de la regulación en una alternativa a la teoría del equilibrio general capaz de dar cuenta de la importancia de la transformación y la ruptura en el funcionamiento histórico del capitalismo.

Com base na citação acima percebemos que a teoria de regulação, a partir das idéias propostas por Aglietta, pretende entender as transformações concretas das relações sociais que produzem novas formas econômicas e não econômicas que reproduzem o capitalismo sem amparar-se em leis econômicas abstratas.

Desta forma, a teoria da regulação atribui uma importância fundamental à historicidade das sociedades contemporâneas e busca apreendê-las distinguindo uma série de formas institucionais parcialmente autônomas ainda que interdependentes tais como: a moeda, a relação salarial, as formas da concorrência, o modo de inserção internacional e as formas de Estado.

Os autores regulacionistas criticam a teoria econômica padrão com base nos elementos destacados por Théret (1998, p. 9-10)

(...) Seu individualismo metodológico ofensivo, sua minoração dos elementos coletivos da vida econômica, sua rejeição à História e às transformações estruturais em nome do fechamento a economia pura, que não precisa se ocupar com movimentos sociais ou com a complexidade dos processos políticos, fazem dela uma disciplina puramente normativa, prescritiva, amplamente inoperante para pensar o que de fato acontece, embora ela possa ser, quando necessário, uma arma retórica eficiente nos dispositivos estratégicos das elites dirigentes.

O conceito principal desta teoria é o modo de regulação, fundamental para entender a relação entre capitalismo e sociedade. Este pode ser entendido como o conjunto de instituições públicas e privadas, de práticas, costumes e normas sociais que movem os agentes individuais e coletivos a atuar consciente ou inconscientemente em favor da manutenção de uma ordem social que garante a estabilidade econômica geral.

Em linhas gerais, o modo de regulação é a expressão concreta do compromisso social que atinge os indivíduos e os grupos em sua legítima busca de interesses particulares e que serve para mitigar os potenciais conflitos, sendo uma espécie de compromisso tacitamente acordado de gestão do regime de acumulação.

O regime de acumulação é o segundo conceito básico da teoria da regulação que constitui sua vertente propriamente econômica e cuja denominação evoca o aspecto marxista desta, na opinião de Sánchez Hernández (2003, p. 113).

Por regime de acumulação pode-se entender um período duradouro de crescimento regular da economia capitalista caracterizado pela consecução de um equilíbrio fluído em escala nacional entre os níveis de produção e consumo capaz de permitir a continuidade sustentada do processo econômico em condições satisfatórias para o capital e o trabalho. Sánchez Hernández (2003, p. 113) destaca que:

(...) Se basa en unas condiciones específicas de organización y división del trabajo, de relación entre los sectores productivos, de obtención de la plusvalía, de concurrencia en el mercado y de ejercicio del consumo: todo régimen de acumulación es, pues, el resultado macroeconómico del funcionamiento de un modo de regulación en el contexto de un modo concreto de industrialización.
(...)

Nota-se que há uma relação direta entre regime de acumulação e modo de regulação, pois o segundo é fundamental para o pleno funcionamento de um regime de acumulação. O modo de regulação garante o regime de acumulação através de mecanismos, principalmente institucionais como a legislação social, convenções coletivas, relações capital-trabalho, papel do Estado etc.

A partir das características básicas da teoria da regulação percebe-se que apresenta uma abordagem pluridisciplinar. *“Com efeito, inspira-se, entre outras, na teoria marxista, em uma macroeconomia heterodoxa de inspiração mais kaleckiana do que keynesiana, na escola dos Annales, na ciência política pública; e finalmente na sociologia estruturalista genética e suas categorias de campo e de habitus desenvolvidas por P. Bourdieu...”* (Boyer, 1995 apud Théret, 1998, p. 11).

Na opinião de Harvey (1994, p. 118) a virtude da escola da regulação *“(...) está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e do consumo num período histórico e num lugar particulares.”*

Do ponto de vista da análise geográfica, ou tentando identificar os elementos espaciais ou geográficos mais imediatos no interior da teoria da regulação, podemos dizer que se pauta no crescimento econômico de um determinado território destacando as práticas e normas sociais na busca de melhoria comum das condições espaciais.

Ron Martin (1996, p. 42), por sua vez, identifica alguns problemas na teoria da regulação e critica sua incorporação pela Geografia Econômica. Em seus dizeres:

No caso da teoria da regulação, tanto a sua precisão histórica relativa à natureza e ao colapso do “fordismo” como a sua alegação de que a acumulação flexível está substituindo a produção de massa são questionáveis (...). Em segundo lugar, muito embora a teoria da regulação funcione com o conceito da “economia integral”, a abordagem é essencialmente produtivista e deixa de tratar seriamente do papel dos serviços nos processos de acumulação e de regulação do capitalismo moderno. Em terceiro lugar, não obstante o papel essencial atribuído às formas institucionais em manter simultaneamente sistemas simétricos de produção e consumo, elas não são a rigor examinadas em nenhum detalhe: até aqui a abordagem não teve sucesso em teorizar o “modo de regulação” e sua evolução histórica ou como o modo de regulação realmente une consumo e produção (...) Em quarto lugar, a teoria da regulação possui orientação claramente macroeconômica, um modelo em que a economia nacional é priorizada como unidade-chave da análise e ambos os processos econômicos regulatórios, local e global, são subordinados àqueles das nações-estado individualizadas (...) Finalmente, apesar de seus protestos em contrário, a abordagem permanece presa ao funcionalismo que se espalha nas suas fundações marxistas em crise teórica. Existem, portanto, defeitos, inconsistências e omissões em demasia para que a abordagem da regulação seja considerada uma matéria corrente da teoria econômica, ou um novo paradigma para a geografia econômica. (...)

Apesar das limitações apontadas por Martin, na análise das teses, verificamos a presença e influência dos referenciais desta teoria principalmente a partir de 1994 com o trabalho de Lima (1994) que afirma claramente utilizar a escola da regulação como referencial básico para as reflexões realizadas em seu trabalho tendo em vista a contribuição desta teoria ao apontar os delineamentos do novo regime de acumulação em que se insere a temática por ele trabalhada (os tecnopólos).

A tese de Pires (1995), da mesma forma, ampara-se nos referenciais da teoria da regulação para estudar a reestruturação industrial e o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia no subsetor de informática em São Paulo.

A tese de Lencioni (1991), apesar de não apresentar referência explícita sobre a teoria da regulação, utiliza-se das idéias de Aglietta e Lipietz para refletir sobre os elementos e questões do cenário econômico mundial do período pós 1970. Sendo o trabalho de Aglietta (1976) considerado o fundador da abordagem regulacionista¹³, pode-se inferir que parte das

¹³ Esta afirmação baseia-se em Benko (1996, p. 92) que destaca: “(...) Entretanto, o trabalho fundador da abordagem regulacionista é a obra de Michael Aglietta (1976), com base na qual a corrente vai desenvolver-se. Ele introduz o conceito do que designa como ‘formas estruturais’ fundamentais do capitalismo, sendo tais formas estruturais tanto econômicas quanto não-econômicas. Quando estas atingem um nível de coerência entre si, garantem as famosas regularidades da economia de conjunto, que permite a convergência de forças e, portanto, a possibilidade de crescimento contínuo durante período relativamente longo. (...)”

idéias desenvolvidas pelo autor e utilizadas por Lencioni guardam relação com a teoria da regulação.

Em comparação com o período anterior, ou seja, os anos 1980 e os primeiros anos da década de 1990, podemos perceber que permanece, em grande parte, o referencial teórico do pensamento econômico marxista, mas tendo em vista as mudanças estruturais do próprio sistema produtivo, são incorporadas novas idéias, novos referenciais para a análise geográfica do econômico. Pode-se dizer que o contexto suscita novas idéias e a revisão de alguns posicionamentos mais rígidos, ou seja, diante da organização capitalista internacional, a nova ordem acumulativa e a tentativa de ou necessidade de atualização das estruturas estatais, os referenciais marxistas tornam-se insuficientes, apesar de ainda aplicáveis.

O econômico na Geografia: uma tentativa de "balanço"

Após as constatações e discussões realizadas sobre as principais influências do pensamento econômico, percebidas na produção geográfica, procuraremos refletir num sentido mais avaliativo quanto ao(s) sentido(s) e significado(s) dessas influências para a Geografia.

Podemos dizer que até a metade da década de 1970 o econômico não se constituía como elemento componente das análises geográficas, estando sua função restrita a ser uma parte da análise, distinta e separada das demais. Além disso, o teor do econômico relacionava-se, em grande parte, a dados sobre produção, fluxos, mercadorias, atividades e assim por diante.

Nesta forma de abordagem a conotação ao econômico recai sobre as atividades, produtos ou regiões apresentando uma incapacidade para oferecer uma visão unitária, um panorama do conjunto do funcionamento da economia no espaço e da transcendência deste na organização do sistema econômico.

A economia aparece, portanto, como uma mera justaposição de setores de atividade encarregados de satisfazer as necessidades humanas, sobretudo as materiais. A sociedade, por sua vez, geralmente é relacionada à população em forma de volume,

crescimento e distribuição o que acarreta discussões com nenhum conteúdo político não sendo mencionadas questões como relações de trabalho e a dimensão social da produção.

Neste sentido, as análises eram limitadas e pouco contextuais.

Uma influência mais clara e significativa do pensamento econômico na produção geográfica é identificada na segunda metade da década de 1970 com a introdução de referenciais e metodologias da economia neoclássica.

É interessante notar que, neste caso, a influência destes referenciais propiciou também a introdução do pensamento econômico marxista utilizado como base para as críticas estabelecidas à influência da economia neoclássica na Geografia.

Consideramos a introdução do materialismo histórico a partir de teorias, conceitos, idéias e proposições metodológicas, o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica, ou seja, a partir da introdução desta base teórico-metodológica na Geografia, o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises, constituindo-se em elemento explicativo para grande parte do temário geográfico.

E isso foi possível com a identificação das limitações das teorias neoclássicas e a busca de referenciais teórico-metodológicos que suprissem tais limitações. O materialismo histórico, naquele momento, aparecia como a opção mais viável para isso.

No capítulo 2 desta tese, já destacamos e discutimos algumas das principais características do marxismo na Geografia e na Geografia brasileira. É interessante destacar, no entanto, que a disseminação das idéias de Marx e seus sucessores no Brasil, deu-se precariamente desde os anos 1920¹⁴, através do recém-formado Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁵ que difundia as análises da III Internacional¹⁶ sobre os países coloniais.

¹⁴ A respeito das manifestações do pensamento marxista no Brasil em períodos anteriores, destacamos o texto de Evaristo de Moraes Filho intitulado “A proto-história do marxismo no Brasil” publicado no Volume I da série **História do Marxismo no Brasil** organizado por João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho. Neste texto, Moraes Filho procura indícios do pensamento marxista em documentos do século XIX, destacando, por exemplo, o papel de Euclides da Cunha naquele momento como “(...) *mais simpático ao pensamento de Marx, chegando mesmo a tomar parte no movimento social a favor dos trabalhadores. (...)*” (2003, p. 30). Além de Euclides da Cunha, são destacados outros nomes que de alguma forma referem-se ao pensamento de Marx.

¹⁵ É importante salientar que no ano de 1961, em sua conferência nacional, diante das forças democráticas e dos conflitos políticos internos ao partido e no contexto da luta nacionalista, o PCB muda o nome para Partido Comunista Brasileiro. No entanto, a crítica interna à vinculação do PCB com a linha stalinista que pregava a coexistência pacífica com a burguesia e com o capitalismo do Estado leva ao rompimento e formação do PC do B (Partido Comunista do Brasil), o mesmo nome do antigo PCB só que com orientação chinesa.

¹⁶ Trata-se da Internacional Comunista, formulada entre 1919 e 1943 e vinculada a uma leitura stalinista do marxismo.

Na opinião de Mantega (1995, p. 101) “(...) *a teoria marxista será apropriada de forma sistemática somente a partir da década de 1950, quando despontam os grandes expoentes do pensamento econômico brasileiro.*”

Moraes Filho (2003, p. 51) também possui este entendimento afirmando que:

Na verdade, apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 foi que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras, quer em traduções, que se multiplicavam. E somente nestes últimos 30 anos, com estudos de sua obra nas universidades, em seminários, conferências, debates sérios nos centros culturais, é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós. O seu aprofundamento doutrinário é recente, com publicações de mérito a respeito de sua obra filosófica, econômica, sociológica ou histórica. Contra ou a favor, hoje ele é ponto obrigatório de qualquer programa universitário que se faça no campo destas disciplinas.

Na virada dos anos 1950 para os anos 1960 ocorreu um dos fatos mais significativos para o avanço das idéias marxistas no Brasil: em 1958 um pequeno grupo de intelectuais de áreas de conhecimento distintas resolveu reunir-se para um estudo sistemático de *O Capital*. “(...) *Foi desse núcleo interdisciplinar, idealizado pelo filósofo José Arthur Giannotti, que iriam despontar os maiores intérpretes e divulgadores do marxismo no Brasil.*” (Mantega, 1995, p. 102)

Desse grupo participavam nomes como Fernando Novaes, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Sebastião Advíncula da Cunha, Paul Singer, entre outros, que procuravam não apenas compreender corretamente a dinâmica capitalista, mas sobretudo, observá-la no contexto específico da realidade brasileira.

Segundo Mantega (1995, p. 114):

(...) Iniciava-se, assim, uma discussão sobre o materialismo que inaugurava uma reflexão sobre o método e abrangia autores com compreensões próximas ou tangenciais à obra marxista.

Sendo assim, os anos 1960 seriam marcados pelo surgimento e disseminação de idéias, teses e discussões que tentavam aplicar e desenvolver o materialismo para a explicação

da realidade nacional. Podem ser lembrados os trabalhos de Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, entre outros¹⁷.

Já na década de 1970, foram muitos os pensadores que fizeram avançar o materialismo dialético no Brasil, desenvolvendo aspectos diferenciados e complementares de uma análise marxista da dinâmica social brasileira. Mantega (1995, p. 117-118) destaca:

(...) Desde os estudos filosóficos de Giannotti, até os trabalhos históricos de Fernando Novaes e Boris Fausto, passando pelos trabalhos de vários sociólogos que tangenciaram o pensamento econômico, como Octávio Ianni, Florestan Fernandes, o próprio Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira, Gabriel Cohn e Francisco Weffort, todos eles forneceram importantes subsídios para que os economistas brasileiros conseguissem dar consistência aos vários aspectos da dinâmica do capitalismo retardatário no Brasil. No campo da economia política, propriamente dita, as maiores contribuições na década de 1970 seriam dadas por Francisco de Oliveira, Paul Singer, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Luiz Gonzaga Beluzo, João Manoel Cardoso de Mello, Sérgio Silva, Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa, Luis Carlos Bresser Pereira, e outros pensadores que, nas várias unidades da Universidade de São Paulo, da Universidade de Campinas e outros centros de discussão, difundiram as idéias marxistas no Brasil.

Tais idéias chegariam também à Geografia brasileira no final dos anos 1970 a partir das discussões realizadas na USP, conforme mostramos no capítulo 2, por intermédio da Geografia Francesa e também do próprio contato dos geógrafos uspianos com intelectuais de outros ramos do conhecimento como a História, Economia e Ciências Sociais que se dedicavam à leitura, discussão e entendimento das idéias marxistas.

A década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos. Pudemos verificar que com base na teoria da modernização da agricultura, na teoria da renda da terra e sua influência nos estudos rurais e urbanos, a utilização de conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista foram desenvolvidos muitos trabalhos.

Esses trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e análise dos fatos geográficos. Desta forma, há uma significativa valorização do econômico como elemento explicativo dos processos espaciais que se

¹⁷ O interessante é que com o enfraquecimento da orientação stalinista e a possibilidade de revisão do dogmatismo marxista do Partido Comunista, os intelectuais assumem fazer uma leitura própria brasileira de Marx, daí propiciando a formação de quadros intelectuais acadêmicos brasileiros de esquerda não restritos à linha imposta pelo partido. As conseqüências disso para os anos seguintes foram enormes.

materializam em diversas realidades, advindo daí, uma das principais críticas feitas aos trabalhos geográficos influenciados pelo materialismo histórico: o excesso de “economicismo” apresentado nessas análises desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo.

Sánchez Hernández (2003, p. 108) analisando o que chama de um “decaimento” do impulso da economia política na Geografia Econômica, aponta esta questão afirmando que:

La lenta consolidación de los enfoques que insisten en la capacidad individual y social para efectuar elecciones según criterios no estrictamente determinados por las relaciones de producción: raza, género, cultura e individuo comienzan a cobrar importancia en la explicación de los procesos geoeconómicos en detrimento del sesgo estructuralista y economicista por el que comenzaba a deslizarse a la Geografía Económica. En este terreno, hay que resaltar la influencia de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, quien propone una interpretación de la sociedad donde los condicionantes estructurales no impiden que los individuos actúen con la libertad suficiente para elegir su destino particular y colectivo.

A partir da citação de Sánchez Hernández entendemos que se consolidam enfoques que consideram a capacidade individual e social para efetuar escolhas segundo critérios não estritamente determinados pelas relações de produção como raça, gênero, cultura e indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos. Neste sentido, o autor aponta uma tendência de relativização do econômico nas análises conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas.

Conforme destacado anteriormente, tais críticas e proposições só podem ser compreendidas a partir do contexto em que se inserem, caracterizado por processos de grande envergadura que afetam o funcionamento do sistema capitalista (globalização e emergência de um novo paradigma tecno-econômico de base informacional, além da própria simbologia da queda do Muro, a democratização e tentativas de inserção na ordem econômica capitalista mundial das antigas nações sob influência da antiga URSS, paralelo ao caso brasileiro da consolidação da democracia e busca de modernização das estruturas do Estado), que apresentam rebatimentos diretos no conjunto das ciências sociais que passam a introduzir a discussão sobre a crítica pós-moderna à racionalidade científica, afetando também a Geografia.

Neste contexto, tomando o caso específico dos trabalhos de Geografia Econômica, são incorporados os referenciais da teoria da regulação, por exemplo, que passam a influenciar as novas reflexões e abordagens, conforme verificamos nas análises sobre reestruturação industrial e novos paradigmas industriais em que de uma concepção mais vinculada aos referenciais marxistas passa-se a adotar outras idéias que consideram dimensões não estritamente econômicas.

Tendo em vista as principais características da teoria da regulação, principalmente o fato de partir do pressuposto de que a dinâmica capitalista não está limitada aos fatores econômicos, recaindo também na esfera social e política, podemos inferir que se aponta a possibilidade da Geografia analisar os fatos econômicos incorporando dimensões e explicações não estritamente econômicas.

Estaria a Geografia Econômica caminhando para uma “desmaterialização”, ou seja, deixaria de priorizar o enfoque nos elementos físicos e materiais?

Perspectivas para a análise dos fatos econômicos na Geografia

A questão levantada ao final do item anterior tem por base as reflexões de Sánchez Hernández (2003, p. 193-195) que ao discutir a trajetória da Geografia Econômica¹⁸ entende que:

(...) Por tanto, ya lo hemos dicho, la Geografía Económica, a lo largo de sus distintos proyectos constitutivos, recorre la senda de la desmaterialización. Cada vez se aleja más de las cuestiones estrictamente físicas para adentrarse en el mundo de las relaciones invisibles, pero ineludibles, siguiendo un discurrir paralelo al de la propia actividad económica, cada vez más cargada de contenido informacional y menos intensiva en el consumo de *inputs* materiales. En efecto, entre las múltiples cuestiones que interesan a la Geografía Económica moderna, la producción sensu strictu sólo cobra sentido a la luz de su relación los factores culturales, con los avances tecnológicos, con la labor de las instituciones o con el contenido simbólico que implica la elaboración de ciertos productos que han forjado un paisaje y una forma de vida. Por eso la Geografía

¹⁸ Em relação às discussões deste autor sobre a Geografia Econômica referenciadas em vários momentos neste capítulo, deve-se lembrar que suas reflexões têm por base a produção científica européia e norte-americana não sendo adequada uma generalização absoluta delas ao caso da Geografia brasileira. No entanto, acreditamos que alguns parâmetros por ele estabelecidos a partir daqueles contextos podem servir como importantes referências para a discussão sobre a Geografia Econômica produzida no Brasil.

Económica ya no se compone del estudio parcial e inconexo de las actividades económicas, sino que presenta un talante más integrador que recupera el territorio como argumento central de la reflexión teórica y de la investigación empírica. (...)

Para chegar às análises acima citadas, o autor em questão identificou três enfoques ou projetos que, segundo ele, não representam concepções em períodos estanques no tempo, mas projetos científicos orientados a responder as questões que preocupam ou preocuparam a Geografia Econômica e possuem relação com a natureza espacial dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Tais projetos foram denominados projeto ambiental, projeto locacional e projeto estrutural-conceitual.

Para Sánchez Hernández, atualmente, o projeto estrutural-conceitual domina a Geografia Econômica podendo ser definido como o estudo da lógica espacial do capitalismo. Este projeto:

(...) pretende descubrir la(s) forma(s) en que este sistema concreto de organización política de la actividad económica se sirve del espacio geográfico (diferenciado y heterogéneo) para alcanzar su objetivo de acumulación, que implica un proceso continuado de expansión espacial y da lugar a la configuración de distintas modalidades de respuesta y adaptación territorial (local, regional, nacional, internacional, global) a los retos que plantea la indisoluble articulación entre localización y acumulación. El término utilizado pretende, por consiguiente, hacerse eco de las dos vertientes que entraña este proyecto: el estudio espacial de las estructuras del sistema capitalista y la consideración de la influencia que el contexto o entorno geográfico, culturalmente construido por las sociedades humanas, tiene en su funcionamiento. (...) (Sánchez Hernández, 2003, p. 96)

As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a Geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de caráter mais ou menos marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas conseqüências em todas as escalas e ordens. Tais perspectivas, apesar de diferentes, colocam-se como complementares nos objetivos deste projeto. Nos dizeres de Sánchez Hernández (p. 104):

El corolario epistemológico de este proceso de configuración del proyecto estructural-contextual es la incapacidad de una sola teoría para explicarlo todo, lo que reclama el recurso permanente al uso de diferentes propuestas adaptadas a las escalas geográficas de análisis y a los temas estudiados.

Coloca-se, desta forma, a discussão sobre a definição da orientação teórico-metodológica mais adequada para as análises da Geografia Econômica neste momento, apontando para necessidade de utilização de mais de um referencial, ou seja, da complementaridade das teorias de acordo com as especificidades do objeto, sua escala e assim por diante.

Nosso entendimento é de que isso é possível e necessário, diante da complexidade das questões e processos que constituem o espaço econômico atualmente, dentre os quais podemos destacar: as praças financeiras, os fluxos de inversão direta internacional, os fundos de pensão, as redes e sistemas de inovação, a revolução tecnológico-informacional, a divisão espacial do trabalho, as empresas, as redes de telecomunicação, a nova economia que emerge no ciberespaço, o desenvolvimento local, o marketing urbano, a economia informal, a formação do capitalismo global e suas formas culturais de âmbito regional, os espaços econômicos emergentes, os territórios em declive e reestruturação, o papel econômico das instituições, o gerenciamento da economia, os padrões de consumo e assim por diante.

Na verdade, trata-se de uma definição em parâmetros mais complexos e dinâmicos da relação de múltiplas escalas, de origem e alteração de fenômenos e forças em cada ponto do território, paralelamente à virtualização dos dados, informações e experiências que cada indivíduo, cidade ou nação possui dos demais lugares e seres.

No entanto, o espaço econômico deve ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Sánchez Hernández (2003, p. 135) identifica, também, a possibilidade de estudar o econômico como fato cultural¹⁹. O “giro cultural”, em sua opinião, consiste em considerar que a vida econômica não está separada do meio cultural em que se desenvolve e que constitui, por sua vez, um fator primordial e decisivo de diferenciação geográfica. Isso porque, em última instância, a economia é uma forma mais de cultura e desta forma, se

¹⁹ É interessante destacar que para chegar a esta conclusão, o autor aponta que para compreender a espacialidade do capitalismo atualmente, a Geografia Econômica tem empreendido um esforço que a faz superar algumas de suas fronteiras mais convencionais, utilizando, para isso, de metáfora com o dilema central do famoso seriado de televisão “Arquivo X”. Neste seriado, coloca-se a todo momento a relevância dos fatos não necessariamente científicos e racionais para a explicação dos casos investigados por dois agentes do F.B.I (Fox Mulder, estudioso de fenômenos paranormais e Dana Scully, convicta da racionalidade científica). Com a comparação, Sánchez Hernández está chamando a atenção para a necessidade de rompimento com alguns princípios tidos como “racionais e científicos” para explicar o econômico geograficamente. Daí a importância do giro cultural, significando esse rompimento de fronteiras da Geografia Econômica.

constitui a partir de referências e condicionantes culturais que atribuem valores e significados distintos ao trabalho, ao emprego, ao dinheiro, ao consumo, à propriedade ou ao contrato mercantil.

Segundo o autor, deve-se valorizá-lo como uma peça a mais dentro do projeto estrutural-contextual e não como substitutivo das contribuições precedentes. O autêntico mérito do giro cultural reside na contribuição de maior alcance e profundidade aos conceitos e temas que envolvem os pilares do projeto em curso, o qual não é unicamente contextual, mas estrutural, isto é, interessado em compreender os fundamentos da vida econômica e sua relação com o espaço geográfico.

As reflexões de David Harvey em “Condição Pós-Moderna” (1994), em grande parte, também apontam para a possibilidade de uma leitura econômica dos elementos culturais. O autor parte do pressuposto “(...) *de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo*”. (Harvey, 1994, p. 8)

Neste sentido, ao discutir as características e implicações em termos espaciais e temporais do pós-modernismo, Harvey destaca os elementos culturais como essenciais para entender o atual momento do capitalismo. A seguir destacamos algumas citações de Harvey significativas para caracterizar tal entendimento:

Isso por certo ajudaria a explicar o impulso pós-moderno de integração à cultura popular através do tipo de comercialização aberta, e até crassa, que os modernistas tendiam a rejeitar com sua profunda resistência à idéia (embora nem sempre ao fato) da mercadificação de sua produção. Há, no entanto, quem atribua a exaustão do alto modernismo precisamente à sua absorção como a estética formal do capitalismo corporativo e do Estado burocrático. Assim, o pós-modernismo não assinala senão uma extensão lógica do poder do mercado a toda gama da produção cultural. (..) (Harvey, 1994, p. 64)

A invocação de Jameson nos traz, por fim, à sua ousada tese de que o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. Seguindo Mandel (1975), ele alega que passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção de cultura ‘tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova (de roupas a aviões), em taxas de transferência cada vez maiores, agora atribui uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e experimentação estéticas’. As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam, em consequência disso, tornando a produção cultural uma arena implacável do conflito social. Essa

mudança envolve uma transformação definida nos hábitos e atitudes de consumo, bem como um novo papel para as definições e intervenções estéticas. Enquanto alguns consideram que os movimentos contraculturais dos anos 60 criaram um ambiente de necessidades não atendidas e de desejos reprimidos que a produção cultural popular pós-modernista apenas procurou satisfazer da melhor maneira possível em forma de mercadoria, outros sugerem que o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado a produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais da alta cultura. (...) (Harvey, 1994, p. 65)

É interessante verificar que as passagens destacadas chamam atenção para a complexificação das relações entre mercado e produção cultural, característica marcante do pós-modernismo. Harvey cita, inclusive, a tese de Jameson de que o pós-modernismo é a lógica cultural do capitalismo avançado, na medida em que a produção da cultura tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral. Embora não seja totalmente adepto da tese de Jameson, Harvey (1994, p. 65) considera:

(...) importante aceitar a proposição de que a evolução cultural que vem ocorrendo a partir dos anos 60 e que se afirmou como hegemônica no começo dos anos 70 não ocorreu num vazio social, econômico ou político. A promoção da publicidade como 'arte oficial do capitalismo' traz para a arte estratégias publicitárias e introduz a arte nessas mesmas estratégias (...)

Harvey entende, portanto, que os elementos culturais têm relação direta com o contexto social, econômico e político, sendo mais do que nunca essenciais nas determinações e estratégias do desenvolvimento do capitalismo. Em outro momento do texto em questão, o autor retoma esta idéia, ao falar sobre a aceleração na produção e as acelerações paralelas nas esferas da troca e consumo:

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.) Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços - não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O 'tempo de vida' desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a

acumulação e para o giro de bens físicos (mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapato de Imelda Marcos), faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. (...) (Harvey, 1994, p. 258)

A partir da citação percebemos que as práticas culturais não só representam uma possibilidade de mercado a ser explorado (com o oferecimento e venda de bens culturais), como ao mesmo tempo direcionam o consumo em geral, criando sistemas de signos e imagens que manipulam desejos e gostos que desembocam na venda de determinadas mercadorias.

Para deixarmos ainda mais claro o posicionamento de Harvey em relação ao importante papel da cultura ou dos elementos culturais para o entendimento do capitalismo atual vejamos esta passagem:

(...) Se vemos a cultura como um complexo de signos e significações (incluindo a linguagem) que origina códigos de transmissão de valores e significados sociais, podemos ao menos iniciar a tarefa de desvelar suas complexidades nas condições atuais mediante o reconhecimento de que o dinheiro e as mercadorias são eles mesmos portadores primários de códigos culturais. Como o dinheiro e as mercadorias dependem inteiramente da circulação do capital, segue-se que as formas culturais têm raízes no processo diário de circulação de capital. Por conseguinte, devemos começar pela experiência cotidiana da moeda e da mercadoria, mesmo que mercadorias especiais ou mesmo sistemas de signos completos possam ser retirados da vala comum e transformados no fundamento da ‘alta’ cultura ou da ‘imaginação’ especializada que já tivemos a oportunidade de comentar. (Harvey, 1994, p. 269)

Harvey, portanto, considera fundamental a relação entre cultura e dinheiro-mercadoria (elementos econômicos) para que possamos entender melhor a lógica do capital e das relações existentes na sociedade atual.

As idéias desenvolvidas por Sánchez Hernández e Harvey levam a refletir sobre algumas questões ou “problemas” consequentes de suas posições: uma delas diz respeito a uma possível junção indiscriminada de referenciais teórico-metodológicos que viria a caracterizar as análises geográficas do econômico (no caso da discussão de Sánchez Hernández); outra se refere a uma possível perda de centralidade do econômico levando a um “subjetivismo” e relativismo exacerbado nos trabalhos (isso porque o cultural seria valorizado nas análises conforme apontam ambos os autores).

Quanto à primeira questão, conforme mencionado anteriormente, acreditamos na possibilidade e importância de uma complementaridade de teorias explicativas e não numa

junção indiscriminada de teorias que resultaria numa nova teoria (ou “super-teoria”) mais adequada ao momento atual do capitalismo, pois “(...) *à medida em que ingressamos em um novo campo histórico do desenvolvimento capitalista, há uma evidência cada vez maior de que precisamos de novos conceitos e teorias para que as novas realidades façam sentido.* (...)” (Martin, 1996, p. 56)

Neste sentido, estaria apontada a necessidade de um programa de estudos do econômico na Geografia que tivesse um caráter muito mais multidimensional, multivocal²⁰ e de múltiplas perspectivas²¹. Nos dizeres de Martin (1996, p. 57):

Uma geografia econômica multidimensional também tem múltiplas perspectivas, aberta a uma vasta gama de teorias e perspectivas sobre os campos da realidade da economia espacial e como elas se constituem e interagem. Qualquer perspectiva dada ou posição teórica vantajosa é seletiva, e inevitavelmente mediada por nossa preexistente visão de mundo, pressupostos, valores e interesses (ou o que Schumpeter uma vez se referiu como “cognição pré-analítica”).

Esta discussão remete à segunda questão ou problema levantado: a possível perda de centralidade do papel do econômico nas análises. Quanto a isso, entendemos que a multiplicidade de perspectivas ou a complementaridade de teorias não levaria as análises a perderem seus propósitos fundamentais, mas fortaleceria a explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, os quais, cada vez mais se caracterizam pela diversidade.

Neste sentido, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises, pois “(...) *queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial. No*

²⁰ Esta terminologia é utilizada por Martin (1996, p. 56-57) e caracterizada por (...) *preocupar-se em reconhecer e atribuir substancial importância teórica explícita aos diferentes grupos sociais que constituem a ‘economia’, de incorporar as experiências e papéis específicos de determinados grupos ou comunidades ao invés de ocultar ou agrupar sob categorias supostamente ‘neutras’ e tipos ‘gerais’.* (...)”

²¹ Neste caso, poderíamos destacar, entre outras, as contribuições de Pierre Bourdieu relativas às idéias de um mercado de bens simbólicos na medida em que: “(...) *Bourdieu recusa o materialismo redutor e a separação em que se apóia, qual seja, ‘a dicotomia do econômico e do não-econômico que impede apreender a ciência das práticas econômicas como um caso particular de uma ciência geral da economia das práticas, capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se pretendem desinteressadas ou gratuitas, e destarte libertas da economia, como práticas econômicas, orientadas para a maximização do lucro, material ou simbólico’.*” (Miceli, 2001, p. XXXIV). Sendo assim, percebemos que Bourdieu tenta ampliar o entendimento do econômico no contexto de sua discussão sobre o simbólico. Para um aprofundamento destas questões ver: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli)**. São Paulo: Perspectiva, 2001 e BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

todo es economía, pero sin ella no hay reproducción social posible ni, por consiguiente, producción de espacio social. (...)” (Sánchez Hernández, 2003, p. 209)

Para a Geografia o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes.

A complexidade cada vez maior destas relações é abordada por Milton Santos (1997) em “A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção” na tentativa de construir um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século XX tendo como principal base os elementos econômicos.

O autor parte da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações reconhecendo como categorias analíticas internas deste a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Com o mesmo ponto de partida discute a questão dos recortes espaciais propondo debates de problemas como o da região e do lugar; das redes e das escalas. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre os conceitos, junto à questão de uma ordem mundial e uma ordem local, tendo a técnica papel central em toda a análise.

A técnica, em sua opinião, é importante para este raciocínio porque:

(...) reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (Santos, 1997, p. 20)

Para Santos, portanto, o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, entre as quais destaca a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo e de uma unicidade do motor da vida econômica e social.

A unicidade do motor da vida econômica e social em todo planeta, por exemplo, pode ser representada emblematicamente pela emergência de uma mais-valia no nível global e

assegurada, direta ou indiretamente, pela existência de grandes organizações que são os atores atuais da vida internacional. Tais unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Esta nova ordem mundial, em sua opinião, é cada vez mais normativa e normada na medida em que há uma preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social sendo, também, o próprio fenômeno técnico normativo e normado. Neste sentido:

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais. Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos. (Santos, 1997, p. 185)

As idéias expressas nesta citação mostram que mesmo com a imposição em escala planetária de um sistema de ações normadas e objetos técnicos criando o meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos “é a cara geográfica da globalização”, ainda há parcelas do espaço que fogem a esse esquema revelando a singularidade e força do lugar. Nas palavras do autor: “*A ordem global busca impor, a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de razão local, convivendo dialeticamente.*” (Santos, 1997, p. 272-273)

Para entender essa racionalidade dos lugares é importante destacar o que o autor chama de escala do cotidiano, pois:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. (Santos, 1997, p. 272)

Esta breve caracterização das idéias de Santos foi realizada no sentido de mostrarmos a validade e importância dos elementos econômicos na compreensão do espaço, ou seja, conforme afirmamos anteriormente, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises. Santos toma por base elementos e questões que possuem uma conotação econômica evidente, no entanto, também considera outras dimensões como o cotidiano, que como diz o próprio autor, tem como parâmetros elementos como a vizinhança, a emoção, a intimidade que possuem uma certa carga de subjetividade.

Diante do exposto, podemos retornar à pergunta lançada ao final do item anterior e afirmar que a Geografia Econômica, do ponto de vista do objeto, caminha para uma desmaterialização, à medida em que cada vez mais o processo produtivo é constituído de elementos não necessariamente materiais e físicos, no entanto, do ponto de vista do método, o ponto de partida não pode prescindir desses elementos, mesmo que outros (imateriais) venham a complementar e trazer novos aspectos para as análises do econômico no espaço.

O econômico na Geografia: construindo um esquema interpretativo

Tendo em vista o conjunto de reflexões realizadas até o momento, tentaremos estabelecer uma proposta interpretativa para discussão e entendimento do elemento econômico na Geografia.

Mesmo tendo por base apenas um segmento da produção geográfica nacional, (as teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP entre 1970 e 2001), acreditamos que os parâmetros estabelecidos para a elaboração desta proposta interpretativa podem ser aplicados a outros segmentos da produção geográfica, visto que consideramos além das temáticas e formas de influência do econômico nos trabalhos de Geografia, a relação destas influências com o contexto da Geografia nacional, bem como as matrizes teórico-metodológicas presentes e hegemônicas em cada momento.

Desta forma, se tomarmos a relação entre o elemento econômico e as matrizes teórico-metodológicas constitutivas do pensamento geográfico, podemos dizer, e essa é nossa proposição central nesta tese, que o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica deve-se à introdução do materialismo histórico como referencial teórico-metodológico.

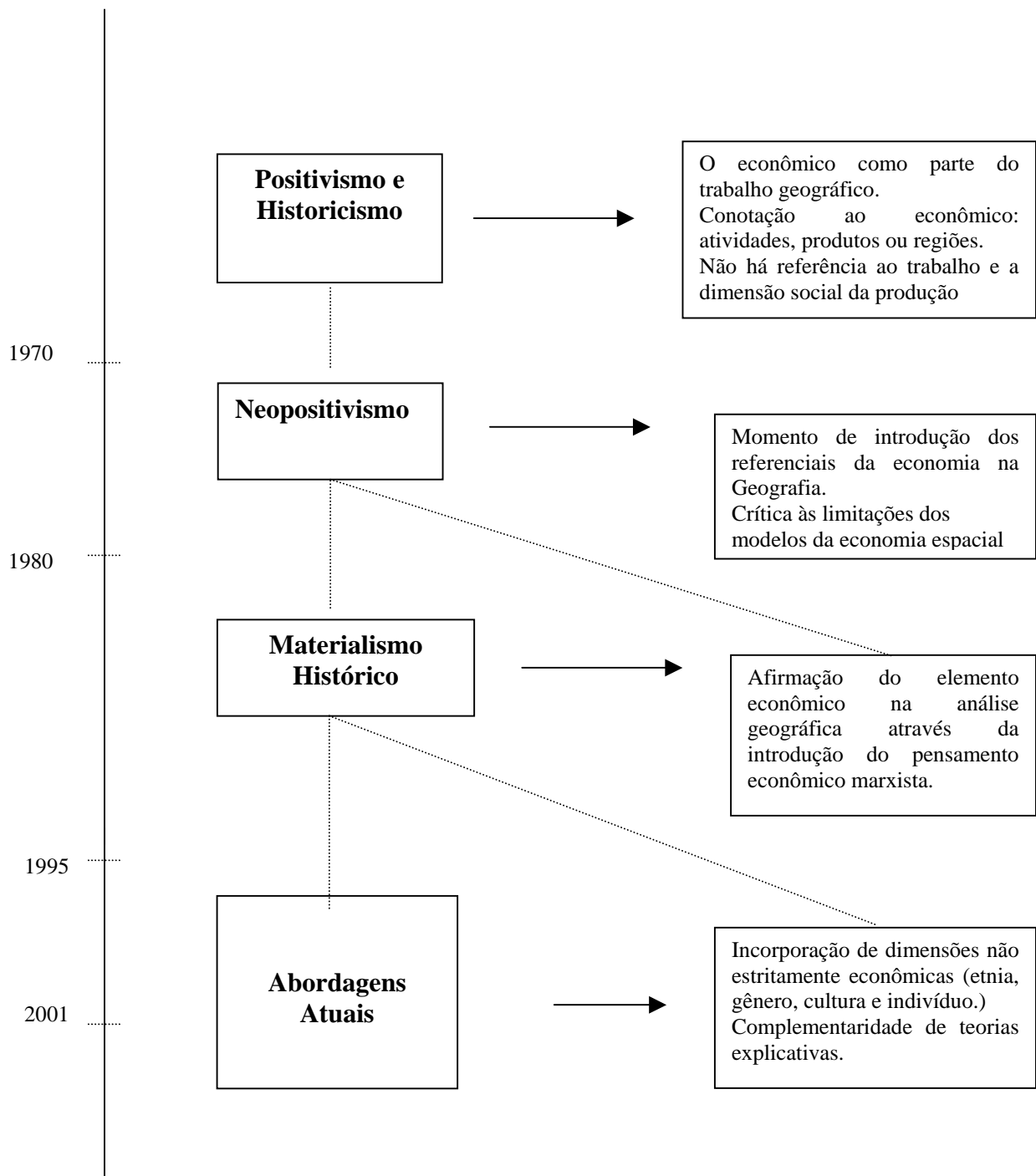
Neste caso, devemos considerar não só as proposições metodológicas que conferiam ao econômico um papel central nas análises, mas também o conjunto de teorias, conceitos e idéias que foram utilizados pelos geógrafos em seus trabalhos.

Consideramos, no entanto, um momento significativo para a construção desta afirmação do econômico na análise geográfica a presença, utilização e crítica dos referenciais e metodologias da economia neoclássica. Isso porque, de fato, antes da introdução do materialismo histórico, a influência mais clara e significativa do pensamento econômico na produção geográfica pode ser verificada nos trabalhos produzidos sob a orientação da economia neoclássica.

Conforme já discutido no capítulo 2 desta tese, nos trabalhos produzidos no contexto do positivismo e do historicismo, o econômico não se constituía como elemento componente das análises geográficas, tendo a função restrita de ser uma parte distinta e sem articulação com o conjunto do trabalho.

O esquema, a seguir, procura ilustrar esta interpretação:

O econômico na Geografia: esquema interpretativo



Org.: Flaviana G. Nunes, 2004.

É importante destacar que os anos ou datas assinaladas no esquema não devem ser tomadas como referências temporais absolutas. Sua delimitação tem o objetivo de representar ou demarcar a incidência ou maior representatividade de uma determinada abordagem e a conseqüente forma de influência do econômico na produção geográfica.

Além disso, as próprias matrizes teórico-metodológicas identificadas devem ser entendidas no interior de um movimento mais amplo da ciência e não de forma linear. Apesar do surgimento de novas abordagens e referenciais teórico-metodológicos para a análise do econômico na Geografia, não significa dizer que não tenhamos ainda presentes influências do materialismo histórico e mesmo do positivismo e historicismo.

No caso do materialismo histórico, é evidente sua importância e presença até os dias atuais como referencial para a discussão e análise do econômico na Geografia, embora, como já destacado, coloque-se a necessidade da incorporação de dimensões não estritamente econômicas para a análise do econômico.

No quadro 3, apresentado a seguir, procuramos sistematizar os momentos ou períodos interpretativos para o econômico na Geografia destacando suas principais características. O quadro, em grande parte, sintetiza o conjunto de reflexões realizadas a partir da análise das teses.

Quadro 3 - O econômico na Geografia: síntese das principais características

<i>Momento</i>	<i>Características</i>
O econômico como parte	<ul style="list-style-type: none"> • Teor do econômico: dados sobre produção, fluxos, mercadorias e atividades; • Atividades produtos ou regiões; • Falta de visão unitária; • Associação com as matrizes positivista e historicista na Geografia; • Ausência de conteúdo político.
A entrada do econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do modelos teóricos ideais; • Aplicação de métodos quantitativos; • Influências da economia neoclássica; • Caráter ideológico implícito.
A afirmação do econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Referenciais teóricos e metodológicos do pensamento econômico marxista; • Teoria da renda da terra; • Modernização da Agricultura: interpretações da economia política de estrato marxista • Incorporação de conceitos e idéias do pensamento econômico marxista; • Aplicação das idéias de Ignácio Rangel.
As múltiplas dimensões para a análise do econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto (emergência de um novo paradigma produtivo e tecnológico) suscita outros elementos para a análise do econômico; • Influência dos referenciais da teoria da regulação; • Incorporação de dimensões não estritamente econômicas; • "Desmaterialização" dos objetos econômicos.

Org.: Flaviana G. Nunes, 2004.

Considerando as formas de influência do econômico, o contexto da Geografia nacional e as matrizes teóricos-metodológicas presentes e hegemônicas em cada período, estabelecemos quatro momentos para a interpretação do econômico na Geografia.

Em relação ao último momento identificado no quadro, o qual denominamos “as múltiplas dimensões para a análise do econômico”, deve-se salientar tratar-se apenas de uma proposta de entendimento que precisa ser melhor estudada, discutida e aprofundada. Esse momento apresenta como uma das principais características a questão da desmaterialização dos objetos econômicos.

A esse respeito, é importante destacar que tal desmaterialização ocorre apenas do ponto de vista do processo produtivo, ou seja, cada vez mais, o processo produtivo não prescinde de elementos materiais e físicos.

No entanto, do ponto de vista da análise, deve-se considerar a relação entre o objeto e seu conteúdo: o objeto continua possuindo uma dimensão prioritariamente econômica, o que significa dizer que analiticamente o conteúdo econômico do objeto ainda é central para a discussão.

Considerações Finais

Considerações finais

De acordo com os objetivos estabelecidos, bem como o aspecto priorizado neste trabalho (o elemento econômico e sua presença nos estudos geográficos), pudemos, a partir da análise das teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP no período de 1970 a 2001 reunir alguns elementos e questões para discutir as influências do pensamento econômico na Geografia brasileira.

Nossa reflexão teve como ponto de partida as principais idéias, autores e correntes que constituíram, em grande parte, o que conhecemos como pensamento econômico. A constituição desse quadro referencial mostrou-se importante para que tivéssemos claro as bases ou alicerces sob os quais se desenvolveu o pensamento econômico chegando às idéias mais recentes que, via de regra, apoiam-se ou têm como referências as matrizes constitutivas desse pensamento.

Sendo assim, consideramos fundamentais as idéias de Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, John M. Keynes e autores da matriz neoclássica para o desenvolvimento das bases do pensamento econômico. Além disso, analisamos mais diretamente o contexto econômico, político e social do período pós Segunda Guerra Mundial tendo em vista os desdobramentos posteriores em termos do cenário econômico e das conseqüentes idéias econômicas para a compreensão do período atual (tanto do ponto de vista da estrutura produtiva quanto das idéias e proposições teóricas para a análise deste).

Também foi necessário o resgate e reflexão sobre as matrizes constitutivas do pensamento geográfico brasileiro identificando suas principais influências teórico-metodológicas e a forma com que o elemento econômico compareceu e que papel exerceu nos trabalhos desenvolvidos a partir dessas influências.

Vimos que nos trabalhos sob influência positivista identifica-se a preocupação e ênfase nos aspectos físicos procurando estudar as influências das condições naturais sobre as sociedades chegando em alguns momentos a interpretações de caráter determinista. Neste sentido, o foco central das análises volta-se para as condições naturais e a adaptação do indivíduo ao meio e o elemento econômico não comparece ou comparece apenas como parte descritiva na enumeração das características de um determinado território em termos produtivos, por exemplo.

Observa-se um tratamento diferenciado ao elemento econômico nos trabalhos sob influência historicista. Nesta perspectiva analítica o homem é visto como um ser ativo que sofre a influência do meio, mas também atua sobre o mesmo transformando-o de forma que o econômico comparece como desdobramento do humano. Nos trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva as atividades econômicas como agricultura, comércio e circulação são vistas como fatores de desenvolvimento humano.

Apesar da inserção do elemento econômico nas análises, nos trabalhos produzidos sob influência do historicismo, este ocupava apenas uma parte do trabalho (a parte econômica) distinta e muitas vezes desarticulada do restante. A estrutura das monografias regionais francesas é bastante significativa para mostrar como isso ocorreu.

Já nos trabalhos influenciados pelo materialismo dialético, o econômico passa a ser visto como integrante da reflexão, como um elemento explicativo para analisar uma determinada questão e não apenas como um elemento em si. Isto deve-se principalmente ao fato de que esta matriz teórico-metodológica destacava a importância da infra-estrutura, entendida como base econômica da sociedade para o entendimento desta.

Tomando por base este entendimento, procuramos evidenciar como tais características e formas de influência do econômico compareceram na produção geográfica a partir das teses analisadas. No conjunto das teses foram identificadas as influências do pensamento econômico a partir da presença e utilização dos seguintes referenciais: teoria da modernização da agricultura; teoria da renda da terra (rural e urbano); teorias de Ignácio Rangel; crítica e aplicação de teorias provenientes da economia espacial; conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista; desenvolvimento regional e reestruturação industrial.

Com a periodização destas influências foi possível refletirmos de forma mais aprofundada sobre suas características, papéis e alcance na produção geográfica. Verificamos que os anos 1970 foram marcados pela discussão e crítica em relação a teorias e modelos provenientes principalmente da Economia neoclássica e sua aplicação na Geografia.

Neste caso, ressaltamos que os trabalhos produzidos a partir desta influência apresentaram limitações tanto do ponto de vista dos elementos componentes do método de análise como do conteúdo ideológico implícito nesta que não permitia maiores discussões e reflexões sobre os problemas da realidade considerando seu conteúdo social, político e histórico.

No entanto, a partir da crítica a estes referenciais abriu-se caminho para a afirmação e importância do materialismo histórico na Geografia tornando o elemento componente essencial da discussão, ou seja, elemento constitutivo do referencial teórico e metodológico que passou a orientar a produção geográfica nos anos 1980 e 1990.

A utilização da teoria da renda da terra de Marx e autores da mesma linha para análises sobre a cidade e o campo denotam tal influência que confere ao econômico um papel central. Da mesma forma, é significativa a influência exercida pelas formulações teóricas advindas da economia de orientação marxista sobre a questão da modernização da agricultura.

A partir da segunda metade dos anos 1990 ocorrem algumas mudanças trazendo novas características e influências. Dentre elas, destacamos a influência direta da Economia Política brasileira por meio da aplicação das idéias de Ignácio Rangel por um grupo de geógrafos brasileiros.

Nos anos 1990 e 2000 também verificamos a presença de análises sobre a indústria pautadas na questão da reestruturação industrial. Essas análises sintonizam-se com as mudanças ocorridas em escala mundial caracterizadas principalmente pela emergência de um novo paradigma produtivo e tecnológico.

Neste sentido, destacam-se alguns referenciais teóricos do pensamento econômico utilizados nos trabalhos dos geógrafos, como a teoria da regulação que abre novas perspectivas para a análise geográfica do econômico.

Diante das análises e reflexões realizadas, consideramos a introdução do materialismo histórico a partir de teorias, conceitos, idéias e proposições metodológicas, o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica, ou seja, a partir da introdução desta base teórico-metodológica na Geografia, o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises, constituindo-se em elemento explicativo para determinadas questões.

Tal afirmativa leva ao entendimento de que, portanto, até a metade da década de 1970 o econômico não se constituía como elemento componente das análises geográficas, estando sua função restrita a ser uma parte da análise, distinta e separada das demais, estando, seu teor, relacionado, em grande parte, a dados sobre produção, fluxos, mercadorias, atividades e assim por diante.

Uma influência mais clara e significativa do pensamento econômico na produção geográfica é identificada na segunda metade da década de 1970 com a introdução de

referenciais e metodologias da economia neoclássica. Esta influência propiciou também a introdução do pensamento econômico marxista utilizado como base para as críticas estabelecidas à influência da economia neoclássica na Geografia.

A reflexão também pontuou ou apontou algumas questões ou problemas que caracterizam as mais recentes possibilidades de análise do econômico na Geografia: a incorporação de dimensões e explicações não estritamente econômicas; a constante “desmaterialização” dos objetos econômicos e a utilização de diversos referenciais teórico-metodológicos ou complementaridade de teorias de acordo com as especificidades do objeto, escala etc.

Tendo abarcado um segmento da produção geográfica nacional nas três últimas décadas do século XX, nossa pesquisa deixa em aberto a discussão e reflexão sobre os caminhos da análise do econômico na Geografia a partir da primeira década do século XXI. As questões acima apontadas, colocam-se, neste momento, como indicativos de campos temáticos e orientações de pesquisa a serem desenvolvidas na Geografia.

Bibliografia

Bibliografia

Livros, artigos, dicionários e dissertações

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 181-201.
- _____. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 72. São Paulo: AGB, 1994, p.63-82.
- ____ (Org.). **Eliséé Reclus**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.
- ARAÚJO, Inês L. **Introdução à Filosofia da Ciência**. 2^a ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.
- AZEVEDO, Aroldo de. A geografia francesa e a geração dos anos setenta. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 50. São Paulo: AGB, 1976, p. 7-28.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- BEDONE, Dalva M. B. Sociologia e Sociedade. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) **Introdução às Ciências Sociais**.3^a ed. Campinas: Papirus, 1989, pp. 29-40.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização - na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis F.; REGO, José M. **Conversas com Economistas Brasileiros**. 2^a ed. São Paulo, Editora 34, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. Vinte anos de IERJ, cinquenta anos de CEPAL. In: MAGALHÃES, João P. de A.; MINEIRO, Adhemar dos S.; Elias, Luiz A. **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp.111-174.

- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BUCHHOLZ, Todd. **Novas Idéias de Economistas Mortos.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CAPEL, Horácio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea.** Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CARLOS, Ana F. A. A Geografia brasileira hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, n. 18. São Paulo: AGB, 2002, p. 161-168.
- CARVALHO, Marcos B. de. **O que é natureza.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria C. (Orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e economia global.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 27-51.
- CLAVAL, Paul. **A Nova Geografia.** Coimbra: Almedina, 1982.
- COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- COLISTETE, Renato P. A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil do início dos anos 50. In: **História Econômica do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Hucitec, 1997, p. 121-146.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1987.
- DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico.** Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- DURANT, Will. **A História da Filosofia.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1996.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: OLIVEIRA, Paulo de S. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas.** 2ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 29-51.
- ETGES, Virgínia E. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- FARIA, Luiz A. E.; CONCEIÇÃO, O. A. C. C.; BELLO, Terezinha, S. B. (Orgs.) **Desvendando a espuma – reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro.** Porto Alegre: FEE, 1989.

- FERREIRA, Darlene A. de O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: UNESP, 2002.
- FRITSCH, Winston. Adam Smith – Apresentação. In: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigando sobre sua natureza e suas causas.** Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 05-19. (Coleção Os Economistas)
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- _____. **Dialética do Desenvolvimento.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- GIANOTTI, José A. Comte – vida e obra. In: COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. VII-XVI.
- GOMES, Paulo C. da C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos - o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Felipe M. de. David Ricardo – Apresentação. In: RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 05-15. (Coleção Os Economistas)
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico.** 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- KAGEYAMA, Angela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** Campinas, 1987 (mimeo).
- KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação;** apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; tradução dos prefácios de Paulo Almeida. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas)

- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. 6ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- LEMOS FILHO, Arnaldo. As ciências sociais e o processo histórico. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) **Introdução às Ciências Sociais**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1989, p. 19-28.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LOUREIRO, Maria R. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MACHADO, Lia O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 309-349.
- _____. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX.. **Terra Brasilis**, Ano I, n. 2. Rio de Janeiro, Jul/Dez. 2000, p. 11-31.
- _____. (Org.) **50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAGALHÃES, João P. de A. Vinte anos de pensamento econômico no Brasil. In: MAGALHÃES, João P. de A.; MINEIRO, Adhemar dos S.; Elias, Luiz A. (Orgs.) **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 259-286.
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, n. 3. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 63-71.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes. In: LOUREIRO, Maria R. (Org.) **50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 107-157.
- _____. Marxismo na economia brasileira. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 147-166.

- _____. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Q. de (Org.). **História do Marxismo no Brasil. (Vol. II – Os influxos teóricos)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995, p. 101-124.
- MANTEGA, Guido; REGO, José M. **Conversas com Economistas Brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 31-64.
- MARX, Karl. **O Capital**. Volume I, livro primeiro. Tomo I. Coleção Os Economistas, volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Para a Crítica da Economia Política**, Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- MONTEIRO, Carlos A. F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOG-USP, 1980.
- MORAES, Antonio C. R. de. **A Gênese da Geografia Moderna**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- _____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 15^a ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. (Org.) **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, João Q. de; REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil. (Vol. I – O impacto das revoluções)**. 2^a ed. revista. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O Discurso do Averso – para a crítica da Geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed., 1987.
- _____. **O Círculo e a Espiral – a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1992.
- _____. Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil 1978-1988). **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 14. Presidente Prudente: AGB, 1992, p. 05-39.
- NUNES, Flaviana G. A Geografia Econômica na produção científica acadêmica dos programas de pós-graduação em Geografia no estado de São Paulo (1970-1998). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado.

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.
- _____. O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão. In: MOREIRA, Ruy. (Org.) **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. Renda da terra absoluta. **Revista Orientação**. n. 7. São Paulo: IG/USP, 1986, pp. 77-79.
- PAPAIIOANNOU, Kostas. **Hegel: vida, pensamento e obra**. Lisboa: Editorial Presença, 1964.
- PENHA, Eli A. da. Geopolítica da Integração: projetos e realizações. In: SOUZA, Maria A. de. *et al* (Orgs.) **Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica**. 4^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR/Annablume, 2002, p. 86-95.
- _____. **A Criação do IBGE no Contexto de Centralização Política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Documento para Disseminação – Memória Institucional 4.
- PEREIRA, Luiz C. B. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- _____. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria R. (Org.) **50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 17-69.
- _____. Rangel, um grande mestre. **Folha de São Paulo**, 07/03/1994.
- PEREIRA, Raquel M. F. do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna**. 3^a ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir J. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 15-38.
- RANGEL, Ignácio. Dualidade e Ciclo Longo. **Geosul**, n. 3. Florianópolis: UFSC, 1978, p. 44-62.
- RIMA, Ingrid H. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1977.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, José Luis. **Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.

- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova – da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHWARTZ, Gilson. **Decifre a Economia**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- SILVA, Armando C. da. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (As Geografias Crítica e Radical e uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60. São Paulo: AGB, 1984, p. 73-140.
- SILVA, José G. da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 1999.
- _____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, n.7 (3). São Paulo: SEADE, julho/setembro,1993, p. 2-10.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SODRÉ, Nelson W. **Introdução à Revolução Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- _____. **Introdução à Geografia – geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.
- SPOSITO, Eliseu S. A propósito dos paradigmas e orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, n. 16. São Paulo: AGB, 2001, p. 99-112.
- THÉRET, Bruno (Org.). **Regulação Econômica e Globalização**. Campinas: IE/FUNDAP, 1998.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência social e na ciência política – 1904. In: OLIVEIRA, Paulo de S. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. 2ª ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 81-137.

Teses de Doutorado

- ABLAS, Luiz A de Q. Teoria do Lugar Central: bases e evidências empíricas– Estudo de Caso. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

- ARANA, Alba R. A. Os avicultores no Brasil: estratégias e adaptações – caso da Coperguaçu Descalvado-SP. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- ARAÚJO, José L. L. As transformações na produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e suas relações com a produção do espaço. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- BARROS, Nilson C.C. Pequeno Comércio no Interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba. São Paulo, 1987. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- BATISTA, Luiz C. Movimento da força de trabalho num contexto de integração acelerada no Mercosul. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- BENITES, Miguel G. Brasil Central Pecuário: interesses e conflitos. São Paulo, 1995. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- CARVALHO, Márcia S. de. Pequena Produção de Café no Paraná. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- DANTAS, José. Sertãozinho: uma sociedade dependente da agro-indústria açucareira. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- DIGIACOMO, Milton. Estudo dos Fluxos de Transporte de Cargas na Área de Influência de Campos Novos – SC. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- DINIZ FILHO, Luís L. A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- FIRKOWSKI, Olga L. C. A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- GARRIDO FILHA, Irene. Garimpos de Cassiterita – pesquisa geográfica. São Paulo, 1983, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- GOLDENSTEIN, Léa. Estudo de um Centro Industrial Satélite: Cubatão. São Paulo, 1970. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- GRABÓIS, José. Os Anéis da Dependência: estudo geográfico da floricultura em Barbacena. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- JUNQUEIRA, Claudete B. A reapropriação do espaço a partir da integração agro-industrial. São Paulo, 1982. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

- LAMOSO, Lisandra P. A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – a indústria têxtil. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- LIMA, Luiz C. Novo Espaço da Produção: os tecnopólos. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- MOTTA, Nara C. Geografia da Vida: (re)produção do espaço e relações sociais de trabalho do Espírito Santo. São Paulo, 1993. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado isolado” de von Thünen. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- PINTAUDI, Silvana M. O Templo da Mercadoria: estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo. São Paulo, 1989. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- PIRES, Hindemburgo F. Reestruturação Industrial e Alta Tecnologia no Brasil: as indústrias de informática em São Paulo. São Paulo, 1995. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- PIZZOLATTI, Roland L. Os Pequenos Produtores do Oeste Catarinense: integrados ou entregados? São Paulo, 1996. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SÁ, Alcindo J. de. O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re)afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SANTOS, Regina C. B. dos. Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SEABRA, Manoel F. G. As Cooperativas Mistas do Estado de São Paulo: estudo de Geografia Econômica. São Paulo, 1973. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SILVA, Lenyra R. da. O Espaço da Pequena Produção em Maraxanguape- RN. São Paulo, 1986. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

- SILVA, Marlene M. da. A Linha de Subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SPOSITO, Eliseu S. Produção e Apropriação da Renda Fundiária Urbana em Pres. Prudente – SP. São Paulo, 1990. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SPOSITO, Maria E. B. O Chão Arranha o Céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- TEIXEIRA, Márcio A. As Mudanças Agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados. São Paulo, 1989. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- TSUKAMOTO, Ruth Y. Teiticultura no Brasil: subordinação e dependência. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- VICENTE, Maria C.M. Inserção da Força de Trabalho Feminina: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- VIEIRA, Miguel G. Processo de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste Paulista: a pequena e média empresa do setor metal-mecânico. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.